

Adriana do Amaral
Alessandra S. Vasconcelos
Antônio Napole
Carlos Costa
Clara Marques de Sousa
Eduardo Paschoa
Jefferson Mariano
José Geraldo de Oliveira
Keite Pacheco
Jonas Gonçalves
Regiane Bianchini
Sandra Duarte
Soraia Lima
Tânia Caliar

pandemia

QUEBRA DE PARADIGMAS

um retrato da primeira onda da Covid-19

Adriana do Amaral
Alessandra S. Vasconcelos
Antônio Napole
Carlos Costa
Clara Marques de Sousa
Eduardo Paschoa
Jefferson Mariano
José Geraldo de Oliveira
Keite Pacheco
Jonas Gonçalves
Regiane Bianchini
Sandra Duarte
Soraia Lima
Tânia Caliar

pandemia

QUEBRA DE PARADIGMAS

um retrato da primeira onda da Covid-19

| São Paulo | 2021 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela
Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas
Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes
Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza
Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorensen
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorame de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncareli
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josep M. Català Domènech
Universitat Autònoma de Barcelona, Argentina

Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Mara Rovida
Universidade de Sorocaba, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcelo Santos
Cáster Libero, Brasil

Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulous
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Eugênia Porém
Universidade Estadual Paulista, Brasil
Maria Isabel Imbroni
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Marli Santos
Cáspes Libero, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegling
Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thiago Guerreiro Bastos
Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Walter de Carvalho Braga Júnior
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flavia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marinho
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patricia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Luis Cardoso Tropiano
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

André Ricardo Gan
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabriely Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoso Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cintia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
*Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, Brasil*

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Eliisene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabricia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fabício Tonetto Londero
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeanne Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Caroline dos Reis Soares
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Laura Linck
Editoração eletrônica	Lucas Andrius de Oliveira Peter Valmorbida
Revisão	Tânia Caliarí
Organizadores	Carlos Roberto da Costa José Geraldo de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P189 Pandemia, quebra de paradigmas: um retrato da primeira onda da Covid-19. Carlos Roberto da Costa, José Geraldo de Oliveira - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 308p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5939-278-0 (eBook)

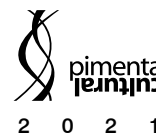
1. Comunicação. 2. Paradigmas. 3. Tempo. 4. Afeto. 5. Luto. 6. Comércio eletrônico. 7. Tecnologia. I. Costa, Carlos Roberto da. II. Oliveira, José Geraldo de. III. Título.

CDU: 300
CDD: 300

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



SUMÁRIO

Apresentação.....	13
Um caminho feito ao andar	

PARTE 1

POR ONDE COMEÇAR A PENSAR?

Capítulo I

Disrupção: mercado de trabalho e tecnologia	17
<i>Carlos Costa</i>	

Capítulo II

Elogio ao pensamento Interfaz e a forma ensaio como modo de exposição.....	66
<i>José Geraldo de Oliveira</i>	

Capítulo III

Júlio Verne e a quebra de paradigmas.....	83
<i>Carlos Costa</i>	

PARTE 2

PANDEMIA

Quebra de paradigmas. Um retrato da primeira onda da Covid-19

Capítulo 1

O tempo que o tempo leva. A quebra do paradigma da passagem do tempo em tempos da #pandemia da #covid-19.....	99
<i>Adriana Cristina Alves do Amaral</i>	

Capítulo 2

Visões: passado e presente. As empresas também são impactadas: considerações sobre comportamentos organizacionais diante da pandemia de covid-19 111

Jonas Gonçalves

Capítulo 3

**Há um futuro para a dignidade no trabalho?
Os números do mercado de trabalho do Brasil 120**

Jefferson Mariano

Capítulo 3

**Há um futuro para a dignidade no trabalho?
O futuro do trabalho e os princípios de trabalho decente 133**

Keite Pacheco de Carvalho

Capítulo 4

**A vida em família confinamento Cidades:
das praças de encontro ao isolamento global 156**

Regiane M. S. Bianchini

Capítulo 4

**A vida em família confinamento. Quando o lar vira
escritório: o *home office* e a quebra de paradigma
no ambiente de trabalho 174**

Clara Marques de Sousa

Capítulo 5

**Linha branca/e-commerce. O crescimento
do e-commerce: o paradigma das compras *online* 187**

Carlos Costa

Capítulo 6

**Quebra de paradigma do afeto. A visão do homem
cordial na construção identitária do brasileiro..... 193**

Carlos Costa

Capítulo 7

**Ascensão do *home care*. Os cuidados de saúde
realizados em casa..... 201**

Sandra Duarte

Capítulo 8

**Sustentabilidade.
A insustentabilidade escancarada..... 210**

Alessandra Silva Vasconcelos

Capítulo 9

**A quebra do paradigma político
e as ágoras pós-modernas 224**

Soraia Herrador Costa Lima

Capítulo 10

**A valorização das mídias. Nós, e a imprensa,
não sairemos melhores da pandemia. O jornalismo
cumpre um grande papel na cobertura da covid-19
e reage a seus impactos. Mas terá havido uma quebra
de paradigma?..... 238**

Tânia Caliri

Capítulo 10

**A valorização das mídias. O paradigma da tecnologia.
Os paradigmas que a tecnologia quebrou foram
os de gerar mais comodidades e facilidades,
o de acesso multiplicado, mais possibilidades,
a exposição do consumidor, o rompimento
das barreiras de tempo e espaço 251**

Eduardo Paschoa

Capítulo 11

OPOVOÑBOBO. O elogio à RGTV 259

Antônio Napoles

Capítulo 12

**A nova educação. educação continuada.
Ascensão das EADs e a precarização da educação 268**

Carlos Costa

José Geraldo de Oliveira

Capítulo 13

O luto. Mors tua, vita mea 276

José Geraldo de Oliveira

Capítulo 14

Visões II. Presente e futuro. A revolução 5.0..... 292

Carlos Costa

José Geraldo de Oliveira

Sobre os autores e as autoras 302

Índice remissivo..... 306

APRESENTAÇÃO

Um caminho feito ao andar

O Grupo de Pesquisa “Comunicação, Tecnologia e Trabalho” nasceu durante as apresentações do 13o Interprograma da Cásper Pesquisa, realizado entre 11 a 13 de Abril de 2019, e especificamente na esteira das discussões de trabalhos no GT8 – Comunicação na Contemporaneidade. Quase todas as pesquisas tinham em comum o foco no mercado de trabalho, nos relatos realizados pelos mestrandos de outros programas de pós-graduação de universidades e escolas do entorno paulistano – como a Universidade Municipal de São Caetano do Sul, a Metodista de São Bernardo do Campo e a Universidade de São Paulo, além da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e até uma pesquisadora da Universidade da Paraíba. Tive a ideia de convidar a todos para iniciar um grupo de pesquisa, o Comunicação, Tecnologia e Trabalho. São daquele grupo inicial os pesquisadores Regiane Maria da Silva Bianchini, Adriana Cristina Alves do Amaral e Jonas Gonçalves.

Ao longo desses quase dois anos alguns pesquisadores saíram, outro entraram, como as mestrandas Alessandra Silva Vasconcelos e Keite Pacheco, minhas orientandas; a jornalista Clara Marques de Sousa, do Ceará, foi outra pesquisadora que se juntou ao grupo. Os professores Eduardo Paschoa e José Geraldo de Oliveira, além de Sandra Duarte, Soraia Lima e Tânia Caliarí vieram ao longo de 2019. Este ano o professor doutor Jefferson Mariano, pesquisador do CIP (Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Cásper Líbero), veio reforçar o time. Ele seria de enorme importância como estatístico para a pesquisa em an-

damento: um mapeamento da grade curricular dos cursos de jornalismo de todo o Brasil, para mensurar o peso dado às novas tecnologias da informação na grade de disciplinas dos cursos de comunicação.

O primeiro trabalho do grupo foi a leitura de uma bibliografia focada no mundo do trabalho, com livros como: *O fim do mundo do trabalho tal como o conhecemos*, da jornalista espanhola Marta Garcia Aler; *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*, de Tom Slee; a Quarta revolução industrial, de Klaus Schwab, *Salve-se quem puder, o futuro do trabalho na era da automação*, de Andrés Oppenheimer e uma dezena mais. Essas resenhas fizeram parte de uma série de 12 podcasts com o título Disrupção, publicados no primeiro semestre de 2020. Uma síntese desses podcasts está no artigo “Por onde começar a pensar? Disrupção, mercado de trabalho e tecnologia”, que abre este livro.

Mas aí fomos surpreendidos pela Covid-19 com o baixo retorno da resposta aos questionários enviados aos coordenadores de cursos de jornalismo de todo o Brasil.

Voltamos da pausa das férias de julho com algumas propostas, como realizar um *tour de force* para conseguir aumentar o *feedback* dos questionários enviados a coordenadores, incluindo escolas federais, estaduais e municipais, além das particulares.

Mas eram tantos os paradigmas quebrados pela Covid-19 que prosperou a ideia de que cada um dos pesquisadores escolhesse um deles para desenvolver um texto ensaístico ou um artigo acadêmico sobre o tema. A quebra do paradigma do tempo, do afeto, do luto, do comércio eletrônico ou *e-commerce*, do *home care*, da tecnologia e do *home office* entre outros.

Nas próximas páginas o leitor encontrará o resultado do trabalho desses pesquisadores, precedido de uma longa reflexão sobre a

forma ensaio, em *Elogio ao pensamento Interfaz, a forma ensaio como modo de exposição*, escrito por José Geraldo de Oliveira. Afinal, como escreveu o poeta Antonio Machado: “Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar”.

Esse não é um livro plano e ortodoxo. É uma coletânea de diferentes abordagem que refletem como tal o grupo de pesquisa que o engendrou. Quando escrevíamos esses ensaios, em setembro de 2020, não imaginávamos que a pandemia teria novas fases. Esses textos retratam a situação da primeira onda da pandemia.

Boas leituras.
Carlos Costa

parte 1

**POR ONDE COMEÇAR
A PENSAR?**



Carlos Costa

DISRUPÇÃO:
mercado de trabalho
e tecnologia

PRÓLOGO

A portuguesa Izaure Conceição Fernandes da Costa (não, não é nenhuma revelação das letras da terrinha de Camões), teve muita influência na minha vida. Costureira de mão cheia, ela tinha uma mágoa. Raspa do tacho do casal João Fernandes e Regina Rodrigues, de Bragança, Trás os Montes, ela fez apenas a escola primária.

O paradigma do seu João, meu avô, era que se todos os filhos tinham feito apenas o primário, a caçula, vinda dez anos depois do “benjamim” Joaquim, não poderia escapar da regra.

Rosalina Lopes Franciscão, melhor amiga da infância que Izaure viveu em Orlândia (a cidade da avenida 1, rua 2, avenida 3...), noroeste do estado de São Paulo, era a diretora do Grupo Escolar Benjamin Constant, na Rua São Salvador, em Londrina, cidade em que nasci e rua em que morei.

“A pressa é inimiga da perfeição”, me dizia Izaure, quando eu, aos três anos, teimava em querer fazer tudo ao mesmo tempo agora. Num dia de chuva, claro que ela impediu que eu, e minha irmã que chegou dois anos antes de mim, Maria Regina da Costa, saíssemos fazer traquinagem no quintal.

Ali, a roupa lavada do dia, lençóis, calças, camisas, vestidos, não secavam, mas se encharcavam. Ficamos os dois na janela, na desforra: “tomara que chova três dias sem parar”. O fato é que uma faísca (um fiapo de raio) caiu na chaminé de casa (forno a lenha) e algum elemento dela (faísca, não fogão) passou dentro do cobertor em que a Kiki, minha irmã, se abrigava.

Não teve nenhuma consequência física, a não ser a roupa estendida no varal de arame: todas as peças foram cortadas ao meio

pelo arame derretido. Mas minha irmã cresceu menos e até o final da adolescência era mirrada. “Magra de ruim”, dizia eu.

[.]

A pressa é inimiga da perfeição. Demorou 70 anos para que tivesse a mais científica das provas.

O que não é tanto, se pensar que Leibniz, o mais importante filósofo da inovação, esperou mais de dois séculos (ele morreu em 1716) para que suas ideias de cálculo diferencial e integral se transformassem nas calculadoras modernas. Isaac Newton também desenvolveu a teoria da gravidade, a história da maçã madura que caiu sobre sua cabeça, no mesmo período em que Leibniz publicava seus estudos. Mas o foco dos dois eram distintos.

[..]

Claro que isso é o ápice da simplificação. Newton é o pai da ciência ou da matemática moderna. Einstein tinha em sua sala de trabalho um retrato de Newton.

Quando assumi a direção da revista *Elle*, tive a missão de readequá-la ao mercado, pois a campanha de lançamento, com uma mulher idealizada, alta, formas perfeitas, vestida de negro, com um colar de pérolas que se desmonta, pipocando pérolas pelo asfalto perfeito em frente a uma mansão iluminada, foi um tiro mortal, e afastou a pós-adolescente, a menina fanática pela *Capricho*, que teve o estalo “outra vez a Disney”, como disse a hoje advogada Lucila Costa Brito.

Essas *teenagers* perdiam a revista que poderia ensinar como se vestir, os tons de maquiagem, o que ler, que filmes assistir... Não consegui terminar a tarefa de reposicionar a revista: o paradigma do gestor da Abril, na época, era que horas eu chegava na editora. Um dia falei para a Suely Georgino, a melhor secretária que tive (me aturou

na *Playboy*, e em *Quatro Rodas*): “quando ele ligar, pergunte se quer saber a que horas sai”.

[...]

Mas pensemos na pandemia.

Newton, ainda professor universitário em Cambridge, publicou *Principia: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural* em junho de 1687. Tinha 44 anos. Vinte e quatro meses depois, fazia parte do colegiado da pós-graduação da instituição.

O jovem britânico escreveu o livro durante a quarentena da peste bubônica. E é bom não confundir com a peste negra, a do século XIV e dos ratos. A “nova peste negra” (pela qual Londres passava naquele momento) deixou Newton recluso, mas foi menos mortal do que a primeira. Ainda assim, causou cerca de 100 mil mortes em 18 meses, representando cerca de um quarto da população londrina da época.

[....]

Assim, o universitário criou a lei da gravitação universal, segundo a qual, “dois corpos atraem-se com força proporcional às suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância que separa seus centros de gravidade”. Com essa descoberta, Newton eliminou a dependência da ação divina e deu início à ciência moderna.

Em 1667, Newton retornou à universidade com as teorias em mãos. Em seis meses, ele ganhou o título de *Fellow*. Em dois anos, já era professor.

Já peste negra foi assim chamada porque provocava gangrena nas extremidades do corpo, que ficavam negras.

A primeira cidade infetada pelos navios genoveses foi Istambul (Constantinopla, na época). De lá, por transporte marítimo foi para Gênova.

nova (a Turquia estava sob domínio genovês), a Marselha e a Veneza. Toda a Eurásia caía no fosso.

Giordano Bruno, em seu *Quaresimale Fiorentino* (1306), reafirmava a utilidade de sempre ter em mente a memória do juízo final e das penas futuras. Daí a doação, por nobres e famílias abastadas, de seus bens para a igreja de Roma. Começava outra história, que vai dar em Martinho Lutero em 1521 e na Reforma Protestante provocadas pelas riquezas da igreja.

[.....]

Ainda vivemos sob o impacto da chamada 3a Revolução Industrial (produzida nos finais do século XX pelas tecnologias da informação) e entramos na quarta, que a rigor nem poderia ser chamada de industrial.

O fato é que esse mundo novo da *big data*, inteligência artificial e a internet das coisas tem provocado certo medo: as profissões irão desaparecer, prognosticam alguns apocalípticos. Advogados ou jornalistas não irão desaparecer, mas suas atividades passam por profundas mudanças.

E mudar não será algo novo nesse patamar em que a rigidez e estruturação deram lugar à liquidez, conceito trazido pelo sociólogo Zygmunt Bauman.

Nesse mundo 4.0, a mudança será a condição: não haverá tempo de construir algo estável, é como se lidássemos com edificações de gelo que se derreterão sem dar tempo à criação de rotinas fixas. Essas ficarão com os robôs.

“Muitas mudanças a um tempo só. A transformação mundial”. Essas duas frases parecem se referir ao processo do derretimento da Antártica ou a outros que ocorrem no mundo do trabalho hoje. Mas

elas foram escritas pela pesquisadora Claudia Alessandra Tessari ao abrir o primeiro capítulo de seu livro *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*, um estudo sobre mudanças do mundo do trabalho na atividade cafeeira, algodoeira e canavieira na passagem do século XIX para o XX, no país extremamente rural que éramos. Ou seja, aquele foi um dos tantos momentos em que “muitas mudanças” acontecem a um tempo só. A diferença é que hoje essas alterações ocorrem com a velocidade de um tsunami. E como eles, acabam pegando empresas e, sobretudo, a academia de “calças curtas”. Nos anos 1950, o Brasil era um país rural: 80% da população vivia no campo. O analfabetismo era um problema urgente: 57% da população acima de 5 anos não sabia ler e escrever. A expectativa média de vida girava em torno dos 48 anos. Eram dados que o aluno anotava em leituras de artigos de revistas ou nos manuais escolares.

Nesses quase 70 anos, o panorama mudou drasticamente. Agora, 80% da população brasileira vive nas cidades (os números se inverteram), e a expectativa de vida saltou de 48 para quase 74 anos. E a tendência é essa expectativa aumentar.

Nas leituras daquele tempo de estudante, o futuro se desenhava pleno. Viveríamos muitos anos mais e com perspectivas de saúde das melhores. O grande problema seria o que fazer hoje com o excesso de horas de lazer.

A profissão do futuro, diziam as previsões, seria a de animador, a organização de entretenimentos e jogos ocupacionais. Talvez até perdêssemos alguns dentes (desnecessários em um mundo que se alimentaria com pílulas e alimentos liofilizados, como a dos astronautas). Os dedos mindinhos e o menor dedo do pé também estariam correndo o perigo de desaparecer, pela desnecessidade ou escassez de uso.

Mas sabemos: não foi bem isso o que aconteceu. O mundo mudou, mas as promessas de um tempo de ócio quase total não se concretizaram. E as surpresas se devem ao fato de que não nos preparamos para o “novo mundo do trabalho” que estava sendo desenhado enquanto nos distraíamos.

Já estamos no início da terceira década do século XXI. E o que era futuro agora é presente. Muitos dos prognósticos com que desenharam o início do novo século não se cumpriram. Não veio o tempo ócio em que o lazer seria um problema (o que fazer com tanto tempo livre?); não perdemos os dentes e os dedinhos; o diploma não é garantia de estabilidade (se o médico, o dentista, o advogado não fizerem cursos constantes de atualização estarão fora do jogo); e o trabalho nos ocupa não dois ou três dias por semana, mas tornou-se algo portátil (o levamos para casa em aplicativos digitais); e nem sabemos se nossa “profissão” existirá daqui a três anos!

Andrés Oppenheimer, jornalista e analista do futuro do mundo do trabalho, no livro *Salve-se quem puder!: o futuro do mundo do trabalho na era da automatização* (2019), trata do futuro do mundo dos jornalistas e comunicadores; dos restaurantes e supermercados; dos banqueiros e bancários; dos médicos; dos professores; das transportadoras e caminhoneiros. Para todos eles a grande surpresa está sendo preparada logo ali.

E o que não serve de consolo: fomos quase todos pegos meio de surpresa. Nem a escola e nem as organizações nos prepararam para esse futuro incerto! Esse é um modo apocalíptico de situar o problema. Talvez fosse melhor pensar na “modernidade líquida”. Assim, seria mais realista dizer que as corporações (a escola, as empresas, a academia) não pegaram forte no tema de que é preciso se reinventar, virar-se do avesso, sobretudo injetar boas doses dos talentos digitais que estão na ordem do dia.

A jornalista espanhola, Marta García Aller, outra estudiosa do novo mundo do trabalho diz que: “O fim do mundo do trabalho tal como o conhecemos tem muitos vieses, e ela os explora em capítulos em que esmiúça “por que os vendedores de seguros perderão seus trabalhos, mas os dentistas não”, para ficar em um exemplo. A sorte está lançada.

A ERA DA INDÚSTRIA 4.0

As revoluções industriais foram caracterizadas pela confluência de mudanças significativas no que se refere a fontes energéticas e à comunicação, gerando um novo ciclo produtivo mais eficiente, eficaz e disruptivo.

Para ficar num exemplo simples, até o final do século XVIII as fontes de energia se resumiam ao fogo, à tração animal (de homens, cavalos, bois), ao vento (a navegação por barcos providos de velas) e à água (utilizada nos moinhos à beira de rios). A Indústria 4.0 apenas sintetiza o que será a 4ª Revolução Industrial – embora em alguns casos a própria palavra indústria não tenha hoje o mesmo significado de dois séculos atrás.

O aperfeiçoamento da máquina a vapor, em 1768, por James Watt, abriu espaço para a 1ª Revolução Industrial. Pequenos centros de tecelagem se transformaram em grandes fábricas, com centenas de máquinas produzindo enorme volume de tecidos. Muitos agricultores, granjeiros e artesãos migraram para os grandes centros industriais transformando-se em operadores de máquinas. Em algum momento, houve até certo temor com essa novidade, o que foi magistralmente registrado por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*, de 1936.

A 2ª Revolução Industrial somou as invenções do século XIX: a introdução do gás e outros derivados do petróleo como fonte de energia, originando o motor à combustão. E sobretudo a eletricidade – que permitiu que as fábricas não tivessem de ser instaladas ao lado de rios. A produtividade e a escala de produção tiveram notável crescimento, com o surgimento dos setores químicos, metalúrgico e elétrico. Os Estados Unidos foram ocupando a liderança que antes era da Inglaterra. Os impactos se refletiram na ampliação das comunicações e nos transportes por trem, que proporcionaram a chegada a novos mercados, indo cada vez mais distante. A abertura dos canais em Suez e no Panamá exerceu um papel fundamental para a rapidez na circulação de mercadorias. A importância da abertura dos dois canais merece um alentado artigo, mas resumimos em dois tópicos: foram construídos, o primeiro entre 1859 a 1869, o segundo entre 1904 e 1914; o primeiro eliminou o contorno da África ao ligar o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, agilizando o acesso aos países asiáticos. O segundo eliminou a volta pela América do Sul, ligando o Caribe diretamente ao Pacífico. Países como Índia, China e Japão, ou Equador, Peru e Chile se ligaram diretamente ao Atlântico e à Europa, e à costa leste americana, abrindo novos mercados para consolidar a segunda revolução industrial.

Esse processo deu a largada para a criação de grupos empresariais, consolidando o capitalismo com um sistema bancário, concentrando o mundo financeiro. Começava a internacionalização, com os grandes monopólios, passo prévio para a globalização. Houve uma corrida desses grupos em busca de novos países para extração de minérios e matérias-primas, numa nova onda de colonialismo que “canibalizou” (e a expressão cai muito bem) diversos países africanos.

A 3ª Revolução Industrial, cujos resquícios ainda estamos vivendo, foi produzida pelas tecnologias da informação. Essa etapa é marcada pela adoção de ferramentas digitais, computadores pessoais, a criação de robôs industriais (operados sobretudo na indústria automo-

bilística), smartphones, internet, o *marketing* e o comércio eletrônico, com crescente demandas de recursos humanos cada vez mais especializados, ao lado de uma embrionária em busca consciência de fontes de energia renováveis (eólica e solar) e, sobretudo, a urgência da sustentabilidade. A globalização foi um dos grandes temas de Octavio Ianni (1995), e a desterritorialização da autoridade do estado foi muito bem abordada pelo sociólogo do direito Jose Eduardo Faria (1996).

Já a 4ª Revolução Industrial é resultante de um projeto do governo alemão, na esteira da crise financeira mundial de 2008. Uma rede de especialistas da academia e do mercado, capitaneada por Klaus Schwab, formulou diversas hipóteses apresentadas na Feira Cebit de Hannover de 2013. Criador do Fórum Econômico Mundial (famoso por seus encontros de inverno na cidade Suíça de Davos), com doutorados em engenharia (Zurique) e economia (Friburgo), e mestrado em administração pública (Harvard), Schwab e o grupo de consultores pensaram propostas envolvendo a internet das coisas, a inteligência artificial e os big datas, com a aplicação da robótica no atendimento de clientes (em bancos do Japão, por exemplo, uma “robô” realiza a triagem em diálogo com o cliente, conforme Andrés Oppenheimer (2019). Há ainda o desenvolvimento de logística e transporte com o uso de drones, entre outras novidades que estão modificando profundamente o mundo do trabalho.

Alguns visionários preveem um futuro com teletrabalhadores, bibliotecas e aulas interativas e multimídias. Falam em reuniões de pessoas e grupos. O comércio e os negócios passarão das lojas e centros comerciais para as redes e modems. E a liberdade das redes digitais tornarão os governos mais democráticos. Isso é um ornitorrinco! Por acaso nossos especialistas informáticos perderam o senso comum? A verdade é que nenhuma base de dados online substituirá o jornal diário, nenhum CD-rom tomará o lugar de um professor competente e nenhuma rede informática mudará a forma de funcionar o

governo (...) Nicholas Negroponte, diretor do Mit Media Lab, profetiza que iremos comprar livros diretamente pela internet. Uau, ele está seguro disso. Essa afirmação foi publicada na revista Newsweek em 1995, quando a internet começava a tatear, no artigo “The Internet, Bah!”, assinado pelo astrofísico Clifford Stoll. A citação se encontra na página 24 do livro de Marta García Aller, *El fin del mundo tal y como lo conocemos* (2019).

Inovação disruptiva é o fenômeno pelo qual uma inovação transforma um mercado ou setor existente após a introdução de simplicidade, conveniência e acessibilidade em empresas onde a complicação e o alto custo eram a tônica. Quando uma atividade está defasada (ou se mantém constante, sem crescimento ou sem novidades) e parece desinteressante ou irrelevante, é surpreendida por um novo produto ou ideia, que redefine completamente a indústria. É nesse contexto que acontece uma inovação disruptiva.

A BUSCA PELO TALENTO DIGITAL

O Barcelona Digital Talent (BDT) é uma associação criada em 2018 e que faz a ponte entre as necessidades das empresas com as iniciativas de talento digital (inovação, empreendedorismo, iniciativas de aplicações de quem se interessa pelo online).

O BDT promove o desenvolvimento de novas habilidades digitais, com a intenção de posicionar Barcelona como capital do talento digital em nível global. No site do BDT essa intenção é explícita.

Em fevereiro de 2019, o BDT lançou os resultados de uma pesquisa *Barcelona Digital Talent Overview*, que traz interessantes previsões: em 2020 haverá 900 mil vagas para trabalho na área digital e 45% dos estudantes do ensino fundamental exercerão funções que hoje

não existem; entre 2007 e 2017, os postos de trabalho na área digital cresceram 38,1% contra os 3,2% das outras atividades; em 2018, no ecossistema europeu foram oferecidos 5.7 milhões de vagas na área de desenvolvimento digital, 200 mil a mais do que no ano anterior; 85% dos graduandos estavam em áreas conexas com o desenvolvimento.

O FUTURO DA COMUNICAÇÃO E DO JORNALISTA

Muitas vezes o meio acadêmico tem usado pouco suas antenas para sintonizar as demandas que impõem a liquidez do mundo atual – e parece ser assim que as coisas acontecem. Daí o sucesso de cursos como os da Ironrack.

Os grupos de mídia, os reais interessados na própria sobrevivência, tateiam soluções. Um dos primeiros a tornar público seu guia para os novos tempos, o jornal *The New York Times* publicou sua carta de intenções em 2014 (é na realidade um plano de negócios). Em 2015, a *Reuters* atualizou o manual de procedimentos. No ano seguinte foi a vez da Associated Press. Em 2019, o *Wall Street Journal* redesenha seus processos.

Em seguida vamos analisar a iniciativa do *The New York Times* e do *Wall Street Journal*. O NYT tomou como ponto de partida a consciência de que o seu maior valor é a qualidade do jornalismo praticado desde sua fundação, em 18 de setembro de 1851.

Em 169 anos tem um histórico de grandes reportagens (um acervo de 14,7 milhões de notícias), e uma ficha corrida de 122 prêmios Pulitzer – nenhuma outra publicação exhibe esse recorde.

Após 50 anos, já no início do século XX, tornou-se uma publicação de referência em todo o mundo. No seu relatório “Inovação”, de 2014 encontramos: “o *The New York Times* está ganhando no jornalismo. De todos os desafios que uma empresa de mídia enfrenta na era digital, o mais difícil é produzir um jornalismo impecável e de qualidade. Nosso pacote noticioso diário é profundo, amplo, inteligente e envolvente – temos essa grande vantagem sobre a concorrência. Mas estamos ficando para trás em uma área crítica: a de levar nossa produção jornalística aos leitores. [...]. Não temos feito o suficiente para quebrar essa barreira do on-line. É aqui que nossos concorrentes avançam. O *Washington Post* e o *Wall Street Journal* anunciam movimentos agressivos, reposicionando-se na era digital. Outros grupos já nascem digitais, com o *First Look Media* e *Vox Media* criando redações na linha do “digital first”. *The Guardian* e o *USA Today* adotam práticas digitais que alavancam o número de leitores”.

Que estratégias foram adotadas pelo NYT? Colocar o desenvolvimento da audiência como uma das missões do jornal, num trabalho que engaje toda a equipe. Para isso, ele está investindo forte na qualidade da produção, focada no jornal, e reforçando a qualidade como seu diferencial, abrindo interfaces com o leitor.

Outro ponto é a criação de uma equipe de estratégia editorial, tornando a empresa uma genuína organização *digital first*. Essa equipe tem o papel de aconselhar os líderes da redação na tomada de decisões.

Em síntese, o redesenho da redação colocou em duplas ou trios de trabalho jornalistas, especialistas em *marketing* e talentos digitais, somando visões complementares – e nem sempre quem conduz a equipe é o jornalista.

Outra estratégia é incrementar a operação de eventos, criando parcerias patrocinadas entre indústrias e nichos de leitores interessa-

dos no segmento que elas atendem. Negócio promissor é a realização de Ted.

Mas a redação precisa estar envolvida em pensar a estratégia e conteúdo desses eventos. O relatório ressalta que “o movimento precisa ser rápido, pois é uma indústria que mudou o modelo de negócio, afastando-se da dependência da publicidade e em busca de audiência disposta a pagar”. Redação, *marketing* e o financeiro devem pensar em conjunto o jornal e sua rentabilidade.

O NYT manteve por anos duas redações separadas: uma para a parte impressa e outra para a digital (começou a ser publicado também na internet em 1996), mas apesar de o impresso manter a qualidade do seu jornalismo, sofria problemas no digital: questão não só de estruturação, mas também de organização digital e estratégia.

O relatório aconselha modernizar o sistema de jornalismo digital e fazer isso rápido, pois os competidores estão crescendo em número e ganhando terreno no mundo online. Em 2010 passou a cobrar pelo acesso online a seu acervo: começava a retomada.

O NYT superou expectativas de lucro e receita no último trimestre de 2018, resultado de 265 mil novos assinantes digitais, maior salto trimestral desde o período pós-eleições de 2016. O jornal projeta agora 10 milhões de assinantes em 2025 contra os atuais 4,3 milhões. Diante desses resultados, o valor das ações disparou quase 11% no dia 6 de fevereiro de 2019.

A receita de ingresso publicitário digital cresceu 22,8%, para US\$ 103,4 milhões no trimestre (enquanto a receita com publicidade impressa caía 10,2%).

Contra a onda de companhias de mídia digital que decidiram demitir pessoal para reduzir custos, o presidente-executivo do NYT, Mark Thompson, afirmava que o jornal iria investir mais, e não menos,

em reportagem. “Como vamos fazer para cumprir com este objetivo? Em primeiro lugar, com jornalismo”, disse Thompson.

AS ESTRATÉGIAS DO WALL STREET JOURNAL

No dia 5 de março de 2019, Matt Murray, editor-chefe do *Wall Street Journal*, e a encarregada das estratégias de redação, Louise Story, enviaram a todos os empregados do grupo a estratégia adotada pela empresa, os próximos passos, elencando os “novos empregos”. Mas em grandes linhas, o pulo do gato é trazer para a redação talentos digitais (formados em engenharia ou ciências da computação).

Nos últimos anos, o *WSJ* redesenhou a equipe de editores e da estrutura de edição central, para concentrar a liderança do periódico e os fluxos de trabalho no crescimento das plataformas digitais, enquanto continua a atender os assinantes impressos.

A partir daí, reforçou-se o planejamento estratégico no crescimento digital, com a criação de uma área de estratégia de redação e a equipe de pesquisa e desenvolvimento.

Agora, novos departamentos de redação abriram 36 novos empregos. As novas equipes servirão como incubadoras para novas tecnologias, crescimento de público, comunidade e inovação de notícias. Com o desenvolvimento de conteúdo original, histórias e notícias como recurso para mudanças em todas as áreas de cobertura.

A lista de novos empregos inclui desenvolvedores, designers, gerentes de produto, especialistas em dados e também, crucialmente, jornalistas. Há muitos novos esforços de reportagem em todas essas

equipes buscando novas maneiras de trabalhar juntos. Os repórteres atuarão com membros de diferentes equipes e com outras habilidades.

E, o que é importante, para todos os cargos a busca é por candidatos com sensibilidade e experiência jornalística, para somar esforços de produzir reportagens para o público certo, com as ferramentas adequadas.

Essas novas frentes abertas pelo WSJ se voltam para cinco áreas: 1) público jovem; 2) envolvimento das equipes; 3) inovação na redação; 4) dados de audiência; 5) pesquisa e desenvolvimento.

À medida que essas equipes começam, elas trabalham em estreita colaboração com as equipes de produto, projeto e engenharia, que fornecem alguns dos membros da própria equipe em base rotativa.

Eles serão conexões essenciais para os parceiros do jornal, como Dow Jones, incluindo o Dow Jones Innovation Lab, as equipes de insights e produtos de dados do consumidor, as equipes de aumento de sócios e a de tecnologia, formada por profissionais especializados no mundo digital.

Todas essas mudanças são centrais na estratégia do WSJ: continuar sendo leitura obrigatória em coberturas tradicionais, ao mesmo tempo em que a publicação se une em novas áreas, atingindo novos públicos.

À medida que o WSJ inova, manterá o foco em sua missão de noticiar, bem como no valor que oferece aos públicos atuais e futuros.

Vamos voltar ao início. O que os dois relatórios, do The New York Times e do Wall Street Journal, apresentam em comum?

Há muitos pontos de contato, começando pela preocupação maior que se deve prestar ao digital first. O NYT conceitua “digital

em primeiro” como um mantra a ser repetido em prol das mudanças. Ser primeiro digital define uma postura de sintonia com o tempo e com os hábitos do usuário, que segundo o relatório do jornal vem mudando rapidamente.

Outro ponto de contato é a decisão de investir (e não cortar) na montagem de equipes com soft skills: em outras palavras, investir em jornalismo de qualidade.

As duas mídias que analisamos colocam isso como parte da missão das remodelações.

O terceiro elo está em uma postura mais agressiva, primeiro em mostrar a qualidade da produção, tornando-a um atrativo para promoções além do jornal ou do serviço noticioso. Realizar parcerias com outros atores da indústria 4.0, para revitalizar e monetizar eventos que coloquem em um mesmo espaço nichos de consumidores com os provedores desse nicho, como o NYT já faz há tempos com publicações de palavras cruzadas e de gastronomia e de música.

O envolvimento de equipes multidisciplinares fecha o quadro: os times não são estanques, mas se formam para criar novas reportagens em que o analista ou desenvolvedor de tecnologia participa da apuração e, depois, da edição final. O trabalho em equipe é um pressuposto nesse redirecionamento do negócio.

Mais de 54% das empresas acreditam que há um gap entre a demanda e a oferta dos profissionais capacitados para o digital.

O PROJETO ESTADÃO 21

Tal como o *The New York Times*, o Estadão investiu pesado na sua transformação digital. O grupo, só para lembrar, tem uma trajetória de quase 146 anos na área de jornalismo. Hoje é o jornal impresso com maior circulação nacional de acordo com o Instituto Verificador de circulação. Nos últimos 4 anos o grupo ampliou sua base de assinaturas digitas.

O Projeto *Estadão 21* iniciou em 2017, com a criação das áreas de *business intelligence* e estratégias digitais. Um investimento de US\$60 milhões em tecnologia, ferramentas, pessoas e novos produtos digitais.

O processo teve o desafio de reafirmar o jornal impresso como pilar fundamental, com mais análises, e expandir a presença digital do grupo nas várias plataformas.

Em 2019, junto com a empresa espanhola El Prodigioso Volcón, foram definidos novos processos de organização para produzir e distribuir os conteúdos do jornal de maneira mais eficiente e adaptado ao meio digital.

O trabalho desenvolvido entre Madrid e São Paulo e teve várias ações, como entrevistas com funcionários, *workshops* de modelos de negócios, tecnologia, gestão de projetos e definição de públicos.

Foram definidas 7 linhas de trabalho: estratégia geral, produtos impressos e digital, fluxo de trabalho, perfis profissionais e necessidade de formação, comunicação interna e tecnologia.

Com uma redação para múltiplas plataformas, a distribuição da notícia é produzida para diversos canais de consumo de conteúdo como celulares, *website*, *podcast*, *newsletters* e redes sociais.

Estas propostas exigiram dos profissionais de redação uma grande transformação. “Quando a gente tem a informação, já pensa em como enviar para cada canal de distribuição”. Quem afirma isto é Rafaela Capani, responsável pela consultoria da El Prodigioso Vocán.

Segundo a pesquisa, *The Digital Talent Gap – Are Companies Doing Enough?*¹ do ponto de vista geográfico, países como Estados Unidos, Suécia, Alemanha e Países Baixos têm o maior fluxo de contratação de profissionais “digitais”, o que indica que são os destinos preferidos dos profissionais capacitados.

A Índia tem a maior “oferta” de talentos digitais, mas a maioria está saindo do país: a cada 10 talentos digitais que vão para outras localidades, apenas quatro chegam à Índia. E o Brasil? Ele nem entrou na pesquisa.

QUAL O VALOR DA EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE 4.0

O mundo é mais complexo e imprevisível do que vemos. É o que a inteligência artificial, *big data* e internet estão revelando.

David Weinberger, no curioso livro *Everyday Chaos* (2019), afirma que “os algoritmos de aprendizado profundo funcionam porque capturam melhor do que qualquer ser humano a complexidade, a fluidez e até a beleza de um universo em que tudo afeta todo o resto, de uma só vez. O aprendizado de máquina é apenas uma das muitas ferramentas e estratégias que cada vez mais nos colocam frente a frente com a complexidade incompreensível do nosso mundo cotidiano. Mas este

¹ <https://www.capgeminini.com/resources/digital-talent-gap/>

benefício tem um preço: precisamos desistir de nossa insistência em sempre entender nosso mundo e como as coisas acontecem nele”.

A tecnologia está permitindo tirar proveito de todo o caos que se revela, nossa compreensão de como as coisas acontecem está mudando – e com ela precisamos mudar as estratégias para prever, preparar e gerenciar o “nosso mundo”. O que Weinberger aponta é que isto afeta tudo, desde a forma como abordamos nossa vida cotidiana até como tomamos decisões morais e como administramos nossos negócios. Por exemplo: uma *hashtag* pode organizar movimentos não planejados e sem líderes, #metoo.

Embora isso possa ser perigoso, aceitá-lo também é libertador, pois nos permite aproveitar a complexidade de uma imensa quantidade de dados ao nosso redor. A Indústria 4.0 traz um cenário inovador para a indústria e a sociedade. As recentes tecnologias estão demandando a rápida compreensão das novas atividades econômicas que estão sendo criadas.

As universidades tiveram como primeira missão e função social difundir a verdade e evitar a difusão do erro pela formação de profissionais e especialistas.

Estamos em um momento em que as universidades vivem uma constante tensão em relação à construção de suas identidades, tanto na inovação no ensino e na pesquisa, como numa proposta mais cultural ou de formação profissional e em seu próprio público-alvo.

Uma sociedade digital é definida pelo valor das tecnologias, que assumem a centralidade absoluta nas mais diversas dimensões de nossas vidas – tendo consciência de que elas dependem do conhecimento humano. É importante repensarmos o conhecimento humano focado nos valores da tecnologia. Outra questão é como manter a

vanguarda e, ao mesmo tempo, como preparar os estudantes para as novas exigências do mundo do trabalho.

Antes a juventude era uma etapa que precisava ser superada. Hoje a juventude é ativa e muitas vezes tecnicamente mais qualificada do que o professor. Além de possuir uma outra visão de mundo. É importante conservar esta perspectiva e utilizá-la para colocar em dúvida e questionar todas as crenças para imaginar e criar um novo futuro para a educação.

Os jovens que chegam ao mercado de trabalho terão que entender que a combinação entre as novas tecnologias abre um leque inédito de possibilidades, novos negócios e solução de antigos problemas.

Estes jovens trazem uma nova visão sobre prioridades profissionais e pessoais, diferente dos profissionais que vivenciaram as transformações do mercado de trabalho durante o século XX nas fases da Indústria 2.0 e 3.0.

Desde o final do século XVIII, ao longo das diversas revoluções industriais, a educação teve que se moldar aos novos contextos para poder formar profissionais, transmitindo os conhecimentos para as gerações dos novos trabalhadores e para atender as necessidades da indústria.

O modelo de ensino e pesquisa a partir das escolas politécnicas, surgidas na França durante a primeira fase industrial e tendo como foco a engenharia [1794], foi pioneiro no atendimento das necessidades da indústria. Estas escolas se difundiram por todo o mundo, sustentando a inovação e a evolução dos processos industriais que se sucederam.

A Indústria 2.0 trouxe a produção industrial em série, com processos mais dinâmicos e quantidades de produção em maior escala.

Um novo contingente de consumidores de produtos inovadores e em quantidades crescentes promoveu a evolução dessa fase industrial.

Com a atuação e apoio de algumas instituições, soma-se ao mercado de trabalho um grande contingente de profissionais com perfil técnico, com conhecimentos específicos sobre processos de industrialização.

Essa competência se confirma na fase da Indústria 3.0 que se inicia na década de 1970, com a adoção de tecnologia da informação e de produtos eletrônicos.

O relatório de 2017 *The Future Of Degree // How Colleges Can Survive The New Credential Economy* revela que a economia global, os empregadores e a própria sociedade exigem conhecimentos, competências e atitudes que não estão presentes na dinâmica das instituições de ensino superior.

O documento estima que, em consequência da Revolução Industrial 4.0, o modelo convencional da formação acadêmica dos estudantes ficará cada vez mais distante das expectativas dos empregadores.

Neste sentido surgem muitas dúvidas. Como reestruturar o currículo do ensino em torno das definições de habilidades digitais e fornecer aos alunos experiências para um aprendizado melhor, com o contato com novas ferramentas?

Como nós, professores, podemos nos preparar para formar os novos profissionais para Indústria 4.0 e, ao mesmo tempo, acompanhar e entender as disrupções?

A palavra universidade junta os termos latinos *universus* (universo) e *veritas* (verdade). É a verdade universal. Estou convencido de que é na universidade que os indivíduos terão acesso a oportunidades educacionais, e é onde as melhores e mais brilhantes mentes do mundo turbinarão seus conhecimentos para resolver os problemas globais.

Segundo o relatório *Education At a Glance* (2018), da OCDE2 mais de 50% dos formados em ensino superior no Brasil graduam-se em educação e em negócios. Mas a competitividade de uma nação não se baseia apenas nas tecnologias que já chegam prontas de outros países, mas, sim, naquelas que são desenvolvidas pelo próprio país e trazem consigo os valores, as instâncias éticas e as marcas da cultura que as criou. É o que fala Thomas Philbeck, diretor de estudos de ciência e tecnologia do Fórum Econômico Mundial, em *Revolução 4.0*, a educação superior na era dos robôs.

Desde 1999 é realizado o FNEESP (Fórum Nacional do Ensino Superior Particular), que é considerado o maior evento do ensino superior privado do Brasil. O fórum é realizado pelo SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo) para discutir os desafios e o empreendedorismo das instituições educacionais particulares.

Eu garimpei algumas preciosidades.

“Vivemos em um tempo de mudanças aceleradas, enfrentamos desafios globais para o habitat e a democracia, e as soluções são comportamentais, tecnológicas, culturais, biológicas, históricas e governamentais e precisamos de compreensão histórica para não repetir os erros do passado”. Está é uma fala da vice-reitora da Arizona State University, Stefanie Lindquist, que abordou na sua palestra a “Educação superior no contexto do século 21”, durante o FNEESP de 2018. Ela ainda afirma que: “a universidade é o único lugar em que aprendizagem e geração de conhecimento andam juntas para solucionar as principais questões enfrentadas pela humanidade. Mas as universidades, em muitos casos, tornaram-se torres de marfim, separadas de suas comunidades e do mundo corporativo, especialmente em termos de construção de seu currículo”.

2 www.oecd.org

O sociólogo José Pastore em 2019 afirmou que: “é preciso considerar um aspecto defendido pelos economistas otimistas, o de que os seres humanos têm capacidade de adaptação. Eles irão adaptar-se, sim, mas há dois desafios para isto, um de *timing* e outro de *matching*. O desafio do *timing* consiste em saber quanto tempo os profissionais levarão para se ajustar a um novo tipo de trabalho. Se levar um ano ou três, ficarão desempregados nesse período; portanto, o *timing* é longo. O desafio do *matching* é saber se, com a atividade a ser criada, e mesmo com treinamento, o trabalhador conseguirá se ajustar às novas maneiras de trabalhar”.

O JORNALISMO É TAUTOLÓGICO

O ideograma chinês para a palavra crise, costumava repetir Roberto Civita, então presidente da Editora Abril, seria a soma de dois outros caracteres: o de risco e de oportunidade.

Usei muitas vezes essa citação até descobrir que há um equívoco na sua formulação. Não vem muito ao caso explicar aqui o equívoco. O certo é que, muito usada em palestras e livros motivacionais, essa referência teria origem num discurso pronunciado pelo presidente americano John Kennedy em 1959. Disse ele: “quando escrita em chinês, a palavra crise é composta por dois caracteres; um representa crise; o outro, oportunidade”. Mesmo não sendo correta, a ideia é ótima.

É truísmo repetir que o jornalismo está em crise. E é ainda mais óbvio que agora é a oportunidade de discutir o seu papel, seu futuro e as linhas de trabalho para quem tem como missão formar novos jornalistas e comunicadores.

Que tipo de mediadores queremos preparar para a vida, para o exercício da cidadania e para o mercado? Como formador, essa ques-

tão tem permeado muitas das minhas leituras e reflexões. Tentarei aqui dar mais um passo nessa direção.

A pergunta fundadora dessa discussão é “o que é o jornalismo?”.

Ter clareza sobre o que é o jornalismo é fundamental para dar as respostas às tantas questões que se colocam nesse momento de crise e de transformações.

Há muitas definições sobre o que é o jornalismo. A mais repetida é a frase erroneamente atribuída ao jornalista e escritor inglês George Orwell (pseudônimo de Erik Arthur Blair). “Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”.

A foto principal da comunidade “por um novo jornalismo” no Facebook é uma reprodução, datilografada, dessa frase. Mas foi não exatamente com essas, mas com outras palavras, a sentença cunhada por William Randolph Hearst, magnata americano da imprensa em quem o cineasta Orson Welles se inspirou para criar o clássico filme *Cidadão Kane*, de 1941.

Millôr Fernandes também lapidou outra definição: “imprensa é oposição. O resto é armazém de secos e molhados”.

A lista é grande. E poderia incluir a frase do diplomata e político americano Adlai Stevenson: “Um editor de jornal é alguém que separa o joio do trigo. E publica o joio”. Uma citação que não chega a definir o que é o jornalismo, mas serve como brincadeira, como as muitas que se faz sobre médicos, juízes ou advogados. Ou seja, são frases de efeito!

Prefiro a conceituação dada pelo jornalista Clóvis Rossi, no livro *O que é o jornalismo*. Sem nenhuma pretensão acadêmica, Rossi escreve que “o jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou

ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva – a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa”.

A constatação seguinte é entender que nos dicionários a palavra jornalismo é classificada como um substantivo. Há nos últimos tempos uma perda substancial de tempo de alguns estudiosos em adjetivar o jornalismo. Coleciono algumas dessas “variedades”, que vão desde as tradicionais editorias como “esportes” (daí o “jornalismo esportivo”), “economia”, “política”, “saúde”, “gastronomia”, “moda”, entre tantas seções que os jornais criaram a partir da segunda metade do Século XX, até preocupações mais recentes (infelizmente), como “cidadania”, “meio ambiente”, “informática”, “comunidade” e “catástrofes”, entre outras.

São todas também palavras substantivas.

Essa preocupação em demarcar ou setorizar a cobertura jornalística em editorias foi consolidada com a revista *Life*, em sua fase a partir de 1936, sob a batuta do grande editor americano Henry Robinson Luce.

Luce criou essa departamentalização para imprimir credibilidade à sua revista. Uma equipe da editoria de saúde, por exemplo, podia contar com um repórter, um fotógrafo, um pesquisador, um consultor da área de medicina, para publicar textos relevantes e confiáveis. Um bom exemplo desse modelo de jornalismo é mostrado no filme *Spotlight*, segredos revelados, lançado em novembro de 2015. Escrito e dirigido por Josh Singer e Tom McCarthy, *Spotlight* é uma aula fundamental de jornalismo. Baseado em fatos reais, retrata a seriedade da apuração

realizada para o jornal *The Boston Globe*, pela mais longa equipe de investigação de um periódico americano. A cobertura realizada pela equipe Spotlight apurou os casos de abuso sistêmico de crianças por padres católicos da Diocese de Boston, removidos de suas paróquias quando havia algum indício de escândalo. A equipe ganhou o Prêmio Pulitzer em 2003 na categoria serviço público. O filme teve seis indicações para o Oscar. Ganhou dois: roteiro original e melhor filme.

Fica clara, no filme, a importância do trabalho do pesquisador, que descobre nos porões do jornal os anuários da diocese, permitindo acompanhar ano a ano a movimentação dos padres pedófilos pelas diferentes paróquias da região de Boston, sem qualquer punição.

Essa criação de editorias teve um objetivo: a credibilidade.

A investida de Henry Luce foi justamente apostar na busca da consistência da informação e de sua credibilidade. Quase todas as publicações semanais ilustradas, que tiveram o auge no período após a Segunda Guerra Mundial, seguiram esse modelo de setorização de suas coberturas.

Mas o fato novo não é essa racionalização da cobertura, mas a invenção de grifes que ocorre hoje nos estudos sobre o jornalismo. E há para todos os gostos.

Além das tradicionais denominações de político, esportivo, econômico, policial, há cada vez mais novas designações, como ambiental, colaborativo, cidadão, comunitário, compreensivo, público, cívico, e toda uma ladainha de “jornalismos”.

Causa espanto ler a expressão “jornalismo de qualidade”, como ocorre quando se fala “educação de qualidade”. Como se fosse admissível jornalismo ou educação sem qualidade. Talvez o caso mais chocante seja falar “jornalismo humano”; afinal, haveria um jornalismo animal, vegetal ou mineral?

Fala-se de “jornalismo cidadão”, “digital”, “cibernético”, “online” ou “multimídia”. Há certa armadilha nisso. Jornalismo é tautológico, pois inclui tudo em si. Está é uma fala de Ramón Salaverría, professor titular de jornalismo na Universidade de Navarra, Espanha.

Os estudiosos da comunicação sofrem uma série de problemas. Destaco dois. Um é a necessidade e pressão por publicar, para engordar o currículo. Além da necessidade de publicar muito para turbinar a folha de serviços, o outro problema é o do melindre.

Para boa parte dos pesquisadores, tudo parece ser uma ação entre amigos. Ninguém quer assumir o papel do menino que apontou que “o rei estava nu”.

Vamos nos deter no primeiro problema, a excessiva preocupação com escrever e publicar artigos para encorpar o currículo. Marcelo Spalding faz a pergunta “quanto custa recheiar seu currículo”? E enumera os gastos com passagens, hospedagens em congressos e pagamento de taxas, para realizar uma apresentação de 10 minutos perante uma plateia de meia dúzia de pesquisadores.

Não há debate, como regra, não há troca de bibliografias. A quantidade de inscritos dificulta esse enriquecimento. Quem participou de alguns congressos sabe o que digo.

Um outro trabalho é *O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?*, dos pesquisadores Roberto Patrus, Douglas Dantas e Helena Shigaki, que mergulha fundo na política de mensuração quantitativa adotada pelos entes reguladores. Uma das saídas é a necessidade de criar conceitos novos – como a febre de adjetivação do jornalismo.

Essa supervalorização da produção acadêmica tem gerado um descaso com a qualidade do que é produzido, e isso se reflete na falta de compromisso com o avanço. O que pode ser observado na quanti-

dade de artigos de professores. Como exemplo, um professor da área de Administração chegou a publicar 52 trabalhos em um único ano. Foram, divididos em artigos de periódicos, anais de eventos e capítulos de livros. Um único professor produzir 52 trabalhos em um ano, ou 4,3 por mês, é um dado que merece ser objeto de análise.

Agora o problema do melindre: o corporativismo impede a crítica. Tudo está ótimo. Quase ninguém ousa citar nomes em suas críticas, comportando-se como o Cândido de Voltaire no melhor dos mundos possíveis.

Esse melindre faz lembrar do filme *De eso no se habla* (María Luisa Bemberg, 1993) que tem Marcelo Mastroiani como protagonista. Trata da vida no interior argentino nos anos 1930. Aquele mundo dos donos das grandes estâncias. Há a comerciante viúva e autoritária, que não aceita a realidade de que sua filha é uma anã. E não admite referência a esse fato que nega. Todo seu entorno se comporta como se não presenciasse o óbvio. Afinal, sobre isso (a deformidade da filha) não se fala.

Seria o chamado “jornalismo fofo”, um belo achado do colunista Maurício Stycer.

Jornalismo declaratório é outro achado diante de postura muitas vezes ingênua de repórteres mal preparados por nossas instituições de ensino. A formação cultural aprofundada e multidisciplinar é o legado que os egressos de nossas escolas têm de levar para sua atividade profissional. Essa formação cultural dará ao formando as ferramentas básicas para entender, decifrar e explicar para seus leitores, espectadores ou ouvintes o livro do mundo. O pensamento crítico que deve ser cultivado nas escolas de jornalismo capacita o estudante para saber ler os grandes temas da atualidade em perspectiva.

Isso faz lembrar o que, em sala de aula, o saudoso professor Octavio Ianni comentava utilizando a expressão “taquigrafar a realidade”. Ou seja, trazê-la para perto e interpretá-la, num olhar em perspectiva.

Há certa ingenuidade no afã de segmentar o jornalismo. Pode haver jornalismo econômico que também não seja político? Ou jornalismo esportivo que não seja cultural ou político?

Esse é o pulo do gato nesses tempos ociosos de selfies e de auto-exposição online. O que se persegue é o jornalismo substantivo, não as grifes. Jornalismo é jornalismo. Ponto final.

CASCATA DE RUMORES

O átomo é o passado, a rede é o futuro. Agora, graças à invenção matricial de neurônios de vidro e de silício, são possíveis mais de milhões de novas estruturas. Boom! Se faz possível uma variedade infinita de novas formas e tamanhos de organização social. Há modos inimagináveis de comércio que é possível combinar hoje dentro desta nova economia. Estamos a ponto de assistir a uma irrupção de entidades construídas sobre as relações e a tecnologia que rivalizam com os primeiros dias da vida sobre a terra em sua multiplicidade. kevin kelly. 1999

Kevin foi fundador da revista *Wired*. Uma publicação revolucionária que aborda temas como tecnologia, ciência, entretenimento, design e negócios, com forte influência na sociedade, cultura, economia e política.

Ao mesmo tempo tudo isso me faz lembrar de Edgar Morin, quando o pensador francês escreve que “o antigo universo controlava o tempo. O novo universo é levado pelo tempo”.

Sabemos que a 4ª Revolução é marcada pela velocidade, amplitude e profundidade e impacto sistêmico.

Hoje temos múltiplos canais que fornecem informações sempre vinculadas a outras informações. O texto plano foi substituído pelo hipertexto. Os níveis de informação são enormes e as pessoas não dispõem de tempo para conferir a veracidade das fontes. São vulneráveis à manipulação.

As *fake news* estão aí para comprovar isso. Pesquisadores do MIT concluíram que as notícias falsas se espalham na internet seis vezes mais rápido que as verdadeiras. E isso não tem nada a ver com a ação de robôs. É fruto de nosso comportamento. Para chegar a essa conclusão, os cientistas estudaram um conjunto de “cascata de rumores” no Twitter, entre 2006 e 2017.

Por exemplo, cerca de 126 mil rumores foram divulgados por umas 3 milhões de pessoas. As notícias falsas se espalharam entre 1 mil e 100 mil pessoas, enquanto as verdadeiras não passam mil usuários.

A difusão de *fake news* tem mais alcance, velocidade, profundidade e abrangência do que as verdadeiras. As falsas notícias políticas se espalham mais do que as de terrorismo, desastres, ou informações financeiras. Como consequência da rapidez como valor, a pessoa não tem tempo pensar nas informações que chegam. Leem os títulos e não a notícia.

A EDUCAÇÃO E NOVAS PRÁTICAS

O jornalismo e a comunicação de um modo geral são afetados hoje pela expansão das redes digitais interativas, que estimulam a participação dos cidadãos. O usuário, ao utilizar as novas tecnologias,

disputa a agenda social e o controle da informação, que deixaram de ser exclusividade dos grandes grupos de mídia. Com um computador ou celular, qualquer um coloca uma notícia na rede, divulga a foto de um acidente, mostra um avião ainda em chamas ou a casa arrastada pela enchente. Muito antes que os jornais ou emissoras de tv.

O próprio conceito de notícia está hoje em disputa. O poder para definir o que é noticiável, antes uma arma na mão de governos e dos conglomerados de mídia, foi reduzido. Eles não definem mais a “agenda” do que discutir – embora o governo, com sua bateria de comunicados, continue impondo o que é notícia.

Antes a crença jornalística era que “os meios de comunicação pautam os meios”: bastava um jornal dar um “furo” e no dia seguinte os concorrentes davam manchetes e destaque repercutindo o furo, até para justificar a falta de agilidade.

Houve um tempo em que difícil era publicar um texto. Hoje o difícil é encontrar quem o leia. Bons escritores não conheceram fama pois as editoras preferiam apostar no garantido: entre o texto razoável de um autor de sucesso e a possível obra-prima de um desconhecido, não se pensava duas vezes.

Urgência e emergência

Assistimos ao fenômeno da saturação: há notícias demais. Vivemos o mundo da velocidade da informação visual, um tempo de repetição serial da imagem, o show de notícias, de reportagens, de gols, de catástrofes. Este excesso de informação gera falta de informação: sabemos coisas demais, mas não sabemos o que é preciso saber, lembra a crítica Beatriz Sarlo .

Certamente um dos papéis fundamentais da imprensa hoje é romper as barreiras da repetição e mesmice das notícias escapar do apelo do show e lançar luzes sobre projetos, iniciativas, trabalhos e

personagens que a mídia teima em esquecer, pois não fazem parte do mercado das notícias de consumo garantido – como são as plásticas das celebridades ou os vizinhos incomodados com as festas de alguma socialite herdeira de rede de supermercados ou jogadores estrelas. Esse texto eu escrevi em junho de 2009.

PÓS MÍDIA, PÓS GUTENBERG E PÓS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

A tecnologia de impressão criou o público.
Marshall McLuhan

Invente a imprensa e a democracia é inevitável.
Thomas Carlule

O que um ourives que tentou imprimir Bíblias há 550 anos tem a ver com os empreendedores de tecnologia de hoje?

Este ourives é Johannes Gutenberg, que inventou a prensa móvel. Na realidade penso nele como um inovador. Ele se aproveitou da invenção dos chineses, das prensas de fazer papel. Simplificou com os caracteres móveis, imprimiu a Bíblia.

Ele pretendia imprimir 180 Bíblias, que eram tão caras que seus ganhos teriam coberto facilmente seus investimentos e os de Johann Fust. Esta jornada levou vinte anos para inventar e ajustar a tecnologia para a sua famosa impressora.

Gutenberg encontrou muitos dos mesmos obstáculos que os empreendedores modernos, como por exemplo problemas de fluxo de caixa e capital de risco, a necessidade de escala entre outros.

Quando as Bíblias estavam quase concluídas, Fust processou Gutenberg, exigindo o pagamento com juros dos seus empréstimos.

Sem ter vendido uma única Bíblia não pode pagar e Fust assumiu a oficina com os equipamentos.

O que um empresário faz quando seu trabalho e segredos comerciais são arrancados? Transforma em código aberto. Gutenberg começou a treinar novos impressores com o seus métodos e espalhou esse novo setor pela Europa.

A imprensa foi usada para imprimir as indulgências da igreja católica e os 30 folhetos de Lutero que foram espalhados por toda a Europa. A invenção de Gutenberg desempenhou um papel importante na Reforma Protestante que varreu a Europa.

Também é possível perceber um paralelo entre a imprensa de Gutenberg e a internet de hoje. Ambas são plataformas nas quais é possível desencadear revoluções na política, religião, arte, ciência e cultura. Por exemplo, o que foi o Twitter na Primavera Árabe.

O verdadeiro impacto cultural da tecnologia de Gutenberg demorou para se tornar aparente. Muitos livros foram impressos nos primeiros 50 anos após sua invenção, mas eram derivados dos escribas daquele período, imitando seu estilo e gênero. Foi só então que gêneros e estilos totalmente novos começaram a surgir.

O primeiro jornal *Nieuwe Tijdinghen* surgiu na Antuérpia em 1605. E estes primeiros jornais fracassaram porque não tinham um modelo de negócio.

Apesar da percepção de criar mudanças rápidas, a internet também está apenas começando a exercer sua influência em nossas vidas.

O impacto cultural ainda não está por vir?

É preciso tornar as empresas totalmente sustentáveis em suas operações digitais, antes que o papel seja insustentável. O impacto histórico do trabalho de Gutenberg será medido por mais um milênio.

“É apropriado que prestemos homenagem a Johannes Gutenberg agora, quando sua grande invenção chega ao crepúsculo. A bela geometria do tipo e a gramática do texto foram ultrapassadas pela estética binária de dados e pontos. Hoje, nossa vulgata é visual, nosso vídeo vernacular. Venha o 600o aniversário do tipo móvel, é improvável que as palavras sejam mais impressas no papel mecanicamente, agora que podem ser borrifadas, transmitidas, copiadas e animadas digitalmente. Mas não vamos lamentar a morte da impressão. Vamos primeiro celebrar o exemplo da inovação que Gutenberg estabeleceu”. Essa fala é de Jeff Jarvis, diretor do Tow-Knight Center for Entrepreneurial Journalism da Escola de Jornalismo da Universidade da Cidade de Nova York, em um livro curioso chamado *Gutenberg The Geek*, publicado em 2012.

A Reforma, a Revolução Científica, o Iluminismo e até a Revolução Industrial – alguma dessas disrupções poderia ter acontecido sem a inovação de Gutenberg? Os atos eram humanos, mas as ferramentas eram de Gutenberg. Jeff Jarvis tem outro livro bem provocador: *O fim dos meios de comunicação de massa. Como será a notícia no futuro*. Em linhas gerais ele afirma que a mídia inventou a massa, e se tornou um produto básico de consumo.

Perdemos o poder de estabelecer preços. E quem mudou este cenário foi o Google oferecendo aos anunciantes melhores condições e permitindo que investissem sem riscos, ou seja, eles não pagam, a menos que o usuário clique no anúncio.

Nós jornalistas ainda continuamos a pensar que controlamos a escassez de informação e seguimos acreditando que as pessoas precisam vir até nós.

Jarvis afirma que “os meios de comunicação são projetados para servir as pessoas em escala, de uma só vez, todas igualmente. Nossas organizações e nossos modelos de negócios foram concebidos para grandes destinatários. Dedicamos à massa. Inferno, a mídia inventou as massas. A verdadeira vítima da internet não foi um ou outro meio. O que se destruiu foi a ideia de massa”. A boa notícia é que há oportunidade de desenvolver uma nova estrutura baseada no relacionamento com o público, olhando o leitor como comunidades e indivíduos.

Talvez deveríamos pensar em passar da métrica de sucesso de medições anônimas maciças – circulação, usuários únicos, páginas visitadas, endereços de e-mail – para a métrica de relacionamento.

Estamos na era do fim do modelo de massa!

Enquanto enxergarmos a internet como uma ameaça, ficaremos incomodados e assustados. E ao mesmo tempo, voltando a Jeff Jarvis, sempre estamos esperando o próximo messias: tablets, publicidade programática, pagamento por acesso.

Se pensamos no Google – a primeira empresa pós-mídia – ou no Facebook, e vemos o alcance destas plataformas, queremos ser como eles. Resumindo: continuamos no negócio das massas.

Acredito que é preciso deixar a ficha cair. O negócio do jornalismo “era” o conteúdo. Hoje não basta somente produzir conteúdo, mas de pensar numa estratégia baseada na relação com comunidades. “A crença de que nosso negócio consiste em produzir um produto chamado conteúdo é o que nos leva a estabelecer imposições de pagamento em torno dele. Isso nos motiva a lutar para proteger nosso conteúdo do que consideramos um roubo em vez de reconhecer o valor que o conteúdo e as informações podem ter, contribuindo para relacionamentos informativos”. Ainda seguimos acreditando que

o monopólio sobre o conteúdo nos dá o direito de possuir, controlar e exercer o poder de precificação desta raridade.

Isto revela que não estávamos preparados para uma era tecnológica em que as cópias não custam nada. Em que o conteúdo e, portanto, a concorrência, estão aí aos montes.

Em que a informação se torna uma mercadoria ao mesmo tempo em que pode ser transmitida com um link e um clique, e na qual o valor da informação – antes de ser divulgada e conhecida – tem uma vida média que no momento se mede por milissegundos.

O conteúdo não é um grande negócio!

Isto joga por terra tudo o que tínhamos como garantido e que amamos na nossa profissão e, claro, nos nossos modelos de negócios. Sem pânico. O conteúdo continuará sendo valorizado. No entanto, como diz Jarvis, “o valor do conteúdo será mais uma ferramenta do que um fim em si mesmo e, é claro, não como nosso único produto”.

Mas, afinal qual é o nosso negócio?

Vamos pensar o jornalismo como um serviço. Conteúdo é o que fornece algo. Serviço é o que alcança alguma coisa. Para ser um serviço, as informações devem ter relação com os resultados e não com produtos.

E qual seria o resultado do jornalismo?

Jarvis responde: “parece óbvio: indivíduos mais bem informados e uma sociedade mais bem informada. Mas quem define informado e quem mede o êxito: jornalistas ou cidadãos? Os jornalistas acreditam que informar o público é seu trabalho e que o papel dos editores é decidir o que o público deve saber. Estabelecemos as condições do serviço. Definimos o que significa ser um cidadão informado.

Ao mesmo tempo reclamamos frequentemente que grande parte da sociedade está mal informada. Não é possível reconstruir uma casa em chamas e ao mesmo tempo criar mais chamas”.

CAPITALISMO E A PARANOIA DA VELOCIDADE

A tensão do tempo.

A rapidez passou a ser considerada um valor primordial. trata-se de chegar antes primeiro que todos, muitas vezes sem tempo para refletir se vale a pena ou não fazer um caminho.

Em uma crônica irônica e profética, publicada em 1901 no jornal *Gazeta de Notícias*, o jornalista e poeta Olavo Bilac antecipava as inovações do novo século que então se iniciava.

Escreveu: “O público tem pressa. A vida de hoje, vertiginosa e febril, não admite leituras demoradas nem reflexões profundas. A onda humana galopa, numa espumarada bravia, sem descanso. Quem não se apressar com ela será arrebatado, esmagado, exterminado. O século não tem tempo a perder. A eletricidade já suprimiu as distâncias: daqui a pouco quando um europeu espirrar, ouvirá incontinenti o ‘Deus te ajude’ de um americano. E ainda a ciência humana há de achar o meio de simplificar e apressar a vida de forma tal que os homens já nascerão com dezoito anos, aptos e armados para todas as batalhas da existência”.

Em outro trecho da mesma crônica, o jornalista antecipava: “é provável que o jornal-modelo do Século XX seja um imenso animatógrafo, por cuja tela vasta passem reproduzidos, instantaneamente, todos os incidentes da vida cotidiana”.

Os noticiários da televisão e as páginas da internet vieram confirmar a intuição deste inovador.

O professor Alfredo Bosi, na apresentação dos três volumes de *Bilac, o jornalista* – resultado de uma monumental pesquisa realizada por Antonio Dimas – afirma que Bilac foi “o pregador constante da modernidade da capital” (no caso o Rio de Janeiro). “Era preciso ‘varrer a cidade’, higienizá-la, pôr abaixo quarteirões enxameados de cortiços”.

Um inovador, embora todos o associem à letra do *Hino a Bandeira* – “Salve o lindo pendão da esperança! Salve símbolo augusto da paz!” – e poucos saibam de seu espírito inquieto e de sua constante busca de novas propostas. Amigo de José do Patrocínio, foi como correspondente do periódico *A Cidade Do Rio*, fundado por Patrocínio em 1887, que Bilac fez a sua primeira viagem a Paris em 1889, quando a cidade inaugurava a Torre Eiffel e iluminava suas ruas com lâmpadas elétricas, convertendo-se no ícone da modernidade de então.

E foi a dupla, Bilac e Patrocínio, que protagonizou o primeiro acidente de automóvel ocorrido em terras brasileiras. Isto foi em 1903, dirigindo o carro de propriedade de Patrocínio, Bilac o chocou contra uma árvore. O poeta era amante das novidades como uma ferramenta para solução de problemas de acesso à higiene e a melhores condições de vida. Ao falar do Rio, em vez de cair na toada de elogios ao mar e à natureza, focava atenção para a melhoria do centro urbano, infestado na época por mazelas como a da febre amarela.

O antigo universo controlava o tempo.
O novo universo é levado pelo tempo.
Edgar Morin

Isto não tem a ver com algumas discussões atuais?

O tempo passa e o tempo voa, dizia a propaganda da caderneta de poupança de um banco que nem existe mais. Álvaro de Campos, em sua Ode Triunfal, escrito em 1914, descreve de maneira clara a velocidade vertiginosa do progresso.

Eia! Eia! Eia! Eia electricidade, nervos doentes da matéria! Eia telegrafia-sem-fios, simpatia metálica do inconsciente! Eia túneis, eia canais, Panamá, Kiel, Suez! Eia todo o passado dentro do presente! Eia todo o futuro já dentro de nós! Eia! Eia! Eia! Eia! Frutos de ferro e útil da árvore-fábrica cosmopolita! Eia! Eia! Eia! Eia-hô-ô-ô! Nem sei que existo para dentro. Giro, rodeio, engenho-me. Engatam-me em todos os comboios. Lçam-me em todos os cais. Giro dentro das hélices de todos os navios. Eia! Eia-hô! Eia! Eia! Sou o calor mecânico e a electricidade!

Se essa velocidade permeava o século passado, a ode se mantém contempo rânea e hoje pode ser lida como uma declaração emocionada ao mundo moderno: uma sociedade povoada por máquinas, circuitos, *chips*, cores criando uma atmosfera que paira sobre nossa cabeça pós-moderna.

A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO

Sharing economy, mesh economy, collaborative consumption, economia do compartilhamento, economia colaborativa, consumo colaborativo.

Ter o que é necessário no momento certo sem a necessidade de adquirir.

Sabemos que entre as relações de consumo que estão ressurgindo, muitas estão sendo reinventadas com as novas tecnologias. “A economia do compartilhamento refere-se à expansão das práticas de compartilhamento, troca, empréstimo, intercâmbio, aluguel e doação, reinventados por meio da tecnologia de rede em uma escala e de uma

maneira sem precedentes”, afirma Raquel Botsman no seu primeiro livro, *O que é meu é seu*, escrito com Roo Rogers e publicado em 2009. Nesse livro ela previu a ascensão da “economia compartilhada” e foi posteriormente nomeado pela *Time* como uma das “dez ideias que mudarão o mundo”. Em uma Ted de 2010 ela afirma que “a economia compartilhada, impulsionada pela tecnologia, poderia reproduzir os laços que aconteciam no passado face a face, mas em uma escala e de uma maneira nunca antes possível”.

Botsman citou o artigo do *New York Times* que dizia: “compartilhar é para a propriedade o que o Ipod é para a fita cassete, o que a energia solar é para a mina de carvão”.

Citado pela primeira vez em 2008, pelo professor Lawrence Lessig da Universidade de Harvard, o termo “economia compartilhada” se refere ao consumo colaborativo realizado nas atividades de compartilhamento, troca ou aluguel de bens sem que haja, necessariamente, aquisição.

A grande recessão estava apenas começando, e a economia de compartilhamento foi apontada como um novo híbrido “faça-você-mesmo” de rede de segurança social e modelo de negócios. Essa tendência se popularizou, nos últimos anos, devido ao compartilhamento de bens individuais ociosos. E um ponto interessante sobre este novo modelo econômico é a priorização do compartilhamento dos bens em detrimento da propriedade.

Mas definições nunca foram totalmente claras. O termo foi usado para descrever projetos *peer-to-peer* e mercados de aluguel habilitados para tecnologia, mas também incluiu modelos antigos de escambo, cooperação e caronas casuais. A economia compartilhada era um movimento amplo e eclético, com metas ambiciosas e utópicas.

Ao buscar experiências e não somente objetos de compra, os consumidores estão mais voltados à satisfação de sua necessidade e ao real objetivo que uma troca comercial possui. No consumo colaborativo, a estrutura de oferta e demanda não é tão rígida e limitada como na compra tradicional: não há moeda fixa de escambo nem posse única ou total de um objeto. A prática comercial no consumo colaborativo é uma interação entre partes interessadas em ter acesso ao que o outro oferece.

Os negócios tradicionais seguem a fórmula: criar um produto ou serviço, vendê-lo, ganhar dinheiro – produção, riqueza e controle. A economia do compartilhamento é um modelo diferente. Claro que isto revolucionou o contato entre empresas e consumidores. Consumidores possuem mais opções, mais ferramentas, mais informações e mais poder direto.

Lisa Gansky chama de “companhias *mesh*”, empresas que utilizam de mídias sociais, redes sem fio e dados conseguidos por meio das mais diversas fontes para disponibilizar bens e serviços às pessoas, no momento em que elas necessitam, sem necessidade de ter o custo e o trabalho de possuí-los totalmente.

Apesar de a economia compartilhada ser um fenômeno recente, a sua difusão tem sido cada vez maior. Muitas empresas dessa economia já se tornaram modelos de negócio bem-sucedidos e sustentáveis, o que evidencia o grande potencial de desenvolvimento econômico desse fenômeno.

A economia compartilhada foi vendida como uma forma altruísta de capitalismo – uma resposta ao consumo descontrolado. “Compartilhar” deveria nos salvar. Em vez disso, tornou-se um cavalo de Troia para um futuro econômico precário. Com o ubercapitalismo, apoderou-se de iniciativas que propunham superar a propriedade privada e

(trágica ironia) usou-as para reduzir salários, direitos sociais e proteções ambientais.

Tom Slee em *Urberlização* desmistifica a aura de esperança com que a economia do compartilhamento foi encarada em seus primórdios.

Vamos a alguns exemplos:

Airbnb - Incrementou em cidades de forte apelo turístico que os moradores vendessem suas casas e apartamentos como se fosse para indivíduos. O turismo se expandiu muito além da rede hoteleira.

Amazon - deixou o negócio de livraria e loja de discos para promover a ligação entre milhares de fabricantes e comerciantes e milhões consumidores mundialmente.

Cookening - Um anfitrião cozinha e a casa dele/dela torna-se um restaurante (o que o diferencia do atual Ifood).

Longe de exprimir a cooperação direta entre indivíduos, o suposto compartilhamento deu lugar à formação de gigantes corporativos cujo financiamento é regido por algoritmos opacos que em nada se aproximam da utopia cooperativista estampada em suas versões originais.

GIG ECONOMY

Agora vamos refletir sobre o fim desta utopia, caracterizada pela *GIG Economy*. Em uma aula do mestrado discutimos o caso do entregador da Rappi que teve um AVC durante uma entrega em Perdizes. Enquanto agonizava, a cliente telefonou para a empresa, em busca de ajuda. Foi orientada a cancelar o pedido. Antes de perder a consciên-

cia, o motoqueiro havia pedido para a cliente avisar a Rappi, para não criar problemas com a entrega.

O socorro não veio, o SAMU não apareceu, um motorista do Uber recusou ajuda. Thiago Dias – sim, ele tinha nome – chegou ao hospital muito, mas muito depois e não resistiu. Ironia: o Thiago estava a menos de 2 km do Hospital das Clínicas.

Procurada, a empresa disse que lamentava a morte e estuda melhorias. Melhorias?!

O tema da conversa em sala de aula era a economia compartilhada. No caso, ficaram de fora o Thiago Dias, sua viúva e a filha de 6 anos. Eles “compartilharam” só o lado ruim, o das relações desiguais dessa realidade. De um lado grandes empresas de tecnologia, como o citado Uber, o Airbnb e, no ramo de comida, Ifood, Uber Eats, 99food, Rappi Bike.

Uma pergunta que ultimamente estou me fazendo: “toda esta onda de “uberização” está transformando a economia compartilhada em um pesadelo kafiquiano capitalista?

A *GIG Economy*, também conhecida como economia *freelancer*, economia sob demanda, na verdade é um nome pomposo para “trabalho de bico”.

Essa nova “economia” é resultado da flexibilização do mercado de trabalho na era digital, que evidencia a prestação de trabalhos temporários ou de curto prazo, além de profissionais autônomos e serviços como Uber ou Airbnb.

Esta economia é composta de milhões de trabalhadores que deixaram o ambiente estável dos escritórios para conduzir suas próprias vidas profissionais da maneira que bem entenderem.

E a promessa é: faça o seu horário de trabalho! Trabalhe com aquilo que você gosta! Tenha liberdade de não restringir a sua atuação profissional a apenas uma área!

Balela. Sabemos que entrar para esta economia quase nunca é uma escolha. Mas a necessidade de sobrevivência.

O emprego é um dos problemas mais esquivos da Ciência Econômica e finalmente teve uma solução. Vamos encontrá-la no Vale Do Silício, a Meca das startups da Califórnia, quando descobriram que a onipresença da internet e dos smartphones permitia atribuições quase automaticamente aos mais bem dispostos (Uber) ou dividir trabalhos complexos em pequenas tarefas a serem executadas por um exército de trabalhadores online (*mechanical turk*). As microtarefas, em que o trabalhador ganha por hora ou tarefas executada.

Como pagavam apenas horas produtivas, as empresas não precisavam pensar nisso antes de admitir um novo membro em sua plataforma. Também para os trabalhadores isto poderia ser um grande avanço. Era assim que era vendida esta nova forma de trabalho: você escolhe quando e quanto quer trabalhar.

A Uber, por exemplo, lançou as campanhas: “eu dirijo e faço o meu próprio horário” e “eu dirijo e sou a minha própria chefe”.

Pagamento abaixo do salário mínimo, sem férias, ausência de seguro de vida e nem pensar em ficar doente. Hoje são questões fortes desta nova economia ligada aos algoritmos, mas ninguém fala sobre eles.

Como também não se fala da promessa do status de “patrão” concedido aos trabalhadores – para evitar a legislação trabalhista – ou da mentira sobre flexibilidade.

Um outro discurso da moda é o chamado “empreendedorismo”, que para mim nada mais é que uma forma de garantir a sobrevivência.

Em 2018, Sarah Kessler publicou *Gigged, the end of the job and the future of work* tratando do fim do emprego e o futuro do trabalho. A autora acompanha a vida de pessoas que subsistem graças a esses novos empregos da era digital. A proposta era “ver o potencial dessa forma de trabalho”.

Os Gigs trabalhavam em serviço de transporte, limpeza de escritórios, telemarketing ou na identificação de semáforos nas fotos – uma tarefa arquetípica de *mechanical turk*, do Amazon.

Nenhum dos trabalhadores estava satisfeito com a situação, exceto Curtis, um programador que antes de ir para a economia G/G ganhava um salário anual de seis dígitos. Para a autora, a sua satisfação tem a ver com “escolher quando trabalhar e os projetos de programação que lhe interessa” e sem o sentimento de instabilidade. Mas Curtis é uma exceção. Ele tem formação universitária em uma profissão de alta demanda para “construir sua própria rede de segurança”.

A razão pela qual o restante dos entrevistados aderiu às novas plataformas não é a suposta flexibilidade, mas a falta de um emprego tradicional.

O problema, como a própria Kessler aponta, é que os empregos tradicionais estão em crise. “Estamos nos afastando do emprego tradicional em tempo integral desde os anos 1970, o Uber é a versão mais extrema porque nem sequer reconhece o relacionamento com os empregados, mas temos essa situação desde que existem agências de emprego temporário”, escreve ela.

A ausência de uma relação de trabalho não é a única inovação do Vale do Silício. Exceto em profissões altamente procuradas, como

programador, a força de trabalho disponível para essas startups é praticamente inesgotável.

Eles exigem pouca qualificação. No Uber, por exemplo, o cadastro de novos motoristas é bastante simples e exige basicamente, idade mínima de 21 anos, carteira de motorista categoria b. Eles recrutam praticamente em todo o mundo, como no caso do mechanical turk.

O escritor William Gibson, chamado também de “profeta noir” do *cyberpunk*, já disse que “o futuro já está aqui, mas está distribuído de maneira desigual”.

Futuristas, politólogos e economistas discutem este tema já faz um tempo: os grandes desafios da 4ª Revolução Industrial – que é a união entre os mundos físicos, digital e biológico –; a deflação do capital; a automatização da vida; novo contrato social do emprego devem ser enfrentados de frente e de modo estratégico, levando em conta as dimensões econômicas, políticas, sociocultural e ética.

Já passou o tempo de ficar dizendo que o mundo está mudando a uma velocidade espantosa e ser saudosista. Isto aconteceu em todas as revoluções.

Com 70 anos estou vivendo um momento em que não posso me permitir ter um discurso saudosista do mundo de trabalho que vivi na Editora Abril. No momento em que estamos não é mais uma opção pensar ou não as mudanças, mas sim uma necessidade urgente.

Alguns pensadores, que apresentei aqui, sinalizam enfaticamente que há uma onda de destruição do trabalho sem precedentes em vários âmbitos com o desenvolvimento da tecnologia, da robótica, do *software* e da automação.

E os nossos temores sobre este tema se resumem a três fatores:
a) as máquinas executam tarefas com mais eficiência; b) o aprendi-

zado de máquina permitirá que a inteligência artificial tome decisões complexas com mais eficácia e c) as empresas de tecnologia venderão *software* e algoritmos para substituir pessoas lentas e distraídas, trocando-as por máquinas rápidas e focadas.

Claro, que ainda sou saudosista com algumas coisas. Mas, tive que deixar de lado a minha câmera fotográfica, meu vídeo cassete, meu GPS, o meu tradicional telefone celular, tive que atualizar o Windows. Todas as vezes que isto acontecia eu travava uma batalha. Agora esta batalha se tornou diária. Todos os dias tenho uma peleja com algum tipo de aplicativo que me exige atualização, troca de senha.

Estou falando isto e ao mesmo tempo tentando associar sobre o que está acontecendo no mundo do trabalho... e com a minha profissão.

Ninguém está isento.

Embora haja um discurso ufanista dessa Sociedade 4.0, não posso deixar de ter consciência de que futuramente não haverá trabalhos para todos, mesmo adquirindo novas habilidades.

Stephen Hawking dizia que “estamos no momento mais perigoso do desenvolvimento da sociedade. O avanço da inteligência artificial destruirá trabalhos de maneira irreversível entre as classes médias”.

Pergunto: estamos preparados para isto? Estamos nos preparando para isto?

As projeções dizem que provavelmente, em cinco anos, o mercado de veículos autônomos será uma realidade e que em menos de uma década uns dez milhões de pessoas usarão transporte e logística em todo o mundo sem precisar de condutor.

O que isto quer dizer? Motoristas que conduzem essas dez milhões de pessoas não terão mais emprego.

A destruição do emprego é inevitável, mas tem algo que quero pontuar: nós não iremos ficar sem trabalho. Iremos ficar sem trabalho como o concebemos agora. Em outras palavras: o contrato social denominado “emprego” não terá o significado atual. A ficha tem que cair: haverá uma destruição do emprego, previsível nos próximos anos, especialmente a partir de 2022.

Os trabalhos fundamentados em habilidades humanas irão crescer, porque tudo o que não pode ser automatizado terá um valor incalculável, enquanto os que se baseiam em rotinas irão desaparecer.

A economia GIG, as plataformas sociais, a inteligência artificial e o novo consumo colaborativo estão mudando tudo de maneira definitiva. No dia de hoje prometer um emprego, como fazem os políticos nos seus discursos, é uma irresponsabilidade ou desconhecimento, ou as duas coisas juntas.

As empresas e nós, cidadãos, deveríamos evitar o discurso oficial e tomar decisões estratégicas à margem de uma realidade que não é bem a que nos explicam.

Não serão criados novos empregos, e forem criados, não estarão no cenário de mudança que requer o momento.

A velocidade desta disrupção é exponencial, e não temos como parar. Podemos colocar isto debaixo do tapete, mas isto não evitará que aconteça.

Volto à pergunta inicial: “toda esta onda de ‘uberização’ está transformando a economia compartilhada em um pesadelo kafquiaino capitalista?”



José Geraldo de Oliveira

**ELOGIO AO PENSAMENTO
INTERFAZ E A FORMA ENSAIO
COMO MODO DE EXPOSIÇÃO**

A Interfaz é um espaço de relações que surge do encontro entre distintas partes, como um lugar de comunicação que não pertence a nenhuma delas em particular e sim a todas em geral. O pensamento Interfaz é um espaço genuíno deste campo de conhecimento desde o início do mesmo. Escrevendo a respeito da *Verdade e método*, Josep M. Català afirma que, muitas vezes, a proposta metodológica vem substituir a proposta teórica, explícita ou implicitamente, e postula que a teoria e a metodologia se encontrem como uma forma de começar a solucionar o problema da ignorada condição problemática do método. Mas essa desejável fusão não equivale à substituição de um procedimento por outro, já que a válvula de segurança da investigação, que é o método, não pode estar ao abrigo de outros dispositivos similares que assegurem sua própria integridade.

Gaston Bachelard, por sua vez, afirma que um método científico é um “método que busca risco”. Seguro do seu conhecimento se arrisca na aquisição. A dúvida está diante dele, não atrás. [...] O pensamento científico é um pensamento comprometido. Constantemente coloca em jogo sua própria constituição (BACHELARD, 1973, p.155), e “qualquer que preserve em uma investigação se vê obrigado, cedo ou tarde, a mudar de método (BACHELARD, 1973, p.156). E acrescenta ainda”: interpretaríamos mal o problema dos métodos científicos se víssemos nos métodos, num excesso contrário de mobilidade, uma série de procedimentos sem relação com o conjunto de verdades profundas, se julgássemos seu valor em função de um pragmatismo incomum, de um pragmatismo em ruínas. Agora bem, postergar indefinidamente a segurança do método não implica postergar igualmente o início do trabalho investigativo, significa tomar consciência de que, detrás deste trabalho concreto que se empreende, tem uma infinitude de possibilidades que obrigam a trabalhar em consequência. Esta é a verdadeira válvula de segurança que mantém aberto o sistema, em lugar de fechá-lo hermeticamente para conferir a autoridade que, à sua vista, esse sistema deve transferir à investigação correspondente e que

é uma autoridade imposta ou, em todo caso, simplesmente utilitária, e uma metodologia útil não tem porque ser forçosamente científica (CATALÀ, 2010, p.32).

A novidade do conceito Interfaz, a partir da visão de Català, implica posicionar-se em um determinado âmbito metodológico que acomode as próprias modificações que a Interfaz introduz no campo da epistemologia. Pensar é estar, ou entrar, em um problema. Não se pensa de fora ou estando de fora. A metodologia deve ser precisamente não só ensaística, mas uma questão “interna” e inerente ao processo de investigação.

Toda pesquisa acadêmica deve culminar em um “modo de exposição” dos resultados, que essencialmente se solidifica em uma forma textual específica. Considero o ensaio um modo de exposição e também uma postura metodológica de aproximar de um determinado objeto/problema.

Esta situação, afirma Català, é análoga a que nós propomos para a consciência crítica da realidade: devemos estar dentro e fora, mas em uma posição em que de dentro signifique, às vezes, estar fora, e fora, seja às vezes, dentro. O perigo desta aventura não é novo, e se denomina “irracionalidade”.

O certo é que o termo irracional se aplica ultimamente com certa imprudência, como arma contra todo o processo de pensamento que não se ajuste à estrita racionalidade que emperrou até o momento. Já começa a ser o tempo de reclamar que se aclare o uso deste conceito, tanto quanto se apela ao mesmo como alternativa à razão dominante, como quando se utiliza para ilegalizar qualquer intenção de raciocínio distinto do tradicional(-CATALÀ, 2005, p.176-177).

O espaço do pensamento moderno nasceu de uma “estética dicotômica” que divide o sujeito do objeto, do conhecimento da realidade, a forma do conteúdo. Esta forma dualista e excludente é monismo

esquizofrênico, uma vez que cada uma das margens é considerada como absolutamente independente uma da outra. Assim, é impossível pensar os vínculos ou as conexões. Esta forma de “ver o mundo” foi assimilada como natural. O paradigma científico tradicional alcançou os limites de sua utilidade em grande maioria das áreas do saber, e portanto, é necessário encontrar outro.

O esgotamento do paradigma radica não só em sua inconsistência interna e epistemológica, mas, em sua incapacidade para dar explicações adequadas e intelectualmente satisfatórias da realidade que nos circunda e dos fenômenos que percebemos; e essa incapacidade faz repercutir a esterilidade até o avanço dos verdadeiros conhecimentos que precisamos. Diante do esgotamento e a incapacidade de gerar conhecimentos, o mais sensato é pensar em conceber outro, mudar o “modo de pensar” a partir de novos postulados.

O pensamento Interfaz denuncia a pretensão de um conhecimento puramente objetivo. Este novo “espaço de pensamento” que se abre com o pensamento Interfaz associado à complexidade, passa a aceitar o desafio de um pensamento que se volta sobre si mesmo, sem que, por isto, seja em absoluto solipista.

Uma das estratégias epistemológicas que podemos utilizar é o pensamento complexo, proposto por Edgar Morin e seu “método”, uma vez que no seu interior evidencia questões como pluridisciplinariedade, a interdisciplinaridade, e a transdisciplinariedade que também encontramos no bojo da Interfaz. Català faz um “salto”. Sobretudo quando coloca em evidência a configuração ou um novo modelo mental a partir da tecnologia que traz à tona novas formas de pensar. As propostas de Català são, como pode parecer à primeira vista, um pensamento tecnológico, mas é um pensamento que incorpora os instrumentos das tecnologias, todas, no ato de pensar. “Um pensamento deste tipo deverá ocorrer sob a forma Interfaz, porque é a Interfaz o dispositivo epistemológico preparado para desenvolver todas essas mediações,

para romper com os mecanismos que mantêm separadas as distintas disciplinas (CATALÀ, 2010, p. 44).

Aqui outro conceito que resgatamos é o de Morin que defende a necessidade de um “pensamento multidimensional” para encontrar um “pensamento dialógico” (MORIN, 1990, p.176), mas Català enxerga na tecnologia, que carrega novas formas de ordenação visual, a capacidade de evidenciar e materializar, inclusive como um suporte materializado, este pensamento. Por isto a defesa de encontrar “hermenêuticas sutis” que se ocupem destas transformações, uma vez que, “com a Interfaz, entramos na era da representação estendida. Deixa de existir um único espaço de representação [...] para abrir a possibilidade de uma infinidade de espaços potenciais”(CATALÀ, 2010, p.240).

Da mesma forma que a Interfaz atua ecologicamente, formando um ambiente que se autotransforma, também o próprio método de trabalho deve ser ecológico, quer dizer, deve propor de forma complexa uma investigação que, assim como propõem Català, se baseia em uma diversidade teórica que não quer ser eclética para que não se confunda com a decadência ou com superficialidade, quer dizer, uma posição que poderia denominar “transteórica” e que seria equivalente à “transdisciplinariedade”, no sentido técnico, como instrumento (CATALÀ, 2010, p.46).

Em *Naturaleza y Espíritu*, Gregory Bateson pergunta: “o que conecta o caranguejo com a lagosta, a orquídea com o narciso, e os quatro comigo? E a mim contigo? E a nós seis com a ameba, em uma direção e com o esquizofrênico, em outra? (BATESON, 2002, p.18). A partir de Bateson, podemos entender que as redes são “pautas de conexão”, e, também, estão ali, tecendo o universo em uma dinâmica inesgotável. Em outra obra, *Pasos hacia una ecología de la mente*, ele nos leva à compreensão de que “um explorador nunca pode conhecer o que está explorando até ter explorado” (BATESON, 1998: 16), ou

seja, para “explorar” é preciso uma curiosidade aberta, sem fronteira, emotiva, enquanto racional para apreender, e desdobrar das formas os padrões de conexão, e fazer visíveis as redes. Disto podemos tirar que para pensar em rede é necessário desenvolver um “pensar ecológico”, onde a dinâmica da rede nos permite construir um modo de conhecimento fluído, capaz de acolher múltiplos mundos no mundo em um devir aberto nos intercâmbios.

Esta trajetória implica ir de encontro às diversas experiências que as mentalidades dicotômicas desvalorizaram, relegando à invisibilidade, e até ao preconceito, que agora passam a formar parte de uma paisagem viral que não se constrói a partir de exclusões a priori. O borroso, o ambíguo, o caótico, o paradoxal, a metamorfoses, a dinâmica ecológica, o irracional e a fluidez têm agora lugar como parte do conhecimento legítimo e não como experiências desvalorizadas e soterradas. Recordando Paul Feyerabend: algumas das mais belas teorias modernas foram em seu dia incoerentes, careciam de base e chocaram com os fatos básicos do tempo em que foram propostas pela primeira vez. Tiveram êxito porque foram usadas de uma forma que agora se nega aos recém chegados (FEYERABEND, 1996, p.108).

Na modernidade, o pensamento estava confinado ao sujeito atávico das regras da lógica clássica e ao método, ao passo que, na contemporaneidade, pensar é exatamente uma “atividade de rede” que não processa conhecimento, mas que gera sentidos em uma dinâmica ecológica que não é propriedade de nenhum ator isolado, mas do coletivo que conforma cada situação. Zygmunt Bauman, ao aludir à desatinada confrontação entre Modernidade vs Pós-modernidade, propôs que estamos vivendo no tempo da “modernidade líquida”.

O que se está produzindo hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e uma ressignificação dos ‘poderes de dissolução’ da modernidade. [...] esta foi a fase de “romper molde” na história da transgressora, ilimitada, erosiva modernidade” (BAUMAN, 2003, p.12).

Novas formas de figuração estão surgindo. Os enfoques complexos, caracterizados por pensar em termos de interação não linear, nos dão a possibilidade de sair do círculo vicioso e habilitar um pensamento fluído, capaz de adotar diversas configurações sem chegar à rigidez do cristal, e sem desvanecer como a fumaça, parafraseando Henri Atlan. Quer dizer o próprio pensamento Interfaz, onde o conhecimento não é um produto rígido e externo cristalizado em uma teoria. “A complexidade é um conceito aberto que requer que seja mantido sempre em expansão, não vale a pena transformar em sistema, como fazem os engenheiros do complexo” (CATALÀ, 2017, p.19). Para aventurar-se neste desafio não se pode admitir fronteiras ou métodos a priori, que dizer, sempre a atitude de transpor os arames farpados conceituais criados por disciplinas modernas que são regidas pela pretensão metódica.

Para descrever o mundo de forma mais adequada, também precisamos de uma perspectiva mais ampla, holística, sistêmica e ecológica; precisamos de uma nova visão da realidade, um novo “paradigma”, isto é, uma transformação do nosso pensamento. Català oferece uma série de elogios em *Viaje al centro de las imágenes* (2017), um deles é aos interstícios.

MODO DE EXPOSIÇÃO: A FORMA ENSAIO

Ensaio significa reflexão livre que a coloca a prova mediante sua comparação com a realidade e a cultura. Trata-se de reordenar um conjunto de conhecimentos que permanecem dispersos, mas daqueles que intuem suas relações comuns. Uma vez estabelecidas estas relações, é possível encontrar uma série de ferramentas de análise que permitem efetuar os pertinentes exames empíricos através de uma compreensão ampla e profunda do que se está estudando.

Uma vez estabelecido o ato de pensar, o desenvolvimento do pensamento pode ocorrer como uma “ação”, vinculada a um “procedimento sobre as coisas, ou sobre as ideias”, como acontece com o ensaio, que pode ser filosófico, ou literário, mas também prático.

Há algum tempo, Català tem advogado a respeito do modo ensaio como “a forma mais adequada para expor na atualidade o pensamento, como melhor maneira de descrever a realidade complexa que estamos imersos” (CATALÀ, 2017, p.12-13), e reforça que o ensaio é a sede do pensamento genuíno, precisamente porque seu desenvolvimento se baseia no movimento constante em todas as direções.

Desde que Michel de Montaigne “inaugura” o gênero, uma das notas fundamentais do ensaio será o caráter ostensível e definidor da adoção de um ponto de vista. O ensaio adquire agora uma especial relevância ao mostra-se como o “modo de exposição” mais adequado à fenomenologia complexa, e claro da Interface. Sua ductilidade, capacidade de estabelecer relações entre elementos diversos, sua abertura ao imaginário, sua intensidade expressiva etc., tudo isto faz do modo ensaio uma forma discursiva poderosa.

O fenomenologista *avant la lettre* nos deixou algumas notas de enorme interesse para uma “poética do pensar”. Podemos falar de uma “ciência poética”, como uma ciência que imagina e, sobretudo, que pensa: a ciência poética se baseia precisamente nesta combinação extraordinária entre a imaginação e a reflexão. Assim podemos dizer que o ensaio é uma “poética do pensar” que se insere em um horizonte de valores, em contínuo ato interpretativo e imaginativo. Outro aporte de Montaigne é: “o que pensa escreve”, que implica necessariamente uma presença atuante do “Eu pensante” que faz que o ato interpretativo de uma exterioridade se internalize e se torne necessária sua aparição às vezes dentro e fora do texto (modo de exposição). O ensaio *El que escribe es el que piensa* trata-se, além disso, da representação do ato mesmo de produção: um fazer dizendo, um dizer

fazendo, enraizado no presente, e uma reatualização da ligação entre situação enunciativa e horizonte de sentido através do enunciado (WEINBERG, 2006, p.60). Georg Lukács defende a possibilidade de pensar o ensaio com o interpretar ativo e o discurso crítico. Theodor Adorno afirma que o ensaio na Alemanha estava desacreditado por ser um “produto mestiço”, carecido de uma tradição formal convincente porque exortava a liberdade de espírito (ADORNO, 2003, p.12). Mas isto é a mais íntima lei do ensaio, é a heresia, a contínua ruptura com qualquer possibilidade de certeza, a posição disruptiva e antirretórica por excelência.

Em *Sobre la esencia y forma del ensayo. Carta a Leo Popper*, o jovem Lukács estabelece, com extraordinária lucidez, o terreno de eleição deste gênero. O ensaio como forma parte da renúncia ao direito absoluto do método e à ilusão de poder resolver na forma do sistema as contradições e tensão da vida. O ensaio, escreve Lukács, não obedece à regra do jogo da ciência e da teoria, para a ordem das coisas, é o mesmo que a das ideias; nem aponta a uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. Pelo contrário, o ensaio, partindo da consciência da não identidade, é radical em seu não radicalismo, na acentuação do parcial frente ao total, em seu caráter fragmentário. E ao retroceder espantado frente à violência do dogma que defende como universal o resultado da abstração ou o conceito atemporal e invariável, que reivindica a forma de experiência do indivíduo, enquanto em pé contra a velha injustiça feita ao perecíveis, como Adorno acrescenta nas páginas conhecidas.

O ensaio fala sempre de algo que tem já forma, ou no máximo de algo que já foi; é, portanto, essencial não tirar coisas novas de um nada vazio, mas só ordenar de modo novo as coisas que já em algum momento foram vivas. E os ordena novamente, uma vez que não forma nada de novo do informe, está vinculado a essas coisas, E como só as ordena de novo, como não forma nada novo, está ligado a essas coisas. E uma vez que apenas os ordena novamente, uma vez que não forma nada de novo

do informe, está ligado a essas coisas, deve enunciar sempre a 'verdade' sobre ela, encontrar expressão para sua essência (LUKÁCS, 2015, p.110).

O ensaísta seria um tipo de “especialista” de entender, e o dizer do seu entender, lhe oferece, como produto de seu ato de pensar, um “diálogo intelectual sobre o mundo” em forma de um pensamento novo e organizado que apoia, por sua vez, desde sua especificidade, aquilo por ele julgado. Montaigne se comparava a uma abelha que extraia pólen para elaborar seu próprio mel. “O ensaio resulta então do desdobramento da inteligência através de uma poética do pensar e a implementação da nossa capacidade de entender do julgamento sobre a realidade a partir de uma perspectiva pessoal” (WEINBERG, 2009, p.19).

O ensaio não é uma mera operação retórica-argumentativa, já que a própria seleção e o recorte do tema a tratar constituem já uma operação de radical importância, detonante de toda operação ensaística. Com efeito, ao romper o modelo autoritário e repetitivo do conhecimento, a concepção fechada do mesmo com necessariamente “constativo” começa a ceder espaço a uma concepção aberta, performativa, na qual o aspecto intencional, ou para dizer um termo de novo cunho, “o aspecto tensivo”, resulta fundamental (WEINBERG, 2009, p.127).

O ensaio deve ser estruturado como se pudesse ser suspenso a qualquer momento, anota Adorno, “homem com os pés no solo ou homem com a cabeça nas nuvens, essa é a alternativa” (ADORNO, 2003, p.13). A descontinuidade lhe é constitutiva e encontra unidade através de rupturas e suspensões. Nele se dá a mão à utopia do pensamento com a consciência da própria possibilidade e provisionalidade (JARUTA, 2005, p.39). Da mesma forma que a ordem de fragmentos, o negativo é entendido como laboratório de uma experimentação, cujo tempo não é dado produto do tempo não é dado prever O ensaio contém uma tensão entre o negativo da experiência e a forma da utopia

em que o negativo se orienta. Aqui utopia significa o limite crítico-cético contra o projeto que se postule como restaurador de uma ordem totalizante (JARAUTA, 2005, p.40-41).

Por sua vez, a proposta de Adorno é também chave. Ele insiste em referir-se ao ensaio como “configuração” dinâmica mais do que como forma fechada; a rigor, toda a linha de sua reflexão é tensada por esta questão, que é também ligada a outro tema primordial, a abertura do ensaio (WEINBERG, 2006, p.92-93): O ensaio não despreza tanto a certeza livre de dúvidas, mas denuncia o seu ideal. Torna-se verdadeiro em seu progresso, o que o leva além de si mesmo, e não na obsessão do caçador de tesouros com os fundamentos. Seus conceitos recebem a luz de terminus ad quem oculto a ele mesmo, não de um terminus a quo evidente, e como isto expressa seu método e mesmo a intenção utópica. Todos seus conceitos devem ser apresentados de tal modo a se apoiarem mutuamente, que cada um se articule segundo as configurações com os outros.

Nele se reúnem num todo legível elementos discretamente contrapostos entre si; ele não levanta nenhum andaime nem construção. Mas os elementos cristalizam como configuração através de seu movimento. Este é um campo de forças, assim como, sob o olhar do ensaio, toda obra espiritual tem que converter-se em um campo de forças (ADORNO, 2003, p.23).

O filósofo alemão coloca uma particular ênfase no caráter “performativo” do ensaio, um tipo de pensamento que não seria unicamente interno, em vez disso, “performa” por meio da realidade externa. Não devemos esquecer que o “pensamento é uma força, não uma substância”(BACHELARD, 1973, p.20).

As estratégias da enunciação (modo de exposição) se convertem, com a Interfaz, em estratégias da recepção, de forma que as tradicionais experiências do sujeito frente à obra na narrativa clássica se

visualizam com a Interfaz, convertendo-se em estruturas operativas: em uma espécie de retórica invertida.

Em 1947 o filósofo alemão Max Bense distinguia o tratado do ensaio.

Escreve ensaisticamente quem escreve experimentando, quem volta e remexe, interroga, palpa, examina, penetra no seu objeto com reflexão, quem o aborda de diferentes lados, e reúne em seu olhar espiritual o que vê e traduz em palavras o que o objeto permite ver sob as condições criadas na escritura (BENSE, 2004, p.24-24).

O ensaio maneja em seu entorno o resultado das *ars combinatoria literaria* na qual ingressou a postura do puro reconhecimento da força imaginativa. Bense explica que “o ensaístico é uma combinatória, um incansável gerador de configurações de um determinado entorno”.

Tudo o que de um ou outro modo na proximidade deste entorno, que constitui o tema do entorno, sustenta uma possível existência, entra na combinação e origina uma nova configuração (BENSE, 2004, p.29). Isto, segundo ele dá ao ensaio um “valor científico”. Todos os grandes ensaístas foram “combinadores” e possuíam uma extraordinária força imaginativa.

Assim, o ensaio serve à crise e à sua superação, “pois leva o espírito e a inteligência a novas configurações das coisas”. Robert Musil complementa este pensamento, pois o ensaio tem a tarefa de criar uma ordem, encadeamento de ideias, portanto lógico. Não há solução total, mas só uma série de soluções. Mas expressa e investiga (MUSIL, 1992, p.343).

Ensaio significa reflexão livre que se põe à prova comparando-a com a realidade e a cultura. Trata-se de ordenar um conjunto de conhecimentos que permanecem disperso, mas dos quais se intui suas relações comuns.

MONTAIGNE E BENJAMIN: A ARTE DE ENSAIAR TOMANDO EMPRESTADO

Em *De Montaigne a Walter Benjamin*, Claudia Kerik observa que o ensaio como gênero transitou entre os extremos que sua mesma natureza permite, como o uso particular de citações que aparece no projeto inacabado *Livro das passagens*, convertidas na matéria do tecido argumentativo da obra, deslocando o autor do construtor daquele tecido para o lugar de um comentarista de citações, determinado a demonstrar através da forma do livro a intenção de seu conteúdo, em um esforço único para dignificar o valor da escrita e da leitura fragmentadas (KERIK, 2010, p.46).

Montaigne deixou um exemplo próprio de submeter sua escritura ao seu EU. Para fazer isso, ele confiou no pensamento de outras pessoas para destacar ou apoiar sua própria criação.

Não há necessidade, pois, de olhar para os assuntos de que falo, mas sim para a forma como os trato, e o que tomo dos outros, ter em conta se consegui escolher algo com que motivo real para ajudar a minha própria invenção, porque prefiro deixar que os outros falem quando não consigo me explicar tão bem como eles, seja pela fraqueza da minha linguagem, seja pela fraqueza do meu raciocínio (MONTAIGNE, 1808, p.349).

Assim Montaigne abriu o caminho para a utilização de citações como um ato na visão do leitor, que poderá julgar por si mesmo a capacidade do escrito para escolher aquilo que reforce a demonstração de seus pensamentos. A citação passa a ser uma ferramenta do pensamento manifestado, abandonando outros usos da mesma, como o de ser uma demonstração deliberada dos conhecimentos do autor.

Montaigne esclareceu, com suficiente ênfase e memorável modestia, que o fato de citar outros autores não revelava a sua própria

erudição, mas os limites da mesma, e que acudir a outros era dar-lhes a palavra porque o sabem dizer melhor. Ele não titubeou para assumir a liberdade de citar com a habilidade para apropriar-se dos textos de outras pessoas e convertê-los em algo diferente: “Com tantas coisas para pedir emprestado, fico feliz se posso roubar algo, modificá-lo e disfarçá-lo para um novo propósito”. A prática de citar textualmente para acompanhar o próprio pensamento chegou aos nossos dias como traço característico do ensaio, gênero que se libertou do compromisso formal de dar ao leitor um relato obrigatório de textos e fontes.

A importância que a citação textual teve na formação do gênero levou-o a extremos, como aquele que Benjamin deixou como um exemplo único: o de um projeto que fez da citação e de seu comentário um de seus principais recursos para comunicar, construir e apresentar sua tese pessoal: *O livro das passagens* representa o mais alto grau de polarização de algumas das características essenciais do ensaio moderno. O projeto de Benjamin é uma obra em movimento, talvez seu maior projeto histórico-literário com respeito à Paris do século XIX e ele encontrou, na montagem de textos, uma forma de reproduzir a experiência fragmentária do homem e do leitor moderno.

Às vezes, usando sua própria voz como citação, Benjamin consegue anular sua própria autoridade como autor do livro, fingindo se esconder atrás dos textos que o cercam. Para Benjamin, a importância do conceito de citação consiste, de maneira muito semelhante à do conceito de aura, em que ele se presta a unir os (mais) díspares. Em outras palavras, ele tem uma espécie de função catalítica. “Atua como mediador entre os diferentes níveis e assimila-os entre si, formando assim parte dessa ‘dialética poderosa’” (VOIGT, 2014, p.160-161). Benjamin escreve: “No meu trabalho, as citações são como salteadores de caminhos invadindo armados e desnudando de sua concepção ao ocioso passante” (BENJAMIN citado por VOIGT, 2014, p.172).

Ao inserir suas reflexões sob a forma de fragmentos, Benjamin conseguiu fazer de seu pensamento mais uma citação entre as citações, que não destaca nem invade o conjunto formal, mas reverbera entre os demais.

Antonio Fernández Vicente em *Por un saber ensayístico o contra el rígido academicismo* afirma que o proceder do ensaio é concêntrico:

Faz-se uma pergunta e depois se aprofunda de maneira que se liguem as ideias tangenciais incardinadas na unidade da pergunta originária. É preciso ressaltar que o maior dos ensaístas para Lukács, Platão, se dedicou em síntese às 'questões atadas'. Quem imagina que um artigo estruturado segundo a dialógica socrática seja aceito em uma publicação científica? (VICENTE, 2014, p.244).

O texto do ensaio privilegia uma cosmovisão e os objetos, tão afastados e distantes no tratado acadêmico, tornam-se formas: procede a união do exterior e do interior se unem. Lukács, na famosa *Carta a Leo Popper* (1910), assim expressou: “o ensaísta deve meditar sobre si mesmo, encontrar e construir algo próprio com o seu” (LUKÁCS, 2015, p.120). Não é de estranhar que esta carta seja mais do que uma reflexão sistemática sobre o ensaio, um ensaio sobre o ensaio, uma incursão intuitiva, é também um ensaio em defesa da atividade crítica praticada pelo jovem Lukács. A incompletude do ensaio imita o viajante que, sem guia turístico, adentra territórios desconhecidos sem marcos semânticos que interpretem o que observa para ele, afirma Antonio Fernández Vicente.

O ensaio é sempre articulado como errante, talvez como “errante do sentido-fazer”, segundo a expressão de Harold Bloom (VICENTE, 2014, p.242). “O ensaísta – assinala Lukács – pode contrastar com calma e orgulho a sua criação fragmentária com as pequenas perfeições da atitude científica e do frescor impressionista” (LUKÁCS, 2015, p. 122- 123). Trata-se de destacar objetos no mundo dos objetos, dá-lhes

forma e sublinha, com Lukács, a “eterna pequenez do trabalho mental mais profundo” (LUKÁCS, 2015,p.108). Adorno, em O ensaio como forma, afirma que “seus conceitos não são construídos a partir de algo primeiro nem arredondados em algo último” (ADORNO, 1962, p.12).

O ensaio é um meio complexo que engloba desenvolvimento surpreendentes e imprevisíveis de um modo de exposição do pensamento, requer procedimentos complexos e desafia análises baseadas em regras estabelecidas de antemão.

Por que não recuperar esse olhar dadaísta, essa epistemologia oportunista e errante que se reflete no ensaio?

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *“El ensayo como forma”*. In Notas de literatura. Barcelona: Ariel, 1962.

BACHELARD, Gaston. *Epistemología*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1973.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Buenos Aires: FCE, 2003.

BATESON, Gregore. *Espíritu y naturaleza*. Buenos Aires: Amorrortu, 2002.

_____. *Pasos hacia una ecología de la mente*. Buenos Aires: Editorial Lohlé-Lumen, 1998.

BENSE, Max. *Sobre el ensayo y su prosa*. México: Universidad Nacional autónoma de México, 2004.

CATALÀ, M. Català Doménech. *La Imagen Compleja*. La Fenomenología de las Imagenes en la Era de la Cultura Visual. Bellaterra: Servei de Publicacions, 2005.

_____. *La imagen interfaz*. Representación audiovisual y conocimiento en la era de la complejidad. Bilbao: Servicio Editorial D. L., 2010.

_____. *Estética del ensayo*. La forma ensayo, de Montaigne a Godard. València: PUV, 2014. . “Notas sobre el método”. IN Portal de la Comunicación InCom-UAB - Lecciones del portal. [Sem numero de páginas].

FEYERABEND, Paul. *Tratado contra el método*. Esquema de una teoría anarquista del conocimiento. Madrid: Editorial Tecnos, 1986.

_____. *Adiós a la razón*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996. Jarauta, F. "Para una filosofía del ensayo". In Cervera, Vicente, Hernández, Belén y Adsuar, María Dolores (eds). *El ensayo como género literario*. Murcia, Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2005.

DOR, Joël. *Introducción a la lectura de Lacan II*. La estructura del sujeto. Barcelona: Gedisa, 1994.

KERIK, Claudia. "En torno a Walter Benjamin". IN *Letras Libres*. febrero 2010. Disponible en <http://www.letraslibres.com/mexico/montaigne-walter-benjamin>

LUKÁCS, György. *Esencia y forma del ensayo*. Madrid: Sequitur, 2015.

MUSIL, Robert. *Ensayos y conferencias*. Madrid: Visor, 1992. Morin, E. *El Método I*. La naturaleza de la naturaleza. Madrid: Catedra, 2001.

_____. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: 2009. Najmanovich, D. "El desafío de la complejidad: redes, cartografías dinámicas y mundos implicados". *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 12 (38), 71-82, 2007. Disponible en <http://www.redalyc.org/pdf/279/27903806.pdf>

_____. *Mirar con nuevos ojos*. Nuevos paradigmas en la ciencia y pensamiento complejo. Buenos Aires: Editorial Bilbos, 2008.

VICENTE, Antonio Fernández (2014). "Por un saber ensayístico o contra el rígido academicismo". In *redes.com*, n. 10. Pp. 237-252. Disponible en <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/345>

WEINBERG, Liliana. *Situación del ensayo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Coordinador y difusor de Estudios Latinoamericanos, 2006.

3

Carlos Costa

JÚLIO VERNE E A QUEBRA DE PARADIGMAS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.83-97

Por mais estranhos que fossem os acontecimentos, tão lamentáveis que me parecesse o futuro – futuro extinto – foi ainda durante aquela viagem infernal que provamos o máximo de espanto permitido. Nossa viagem era eterna, sem fim...eterna.
Júlio Verne. O império dos quatro mares

Um paradigma é um procedimento ou uma norma que nos remete aos modelos de comportamentos que regem a sociedade e nos limitam na feitura de algo, mas, por outro lado nos dá segurança que estamos no caminho certo.

Por certo esses “protocolos”, usando a expressão que veio à tona com a pandemia, auxiliam no desenvolvimento do pensamento, da ciência, mas eles podem ser fator de engessamento deste pensar e se tornarem uma barreira para disrupções e mudanças.

Assim, refiro a quebra de paradigmas de uma forma do pensamento, de sair da zona de conforto, superar crenças limitantes. Não é absurdo fazer uma relação entre o paradigma e o preconceito. O sociólogo Erving Goffman, que pesquisou como o saber psiquiátrico constituiu-se como as relações interpessoais vivenciadas em instituições, já dizia que o preconceito nos protege, mas também limita e cerceia. Posso parecer simplista com esta comparação, mas quebrar paradigmas pressupõe não apenas este conceito, mas também o dos estigmas.

Isto evidencia a nossa posição em um século esquizofrênico com resquícios da paranoia que foi o século passado. A pandemia marca a entrada da forma mais cruel do século XXI, evidenciado pela esquizofrenia, pelo obscurantismo das ideais. É um fenômeno mundial. Movimentos como dos terraplanista, negação da ciência e o preconceito se tornam evidentes através da ideia de “liberdade de expressão”.

Porque é importante recuperar Goffman? Quebrar preconceitos, quebrar paradigmas, é o que vai nos permitir avançar e inovar e em última instância...sobreviver.

Etimologicamente paradigma vem do latim tardio *paradigma* que é mostrar, apresentar, confrontar. Isto se associa à ideia de uma teoria do conhecimento, ou recuperar a ideia do “livre pensar”, expressão tão cara do saudoso Millôr Fernandes. Portanto, um paradigma em essência não é apenas “padrões”. Nesta etimologia gostaria de pontuar a expressão confrontar. Confronto de um modelo de algo.

Thomas Kuhn em um livro basilar, *A estrutura das revoluções científicas*, originalmente publicado em 1962, considera como paradigma as “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”(KUHN, 1970, p.13) e “uma sociedade científica que compartilha”(KUHN, 1970, p.204).

Quando falo de quebra de paradigmas estou me referindo à quebra de normas, caminhos percorridos, como a própria escrita deste texto.

A palavra “protocolo” se impôs, um mantra na pandemia, mas também poderia ser a palavra paradigma, que são os parâmetros estabelecidos para que um trabalho siga um padrão e siga até um objetivo final.

Se revisitarmos as histórias das pandemias, todas as grandes pandemias supuseram ou trouxeram no seu bojo quebra de paradigmas e colocaram novos patamares de procedimentos para os novos problemas que surgiram. Vamos nos deter em dois exemplos: Galilei Galileu e Isaac Newton.

Vamos começar pelo físico, matemático, astrônomo e filósofo florentino, que durante a peste negra do século XIV, em quarentena, e

a partir de suas observações astronômicas, formulou a Teoria do Heliocentrismo – a Terra não era o centro do universo, como dizia Ptolomeu, mas o contrário. Contrariando inclusive a cultura bíblica quando um dos juízes de Israel (antes havia os juízes e depois os reis) para terminar uma batalha, olhou para o Sol e determinou: “para!”. Na percepção ou concepção bíblica da época era o Sol que girava em torno da Terra. Isto foi convertido em paradigma ou, se podemos atualizar, em protocolo de uma “mentalidade”, ou do “imaginário” judaico-cristã de que a Terra era o centro do Universo.

Galileu rompe com esse “imaginário social constituído” que substitui o heliocentrismo pelo geocentrismo e, mais do que isto, muda a visão homem em relação ao Universo.

Outro exemplo que destaco foi o que aconteceu com Isaac Newton em Cambridge, durante a peste bubônica no século XVII, quando ele se isolou em um sítio. Segundo a lenda, ele estava sentado sob uma macieira, vendo o tempo passar, distante do “gabinete de pensar” em um estado de ócio. Em dado momento ele percebeu uma maçã caindo no chão – a lenda conta que caiu em sua cabeça. A partir desta visão ele formulou a Teoria da Gravidade.

Foi um momento disruptivo do pensamento em que o homem, contrariando as “normas” divinas, inicia a “ciência moderna”. Obviamente a formulação de uma teoria não é tão simplista assim, mas podemos especular que o exercício do ócio proporcionou um momento de pensar a natureza e contrariar a ordem divina vigente. O ócio proporcionou a Newton contrariar a concepção de que Deus é o senhor do Universo.

Estes dois casos, Galileu e Newton, são para pensar, e sem a defesa de que nas crises surgem boas ideias. Mas certo é que a “quarentena” ou a “reclusão forçada” me fez fizeram – o processo de quarentena que vivemos imposta pela Covid-19 foi uma agressão a to-

das as nossas formas liberdade. A quarentena violou todos os nossos direitos sociais desde o nosso mais simples senso do comum.

Nos resta pensar e escrever para não enlouquecer e suicidar. Ou como disse Alberto Manguel: “escrevo para não enlouquecer”.

Pensar em/no “confinamento” imposto por leis federais é muito diferente do exercício realizado por Michel de Montaigne. Este exercício de pensar para não enlouquecer gerou ou precisa gerar uma nova forma de pensar, seja pela pressão da crise ou pelo tempo de ócio. Ou seja para repensar os “protocolos instituídos”, que anteriormente não tínhamos tempo de questionar. Essa é uma outra quebra de paradigma: o tempo. Não sabemos ainda qual será o grande ou novo paradigma, ou o que despontará da atual pandemia, mas “prevejo” sem exercício de futurologia que haverá quebras, ou seja, novos protocolos surgirão.

VERNE UM VISIONÁRIO E A QUEBRA DE PARADIGMAS

Neste processo recuperei um texto de Júlio Verne, *O império dos quatros mares*, escrito em 1865. Verne inicia o texto escrevendo: “Alguns historiadores escreveram a história da humanidade. Mostraram a Mahart-Iten-Schu, a “terra dos 4 mares”, sua origem; enumeraram a imensa população selvagem, ignorando-se mutuamente. Era daí que vinham as mais antigas tradições. Quanto aos fatores anteriores, ninguém conhecia; e as ciências naturais começavam a discernir a fábula vislumbrada nas trevas impenetráveis do passado. Em todo o caso, tal período escapava à crítica histórica, cujos primeiros rudimentos se compunham de vagas noções relativas aos antigos costumes das populações disseminadas”.

Jules Gabriel Verne [1828-1905] era um homem de um espírito extraordinariamente curioso. Em suas especulações expôs uma visão de um novo mundo baseado na ciência e na tecnologia. A academia francesa o olhava com olhar estranho, um escritor popular de segunda linha que nunca foi considerado um intelectual, talvez pela popularidade que os seus contos “fantasiosos” despertavam no seu tempo.

Michel Serres em *Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo* afirma que “desde a morte de Verne falta um escritor que dê a ciência a valorização que ela merece”. Verne pode ser considerado um antecipador e, nas palavras de Serres, “não no sentido de ficção científica, pois ele nunca avançou nada em matéria de ciência, [...], mas antecipa o modo como faz funcionar o mito e a pedagogia juntos em nossa sociedade” (SERRES, 2007, p. 25).

Em *O império dos quatro mares* há um conto chamado “Ano 2889”, que retrata um mundo dez séculos à frente do seu tempo. É a história de Francis Bennet, um grande magnata da imprensa americana e do seu jornal *New York Herald*.

No relato Bennet, está em Nova York, a esposa em Paris acompanhando os lançamentos da moda do momento, sobretudo de chapéus. Enquanto ele tomava café em Nova York e a esposa almoçava em Paris. Ele na sala da mansão e ela no quarto de hotel. Essa conversa acontece através do fonotelefone “cujos fios se confinavam até o hotel, de sua propriedade, Champs-Élysées, Paris”. Uma forma visionária do que seria hoje uma conferência via whatsapp ou face time. “O telefone, completado pelo “telefote”, é ainda, qual se sabe, bela conquista de nossa época! Se a transmissão da palavra, feita pelas correntes elétricas, é muito antiga, somente há algum tempo é que se pode transmitir a imagem. Preciosa descoberta, a qual Bennet não foi o último a louvar, quando percebeu a sua querida esposa, reproduzida em um espelho telefótico, apesar da grande distância que os separavam!”.

Após essa conferência o nosso personagem sai para visitar a sua empresa jornalística, aliás a maior organização de comunicação do mundo. “[...] o dinâmico diretor do *New York Herald* recomeçou o seu giro de 20 quilômetros pelos diversos escritórios e departamentos; e à noite, quando o seu totalizador diário lhe apresentou o relatório contábil das últimas vinte e quatro horas, Bennet verificou que a renda daquele dia fora de 3 milhões e 50 mil pera. O jornal ia de vento em popa! E tal fora o dia de um diretor de jornal no ano 2889”. É importante nos atentarmos que a empresa de Bennet era uma organização horizontal com espaços definidos como coleta de informação, setor publicitário através das nuvens – aqui uma curiosidade, a publicidade não está no jornal fixo, mas estampada nas nuvens...nas nuvens reais, não como o atual Icloud ou Dropbox. A proposta era colocar a publicidade nas nuvens onde todos poderiam ver os anúncios do *New York Herald*.

No seu vislumbre tecnológico no final desta caminhada, a senhora Bennet vai até Caleis, porto da França no Canal da Mancha, entra em um tubo, como um submarino que a leva para Nova York em três horas.

A construção visionária foi criada a partir dos protocolos existentes. Dizendo melhor, o carro de golfo para visitar a organização é um pensar horizontal, quando na modernidade a estrutura se torna vertical e contemporaneamente, rizomática e de rede.

Em 1865 já havia o telégrafo, que ele usou, essa ideia tecnológica com os cabeamentos nos mares, e não pensando no avião, de Santos Drumont ou dos irmãos Wright, que poderia substituir o que seria o trem para grandes viagens de longa distância.

Verne morreu em 1905 – dez anos depois que o conde Zepellin registrara sua invenção do aeróstato Hindenburg. Ele não levou isso em conta. Poderia ter colocado a esposa do magnata da comunicação a bordo de um dirigível ou de um Concorde, por que não?

Já no caso dos arranha-céus, eles começaram a ser levantados na última década do século XIX, mas a explosão se deu um pouco depois, na chegada da década de 1930 – incluindo o Empire State Building, por muitos anos o mais alto do mundo, e o mais belo de todos, o Chrysler Building. Júlio fica perdoado: jamais imaginaria que um elevador seria o veículo adequado – mesmo sem sair do lugar – para visitar a centena de andares de uma construção vertical.

Verne não precisou de uma pandemia como Newton ou Galileu para exercitar a imaginação sobre o que seria um futuro. É esse o exercício aqui.

O século XIX é rico nestas possibilidades e na curiosidade do que seria o futuro. Como sabemos o século XIX foi o grande século da invenções, e dos grandes pensamentos que vão desde a descoberta da locomotiva a vapor que transformou radicalmente a indústria, á abertura do Canal de Suez que abreviou em quase 15 mil quilômetros a trajetória da Europa até o Oriente sem ter que atravessar todo o desvio da África.

Ferdinand de Lesseps, o diplomata e empresário francês que nunca foi um inventor, mas sim um idealizador do projeto do Canal de Suez, colocou a mão na massa para conseguir realizar essa construção para encurtar as distâncias e ampliar a troca econômica entre as potências europeias e outras potências esquecidas ou mergulhadas no passado do extremo oriente. O que isto representou em termo de mobilidade humana e econômica em avanço para o progresso?

O QUE AS VISÕES E AS DISTOPIAS PODEM NOS ENSINAR?

Vou fazer um parêntese e comentar um outro caso. Poucos anos antes do milênio, houve muitas especulações do que seria os anos de 2000. Várias visualizações do futuro, entre elas a de HG Wells que publicou, em 1895, a primeira versão da Máquina do tempo.

Em 1910, o ilustrador francês Villemard, Jean-Marc Côté, criou uma série de postais denominado *Utopia*, nos quais retratou sua visão sobre como seria a vida cotidiana de Paris no ano 2000. As imagens são extremamente singulares. Vou me deter em uma, com estudantes conectados a capacetes eletrônicos. Cada capacete possui um fio transmissor, que se liga a uma máquina central. Nesta máquina, o professor coloca os conteúdos que deverá ir para a cabeça dos alunos. Uma “previsão” e possibilidade de acesso à informação por meio de aparatos tecnológicos [Figura 1].

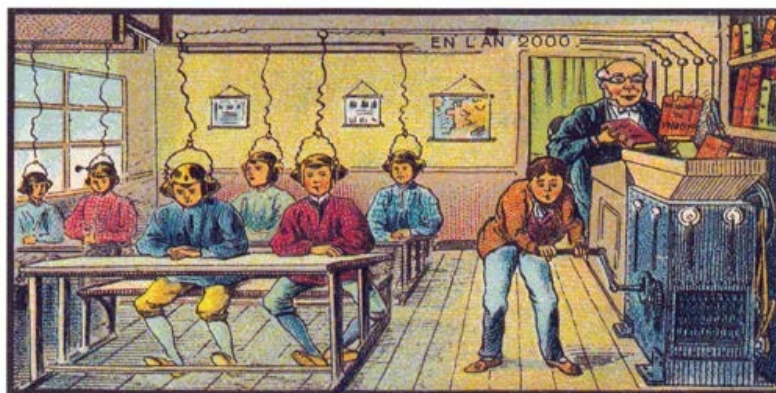
O grande legado de Júlio Verne foi criar um “design do futuro”, mas caímos “no deserto do real”, como George Orwell, por sua vez, previa um futuro distópico de 1984 escrito em 1949. Uma distopia que questiona o próprio “real”, que destrói a realidade, ou controla uma nova realidade, ou o mundo como a gente entendia como organizado.

Uma mesma projeção encontramos na série *The Handmaid's tale* [O conto da aia] criada por Bruce Miller, inspirada no texto homônimo da autora canadense Margaret Atwood, sobre a distopia da sociedade teonômica cristã de Gileade. Segundo a obra em um futuro próximo, as taxas de fertilidade caem em todo o mundo por causa da poluição e de doenças sexualmente transmissíveis em meio a um governo totalitário. Uma sociedade organizada por um governo militarizado e fanático, com novas castas sociais, nas quais as mulheres são subjugadas e, por lei, não têm permissão para trabalhar ou ler.

Ou mesmo na série inglesa *Years and years* (2019) criada por Russell T. Davies que acompanha a família britânica Lyons em Manchester por 15 anos a partir de 2019. Na série o tema da política se sobressai, mas também a tecnologia como, por exemplo usar emoticons na cara ou transferir a mente para nuvem a fim de se tornar transumano. A série é mais “real” do que gostaríamos que fosse. A arte imita a vida: um conflito aberto entre EUA e China, uma falência bancária em cadeia, fronteiras fechadas, campos de refugiados e de concentração, retrocessos em todas as liberdades. Semelhança com o auge de políticos sinistros: aos Putin, Trump e Xi não é mera coincidência.

Júlio Verne é mais complacente com a visão do mundo que a gente está vendo hoje.

Figura 1 - Villemard (1910) Na escola. Série Utopia.[Domínio público]



At School

O SURTO E A QUEBRA DE PARADIGMAS

No último dia de 2019, como um prenúncio do que viria a ser o ano de 2020, o governo chinês alertava a OMS (Organização Mundial

da Saúde) para a ocorrência de casos de uma pneumonia “de origem desconhecida” registrada na cidade de Wuhan. Uma semana depois estava confirmado a existência de um novo tipo de coronavírus, que ainda não tinha nome.

Isto mudaria o mundo e a forma como víamos o mundo. “É incrível refletir sobre quão radicalmente o mundo mudou em tão curto período de tempo”, falou o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus.

No mês de março de 2020, quando o coronavírus começa a ser um fenômeno discutido no mundo todo, e eu tive uma espécie de surto. Recordo que em janeiro indo para Coimbra para realizar uma entrevista com o professor Joaquim Alcoforado, especialista em educação continuada, vi na cidade de Lisboa uma série de publicidade no metrô e nos pontos de ônibus que oferecia cinco mil Euros e uma viagem à China com tudo pago para conhecer o urso panda [Figura 2].

Figura 2 - Campanha Betclic Lisboa. Lisboa/Janeiro 2020.



Foto do autor

Quase um mês depois a OMS declarou o surto deste novo coronavírus e constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), que é o mais alto nível de alerta da Organização.

É a sexta vez na história que uma ESPII de Importância Internacional é declarada. As outras foram: a pandemia de H1N1 (2009); a disseminação internacional de poliovírus e surto de Ebola na África Ocidental (2014); o vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas (2016), e o surto de ebola na República Democrática do Congo (2018).

Estamos profundamente preocupados, tanto com os níveis alarmantes da transmissão e gravidade tanto com os níveis alarmantes da inatividade. Fizemos, então, a avaliação de que a Covid-19 pode ser considerada uma pandemia. Essa é a primeira pandemia causada por um coronavírus. E nós nunca tínhamos visto antes uma pandemia que, ao mesmo tempo, pode ser controlada. Nós não poderíamos dizer isto mais seriamente, ou mais claramente: todos os países ainda podem mudar o curso desta pandemia. Estamos juntos. Fazer a coisa certa, com calma, e proteger os cidadãos do mundo. É possível”.³

O mundo, considerado “normal”, entrou em colapso, um crash historicamente sem precedentes. Não parece que o mundo será o mesmo depois da pandemia declarada pela OMS em 11 de março. O mundo vai mudar. Eu não tenho certeza se nós sairemos diferente.

Este momento para mim foi um momento de pensar na quebra de paradigmas. O paradigma de um mundo sob controle, planejado. A melhor concretização da imagem da quebra de paradigmas é que o que estava firme não tinha firmeza nenhuma. Se já estávamos em um mundo de liquidez conforme Zygmunt Bauman, esse conceito se materializou no panorama de desassossego que vivemos nesta pandemia,

3 A OMS declarou em 11 de março de 2020 que a doença provocada pelo novo coronavírus, a Covid-19, como pandemia. A decisão foi anunciada pelo chefe da agência, Tedros Ghebreyesus, em Genebra. https://www.youtube.com/watch?time_continue=55&v=Yhf1qvV-fmRg&feature=emb_title

lembrando de Fernando Pessoa no Livro do desassossego que trazia a pergunta: “Onde está Deus, mesmo que não exista?”.

Temos um discurso publicitário, sobretudo das empresas, que após esta pandemia tudo vai voltar ao normal, ou a um “novo normal”, e isto pode parecer que derruba por terra a minha defesa de quebra de paradigmas. Mas não é bem assim. Eu escuto muito, sobretudo o discurso publicitário que nós “sairemos desta muito melhor do que entramos”. Acho que todas as operações que Polícia Federal realizou com os deputados, o impeachment do governador do Rio de Janeiro, Witzel, todo este clima de roubalheira que sempre existiu parece que ficou mais agudo com a pandemia. Alguém vender aparelho respiratórios que não serve para o ser humano e cobrar caríssimo, ou cobrar e não entregar, ou pagar mais propina por fora do que o custo real da mercadoria me parece que está revelando que nós somos como na imagem bíblica do sonho de Nabucodonosor, relatado no segundo capítulo do livro bíblico do profeta Daniel.

A estátua vai ruir como no sonho de Nabucodonosor porque a estátua que tem cabeça de ouro, peito de prata, corpo de bronze e pés de barros que cairá por terra justamente porque os pés são de barro. É esta a nossa natureza.

Penso que este assunto da quebra de paradigmas é importante e deve entrar na discussão da academia. Isto não é um tema deste momento, mas um tema que irá se prolongar. A Pandemia é algo temporal, mas as suas consequências irão repercutir em todos os cenários das nossas vidas. A cristalização dos procedimentos ou dos protocolos de alguma maneira sufoca a academia. Outros já disseram: se Platão chegasse em uma faculdade com *O banquete* ou com *A República* ele seria reprovado, como Walter Benjamin foi reprovado na sua tese sobre a *Origem do drama barroco alemão*.

Vale lembrar um pensamento que recolho do Roland Barthes e da Beatriz Sarlo. Barthes dizia que “nada tranquiliza mais que classificar” (Barthes, 2001: p.103), ou seja, quando temos algo novo e a gente qualifica: é um animal, é um vegetal ou é uma sobremesa, a gente fica tranquilo porque catalogamos ou classificamos. Já a ensaísta argentina Beatriz Sarlo falando a respeito da televisão afirma que

Deleitar repetição de estruturas conhecidas é prazeroso e tranquilizador [...] a repetição é uma máquina de produzir suave felicidade, na qual a desordem semântica, ideológica ou experimental do mundo encontra um reordenamento final e remansos de restauração parcial da ordem (SARLO, 2005: p.63).

Isto explica, por exemplo sucessos de programas com a *Praça é nossa*. Programa que migrou do rádio para a televisão e ficou mais de quarenta anos no ar. É uma fórmula que as pessoas conhecem todos os protocolos e o final da esquete. Quem não se lembra da velha surda da Praça é nossa? Nós conhecemos perfeitamente a história. Depois de 40 anos todos já entenderam, mas ainda continuamos a rir das piadas por causa do conforto.

A própria televisão se tornou um pouco preguiçosa de repetir bordões ou ideias, ou protocolos que deram certo. E o que deu certo dá uma tranquilidade que não será um fracasso. Uma observação atenta aos modelos televisivos revela uma mera repetição de protocolos. Até porque inovar é correr riscos.

REFERÊNCIA

BARTHES, Roland. *La torre Eiffel*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

SARLO, Beatriz. *Cena da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

SERRES, Michel. *Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo (diálogos com Jean-Paul Dekiss)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VERNE, Júlio. *O império dos quatro mares*. Rio de Janeiro: Clube do livro, 1975.

parte 2

PANDEMIA

Quebra de paradigmas:
um retrato da primeira
onda da Covid-19

1

Adriana Cristina Alves do Amaral

O TEMPO QUE O TEMPO LEVA.

A quebra do paradigma
da passagem do tempo
em tempos da #pandemia
da #covid-19

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.99-110

O tempo. Foto José Geraldo de Oliveira



Criança, eu não entendia o fenômeno do ano bissexto⁴. Quando, a cada quatro anos, fevereiro tem um dia a mais para ajustar o calendário dos homens ao movimento de translação da Terra. Ou melhor, o ano civil ao ano solar. O que ocorre desde o império do romano Júlio César⁵, 50 anos antes de Cristo.

Como deve ser curioso celebrar o aniversário para quem nasceu no dia 29 de fevereiro. Festejar um dia antes, um dia depois ou comemorar a cada quatro anos? Eis a questão. Imaginem explicar isso para as crianças. E a dúvida dos pais no primeiro aniversário?

É preciso considerar o ano bissexto para calcular o horóscopo chinês. Nasci em 1962, sou Tigre, num ano que tinha apenas 365 dias. Também sou canceriana, mas tenho problemas em calcular o meu ascendente, pois não tenho certeza se minha mãe me pariu às 3h15min da manhã ou da tarde. Doze horas fazem diferença na matemática astral! Alguns dizem que é misticismo, outros, ciência e afeta muitas pessoas.

A maioria dos bebês leva nove meses, ou 42 semanas, para nascer. Muitos vieram ao mundo prematuramente e outros tiveram de ser tirados do ventre da mãe. Um recurso usado pelos médicos para não deixar a criança “passar do tempo”, o que pode gerar complicações importantes, sejam fisiológicas ou comportamentais.

Se formos assar um bolo ou um pão, como a maioria entre nós o fez durante o #isolamentosocial, o tempo nunca será absoluto, mas referência. Nesses casos, o tempo de cocção dependerá de variantes como a temperatura dos ingredientes, do ambiente e do forno.

4 Ano com 366 dias, um a mais a cada quatriênio.

5 Caius Julius Ceasar (100 a.C. a 44 a.C.). Militar, que foi imperador de Roma até ser assassinado.

Reminiscências que me remeteram à virada do século XXI. Quem se lembra - ou ouviu falar – do “bug do milênio”⁶? Ele não se confirmou. Lembro-me de que estavam de plantão: jornalistas, técnicos de TI (tecnologia da informação) das empresas e hospitais, cientistas, dentre outros profissionais, na expectativa de que os dados armazenados nos computadores virassem “poeira cósmica”, na virada do dia 31 de dezembro de 1999 para 1º de janeiro de 2000.

A última hora do ano foi a mais impactante. No último minuto, enquanto a maioria fazia a contagem regressiva para o ano novo, muitos previam o problema e as suas soluções. 60, 59, 58 ...10, 9,8, 3,2,1. Feliz ano novo! Tudo velho. Tudo bem. Dados preservados com sucesso.

VIAGEM NO TEMPO

A literatura imortalizou e o cinema popularizou o sonho das viagens através do tempo. Quando menina, havia os seriados *O Túnel do Tempo* e *Perdidos no Espaço*, o primeiro relatava as aventuras de dois colegas cientistas e o segundo da família exploradora; adolescente, o filme *De Volta para o Futuro*, envolvendo um cientista sonhador e um adolescente; adulta, séries como *Dark*, *Outlander* e *Dr. Who*, que abordam uma temática que instiga em todos os tempos, sem nunca sair de moda. Além de um número imenso de romances ficcionais, filmes e teorias científicas.

Lembranças que me fizeram pensar o clássico *A Guerra dos Mundos*, de HG Wells⁷.

6 Previsão de pane nos sistemas informatizados na virada do século.

7 Romance ficcional do escritor inglês Herbert George Wells – 1866-1946.

O que você faria nos seus últimos momentos de vida, caso o planeta estivesse sendo atacado? De que tempo vieram os invasores? Como viajaram através do espaço? A literatura não envelhece.

Curiosamente, a tecnologia materializou muito daquilo que sonhei no passado a partir da ficção, imaginando como seria o inimaginável, então. Por exemplo: o metrô, os aparelhos de raio-X e ressonância magnética, o celular e o aplicativo FaceTime. Minha mãe surpreendeu-se com a televisão, o elevador, o avião. Cada geração com os seus avanços... Os meus filhos começam a conviver com robôs. Resistirão aos androides, os meus netos?

A medicina e a arte do ilusionismo também aprimoraram técnicas para viajar no tempo da memória. Como a hipnose e terapia de vidas passadas, recursos utilizados para identificar traumas e superar bloqueios mentais e superar a dor.

A neurociência explica por que, com o passar do tempo, a memória humana reaviva. Quando, na velhice, conseguimos lembrar detalhes esquecidos da infância. São abertas as “gavetas da memória”, que armazenam os fatos vividos nas histórias de cada ser humano. A medicina ainda não encontrou a cura para a Doença de Alzheimer⁸ e ainda lida para controlar os distúrbios psiquiátricos, onde pacientes parecem perder-se no próprio tempo e espaço...

Mas, afinal, é possível viajar no tempo? Haveria viajantes do tempo entre nós? Se existirem, o que é o tempo se o conhecemos como passado, presente e futuro?

Muito se especula e se investiga a respeito desde que Einstein⁹ teorizou a relatividade. Muito resumidamente, para ele o tempo é dimensão adicional às três dimensões (altura, profundidade

⁸ Causa degeneração celular comprometendo a memória.

⁹ Albert Einstein – físico alemão - 1879-1955.

e largura), enquanto Newton¹⁰ considerava o tempo como unidade universal de medida.

O que é o tempo? Para a maioria de nós, seres comuns e não cientistas, o tempo se resume em 24 horas, divididas entre dia e noite, sete dias por semana que se acumulam em 12 meses, ano após ano durante o tempo em que vivemos. Entre o nascimento e a morte.

Os religiosos acreditam na eternidade, os espiritualistas, na reencarnação, enquanto os ateus, que a vida é presente. Ou seja, não há consenso. Por isso, é mais fácil sonhar juntos. Como o sonho de voar e viajar no tempo no espaço, mesmo se for para se perder...

Teorias sobre o buraco negro ganharam as mídias no início de outubro de 2020, quando a Academia Real das Ciências da Suécia concedeu o Prêmio Nobel de Física aos cientistas Roger Penrose, Reinhard Genzel e Andrea Ghez. Longe de entender sobre o “buraco negro” e o “espaço-tempo”, o fato é que é um lugar onde o externo não existe.

Ou melhor, que não é reconhecido do lado de fora. Mas que eles existem, existem. Como as bruxas.

O TEMPO MANDA NA GENTE OU A GENTE MANDA NO TEMPO?

“Era um senhor tão bonito”, cantou Caetano Veloso¹¹ em *Oração ao Tempo*. O poeta compara o tempo ao “senhor de destinos, que parece contínuo, mas é inventivo em seu movimento preciso”.

¹⁰ Isaac Newton – astrônomo inglês -1642-1727.

¹¹ Caetano Emanuel Viana Teles Veloso, cantor e compositor brasileiro-1942.

O poeta Vinícius de Moraes¹² escreveu: “Passa, tempo, tic-tac, passa hora, bem depressa, não demora, dia e noite, noite e dia”. Adoniran Barbosa¹³ corria contra o tempo para não perder o trem das onze: “Não posso ficar nem mais um minuto com você... Se eu perder esse trem que sai agora às onze horas só amanhã de manhã...”

A música também é marcada pelo tempo, através do intervalo entre um som e outro e as pausas. Assim como o pulsar do coração, que conforme o ritmo das batidas anuncia a saúde, a doença, uma emoção etc. Ou na pausa entre a respiração. O tempo é medido ao mesmo tempo de forma concreta e abstrata.

Há pessoas que parecem fazer o tempo render, enquanto outras se rendem ao tempo. *Time is Money*.¹⁴

“No meu tempo...”, dizem os saudosistas. “Há tempo!”, argumentam aqueles que são otimistas. Enquanto outros honram o tempo aqui e agora. Nunca deixando para depois o que pode ser feito hoje. Pois, será outro o tempo.

Eu costumo repetir: lembrar é voltar no tempo. Pensar é viajar no tempo. Relembrar é viver de novo. Rememorar é estar junto.

Fico imaginando os anos que Gramsci¹⁵ passou no cárcere, quando direcionou a sua vida de confinamento a pensar, elaborar e redigir os seus cadernos. Em 11 anos, ele preencheu 29 volumes com as suas ideias que, passadas mais de duas décadas, ainda são atuais e inspiram.

12 Marcos Vinícius de Moraes, poeta, jornalista, compositor, cantor, diplomata brasileiro -1913-1980.

13 João Rubinato, compositor e cantor brasileiro – 1910-1982.

14 Tempo é dinheiro, em português.

15 Antonio Francesco Gramsci, filósofo italiano – 1891-1937.

Sobretudo sobre o papel do Intelectual Orgânico, conceito defendido pelo filósofo. Teria sido para ele a mente a melhor companheira? Seu refúgio libertador?

“Quando eu me encontrava preso, na cela de uma cadeia”, imortalizou Caetano na música *Terra* enquanto Gil expandia o “buraco-negro” da prisão deixando as referências externas entrarem e serem processadas em seu cérebro humano. “Transcorrendo. Transformando. Tempo e espaço navegando todos os sentidos”, escreveria mais tarde na canção onde ratifica o reinado do tempo: “Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei. Transformai as velhas formas do viver. De um momento para o outro.”

Gilberto Gil¹⁶ contou que durante os dois meses em que ficou preso, na virada dos anos de 1968 e 1969, ele descobriu, se identificou e aderiu à macrobiótica¹⁷, e o violão o ajudou a tolerar a experiência solitária e cerceadora. Tempos de repressão, da ditadura militar no Brasil, que não ficou no passado. Gramsci foi libertado para morrer.

Penso nos presos políticos, nos exilados políticos e nos familiares e amigos daqueles que ficaram esperando, de certa forma, encarcerados. Corpos desaparecidos e a demora em ter as mortes de pessoas atestadas, no Brasil.

Os sonhos da mulher de Eduardo Galeano¹⁸, ele exilado político, ela exilada com ele. A espera de Paulo Freire¹⁹, do irmão do Henfil²⁰ - o Betinho²¹, o não retorno do deputado Rubens Paiva²² até a

16 Gilberto Passos Gil Moreira, cantor e compositor brasileiro - 1942.

17 Dieta alimentar que leva em consideração a energia do alimento, a partir da filosofia chinesa.

18 Eduardo Hughes Galeano, jornalista uruguaio – 1940-2015.

19 Paulo Reglus Neves Freire, educador brasileiro – 1921-1997.

20 Henrique de Souza Filho, cartunista brasileiro – 1944-1988.

21 Herbert José de Souza, sociólogo brasileiro – 1935-1997.

22 Rubens Beyrodt Paiva, engenheiro brasileiro e deputado federal- 1929-1971.

emissão de seu atestado de óbito, e Vlado²³, que sucumbiu na prisão entre tantos outros.

UM ANO PARA NÃO ESQUECER

A passagem do tempo é algo real, que garante a organização da sociedade, mas é sentido individualmente de maneiras distintas. Oportunidade para alguns, prisão para outros.

O ano de 2020 vai ficar marcado na história como tempo de espera. Tempo de aprendizado. Tempo de dor. Tempo de autoconhecimento. Tempo de despedidas. Tempo de solidão. Tempo de refúgio. Tempo de libertação. Tempo de espera.

Em fevereiro, um novo vírus foi identificado e, a partir de março, se popularizou. O Sars-CoV-2, o vírus que causa a #Covid-19, trouxe uma pandemia sem igual, pois, apesar de tanta tecnologia e conhecimento científico e lições aprendidas do passado, após sete meses já havia matado um milhão de pessoas em todo o mundo, enquanto o tempo corria sem termos chegado a uma vacina comprovadamente eficiente.

Pegos de surpresa, a maioria de nós foi obrigada a ficar em casa, na reclusão do isolamento, quando o relógio cronológico rendeu-se ao relógio biológico. Parecia que seria um período breve, mas que se arrastou por meses.

No Brasil, vivíamos o nosso ritmo diário e celebramos o carnaval de 2020 aproveitando o feriado ao bel prazer. Pudemos escolher entre descansar ou brincar a folia. O feriado da quaresma²⁴ em 2020 demo-

²³ Vlademir Herzog, jornalista brasileiro-1937-1975.

²⁴ Período do ano que antecede a Páscoa Cristã.

rou mais para passar, emendado que foi à #quarentena. Tivemos o *delay*²⁵ para nos prepararmos, perdemos essa vantagem.

Foram inúmeras as mudanças, dos hábitos de higiene à rotina para nos protegermos da contaminação viral. Do tempo gasto para a lavagem ideal das mãos, entre 40 ou 60 segundos ou o tempo de cantar a música *Parabéns a Você*. Muito se especulou sobre o tempo de um “novo normal”.

Tivemos de reaprender a prestar atenção ao tempo gasto no banho ou na higienização dos alimentos e compras vindas do ambiente externo; o tempo ideal para garantir a qualidade de vida durante o período em *home office*²⁶ ou de exposição para os profissionais que atuam em atividades essenciais (que arriscaram as suas vidas para proteger os demais); o tempo de 14 dias para quem se isola dentro da própria casa ou hospitais, em caso de ter sido contaminado, durante isolamento ou tratamento; o tempo da saudade, que não pode ser contabilizado, e do luto sem despedidas, pela proibição dos velórios.

Em síntese: o período de #pandemia nos fez vivenciar uma nova percepção da passagem do tempo, que parece ter ganhado uma dimensão diferente. Afinal, no início do #isolamentosocial a maioria entre nós achávamos que não daríamos conta de tantas horas, mas, passados seis meses, os dias parecem estar passando mais rápido e não temos tempo para nada.

Em outubro, São Paulo – estado que foi considerado o epicentro da pandemia no Brasil- preparava-se para voltar à rotina, ao mesmo tempo em que os primeiros países a se fecharem, a Itália e a Espanha, anunciavam a segunda onda da covid-19 e começavam a restringir o acesso e circulação de pessoas em algumas regiões. O medo da

²⁵ Atraso comum em relação ao tempo marcado em outras regiões do mundo.

²⁶ Trabalho realizado em ambiente doméstico, fora do escritório.

reinfeção por #Covid-19 espreitava, apesar de apenas cinco casos terem sido confirmados no mundo, à época.

A realidade díspar pela sua dimensão continental anunciava que os desafios ainda levariam mais tempo para controlar a ameaça viral. Um dia, teremos de encarar a logística da vacinação em massa, prevista para o início de 2021.

Enquanto isso...

Como tudo é relativo no mundo real, à chegada da #Covid-19 também se refletiu de maneira distinta na sociedade. O tempo foi mais cruel com os mais pobres. Se a imunidade de rebanho não se concretizou, a fome mata.

Com tantas mudanças de hábitos, muita gente abriu mão de alguns serviços, enquanto outros abusaram do comércio online²⁷. Foi comum ouvir que muitos preferiram a leitura dos jornais virtuais, com receio da contaminação através dos exemplares de papel; as diaristas perderam faxinas e as empregadas domésticas²⁸ foram dispensadas, enquanto trabalhadores de vários segmentos econômicos viram seus postos de trabalho fechados e seus contratos extintos.

O reflexo imediato, nas grandes cidades, foi o aumento da população em situação de rua, incluindo famílias inteiras. Estima-se que, sete meses após o início da pandemia, metade da população brasileira economicamente ativa estava sem trabalho. Pensar globalmente e agir localmente, como fez o Padre Julio Lancellotti²⁹. Garantir a vida, pois a autonomia demanda mais tempo, e vontade política.

27 Compras feitas pela internet.

28 500 mil postos de trabalho domésticos foram fechados desde o mês de maio, de acordo com a Pnad Contínua, IBGE.

29 Renato Julio Lancellotti, padre católico brasileiro, da Pastoral do Povo da Rua - 1948.

Quem já morou na rua relata que a primeira noite ao relento ninguém esquece jamais. O corpo não descansa, em vigília, a noite toda, até sucumbir ao cansaço com o raiar do dia. Para o Povo da Rua é mais seguro trocar o dia pela noite.

As mulheres viveram a sobrecarga de trabalho doméstico, a violência doméstica, a tripla jornada, não restando tempo hábil para viver a própria individualidade. Os idosos viveram tempos de abandono e medo, por falta de visitas e temor da própria morte. As crianças viveram o tempo escasso do brincar em espaços fechados. Os jovens viveram a solidão do não estar junto. Os amantes? Para alguns sobrou tempo para namorar enquanto para outros faltou tempo para amar...

A NATUREZA SOBERANA

Mas, não pensem que podemos enganar o tempo. Ousamos querer controlar o tempo, alterando geneticamente a produção de alimentos, interferindo no espaço-tempo, retardando o envelhecimento. Na verdade, sempre seremos dominados por ele!

Durante o isolamento social, uma das experiências que foram multiplicadas foi o direito ao ócio, por alguns privilegiados, que puderam acompanhar o ciclo natural. Uma árvore frutífera florescer e dar frutos, um botão abrir-se em flor, uma ninhada de filhotes crescerem. Perceber a passagem das estações mudar, mesmo de uma forma incompreensível na mistura equivocada onde frio, calor e chuva confrontaram a lógica dos meses.

Aos poucos tudo retorna ao normal. Seria possível? O tempo nos fará esquecer os paradigmas quebrados durante a #pandemia da #Covid-19? Iremos simplesmente seguir em frente, ignorando aquilo que foi vivido para viver tempos novos?

Tal Macondo, cidade fictícia de Gabriel Garcia Marques³⁰, o Brasil tornou-se uma terra onde a população, imersa em incerteza, parece ter abandonado a razão num sintoma pandêmico. Seremos como o coronel, personagem da família Buendia, esperando uma carta que não vem, ou seremos capazes de virar a página?

Nada será como antes, ou tudo terá a ver com o que foi vivido?

Seria realmente o tempo o senhor da razão?

Pelo aprendizado acumulado, geração após geração, tudo indica que tempos novos virão e que serão vividos como se nunca tivéssemos convivido com um vírus letal. Mais de 150 mil brasileiros perderam a vida, e pelo menos quatro vezes mais tiveram que conviver com essa perda. A maioria resistiu.

Concluindo só há uma certeza:

O tempo é soberano.

A única forma de domá-lo é através da arte.

No final, apenas a arte sobrevive às gerações. É a viagem do tempo, quando o homem, com as suas próprias mãos e mentes, definitivamente imortaliza o momento da criação.

30 Gabriel José Garcia Marques, escritor colombiano – 1927-2014.

2

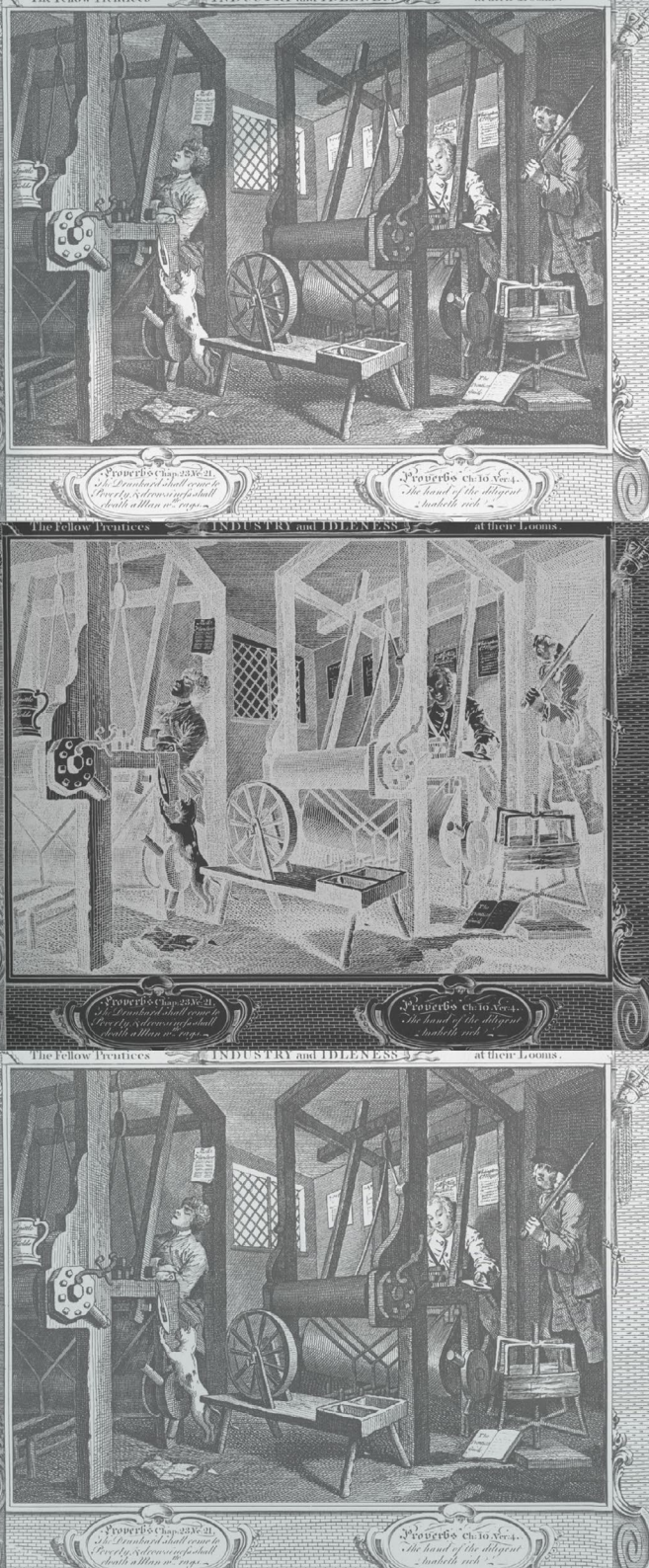
Jonas Gonçalves

VISÕES: PASSADO E PRESENTE.

As empresas também são
impactadas: considerações
sobre comportamentos
organizacionais diante da
pandemia de covid-19

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.111-119

William Hogarth. The Fellow 'Prentices at their Looms- Industry and Idleness



INTRODUÇÃO

As crises de diversas naturezas possuem uma natureza cíclica. É assim na vida cotidiana e também no mundo do trabalho. A pandemia de Covid-19, que assolou o mundo em 2020, nos trouxe uma crise capaz, ao menos em caráter temporário, de fazer com que essas duas esferas (pessoal e profissional), normalmente mantidas separadas por questões culturais, tivessem uma fusão forçada e, em certa medida, perturbadora, o que desencadeou uma série de mudanças significativas no comportamento humano.

Quando refletimos sobre essas transformações, tão rápidas quanto impactantes, nos deparamos com uma dificuldade natural para compreendê-las em razão da inexistência de uma recomendável distância temporal, que tende a facilitar o processo de assimilação. Entretanto, é possível iniciarmos desde já esse tão importante debate, adotando como premissa para este ensaio o entendimento das mudanças que ocorrem no âmbito organizacional.

Um dos principais atrativos desse percurso teórico é o fato de que uma gama considerável de referências sobre esse assunto já havia emergido e se consolidado antes da entrada do novo coronavírus no cenário, nos conferindo uma sólida base estrutural para alicerçar a discussão. Em uma análise preliminar, rapidamente se observa que muitas das tendências, estão apenas em curso, entraram no que podemos chamar de “fluxo de intensificação” e adentraram sem reservas o terreno da realidade.

O CRESCIMENTO DA “CULTURA DO REPORTAR”: UMA EVOLUÇÃO NEM SEMPRE NOTADA

Assim como em crises anteriores, especialmente as de fundamento econômico-financeiro, empresas dos mais diversos setores mantiveram a rotina de reportar suas providências diante de situações capazes de modificar de forma drástica planejamentos prévios inteiros. Talvez a diferença fundamental desta para outras “tempestades perfeitas” seja justamente a velocidade dos acontecimentos, o que dificulta sobremaneira a execução de ações essenciais para a mitigação de seus efeitos.

No jornalismo, por exemplo, o grau de adesão a essa “cultura do reportar” aplicada a estratégias organizacionais é bastante variável quando se comparam empreendimentos de diferentes países. O Brasil pode ser classificado como “emergente” quanto a esse indicador, especialmente se for levado em consideração o que ocorre nos EUA e em países europeus. Embora ainda não tenhamos nada comparável aos periódicos e detalhados *Innovation reports* do *The New York Times*, progressos significativos já ocorreram, fazendo com que expectativas positivas possam ser vislumbradas no horizonte do que o futuro nos reserva.

Empresas jornalísticas como a que publica o jornal *O Estado de S. Paulo* (ou *Estadão*) têm se preocupado em informar os seus públicos sobre medidas de atendimento a circunstâncias excepcionais ou, em uma escala ainda mais ampla, a respeito de transformações organizacionais de caráter definitivo, como o projeto *Estadão 21*, que consolidou uma série de investimentos do grupo de mídia feitos nos últimos anos em novas formas de produção e distribuição de conteúdos noticiosos. O redesenho dos fluxos da redação multiplataforma e dos

produtos digitais, anunciado em agosto de 2019, teve a consultoria espanhola Prodigioso Volcán contratada para coordenar o processo, enquanto profissionais do *Estadão* fizeram visitas a dez veículos, localizados nos EUA e na Europa, a fim de obter referências sobre possíveis caminhos a seguir. Trata-se de um dado importante para detectar a intenção de se estabelecer um panorama comparado de estruturas e práticas que visa subsidiar as suas mudanças, sem deixar de lado a prerrogativa de adaptá-las à própria realidade, quando não de elaborar soluções customizadas visando determinadas finalidades. Portanto, a iniciativa não deve ser vista como uma mera importação de soluções.

Mas essa reversão da tendência de pouco reportar atualmente é verificável mesmo em companhias sem a mesma densidade mercadológica do *Estadão*, pois agora estas se sentem encorajadas a retirar o biombo que ocultava seus processos internos. Havia uma dificuldade histórica e intrínseca enfrentada pelo setor, pois o jornalismo, por sua própria natureza, sempre priorizou os acontecimentos ao seu redor. Essa nova diretriz é potencializada por uma onda irresistível de transformação digital, que traz em seu bojo os parâmetros estabelecidos pela “Revolução 4.0”. Esta quebrou o paradigma evolutivo construído pelas três anteriores e extrapolou as fronteiras das plantas industriais de fabricação de bens duráveis e agora é um assunto discutido em todos os círculos empresariais, hoje envolvidos pela dimensão hegemônica e abrangente dessa verdadeira revolução tecnológica, criadora de uma espécie de uma espécie de “imperativo categórico” contemporâneo.

A TECNOLOGIA COMO EIXO ESTRUTURANTE

Essa nova realidade pode ser vista como uma jornada contínua de busca por eficiência e excelência operacional, aliada a oportuni-

des de disrupção tecnológica. Voltando ao exemplo das publicações jornalísticas, estas se depararam já nos primórdios do século XXI com a necessidade de se reinventarem diante das novas preferências de consumo, capitaneadas por plataformas digitais de entrega de conteúdo em tempo real. Entraram em voga termos como “convergência de mídias”, “curadoria de notícias”, “otimização para mecanismos de busca” (também conhecido pela sigla em inglês SEO), “transmissões ao vivo” e, mais do que nunca, “inteligência artificial”. As estratégias editoriais incorporaram de forma permanente a tecnologia como eixo estruturante das rotinas produtivas. Mais do que “fazer parte” como plataforma de distribuição, a internet passou a ser o ponto focal de todo o processo de produção das redações jornalísticas.

Quando falamos sobre redações, devemos nos concentrar em ambientes de trabalho e, em especial, da necessidade de sua utilização, que passou a ser repensada inicialmente a partir de uma demanda contingencial de ordem sanitária, mas já se reflete seriamente sobre o quanto pode ser estratégico manter as mudanças decorrentes, ao menos de modo parcial. A descentralização dos processos, que prescindiram do fator presencial por razões de segurança, tornou-se prática corrente. O sistema de teletrabalho (ou *home office*) foi apenas uma das mais notórias soluções adotadas. Um caso que simboliza como se aplicou esse tipo de ajuste no contexto organizacional de um veículo jornalístico foi relatado pela jornalista Flavia Lima, *ombudsman* do jornal *Folha de S.Paulo*. Em sua coluna de 5 de abril de 2020, intitulada “Redações em quarentena”, ela salientou que as “imagens das Redações de jornal com pessoas em frente aos computadores, televisões ligadas e xícaras de café sobre mesas bagunçadas” não poderiam ser mostradas no futuro em filmes que procurarão retratar como a imprensa cobriu a pandemia do coronavírus. No entendimento da *ombudsman*, a crise financeira pela qual passa o jornalismo já vinha transformando essa dinâmica das redações, diminuindo progressivamente o número de pessoas atuando nelas,

mas a Covid-19 alterou de forma inédita o cenário, em suas palavras, “muito mais rápida e radicalmente e pode impor mudanças profundas a médio prazo”. Como exemplo, citou a própria *Folha* que, na semana de 23 de março, determinou a 90% de sua equipe (formada por repórteres, redatores, editores, infografistas e diagramadores) que passassem a trabalhar em sistema de *home office*, enquadrando-se como exceções somente os responsáveis pelo comando editorial e alguns poucos profissionais, entre os quais estiveram integrantes do núcleo de produção do jornal impresso.

No entanto, cabe salientar que nem todas as companhias estavam preparadas para deslanchar modificações mais drásticas. No limite, podemos inferir que o contexto proporcionado pela pandemia fez com que as fronteiras separando velhas e novas organizações não só ficassem mais evidentes, como também mostrassem uma característica mutante, podendo se expandir ou se contrair de acordo com a intensidade dos processos de transformação.

Ressalte-se que o teletrabalho foi definitivamente incorporado não somente às rotinas de empresas privadas, mas também às de órgãos públicos. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, ofereceu diferentes opções a seus mais de 120 mil funcionários, que variam de um a até três dias da semana de trabalho remoto. Mais importante, entretanto, é se atentar para as principais razões alegadas pela administração municipal a fim de que tal solução fosse implementada: aumento da produtividade, melhoria na prestação de serviços e redução de custos. De forma geral, ao menos um desses três fundamentos norteou processos semelhantes já anunciados por organizações dos mais diferentes setores. É o que ocorreu com o Banco do Brasil, que anunciou em julho de 2020 a devolução de 19 dos 35 edifícios de escritórios que mantinha até então no país. Antes da pandemia, o sistema de *home office* era restrito a somente 257 de seus 93 mil trabalhadores (menos de 0,3%). Depois, tudo mudou e 32 mil funcionários passaram a traba-

lhar de casa. A supracitada decisão de abrir mão de espaços físicos ganhou um argumento de peso trazido pelos números: uma economia estimada de R\$ 1,7 bilhão nos próximos 12 anos.

NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS: ABRE-SE UMA JANELA DE OPORTUNIDADES

O investidor inglês David Mott traçou um interessante panorama sobre cinco modelos de escritório que prometem ter presença relevante no futuro do trabalho pós-pandemia: 1) totalmente remoto; 2) híbrido; 3) remoto *plus*; 4) *hub-and-spoke*; e 5) tempo de qualidade. Em linhas gerais, cada um traz vantagens e desvantagens. No primeiro modelo, por exemplo, a mobilidade é a principal marca, sendo possível utilizar plataformas como Zoom, Slack e Facebook Workplace para garantir que os fluxos de trabalho possam ser mantidos de qualquer lugar. Contudo, há uma considerável demanda tecnológica, com foco no fator “conectividade”, que gera uma dependência expressiva de ferramentas online (como o armazenamento de dados em nuvem), as quais requerem investimentos. Outro ponto é a ausência de contato presencial, um desafio inerente pelo fato de que somos seres essencialmente sociais e a interação direta ainda possui relevância considerável para o desenvolvimento de ideias.

Já o modelo híbrido, por seu caráter conciliatório entre o presencial e o remoto, tende a encontrar um contingente expressivo de adeptos, buscando manter as vantagens dos dois tipos ao evitar uma ruptura radical. Essa alternativa foi escolhida pelo próprio Mott, sócio fundador da Oxford Capital, uma firma de investimento imobiliário com sede em Londres, e é defendida pelo pesquisador da área de design organizacional Marco Minervini, da escola de negócios Insead, de Singapura. Embora o modelo possa não funcionar para todos, tem

potencial para reduzir o estresse provocado pelo deslocamento até o local de trabalho, ajudando decisivamente no equilíbrio entre as vidas pessoal e profissional. Para o professor de economia Nicholas Bloom, da Universidade Stanford (EUA), bastam dois dias de trabalho em casa para que esse balanceamento seja atingido com êxito.

O remoto *plus* é dos mais audaciosos, haja vista que propõe uma alternância entre atuação no escritório por uma semana e trabalho remoto no restante do mês. Empresas que optaram por esse modelo acreditam que o trabalho em equipe precisa ser alimentado pelo contato presencial, ainda que haja uma evidente preocupação com a dosimetria dessa proximidade, com medidas que eliminam espaços compartilhados, ao menos enquanto os riscos sanitários ameaçarem os colaboradores.

Talvez o mais disruptivo de todos os modelos propostos por David Mott seja o *hub-and-spoke*, que tem como base o paradigma de distribuição radial, com uma expansão que parte do centro (*hub*) de comando da empresa e alcança sua plenitude em escritórios remotos de pequeno porte espalhados por diferentes pontos, que funcionam como “postos avançados” para reunir os colaboradores que atuam na ponta dos processos de acordo com as competências locais, formando uma rede inspirada na logística da aviação comercial.

O quinto e último sistema é o mais flexível, por adotar como premissa o “tempo de qualidade”, ou seja, priorizando uma adaptabilidade às preferências de cada colaborador para ter o seu horário de expediente, seja qual for o local de trabalho. A âncora de sustentação é a confiança que deve ser mantida entre todos os membros da equipe.

Estas e outras inovações afetam de maneira significativa o mundo do trabalho e tendem a modificá-lo para sempre. As empresas nunca precisaram tanto de núcleos próprios de decisões estratégicas para conduzir seus processos internos, especialmente os relacionados a

mudanças organizacionais. Entre as tantas possíveis conclusões a que se pode chegar em um momento de transformações tão profundas, com as quais podemos ou não concordar, uma é oferecida pelo próprio David Mott: “a era da mesa permanente acabou”.

REFERÊNCIAS

BLASCO, Lucía. Home office e covid-19: cinco modelos de ‘escritório do futuro’ antecipados pela pandemia. *BBC News Mundo*, 06/10/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54428512>>. Acesso em 19/10/2020.

ESTADÃO. ‘Estadão’ inicia nova fase e avança em sua transformação digital. *Estadão*, 31/08/2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,estadao-inicia-nova-fase-e-avanca-em-sua-transformacao-digital,1030420>. Acesso em 19/10/2020.

G1. Prefeitura de SP estabelece que mais de 120 mil funcionários podem trabalhar em casa de forma definitiva. *G1 SP*, 15/09/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/15/prefeitura-de-sp-es-tabelece-que-mais-de-120-mil-funcionarios-podem-trabalhar-em-casa-de-forma-de-finitiva.ghtml>>. Acesso em 19/10/2020.

LIMA, Flavia. Redações em quarentena. *Folha de S.Paulo*, 05/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/04/redacoes-em-quarentena.shtml>>. Acesso em 13/11/2020.

UOL. Com home office, BB vai devolver 19 de 35 edifícios de escritórios no país. *UOL Economia*, 08/07/2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/08/com-home-office-bb-vai-devolver-19-de-35-edificios-de-escritorios-no-pais.htm>>. Acesso em 19/10/2020.



3

Jefferson Mariano

HÁ UM FUTURO PARA A DIGNIDADE NO TRABALHO?

Os números do mercado
de trabalho do Brasil

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.120-132

Gustave Doré. Ludgate Hill - A block in the Street de Londres. 1872. [Domínio público]

INTRODUÇÃO

O entendimento acerca das mudanças pela qual o mercado de trabalho brasileiro atravessa passa pela interpretação dos números e indicadores que são disponibilizados pelos principais institutos de pesquisas socioeconômicas. Esse exercício se realiza com a tradução dos conceitos utilizados e pela lógica da construção dos chamados indicadores sociais. Nesse sentido, o presente ensaio se propõe a explicar as alterações ocorridas recentemente no mundo do trabalho, por meio do detalhamento dos dados disponíveis, bem como a taxinomia da estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Por fim, o ensaio destaca que, em razão da existência e publicação de informações oficiais relativas a esse mercado, há sempre uma suposição acerca de sua suposta neutralidade. No entanto, é necessário realizar críticas no sentido de demonstrar as limitações desses indicadores no sentido de fornecer pistas relativas à realidade encontrada por trabalhadores na economia.

OS NÚMEROS E OS INDICADORES

As informações oficiais sobre o mercado de trabalho no Brasil são disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, em função desse caráter, estudantes, jornalistas e pesquisadores assumem ou interpretam as categorias usadas como se fossem neutras. Ou seja, como se fosse um termômetro ou régua, contra o qual não haveria possibilidade de contestação.

O debate a respeito da definição de medidas mais adequadas para se aferir os números do mercado de trabalho no Brasil já foi mais acirrado, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990. Isso ocorria

especialmente porque os números elaborados a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (convênio entre a Fundação Seade e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE) eram muito distantes dos índices oficiais disponíveis no país.

Com as últimas alterações metodológicas em suas pesquisas conjunturais, especialmente a partir de 2012 e com o lançamento da PNADC, o IBGE acabou por absorver parcela significativa das críticas no tocante ao conservadorismo dos números apresentados e, paralelamente, disponibilizou um novo conjunto de indicadores que permitem uma leitura mais precisa das mudanças no mercado de trabalho brasileiro.

NÚMEROS ABSOLUTOS OU INDICADORES?

A informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho podem ser traduzidas por meio do uso de números absolutos ou pelos chamados indicadores sociais. Isso tende a ocorrer porque muitas vezes a manipulação e a leitura de números superlativos não contribuem para a compreensão e análise de fenômenos sociais. Desse modo, é muito comum a utilização de indicadores sociais para a leitura de alterações e fenômenos ocorridos em diversas áreas do conhecimento.

Os indicadores sociais são agregações ou sínteses de determinados aspectos da sociedade, com objetivo de tornar mais clara a compreensão desses fenômenos. Uma vez que é um exercício extremamente difícil interpretar as características da sociedade com a leitura de um conjunto grande de números absolutos, busca-se por meio dos indicadores sociais a elaboração de sínteses que representem uma média, que permita, em certa medida, uma aproximação da realidade. E, para que o indicador social possa ser utilizado como um

“termômetro”, capaz de sinalizar o comportamento do fenômeno que se pretende analisar, ele precisa cumprir alguns pré-requisitos como:

Ser originário de variáveis que se relacionam: trata-se de um exercício básico do pesquisador na elaboração de projetos. É preciso apontar as variáveis dependentes e independentes no procedimento de investigação científica, especialmente para eliminar possibilidades de relações espúrias. É importante destacar que esse fenômeno é mais comum do que se imagina. No endereço: <http://www.tylervigen.com/spurious-correlations> é possível encontrar um número significativo de relações dessa modalidade.

Apresentar simplicidade: o indicador deve ser de fácil compreensão. Ou seja, se o leitor for obrigado a realizar um grande conjunto de cálculos e combinações para seu entendimento certamente deixa de fazer sentido a sua utilização. Além, disso, as categorias utilizadas não podem ser objeto de grandes controvérsias.

Apresentar elevada capacidade de síntese: o indicador deve permitir a leitura e a redução da interpretação do fenômeno a ser investigado em um coeficiente objetivo.

Permitir comparabilidade: deve possibilitar a realização de exercícios de comparabilidade que sejam em âmbito geográfico (regional e internacional) e ao longo do tempo (séries históricas).

No caso específico da leitura das informações relativas ao mercado de trabalho, a utilização de indicadores contribui para a simplificação da análise. Porém, como já destacado, é importante reforçar que o fato do indicador ser originário de um organismo multilateral ou uma agência governamental não é garantia para que seja aceito como única medida possível e, paralelamente, tenha a sua neutralidade assegurada.

Assim, há sempre um dilema entre assumir uma informação oficial na publicação de uma matéria ou buscar elaboração de explicações alternativas para o fenômeno que se pretende estudar. Com o risco sempre presente de questionamento ou desqualificação, especialmente por parte do meio acadêmico, os veículos de comunicação de modo mais frequente, optam pela segurança de assumir o número oficial como sinônimo de verdade.

SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O mercado de trabalho brasileiro vem passando por um grande processo de transformação e parcela dessas alterações são provenientes da incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra. No entanto, o país ainda enfrenta desafios decorrentes de problemas estruturais nesse mercado, especialmente no tocante ao elevado grau de informalidade.

Quando se inicia a leitura dos dados disponíveis relativos ao tema, a primeira dúvida que se apresenta é concernente ao número ou taxa de pessoas desempregadas e inseridas no mercado de trabalho. Há uma percepção geral de que o quantitativo de pessoas desempregadas é superior ao divulgado pelas instituições oficiais e pelas pesquisas socioeconômicas. Nesse ponto, explorando as bases disponíveis relativas ao tema, percebe-se que de fato a dúvida tem procedência.

A principal base cadastral com informações relativas ao mercado de trabalho é o sistema Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do antigo Ministério do Trabalho (atualmente secretaria, inserida na estrutura do Ministério da Economia). Essa base

fornece o saldo de empregos, resultado da diferença entre a quantidade de vagas formais de emprego criadas e as que foram encerradas. Por não considerar o conjunto de ocupações informais, o cadastro fornece uma visão parcial do fenômeno estudado. Ressalte-se que a grande presença dessa modalidade de ocupação não é exclusividade do Brasil. Uma das características das economias em desenvolvimento, especialmente na América Latina, é a grande participação das atividades informais.

Em razão da existência dessa lacuna, instituições como o IBGE e DIEESE elaboram e divulgam séries que contribuem para a compreensão da dinâmica desse mercado, incorporando todo o universo de trabalhadores.

Não cabe no presente espaço realizar discussão ampla acerca das diferenças metodológicas entre os levantamentos realizados pelas instituições.³¹ O objetivo, nesse sentido, é destacar o contraste entre a percepção em torno do quadro atual e os números divulgados pelas estatísticas. Além disso, existem dúvidas concernentes às classificações que envolvem a identificação de quem é desempregado e quem pode ser considerado ocupado.

O mercado de trabalho é a expressão do conjunto de pessoas dispostas a oferecer sua força de trabalho (oferta) para as empresas contratantes (demanda). Perfaz esse universo a soma de pessoas alocadas, ou seja, que possuem ocupação, e aquelas que estão em busca de oportunidade e, desse modo, exercem pressão sobre o mercado.

Como já mencionado, existe uma distância entre a percepção das pessoas que leem as informações relativas ao assunto e a maneira

31 Para consulta das diferenças entre a metodologia das pesquisas sobre emprego ver MARIANO, Jefferson. *As novas leituras do mercado de trabalho e a regionalização do emprego*. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3931>

na qual os dados são disponibilizados. Há de modo geral uma desconfiança no sentido de que haveria uma distância significativa entre o que é publicado e o que efetivamente acontece no país. As pessoas tendem a acreditar que o número de desempregados é muito superior às taxas disponibilizadas. Essa questão está relacionada à forma como os dados são coletados e organizados. Diz respeito à metodologia empregada pelas pesquisas. Inicialmente é importante traduzir os conceitos utilizados.

Quem é desocupado, desempregado e ocupado no país? Afinal, qual seria o conceito correto? Em algumas chamadas da imprensa observamos o uso da terminologia “taxas de desemprego” e, em seguida, aparecem informações sobre a “taxa de desocupação”.

O conceito emprego/desemprego sugere uma atividade regular, que pode ser inclusive informal. Desse modo, a pessoa desempregada estaria desprovida dessa possibilidade. É dessa maneira que a grande maioria entende a contraposição entre empregado e desempregado.

O conceito ocupação, apesar de sinônimo de emprego, sugere uma situação mais elástica no tocante ao desenvolvimento de atividades laborais. A ocupação seria qualquer tipo de atividade desenvolvida, mesmo que por um breve período. O desocupado seria aquele que não conseguiu desenvolver nenhum tipo de atividade no período investigado. Nas últimas divulgações das pesquisas do IBGE, especialmente a partir de 2016, percebe-se que há praticamente o estabelecimento de desocupação como sinônimo de desemprego.

Assumindo essa relação de similaridade emprego/ocupação e desemprego/desocupação, observa-se, então, o que é necessário para identificar o status do trabalhador nesse mercado.

A PNADC considera desocupada a pessoa que não desenvolveu nenhum tipo de atividade remunerada na semana que antecedeu

a entrevista. Ressalte-se que na referida pesquisa são realizadas entrevistas domiciliares, com todas as pessoas com mais de 14 anos de idade. Além disso, precisa ter ocorrido procura por emprego nos últimos trinta dias. Se, mesmo sem atividade, ela não realizou procura, não pode ser inserida nesse conceito. Na verdade, os governos só conseguem saber se há desemprego se, efetivamente, está ocorrendo procura. Assim, políticas de emprego só podem ser estabelecidas se há o conhecimento acerca da existência do fenômeno.

Também é importante destacar que o conceito “procura de emprego” é muito elástico. O envio de currículo pela internet ou a inscrição em concurso público (com pagamento da taxa de inscrição) já caracteriza uma situação de procura e o consequente desemprego. Por outro lado, é considerada ocupada aquela pessoa que na semana de referência desenvolveu pelo menos uma hora de atividade e obteve algum tipo de remuneração. É inegável que se trata de uma definição muito conservadora. Porém, não é correto afirmar que quem tenha desenvolvido uma atividade possa ser definida como desocupada, por menor que tenha sido o período.

Assim, em um primeiro momento é necessário identificar o seu status desocupado/ ocupado. Sendo considerada ocupada, passa-se à definição da qualidade dessa ocupação. Ou seja, apesar de ocupadas, podem encontrar-se inseridas de modo precário no mercado de trabalho.

Percebe-se então uma diferença significativa entre desocupadas, sem nenhum tipo de atividade econômica, e aquelas classificadas com trabalho precário. Assim, observa-se a importância de, no mercado de trabalho, as pessoas serem identificadas pela classificação adequada. E qual seria o motivo?

O uso adequado da classificação permite aos especialistas o estabelecimento de programas e ações de políticas públicas e,

desse modo, colocar essa demanda para a sociedade e para órgãos públicos responsáveis pela área, bem como sugerir que o governo negocie com o setor privado ampliação de vagas no mercado de trabalho. Também fornece insumos para que a sociedade possa discutir possibilidades de melhorar as modalidades de ocupações disponíveis e o estabelecimento de regulação desse mercado.

Como já destacado, no CAGED são disponibilizadas as informações relativas ao saldo no mercado formal de emprego. Por exemplo, em agosto de 2020, de acordo com essa fonte, o saldo no Brasil foi positivo. No entanto, para o mesmo período, de acordo com a PNADC, ocorreu um aumento nas taxas de desemprego. Assim, haveria para o mesmo período números indicando sinais opostos relativos ao comportamento do mercado. Qual seria a direção correta?

As duas, no entanto, são informações distintas:

No caso do CAGED foi informado apenas o saldo positivo no mês de agosto, relativo ao universo de pessoas inseridas formalmente no mercado de trabalho, ou seja, aquelas com carteira assinada. Já na PNADC, no mesmo período, observou-se a informação de que aumentou a taxa de desemprego. Ou seja, houve aumento na proporção de desocupadas em relação àquelas inseridas na força de trabalho.

Assim, não há conflito entre as duas informações. É possível ter mais pessoas contratadas com carteira assinada em um contexto de aumento das taxas de desemprego. A existência de carteira assinada representa uma parcela pequena do mercado de trabalho brasileiro. A maioria não está inserida formalmente nesse mercado. Por exemplo, no segmento de serviços domésticos há uma proporção de um trabalhador com carteira assinada para cada três sem carteira.

Dependendo do estudo a ser realizado, às vezes pode se usar o CAGED, se o interesse do pesquisador for sondar o mercado formal,

em contraposição à PNADC, que engloba todos os trabalhadores com abrangência nacional.

Na PNADC há um fluxograma que, em termo conceituais, permite identificar quem são as pessoas no mercado de trabalho no Brasil. Traduzindo esse documento, do total da população brasileira de 210 milhões inicialmente é necessário excluir as pessoas que têm menos de 14 anos, pois não possuem idade para trabalhar. Desse modo, para efeitos de mercado de trabalho seriam 174 milhões. Depois de identificado esse contingente é necessário aplicar um novo filtro, separando as na força de trabalho (ocupados e desocupados) das consideradas fora da força de trabalho (inativas, desalentadas, estudantes etc.).

Assim, a “população na força de trabalho” correspondia a 96 milhões, no segundo trimestre de 2020. Importante chegar a esse número porque, pelo menos em termos de políticas públicas de emprego, não ocorrem decisões de criação de vagas para quem está fora da força de trabalho. Percebe-se então uma distância entre o total de pessoas em idade de trabalhar e as inseridas na força de trabalho. É por esse motivo que há essa percepção de que as taxas de desemprego não correspondem à realidade. A conta realizada pela população de modo geral é a de comparar as pessoas que estão ou não trabalhando em relação ao conjunto de todas, com mais de 14 anos.

E AS PESSOAS FORA DA FORÇA DE TRABALHO

Outra face da interpretação desses números diz respeito ao contingente classificado como “fora da força de trabalho”. Por definição, não deveria causar nenhum impacto na economia uma vez que não afeta a oferta e demanda por empregos.

Os números referentes ao segundo trimestre de 2020 indicam que 77 milhões de pessoas, com mais de 14 anos de idade, estavam incluídas nesse grupo. Ressalte-se que, em razão da pandemia, houve um incremento de cerca de 7 milhões nesse grupo. Trata-se de um contingente heterogêneo: aposentadas que não permaneceram trabalhando; afastadas por motivo de saúde (mais de 15 dias); jovens no serviço militar obrigatório; estudantes e aquelas disponíveis para trabalhar, mas que desistiram da procura.

No entanto, desse grupo deve-se destacar as consideradas como força de trabalho potencial. São pessoas que, dependendo das mudanças (de curto prazo) que ocorram na economia, apresentam potencial de pressionar o mercado de trabalho, contribuindo inclusive para o aumento das taxas de desemprego. Os dados dessa última divulgação sinalizam que cerca de 17,5% das que estavam fora da força de trabalho correspondiam à força de trabalho potencial. Inclusive, o aumento ocorrido nesse segundo trimestre deve-se em grande medida ao aumento dessas pessoas. São trabalhadores que desistiram de procurar emprego em razão das dificuldades impostas pela pandemia e outros que já haviam desistido.

As desalentadas são aquelas que querem trabalhar e, no entanto, desistiram da procura. Problemas estruturais as empurraram para o abandono da procura. Mulheres negras e com nível de ensino fundamental estão entre a maior ocorrência de casos de desalento. A pandemia acentuou esse quadro, especialmente nos serviços domésticos.

Desse modo, no Brasil há um número de 12,7 milhões de desempregos. No entanto, se observada a demanda por trabalho, considerando todas as restrições no tocante ao acesso a esse mercado e à condição de força de trabalho potencial, chega-se a um número superior a 32 milhões de vagas (desempregadas, subutilizadas, desalentadas e na força de trabalho potencial).

Assim, os resultados da pesquisa possibilitam a utilização de dois conceitos: desempregados (amplamente utilizado) e demanda por trabalho (pouco usual) no Brasil. Ou seja, o país possui um mercado de trabalho composto por 96 milhões de pessoas e uma demanda de 32 milhões para vagas de emprego!

Por fim, é importante observar também a qualidade das vagas de emprego disponibilizadas nesse mercado. Os dados do período consultado indicam que apenas 30 milhões de trabalhadores estavam inseridos no setor privado com carteira assinada e cerca de 8 milhões, sem carteira. Ressalte-se que trabalhador no setor privado sem carteira assinada é uma situação de ilegalidade, e dessa maneira, ilustra o limitado alcance do sistema de fiscalização do Estado.

Detalhando um pouco mais a estrutura do mercado, há um contingente de 1,4 milhões de empregados domésticos com carteira e 3,3 milhões sem carteira. Essa diferença vinha reduzindo desde a implementação da Emenda Constitucional 72, conhecida como a PEC das Domésticas, em 2012, e sofreu retrocesso a partir de 2017.

Em resumo, há no Brasil um mercado de trabalho no qual cerca de 11 milhões de trabalhadores estão inseridos ilegalmente. Novamente é importante destacar que a reforma trabalhista de 2017 e as recentes alterações ocorridas na regulação desse mercado contribuem sobremaneira para o cenário.

Há também um enorme número de pessoas designadas como conta própria. Integra essa categoria o indivíduo que trabalha só ou com um sócio e sem empregado. Pode ser o caso de profissionais liberais, no entanto, a quase totalidade é composta por autônomos nos mais diversos segmentos e, em grande maioria, inserida nos serviços de alimentação e no comércio como ambulantes.

E qual seria a diferença fundamental entre o trabalhador sem carteira e o chamado conta própria? Os dois estão inseridos de modo precário no mercado. O sem carteira, apesar da inexistência de contrato de trabalho, possui uma relação de subordinação com o empregador, ao passo que o conta própria tem autonomia.

Na verdade, o conta própria representa o que se convencionou designar como inserido na economia “uberizada”, mas trata-se, na verdade, de trabalhador sem carteira, uma vez que se observa subordinação em relação a essas empresas. Não seria correto, inclusive, usar a designação de empreendedores. Trata-se de um “disfarce” de trabalhador sem carteira, porque existem códigos e regras que eles precisam atender. Ou seja, é a situação de ilegalidade institucionalizada operando nas franjas do setor formal. Esse é o retrato atual do mercado de trabalho brasileiro.

REFERÊNCIAS

DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego 2020*. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analise-ped/ped.html>>. Acesso em 08/10/2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2020*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em 10/10/2020.

MINISTERIO DA ECONOMIA. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) 2020. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em 10/10/2020.



3

Keite Pacheco de Carvalho

HÁ UM FUTURO PARA A DIGNIDADE NO TRABALHO?

O futuro do trabalho
e os princípios
de trabalho decente

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.133-155

William Hogarth. The Fellow 'Prentices at their Looms: Industry and Idleness, plate 1. 1747. The Metropolitan Museum of Art. [Domínio público]

Qual é o futuro do trabalho? Essa parece ser uma das perguntas da década. Para as organizações, a tentativa de antecipar o que está por vir é valiosa. Representa a oportunidade de preparar-se para superar competidores e identificar tendências, gerando inovações para os consumidores. No campo científico, existem diversas correntes teóricas dedicadas aos estudos do futuro (*future studies*). É um campo relativamente novo, multidisciplinar, que ganhou força especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando cresceu o interesse por acompanhar e prever os movimentos globais. Tais estudos interpretam “o futuro como dependente da ação do homem” (SCHENATTO et al., 2011, p.741).

Falar sobre o futuro não é, portanto, fazer um jogo de adivinhações. É analisar dados e fatos do presente e do passado, entender o comportamento humano e, com base nessas evidências, traçar cenários que possam ser analisados.

Se conhecer o futuro pode ser determinante para a lucratividade e a continuidade dos negócios, quem são as instituições que estão investindo nessas análises e quais intenções carregam? Nos últimos anos, instituições como o Fórum Econômico Mundial (FEM), institutos de pesquisa e empresas de consultoria empresarial³² têm dedicado especial atenção ao tema. Em meio a tantos agentes que estudam os cenários vindouros, um em especial tem uma abordagem que merece ser estudada e compartilhada: a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A OIT é a principal entidade que estuda e normatiza o trabalho em âmbito internacional. Sua formação tripartite propõe a articulação de ideias, em situação de igualdade, entre representantes de gover-

³² Consultorias multinacionais como Deloitte, Accenture e McKinsey produzem relatórios específicos para analisar as tendências para o futuro do trabalho nos mais diversos setores. Vide referências.

nos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 187 Estados-membros.

Para vislumbrar as posições da OIT sobre o futuro do trabalho, este ensaio propõe a análise de dois relatórios que foram emitidos pela instituição: 1) *Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripártides* (OIT, 2018). 2) *Work for a brighter future. Global Commission on the future of work.* (ILO³³, 2019). Mas, antes de seguir, vamos conhecer um pouco mais sobre as origens da instituição e do termo “trabalho decente” que é recorrentemente aplicado em suas publicações.

SOBRE A OIT E O TRABALHO DECENTE

A OIT foi instituída em 1919 como uma agência da Liga das Nações³⁴ após a assinatura do Tratado de Versalhes, que deu fim à Primeira Guerra Mundial. A Constituição da organização foi redigida pela Comissão do Trabalho (composta por representantes de nove países: Bélgica, Cuba, Checoslováquia, França, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido e Estados Unidos) e inspirada num documento publicado pelo papa Leão XIII em 1891 chamado Encíclica a *Rerum Novarum* (sobre as coisas novas).

Os fundadores da OIT reconheceram a importância da justiça social para garantir a paz num contexto de ascensão da industrialização e de grande exploração dos trabalhadores. Havia também uma compreensão maior da interdependência econômica mundial e da necessidade de cooperação entre os países para estabelecer uma

³³ ILO é a sigla para *International Labour Organization*.

³⁴ A Liga das Nações foi uma organização internacional idealizada em 28 de abril de 1919, em Versalhes, onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz. Sua última reunião ocorreu em abril de 1946 e suas atividades foram transferidas para a Organização das Nações Unidas que havia acabado de ser criada.

competitividade mercadológica mais justa. Dentre as conquistas dos primeiros anos de atividade da OIT está o estabelecimento de jornadas de trabalho, proteção ao desemprego, proteção à maternidade e à infância e regras para trabalho noturno.

O termo “trabalho decente” foi formalizado 80 anos depois da instituição da OIT, em 1999, e é recorrentemente utilizado nas comunicações e documentos da instituição para sintetizar o trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. Essas são qualidades fundamentais para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

No site da OIT, o termo trabalho decente é descrito como a convergência dos quatro pilares da atuação da instituição:

1. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
2. a promoção do emprego produtivo e de qualidade;
3. a ampliação da proteção social;
4. e o fortalecimento do diálogo social.

Na comunicação institucional da OIT fica clara a intenção da organização em permitir um diálogo democrático entre os vários agentes que formam o mundo do trabalho, levando em conta a posição mais vulnerável dos trabalhadores nessa dinâmica. Para experimentar essa articulação em prática, partimos para a análise dos documentos.

SOBRE O FUTURO DO TRABALHO NO BRASIL

O relatório *Futuro do trabalho no Brasil: perspectivas e diálogos tripartides* é um resumo de três encontros presenciais que aconteceram no Brasil nos anos de 2016 e 2017, organizados pela OIT com o objetivo de gerar ideias e insumos para analisar as grandes tendências e questões relacionadas ao futuro do trabalho.

O documento é apresentado no formato *e-book* (PDF) e contém 100 páginas. A proposta de ter uma visão tripartite é bastante positiva. São apresentadas diferentes vozes que se complementam, se sobrepõem e até se opõem, num texto que demonstra a pluralidade do espectro social e que convida o leitor à reflexão.

A estrutura do documento é composta por uma breve introdução assinada pelo até então diretor da OIT no Brasil (2015- 2017), Peter Poschen. Em seguida, é apresentado um resumo dos quatro diálogos elaborado pela Dra. Patrícia Oliveira, socióloga contratada para acompanhar os encontros. Na sequência, há uma visão geral sobre diálogos em que os parceiros institucionais demonstram suas visões sobre o tema. Por fim, um anexo com a grade programação de cada um dos encontros.

É importante lembrar da conjuntura política, social e econômica do Brasil nos anos de 2016 e 2017: Dilma Rousseff é afastada da presidência da República e o país atravessa uma profunda crise econômica e política, ou seja, um momento de grande tensão nacional. Em algumas partes do relatório, há comentários sobre a dificuldade de pensar o futuro do trabalho em tal cenário. Apesar disso, os encontros levavam em conta análises e debates para cenários de médio e longo prazo.

Chama atenção a recorrente menção à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³⁵, especialmente à meta 8, que diz respeito ao acesso ao trabalho decente e ao crescimento econômico.

Apesar de conter contribuições de especialistas e pesquisadores de diversos estados do Brasil (como Paraíba e Rio Grande do Sul), há a predominância de representantes do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, o que pode prejudicar a busca por uma visão mais ampla de um país com dimensões continentais e realidades do mundo do trabalho tão adversas.

O pano de fundo geral do relatório é de que o “trabalho não deve ser considerado uma mercadoria, mas sim uma atividade humana a ser exercida em condições decentes, dignas e protegidas”. (OIT, 2018, p.84). Ou seja, a perspectiva da OIT é sempre considerando que o trabalhador tem menor poder de barganha em relação ao empregador e que precisa de meios e apoio, em cooperação com diferentes agentes sociais, para estabelecer relações justas. Essa perspectiva é um diferencial em comparação aos relatórios e pesquisas da iniciativa privada.

Para analisar a discussão sobre futuro do trabalho no Brasil, é importante comentar a posição do país na chamada Cadeia Global de Valor (CGV). O termo busca compreender “o processo de criação e da captura do valor, desde a concepção até a produção final do produto ou serviço, a partir de múltiplas dimensões (territorial, organizacional, produtiva, internacional, local etc.)” (Ipea, 2017).

A posição do Brasil nas CGVs é marcada predominantemente pela exportação de commodities agrícolas e minerais. Por mais que existam iniciativas públicas e privadas que busquem o upgrade para

35 A Agenda 2030 é um documento elaborado pela Organização das Nações Unidas em 2015 que propõe um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

uma soberania ou posição de governança nessas cadeias, elas não são suficientes para mudar esse quadro. A própria formação das cadeias parte do princípio de que a divisão das atividades entre as empresas que as compõem não beneficia igualmente a todas elas.

Soma-se a esse cenário, a acentuada interdependência das economias, resultada da consolidação dos mercados em torno de poucas empresas globais. Portanto, falar sobre futuro do trabalho no Brasil não é o mesmo que falar em outras regiões do mundo. Existem peculiaridades econômicas e também sociais que precisam ser levadas em conta. E essa condição está bem clara no relatório.

O enfrentamento da desigualdade econômica e social é apresentado repetidamente pelo relatório como uma necessidade para se superar os desafios do futuro do trabalho, uma vez que há a tendência de acirramento das discrepâncias com a adoção de novas tecnologias.

As desigualdades debatidas em relação ao cenário atual, além de abrangerem a gama de formas típicas e atípicas de trabalho, incluíam diferentes aspectos da população brasileira e de sua distribuição. Destacaram-se aqueles ligados às desigualdades educacionais, de gênero, raça, idade e local de moradia. Em especial, os jovens pobres, mulheres e população negra e parda. Apesar de mencionar, o texto não aprofunda a discussão sobre racismo ou políticas de integração de grupos mais vulneráveis.

O relatório aponta que os postos de trabalho que acolhem essa parcela da população são o que oferecem um grau maior de precarização, inclusive com situações de exploração análogos ao trabalho escravo, principalmente nos setores rural, têxtil, eletrônico e nos *call centers*.

O documento também exemplifica possibilidades para superação dessas desigualdades, como o período de 2004 a 2014, em que

houve crescimento econômico impulsionado pela demanda interna. Segundo o relatório, as políticas públicas e diretrizes econômicas dessa época (em que tivemos redução de 11% para 3,7% da população vivendo com menos de US\$1,95 por dia) devem ser levadas em conta para o futuro do trabalho.

A EROSÃO DE INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2017) apontam que o Brasil possui cerca de 16 mil sindicatos. Apesar do alto número, poucos deles são capazes de representar os interesses dos trabalhadores, pois estão situados em cidades pequenas e tem uma base local e restrita, além de baixa taxa de filiação. O relatório afirma que há uma erosão das instituições sindicais e de representação dos trabalhadores. Soma-se a isso a complexidade do mercado de trabalho que exige que outros atores se insiram na discussão como ONGs e associações representativas dos trabalhadores.

O documento também demonstra a intenção da iniciativa privada em promover mecanismos de engajamento e proteção à força de trabalho. No entanto, sem as instâncias de representação dos trabalhadores, esses sistemas ficam vulneráveis e incompletos. Segundo o relatório, a presença dos sindicatos é uma das maneiras para garantir um estado democrático e justo.

NOVA FORMAS DE TRABALHO

Uma das tendências apontadas no documento diz respeito às múltiplas formas de trabalho que os avanços tecnológicos e as flexibilizações da reforma trabalhista permitiram, como o teletrabalho (ou trabalho remoto), o trabalho intermitente (que oscila conforme períodos de demanda), a subcontratação e formas de subordinação indireta.

Processos denominados “pejotização” foram citados como exemplo de substituição do vínculo de emprego formal por relação entre empresas e agentes econômicos autônomos, que passam a ser prestadores de serviços como pessoas jurídicas (microempreendedor individual ou MEI).

Tais formas de trabalho representam maior grau de precarização e carecem de instituições que possam auxiliar na busca e aplicação de meios para proteção do trabalhador. Ponderou-se que esse tipo de trabalho coexistirá por tempo indeterminado com as ocupações anteriores, e, no caso do Brasil, com formas inaceitáveis do trabalho como o trabalho escravo e trabalho infantil. Nota-se que o documento critica duramente a incapacidade do país em erradicar práticas que já deveriam ter sido eliminadas.

MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

O relatório também aponta para as transformações demográficas que devem se acentuar nos próximos anos como consequência do envelhecimento populacional e das taxas de migração. Esse cenário impõe desafios e novas demandas para a organização da sociedade, o sistema produtivo e os governos. Segundo o documento, “estereótipos e preconceitos criam barreiras à inclusão de profissionais mais

velhos no mercado, causando desperdício de capital humano à economia do país. Devem-se quebrar o preconceito e incentivar modelos que integrem os mais velhos ao mercado de trabalho e a transmissão de conhecimento entre gerações” (OIT, 2018, p. 67).

A legislação da migração no Brasil é mais flexível do que em outros países, o que pode prover o recebimento de um número maior de migrantes nos próximos anos. O desafio é como implementar a lei e seus desdobramentos, garantindo a acolhida e o aproveitamento da mão de obra qualificada que esse público pode representar.

EDUCAÇÃO CONTINUADA

O relatório também menciona a necessidade de implementação do conceito de educação continuada e aponta duas tendências que podem representar caminhos nesse sentido: a necessidade de aprofundamento do sistema escolar maternal para instigar a curiosidade e a aquisição de conhecimentos nas outras fases da vida e o treinamento profissional com vistas a elevar a qualidade da execução do trabalho e a produtividade.

De forma geral, os textos dos representantes empresariais enfatizavam como a educação continuada deve ser buscada pelo indivíduo, seja ela propiciada pela organização ou por iniciativa própria. Nota-se baixa referência sobre o papel do Estado em prover as condições de educação que a população precisa para superar os desafios do futuro do trabalho.

No geral, o documento traz contribuições pertinentes à discussão sobre futuro do trabalho no Brasil. No entanto, como são sínteses dos encontros, o conteúdo pode ser considerado superficial e pouco acionável. Para uma perspectiva mais detalhadas, seria importante

obter uma visão específica das condições e desafios dos diferentes estados brasileiros.

A COMISSÃO GLOBAL PARA O FUTURO DO TRABALHO

O segundo relatório analisado, *“Work for a brighter future. Global Commission on the future of work”* (2019), foi lançado em ocasião do centenário da OIT. Coordenado por dois representantes de alto escalão, Cyril Ramaphosa (presidente da África do Sul) e Stefan Löfven (primeiro-ministro da Suécia), o documento é claro, de fácil leitura e contém 75 páginas. Assim como o material brasileiro analisado anteriormente, poderia ser explorado em outros formatos para além do PDF para ampliar seu alcance.

Sobre os líderes da Comissão Global do Futuro do Trabalho, vale destacar o histórico de ambos com movimentos sindicais. Stefan Löfven foi muito ativo no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, um dos maiores do país, e teve importante participação no movimento operário social-democrata na Suécia. Já Cyril Ramaphosa, embora também tenha sido líder sindical, é hoje tido como um símbolo do capitalismo negro na África do Sul e é um dos políticos mais ricos do país, com um patrimônio líquido de mais de 450 milhões de dólares³⁶.

A Comissão inclui ainda 21 membros de diferentes nacionalidades. O nome brasileiro que integrou o time foi a Dra. Cláudia Maria Costin, que acumula em seu currículo as vivências como ministra da Administração e Reforma no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), secretária de Cultura do Estado de São Paulo no go-

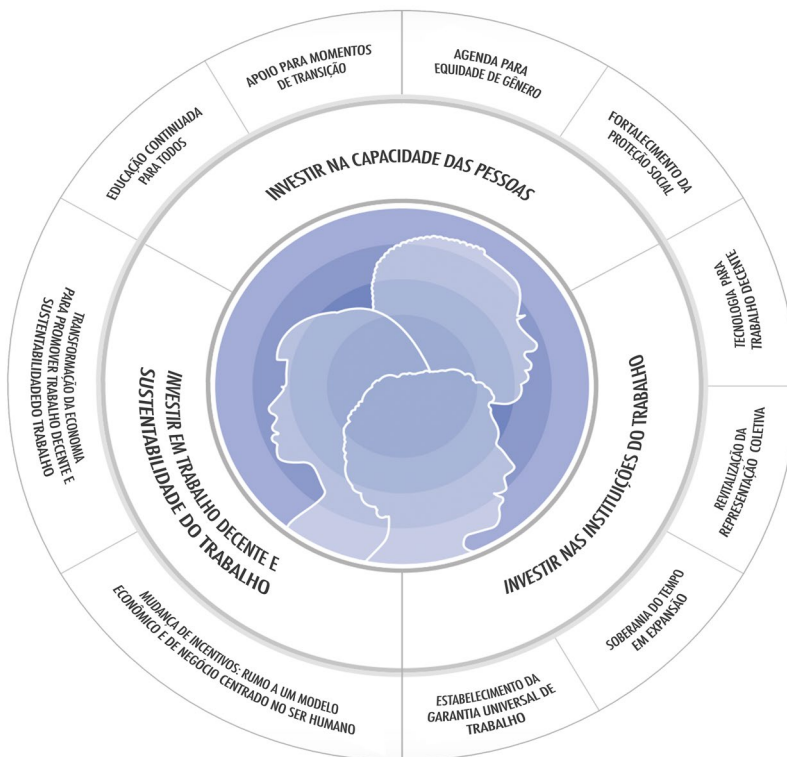
³⁶ Informação extraída do site Business Insider. Link disponível em <<https://www.businessinsider.com/cyril-ramaphosa-replaces-jacob-zuma-as-south-africa-president-2018-2>>. Acesso em janeiro de 2020.

verno do Alckmin (2003-2005), vice-presidente da Fundação Victor Civita (2005), secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro na administração de Eduardo Paes (2009-2014) e Diretora Global de Educação do Banco Mundial (2014). Atualmente, professora visitante da Faculdade de Educação de Harvard e colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, Claudia é um dos nomes mais respeitados no Brasil na área de educação.

Um dos fundamentos do relatório argumenta o futuro como uma consequência das escolhas que estamos fazendo. O texto alerta para os diversos riscos que os avanços da tecnologia representam para o trabalhador, mas aponta um caminho para que toda a sociedade, e seus diferentes poderes, aproveitem as oportunidades e criem juntos um “futuro brilhante”.

Apesar de estar estruturado em três blocos principais [Figura 1], o material não tem a mesma assertividade e objetividade da Agenda 2030.

Figura 1 – Entregando o contrato social: uma agenda focada no humano.



Fonte: adaptação da figura disponível no relatório da OIT, 2019. Tradução livre.

O relatório apresenta o diálogo social como fundamental para garantir a relevância do contrato social e gerenciar as mudanças em andamento no mundo do trabalho, incluindo milhões de trabalhadores atualmente excluídos. O termo “contrato social” aparece diversas vezes e, apesar de não estar explícito (consta apenas nas referências), faz menção ao conceito apresentado por Rousseau (séc. XVIII) que visa preservar a liberdade natural do homem e, ao mesmo tempo, garantir a segurança e o bem-estar da vida em sociedade.

Outro termo que aparece repetidas vezes é “*human-centred agenda*” (agenda centrada nos seres humanos, em tradução livre). Esse termo parece enfatizar a busca por garantir os aspectos de dignidade e respeito, numa era em que a adoção de máquinas e robôs eficientes podem desviar os interesses das estruturas de poder. Em tradução livre:

Nossa agenda centrada nos humanos [...] não se trata de fazer as pessoas se ajustarem a esse novo cenário. É uma visão mais ousada que busca orientar as transformações em andamento em direção a um futuro de trabalho que ofereça dignidade, segurança e igualdade de oportunidades, expandindo as liberdades humanas. Apoia as pessoas através de transições, procura tirar proveito das oportunidades demográficas e contribui para uma sociedade ativa ao longo da vida. Ela aborda as perspectivas de entrega do contrato social para as gerações futuras (OIT, 2019, p. 28).

As indicações bibliográficas que constam no final do documento merecem destaque. São mais de 100 títulos referenciados que reúnem nomes recorrentes nos estudos de futuro do trabalho (como Carl Benedict Frey e Michael Osborne, da Universidade de Oxford), economistas contemporâneos (como Thomas Piketty), além de documentos da própria OIT, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial.

Passemos à análise mais minuciosa do documento.

INVESTIR NAS CAPACIDADES DAS PESSOAS

O relatório apresenta essa “meta” como um pilar fundamental para alcançar contrato social renovado. Os esforços nesse sentido devem ir muito além do investimento em capital humano, incluindo direitos que ampliem as escolhas das pessoas e melhorem seu bem-estar.

São apresentados quatro desdobramentos:

Educação continuada para todos: explora a importância da educação em todas as fases da vida de modo a garantir o desenvolvimento de habilidades fundamentais, sociais e cognitivas. Apresenta a educação como prioritária para participação numa sociedade democrática. Esclarece que essa é uma responsabilidade conjunta dos governos, instituições de ensino, trabalhadores e empregadores. Mas, explicita a responsabilidade dos governos em criar mecanismos de financiamento apropriados, adaptados ao seu contexto setorial.

Propõe a viabilização de folgas remuneradas para participação em treinamentos por meio de “seguro emprego” ou “fundos sociais”. Para países com a maioria dos trabalhadores na informalidade, recomenda o estabelecimento de fundos nacionais ou setoriais de educação e treinamento gerenciadas por conselhos tripartite.

Apoio para os momentos de transição: com os avanços tecnológicos, os trabalhadores terão que lidar com várias transições de carreira e emprego ao longo de suas vidas. O relatório aponta a responsabilidade do governo em aumentar as oportunidades de trabalho decente especialmente para os jovens por meio de programas de emprego e apoio ao empreendedorismo, bem como aumentar os investimentos em serviços públicos de emprego.

Para os trabalhadores mais velhos que desejarem se manter economicamente ativos, encoraja-se a criação de modelos flexíveis, com jornadas menores e teletrabalho.

Agenda para equidade de gênero: o documento reconhece a luta das mulheres em avançar profissionalmente numa sociedade patriarcal. Chama atenção para o “trabalho invisível” das tarefas relacionadas ao cuidado e aos serviços domésticos e propõe a adoção de políticas como a expansão de licença paternidade.

O relatório também alerta para a importância de transparência nas políticas salariais, a eliminação da violência e assédio e o cuidado no desenvolvimento de algoritmos e soluções tecnológicas para que não perpetuem o viés de gênero.

Fortalecimento da proteção social: o texto é enfático em apontar esse item como um dos direitos humanos mais essenciais. Afirma que o futuro do trabalho requererá um sistema de proteção social que seja forte e responsivo, que proveja as necessidades básicas das pessoas ao longo de suas vidas, incluindo um piso que ofereça um nível básico de proteção a todos os necessitados, complementado por esquemas contributivos que proporcionem níveis mais altos de proteção. Afirma que não se trata de uma meta aspiracional, mas sim uma iniciativa viável que já foi desenvolvida em diferentes países pelo mundo.

INVESTIR NAS INSTITUIÇÕES DE TRABALHO

O segundo bloco do documento reforça novamente a ideia de que trabalho não é mercadoria e apontam para a necessidade de instituições que zelem pelas relações do trabalho de forma a corrigir as assimetrias entre o capital e o trabalho, garantindo relações de trabalho que sejam justas e equilibradas. Essa meta é apresentada em quatro pontos:

Estabelecer a Garantia Universal do Trabalho: propõe a criação de um documento que seja ponto de partida para o desenvolvimento de leis, regulamentos e contratos. O texto garantiria a proteção efetiva para os trabalhadores, independentemente de seu acordo contratual ou emprego, oferecendo condições de trabalho humanizadas para todos. Isso inclui: a) direitos fundamentais dos trabalhadores: liberdade de associação e efetivo reconhecimento do direito à negocia-

ção coletiva e à proteção contra o trabalho forçado, o trabalho infantil e a discriminação. b) Um conjunto de condições básicas de trabalho: adequação salarial, limites de horas de trabalho e locais de trabalho seguros e saudáveis.

Soberania do tempo em expansão: as novas tecnologias impõem desafios na gestão do tempo dos trabalhadores. Os limites entre o horário de trabalho e o horário pessoal ficam mais difíceis de serem estabelecidos e existe uma tendência de as pessoas trabalharem além do combinado. Por esse motivo, a OIT sugere que o trabalhador tenha mais soberania em relação ao seu tempo, podendo escolher desconnectar quando não estiver trabalhando, bem como flexibilizando a jornada de trabalho para os horários.

Recomenda a adoção do diálogo entre trabalhadores e empresas para redesenharem os acordos sobre carga horária de forma positiva para ambas as partes. Menciona também a proteção aos trabalhadores que são acionados sob demanda.

Revitalização da representação coletiva: o documento afirma que a concentração do poder econômico, bem como o enfraquecimento de organizações de trabalhadores contribuem para o aumento da desigualdade social. As mudanças legislativas que flexibilizam as relações de trabalho e mantêm os altos índices de emprego informal, dificultam a organização e representação dos interesses coletivos dos trabalhadores. As micro e pequenas empresas na economia informal dificilmente terão seus interesses adequadamente representados por organizações de empregadores. Já as grandes corporações, como são capazes de influenciar as políticas públicas, encontram pouco valor nessas instituições. Desta forma, é necessário que as organizações de trabalhadores façam uso da tecnologia digital para organizar o trabalho e evoluírem suas atuações.

Tecnologia para trabalho decente: neste item, argumenta que a tecnologia tem a capacidade de libertar os trabalhadores das atividades árduas, perigosas. Mas, também de tornar o trabalho supérfluo, alienando os trabalhadores. Aponta para a necessidade de uma abordagem humana para a inteligência artificial, garantindo que as decisões finais que afetem o trabalho sejam feitas por pessoas e não algoritmos.

Reconhece o trabalho de plataforma como uma nova maneira de renda para muitas pessoas, mas critica a dificuldade em monitorar e garantir o *compliance* às leis trabalhistas dessas plataformas. Como é esperado que essa forma de trabalho se expanda ainda mais no futuro, recomenda o desenvolvimento de um sistema internacional de governança para plataformas de trabalho digital que defina e o respeito aos direitos e proteções mínimos. Fala também da necessidade de regular e adequar as questões de monitoramento e coleta de dados no ambiente de trabalho.

INVESTIR EM TRABALHO DECENTE E SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO

O último bloco demonstra a importância de os países priorizarem investimentos sustentáveis e de longo prazo que favoreçam o desenvolvimento humano e a proteção do planeta. Essa meta é apresentada em dois pontos:

Transformação das economias para promover trabalho decente e sustentabilidade do trabalho: recomenda o investimento em áreas da economia que terão importância estratégica nos próximos anos por representarem necessidades globais. Um exemplo é a economia do cuidado que, segundo a OIT, pode gerar mais de 475 mi-

lhões de empregos até 2030. Investir nesse setor vai ao encontro da tendência de envelhecimento da população e abre rotas para o avanço da equidade de gênero. Também menciona a economia verde, como energia limpa e renovável, construções sustentáveis, etc., como outro campo fértil para investimentos. Apresenta a importância da economia rural que concentra boa parte dos trabalhadores no mundo. Sugere investir em evoluir e modernizar a agricultura de subsistência como uma rota para tirar as pessoas da pobreza. Por fim, o documento recomenda o investimento em infraestrutura digital para democratizar o acesso às tecnologias e promover o desenvolvimento social.

Mudança de incentivos - rumo a um modelo econômico e de negócios centrado no ser humano: a Comissão faz um apelo para a reformulação das estruturas de incentivo às empresas e a adoção de metas e indicadores que acompanhem bem-estar, sustentabilidade ambiental e igualdade. Neste ponto, dirige-se especificamente ao setor privado indicando a responsabilidade que tem diante da implementação da agenda proposta como um todo.

A primeira mudança proposta é a ampliação da representação dos públicos interessados, tornando as empresas mais responsáveis perante interesses sociais e comunitários. A segunda mudança é estabelecer incentivos para reconhecer o sucesso dessas medidas em longo prazo. Aponta para a responsabilidade dos investidores e dos fundos de pensão para apoiarem instrumentos inovadores de investimento social e ambiental como uma forma de promover mudança em escala de iniciativas que já estão em andamento.

Seguindo o tom mais crítico, indica preocupação em relação à concentração de poder das empresas de tecnologia e apoia os esforços internacionais em promover um ambiente mais competitivo nos âmbitos de inovação e desenvolvimento empresarial. Fala também sobre as limitações em se medir o progresso social através do Produto Interno Bruto (PIB) e recomenda 1) o uso de um indicador que incluía

o trabalho não remunerado a serviço das famílias e comunidades, 2) indicadores que meçam as dimensões de equidade e distribuição do crescimento econômico que abrangeriam o crescimento da renda familiar e o acesso à educação, à saúde e à moradia.

O último capítulo do relatório é chamado “*Taking responsibility*” e convida todos os públicos interessados a assumirem a parte que lhes cabe nas recomendações apresentadas. Fala da complementariedade do documento em relação à Agenda 2030 e também apresenta o papel estratégico da OIT para o futuro do trabalho. A Organização quer ser considerada como o ponto focal internacional para os assuntos do futuro do trabalho, promovendo a coordenação entre todas as instituições multilaterais relevantes na elaboração e implementação da agenda centrada no ser humano estabelecida no relatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma promessa implícita de que as novas tecnologias libertem o trabalhador de situações de subemprego, tarefas repetitivas, trabalho árduo. No entanto, mesmo com toda a tecnologia que já está disponível, ainda vemos situações de exploração e até mesmo condições análogas ao trabalho escravo. A tecnologia, por si só, não é a solução para os desafios do mundo do trabalho, mas sim sua articulação com os interesses daqueles que detém o poder.

Com base nos relatórios analisados, é possível dizer que a OIT tem um papel importante para garantir um entendimento crítico sobre os cenários do futuro do trabalho, bem como gerar ideias e recomendações para as estruturas de poder que estão envolvidas nesse processo.

Há, no entanto, certa dificuldade em entender com clareza a capacidade de influência da organização para as organizações e o governo brasileiros, especialmente no ambiente altamente polarizado, marcado por denúncias de corrupção e com pouca abertura para diálogos democráticos.

No anexo do documento *Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites* (OIT, 2018) consta a programação dos encontros. Verifica-se que, dos palestrantes convidados, a grande maioria era de acadêmicos, representantes de órgãos governamentais ou de organizações do terceiro setor. A ausência de representantes dos empregadores leva ao questionamento da capacidade de impacto que as ideias trazidas pelo relatório trazem para essas instituições e do próprio funcionamento da estrutura tripartite.

Nota-se que a Agenda 2030 tem sido um importante documento reverberado em todas as instâncias sociais e que colabora para promover a ação das estruturas de poder (tanto as públicas, quanto as privadas). Apesar de os aspectos de trabalho decente constarem da meta 8, é importante que existam outras iniciativas e documentos complementares que promovam a discussão mais profunda das transformações em curso no mundo do trabalho. Os relatórios são válidos nesse sentido.

A OIT representa um importante instrumento internacional na preservação dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Por propor uma visão holística (garantida pela representação tripartite), a instituição reconhece a força e pungência das grandes corporações globais e, ao mesmo tempo, também busca acolher as vulnerabilidades do trabalhador nesse cenário de transformações.

Com a eminência da plataformização da sociedade (DIJCK; POELL; WAAL, 2018), faz-se necessário um estudo mais profundo sobre os impactos que as plataformas têm causado para o mundo do tra-

balho, cobrando ações de responsabilidade empresarial e, principalmente, abrindo caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas e legislações que tenham como premissa a proteção do trabalhador nos conceitos de trabalho decente.

O futuro imaginário do mundo do trabalho possui uma longa história. As Revoluções Industriais pelas quais o mundo passou também carregavam promessas de crescimento exponencial da capacidade produtiva (e da civilização). No pacote, como custo desses grandes avanços, a força de trabalho teria que lidar com a ameaça das máquinas e com um cenário mais desafiador para manter-se competitiva.

O discurso do futuro do trabalho da OIT, também segue, em alguma medida, essa lógica. Principalmente no documento internacional, a mensagem convocatória “somos responsáveis pela construção do futuro brilhante que queremos ver” e termos como “agenda centrada no humano” traduzem uma ideia de esperança diante de previsões duras. O documento define trilhas para a construção desse “futuro brilhante”, mas é pouco eficiente em construir uma agenda que mobilize as estruturas de poder, responsabilizando-as por ações concretas.

Em alguns trechos, nota-se a intenção da OIT em declarar que não se pode deixar para as empresas a tarefa de definir as regras e programas para um ambiente que promova o trabalho decente no futuro, pois o comprometimento que elas têm com a lucratividade poderia ofuscar tais iniciativas. Desta forma, reforça-se o papel estratégico que a OIT pretende ocupar para moldar o futuro do trabalho num âmbito internacional. Resta a reflexão se terão a articulação necessária para colocar as iniciativas para um futuro brilhante em curso ou não.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. G. *Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?* Brasília: Ipea, 2016. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2262.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.

DIJCK, V. *Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford University Press, 2013.

DIJCK; POEEL and WAAL. *The Platform Society. Public Values in a Connective World*. Oxford University Press, 2018.

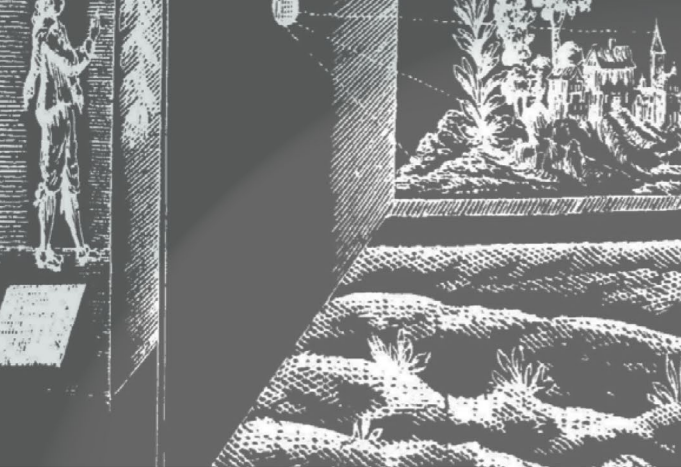
FUTURO do Trabalho no Brasil: *Perspectivas e Diálogos Tripartites*. Brasil: Organização Internacional do Trabalho, 2018. Disponível em <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_626908.pdf>. Acesso em agosto de 2019.

OLIVEIRA, I. T. M., CARNEIRO, F. L., FILHO, E.B.S. *Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília : Ipea, 2017. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171011_cadeias_globais.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.

PEPER, R. *Multi-millionaire Cyril Ramaphosa is South Africa's new president*. Business Insider, 2018. Disponível em <<https://www.businessinsider.com/cyril-ramaphosa-replaces-jacob-zuma-as-south-africa-president-2018-2>>. Acesso em janeiro de 2020.

SCHENATTO, F. J. A. et al. *Análise crítica dos estudos do futuro: uma abordagem a partir do resgate histórico e conceitual do tema*. São Carlos: Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 4, p. 739-754, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104530X2011000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

Work for a brighter future – Global Commission on the Future of Work. Geneva: International Labour Office, 2019. Disponível em <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/publication/wcms_662410.pdf>. Acesso em agosto de 2019.



4

Regiane M. S. Bianchini

A VIDA EM FAMÍLIA CONFINAMENTO CIDADES: das praças de encontro ao isolamento global

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.156-173

Ilustração da câmera obscura "portátil" em *Ars Magna Lucis
Et Umbra* de Kircher. 1646. [Domínio público]

INTRODUÇÃO

Eu sonho com a civilização da comunhão,
da compaixão, da solidariedade,
da emotividade não escondida.

Milton Santos. 1999

É bem provável que nosso primeiro e último sopros de vida aconteçam, ou tenham acontecido, em uma cidade... seja ela grande, pequena, urbana, rural, histórica, inteligente, medieval, turística, pacata, nervosa, industrial, “dormitório”, do espetáculo, global, com muitos ou poucos habitantes. Seu perfil ou vocação pouco importam, porque é nesse universo repleto de paisagens, aromas, ruídos, contextos históricos, sociais, coletivos e individuais, que marcarão para sempre nossas memórias, que passamos nossa pequena- -grande existência.

Comecei a pensar nas cidades desde criança, quando minha mãe e meu pai me levavam para brincar em lugares bastante inusitados e, à época, pouco explorados como o Parque da Água Branca, os jardins do Museu do Ipiranga, a Cidade Universitária³⁷ – que era, praticamente, o quintal da casa de minha avó, residente no bairro do Rio Pequeno, em São Paulo.

Observava da janelinha do ônibus como eram diferentes as ruas e casas pelo nosso caminho, e ficava imaginando como seriam as pessoas que moravam naqueles locais, construindo um roteiro de narrativas infantis, a partir do senhor que passava de chapéu na rua, ou da elegante senhora, de luvas e salto alto, que tentava caminhar sem tropeços nas calçadas do centro da cidade.

³⁷ Nas décadas de 1960-1970, o campus da Universidade de São Paulo (USP) era chamado como “Cidade Universitária”, local que reuniria as escolas da instituição que estavam espalhadas pela cidade de SP Disponível em <https://puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/>. Acesso em 23 mai. 2019.

Das casas simples aos casarões da Avenida Paulista, dos Campos Elíseos e do bairro Higienópolis, erguidos para diferenciar e dividir por muros e fronteiras a São Paulo dos ricos e dos pobres e que, complacentes, acabaram “cedendo” seus espaços a prédios modernos, sem nenhum charme, mas com muitos frequentadores diários, em escritórios, consultórios, escolas, este cenário já compunha um movimento que, após alguns anos, viria a se transformar na “globalização das cidades”, criando as cidades vitrine para atrair investidores de todos os cantos do planeta.

À medida que o tempo passava, também notei como as cidades são organismos vivos, que passam por constantes transformações, decorrentes, quase sempre, de fatores pautados por interesses econômicos, guerras, fenômenos naturais, mas sempre rumando à mudança.

E, tal como os seres humanos, as cidades podem se apropriar de sua vocação, desenvolvendo habilidades e competências, entre elas a resiliência, para evitar que seus espaços se tornem fontes de hierarquização sociocultural e econômica, e perpetuem desigualdades, como as expostas durante o período da pandemia da Covid-19, em todo o mundo.

Sendo assim, este ensaio tem como intenção provocar o leitor a uma breve reflexão sobre as cidades, especialmente as globais, inseridas no contexto do contágio de um vírus, que ainda permanece desconhecido, até mesmo para a comunidade médico-científica, e continua a circular em todo o planeta.

AFINAL, O QUE É UMA CIDADE GLOBAL

Foi com esta reflexão que o argentino Néstor García Canclini deu o pontapé inicial a uma das infindáveis discussões sobre os aspectos culturais das cidades, sob o prisma do conhecimento, do espetáculo e do desconhecimento. O questionamento do autor vai ao encontro das narrativas construídas pela mídia e reproduzidas nas falas e nos imaginários das pessoas, transcendendo ao espaço geográfico e, ao mesmo tempo, utilizando-se de conceitos globais para encontrar soluções ideais à realidade de cada uma delas, seja por meio de tecnologias inovadoras ou por soluções de caráter sustentável.

Muito provavelmente, García Canclini questionaria a narrativa da campanha #FiqueemCasa, dirigida às pessoas em todo o mundo, para evitar o contágio, durante a pandemia, e que ainda prossegue nas narrativas dos meios de comunicação, nas falas do poder público, de profissionais da saúde e de parte da população.

A meu ver, uma campanha desta magnitude e importância só poderia funcionar se todo o ecossistema social cumprisse as narrativas divulgadas de maneira ética, oferecendo a todas as pessoas as mesmas informações, condições sociais e econômicas, para que todos pudessem cumprir um período de *lockdown*. A medida funcionou muito bem em países com nível elevado de conscientização, como Nova Zelândia, Alemanha, Groenlândia - até mesmo pela distância geográfica dos epicentros de contaminação.

Entretanto, no Brasil, a postura adotada pela liderança do país, de um posicionamento não favorável ao distanciamento social, também contrasta com as condições básicas de saneamento e higiene a que estão expostos os brasileiros. Para se ter ideia, em 2020, 46% do esgoto gerado no país não é tratado; enquanto ainda há 35 milhões de pessoas (16% da população) que não têm acesso à água tratada,

com qualidade para ser potável, dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2020, que ainda apresentam uma realidade que nos choca.

A socióloga britânica Saskia Sassen descreve as cidades globais como verdadeiras vitrines para atrair investidores, desde o final da década de 1970. As cidades globais são também aquelas que abrigaram as sedes de empresas transnacionais, em nome de progresso e desenvolvimento econômico, mas tendo como pano de fundo a substituição do trabalho local por mão de obra informal, quase “escrava”, em países asiáticos, intensificando a desigualdade social.

Figura 1. Baseada na teoria das Cidades Globais, de Saskia Sassen, elaborado pela autora.



Como resultado, as empresas bem posicionadas no mercado, geograficamente e de maneira estratégica, transformaram as cidades em centros de distribuição de produtos e serviços ao redor do mundo, sem o menor compromisso de retribuir à população e a governos

locais ações que visem ao desenvolvimento sustentável e “saúdável” para os ecossistemas sociais.

Ao contrário, essas organizações chegaram a ser predatórias, ao explorar recursos naturais e humanos, destruir o meio ambiente, usufruir de políticas econômicas exclusivas, nas quais a maior taxa de isenção de impostos e benefícios são oferecidos pelos governos dos locais em que atuam.

Embora a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha promovido planos para mudanças significativas, como a Agenda 21 e a Agenda Habitat, o Brasil ainda está longe de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que envolvem estratégias prioritárias de sustentabilidade urbana, o desenvolvimento de uma governança fortalecida pela participação popular; além da promoção de mudanças consubstanciais nos hábitos e padrões de produção e consumo, visando ao desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.

É preciso reconhecer que as premissas constantes no projeto Agenda Brasil 21 avançaram pouco, ou quase nada, nos últimos vinte anos. A política de desenvolvimento com enfoque na proteção ambiental é uma delas e continua a ser tema preocupante no cenário atual. O fortalecimento da democracia diante de esquemas de corrupção e falta de transparência também merecem atenção redobrada.

Crescer localmente, desenvolvendo políticas adequadas ao crescimento sustentável, respeitando toda a cadeia legal, produtiva, ambiental, humana, social e cultural, transcende os compromissos firmados em convenções internacionais.

E o Brasil ainda está distante de estabelecer políticas claras, no que concerne à questão da habitação e ocupação territorial, acrescidos à dependência que estados e municípios têm em relação ao repasse de recursos. A própria ONU, por meio da ONU-Agenda Habi-

tat III, alertou ao fato de estados e municípios responderem por “por quase metade das receitas e despesas do setor público no Brasil”. Ou seja, municípios que geram mais receitas terão mais dinheiro em caixa..., provenientes de impostos prediais e de serviços; enquanto municípios menores e mais pobres terão a conta inversamente proporcional, causando um desequilíbrio financeiro para gerar investimentos. Em 2007, a CGLU³⁸ estimava que os gastos locais no Brasil eram iguais a 8,3% de seu PIB - o nível mais alto da América Latina (ONU-HABITAT, 2016, online).

TERRITÓRIOS INVISÍVEIS E BEM DEMARCADOS

Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva Sampa.

Caetano Veloso. ³⁹

A pandemia descortinou uma visão apurada sobre o abismo social existente nas cidades, acentuado pelo processo de globalização, iniciado nos anos 1970, mas que se encontrava camuflado, em meio ao véu do crescimento desmedido e de um desenvolvimento baseado no consumo e nos lucros infundáveis.

³⁸ A organização não-governamental Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) tem como papel representar, promover e defender interesses dos governos locais, com raio de atuação no cenário internacional. A CGLU está sediada em Barcelona e tem parceria com mais de 175 associações locais, representando 70% da população mundial. Sua meta é a de promover inteligência nas cidades por meio de ações locais, mas com caráter global. Fonte: site da United Cities and Local Governments (UCLG). Disponível em: <https://www.uclg.org>. Acesso em 29 dez. 2018.

³⁹ A música Sampa de Caetano Veloso, foi composta em 1978, e tornou-se um hino à cidade de São Paulo, ao descrever as questões urbanas e humanas existentes até os dias de hoje. 4 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O olhar humano foi deixado de lado pela sociedade pós-moderna, para criar o oráculo do consumismo e acúmulo de bens, erguendo “muralhas invisíveis” nas cidades, como costumava dizer o pensador baiano, bacharel em Direito e doutor em Geografia, Milton Santos. A era dos condomínios fechados, das delimitações de áreas setoriais nas cidades, a criação dos shoppings centers e centros comerciais nobres, afastados das vilas e cortiços, construídos, muitas vezes, por trabalhadores das áreas industriais e residenciais populares, foi, aos poucos, abrindo uma fenda na geografia social das cidades, em especial, das grandes metrópoles.

No Brasil, essa migração forçada de um território para outro, intensificava a cada dia a existência de uma população subalterna ao poder econômico ante ao cidadão/consumidor, que havia assumido papel de mero espectador na sociedade.

A chegada do coronavírus ao país, de maneira bastante eficaz, diga-se de passagem, afinal um vírus de origem chinesa, que se propaga pela Europa, atravessa o Oceano e vem aportar em terras brasileiras, representa, no mínimo, o exemplo da globalização egoística que vivemos. Ironicamente, o vírus se espalhou de maneira rápida e letal nas camadas menos favorecidas, mesmo vindo de um destino nada próximo das periferias.

A distância também não poupou a vida dos mais de 150 mil brasileiros contaminados pelo Sars-CoV-2, em apenas sete meses. Há cem anos, o Brasil vivia situação semelhante com o surto da gripe espanhola, que fez 14 mil vítimas, sendo que 65% dos mais de 28 milhões de habitantes⁴⁰ acabaram contraindo a doença.

Da densidade populacional originada pela concentração de pessoas em regiões em que o aluguel é mais barato, ou simplesmente onde há um imóvel desocupado, porém inabitável, surgem problemas

40 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

até então impensáveis para os moradores das cidades e também para a administração pública. Lidar com uma superpopulação nas cidades, construir uma economia sustentável, que atenda às necessidades do cidadão, alta demanda de leitos em hospitais, falta de vagas em escolas, sem falar da falta de habitações, como há em São Paulo, é um compromisso não firmado pelas gestões públicas.

Atualmente, a população mais atingida pela Covid-19 é a que menos tem condições de obter um tratamento de saúde adequado, ou gratuito, além de um quadro ainda mais preocupante: a situação de moradia desta parcela, geralmente em habitações com aglomeração de pessoas, sem água, que não podem sequer fazer a higienização das mãos, a principal recomendação para prevenção ao coronavírus.

E não é preciso ir muito longe, o quadro de vulnerabilidade nas favelas brasileiras só reforça o que já é sabido, porém, ignorado por setores da sociedade e órgãos públicos.

Estes são os territórios invisíveis, onde até a pandemia parece inexistir, mesmo com o alto índice de mortes apresentado em todos esses meses de contaminação.

Além disso, as favelas abrigam grande parte de trabalhadores informais e essenciais, aqueles que não podem trabalhar em esquema *home office*, porque estão atrás dos balcões de atendimento, nas farmácias, nos mercados, são os motoboys do aplicativo, o carteiro, a enfermeira que está na linha de frente, ou a recepcionista do hospital.

Mas os reflexos da globalização não param aí... políticas corruptas, conflitos, desemprego, migração. Há cidades para todos? Há espaços que possam abrigar as pessoas que deixam seus territórios para adentrar novas histórias de vida?

A cidade de Mumbai⁴¹ é um típico exemplo em que o governo local tentou impor às pessoas que moravam em favelas a mudança para prédios de apartamentos construídos para aquelas comunidades⁴². E trata como comunidades não pelo fato do 'politicamente correto', mas porque assim funcionavam, em meio a sua cultura, aos hábitos locais, aos laços mantidos com as pessoas.

Figura 2. Complexo Viário Jacu Pêssego. Zona Leste de São Paulo.2017.



Foto da autora

Diante da imposição de tornar a cidade um modelo inteligente de moradia, semelhante ao padrão desenvolvido em outros países, e ampliando sobremaneira a segregação entre classes sociais, a rejeição foi iminente. Os moradores colocaram por terra um projeto que não previu o mais importante: as pessoas, sua cultura, sua forma de viver.

41 A criação da *smart favela* na Índia. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/ezbj5z/a-smart-favela-de-bombaim/>

42 Estaria o plano da Índia de construir 100 cidades inteligentes fadado ao fracasso? Disponível em: <https://bit.ly/35Q7EVP>

Na Índia, o gado é criado nas ruas, e como ficariam sem seus donos? Ou também habitariam os apartamentos? E a informalidade do comércio? Outro traço do povo indiano é a solidariedade, “marca” de sua cultura e história, sem o mesmo ponto de proximidade com a sua vizinhança, como sugeria o projeto, como viveriam (ou viverão) essas pessoas?

E se trouxéssemos essa realidade para a pandemia? Como as pessoas passaram a encarar as suas cidades, bairros, vilas, favelas? O seu local de morada? O #FiqueemCasa?

CORANAVÍRUS, UM NOVO “CIDADÃO” DO MUNDO?

Se a globalização trouxe a ideia de cidadão do mundo, aquele que, independentemente de sua situação fronteiriça, tem os mesmos direitos e deveres, em quaisquer lugares deste planeta, o que diríamos sobre o vírus que atravessou territórios, devastando a vida de quem infectou e tomando para si a responsabilidade de contaminar o maior número possível de humanos, com tamanha eficácia?

Uma breve retrospectiva, apenas para situar uma quebra de paradigmas, quando se pensa em globalização e toda a efervescência econômica, cultural e social nas cidades.

Dezembro de 2019. Começam a surgir os primeiros casos de coronavírus, porém ainda sem um diagnóstico acertado.

Janeiro de 2020. Promessas de Ano Novo, muitos planos, projetos para sair do papel. Foi a primeira vez que se ouviu falar do coronavírus no mundo. Casos isolados na cidade de Wuhan, na China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertava os países para controle

de chegada de turistas e viajantes de outros países, anunciava medidas de proteção e higiene, mas não proibiu as pessoas de viajar para outros países, inclusive a China. Estados Unidos, Japão, Alemanha e outros países começam a relatar casos de Covid-19.

Fevereiro de 2020. O número de casos cresce rapidamente. O vírus que parecia estar tão, tão distante, começava a dar mostras a que veio. O Carnaval chegou, as ruas ficaram lotadas, as cidades brasileiras receberam visitantes de diferentes destinos, principalmente as turísticas. O mundo ainda não sabia bem o que fazer e o vírus foi circulando de um local para outro, como um “cidadão do mundo”. Wuhan fechou suas fronteiras, assim como outras cidades focos da doença na China.

Março de 2020. O primeiro caso de coronavírus aparece no Brasil. Um morador da cidade de São Paulo desembarcou da Itália com sintomas da doença, foi diagnosticado com o Covid-19 dias após ter se reunido com trinta pessoas, entre familiares e amigos para celebrar sua volta para casa. Países da Europa, como Itália, os Estados Unidos e mais de 150 países e territórios. A OMS declara a PANDEMIA.

Em três meses noticiários e redes sociais narravam a evolução de uma doença que mudaria nossa forma de viver. As pessoas tiveram que parar de circular pelos espaços das cidades, transformando-as em quase locais fantasmas. Só para ilustrar, o transporte público foi suspenso, os comércios cerraram suas portas, as praças foram esvaziadas, as escolas suspenderam suas atividades, as empresas mandaram seus colaboradores para casa, ainda sem saber como seria o futuro do então presente.

O MUNDO “OUVIU” O SILÊNCIO DAS CIDADES

As cidades ficaram mudas e, ao mesmo tempo, ensurdecedoras...

No dia 12 de abril, a cidade de Milão foi palco de uma apresentação do tenor Andrea Bocelli, na icônica catedral Duomo. O concerto #MusicForHope, transmitido pelo canal oficial de Bocelli no YouTube, para o mundo. As imagens capturadas em Paris, Londres e Nova York, concomitantemente à apresentação, chocam pelo silêncio e ausência de pessoas nas ruas, pela falta de vida, causada pelo burburinho.

O silêncio das cidades não mais sussurrava, nos falava tão alto...

Falava dos trajetos que os profissionais da saúde percorrem todos os dias para tentar salvar vidas; da dor daqueles que perderam os seus; da desigualdade social, que não permite a todos o #FiqueemCasa; da saudade dos encontros, dos abraços e sorrisos, agora encobertos por máscaras.

Um vírus invisível nos paralisou. E as cenas nas ruas pareciam tomadas de filmes de ficção e suspense. A quietude tomou conta também de nós, que ‘assistíamos’ incrédulos à realidade, e passamos a fazer parte deste enredo.

Tempo oportuno para apreciar a beleza das cidades, para aproveitar melhor os trajetos, observar a paisagem, curtir o que passa despercebido, o canto do passarinho, a cor da casa do vizinho. Imagino como Ítalo Calvino, um amante das cidades, as descreveria neste momento, com memórias e muitos simbolismos.

No entanto, a casa também ganhou muitos sinônimos, compondo um novo universo. De aconchego e abrigo a espaço comum de trabalho, configurando o *home office* que veio para ficar. O recolhimento imposto pela pandemia lembra-nos o filósofo e poeta Gaston

Bachelar⁴³, ao descrever a casa/habitação como moradia-lar, espaço de poucos e muitos, seus inúmeros sentidos e significados, conceitos e valores.

Comodidade para muitos, realidade distante para tantos outros sem, sequer, um local para dormir, caso dos sem-teto, que ocupam as ruas e fazem-nas casas a céu aberto, sem direito a nenhum tipo de distanciamento ou isolamento social, sem cuidados de saúde, condições mínimas de higiene.

CIDADES “ABRAÇADAS” PELA ARTE E PELA SOLIDARIEDADE

Isolamento e distanciamento social são, com certeza, as palavras que mais mexeram conosco em 2020. Os sentimentos despertados por esses vocábulos foram intensos.

Desde março, o ser humano começou a se fechar em seu mundo particular, privado, primeiro pelo medo de entrar em contato com o desconhecido, depois pela possibilidade de infectar pessoas queridas de seu convívio. Depois foi a vez de colocar máscaras e esconder expressões, de comunicar sentimentos com olhares, e sim, eles voltaram, quiçá para ficar.

Tivemos de reaprender a praticar um novo olhar, sem preconceitos, mas com muita empatia, solidariedade e vontade de mudanças pessoais.

Os abraços não dados foram substituídos pelos olhares, pelas telas dos celulares. Nunca em tempo algum da sociedade pós-moderna

⁴³ Em *A Póetica do Espaço*, Gaston Bachelar explora os sentidos da casa, como lar, espaço identitário do homem e de perpetuação de sua história.

na o homem se sentiu tão só, mesmo que em companhia de outros. Das músicas nas sacadas e janelas à solidariedade e ao acolhimento, já meio apagados da memória das pessoas, voltaram à cena, e foi digno ver do que o ser humano é capaz quando há empatia.

Em contrapartida, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam a solidão, como fator de depressão, seguidos da violência doméstica, da exaustão dos profissionais da saúde, em linha de combate à doença. Igualmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou para os riscos de estresse durante o período de pandemia, no desenvolvimento das atividades profissionais, para quem é obrigado a sair de casa para atuar em serviços essenciais de toda espécie, e também para os trabalhadores que estão em *home office*, diante de uma rotina que chega a ser extenuante para muitos.

E A GLOBALIZAÇÃO...

Vivemos movimentos históricos cíclicos, e o que me leva a esta ponderação é que, há mais de duas décadas, escrevi um *paper* para a disciplina “Comunicação de Massas e Globalização na Cultura Contemporânea”, do curso de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero, a pedido do professor Cláudio Novaes Pinto, sobre possíveis impactos que o processo de globalização traria à sociedade.

Lembro-me de ter feito uma reflexão sobre o processo de globalização como um caminho sem volta, que moldaria o perfil cidadão em todo o mundo, transformando as pessoas em consumidores vorazes que, em algum momento, teriam de rever a direção tomada pela mundialização capitalista e como “cidadão do mundo” disposto a viver na aldeia global dos avanços tecnológicos, transformado em “turista” no

tempo e na história, passeando pelos acontecimentos, sem envolver-se, desrespeitando sua própria identidade cultural.

Como poderia imaginar que o tal movimento pendular me levaria, depois de todo este tempo, a uma releitura dos efeitos da globalização, durante um período histórico e tão significativo como a pandemia de Covid-19?

Mal imaginara que o esvaziamento do discurso político só aumentaria e que os movimentos sociais, os quais eu ainda tinha certa incredulidade quanto à sua eficácia, ocorreriam, agora, pelas redes sociais, em vez de tomar corpo e receber apoio das mídias tradicionais, como em décadas anteriores. Sequer teria ideia que o questionamento feito à época sobre “avanços tecnológicos, que nos permitem viver a tão esperada modernidade, trazem consigo a imbecilidade e a fuga das pessoas de questões cotidianas da vida, em qualquer lugar do planeta”, seria tão atual.

A Primavera Árabe, por exemplo, veio mostrar que as pessoas podem estar conectadas a diferentes culturas, conhecer os propósitos de cada movimento social, mesmo em locais infinitamente distantes e promoverem uma ruptura no modo de pensar e viver a sociedade, a política, as tradições, por meio das redes sociais.

Por fim, vemos a mesma comunicação em rede como a responsável pela presença de um novo momento do ativismo social e por levar ao mundo informações, até então, desconhecidas e inimagináveis, como crimes políticos, corrupção, desvelando ao mundo novas perspectivas de mobilização.

Entretanto, discute-se se esse tipo de movimento abrange novas camadas da sociedade ou serve apenas à ampliação da segregação e exclusão sociais, agora em esferas midiáticas e a nível global, o que nos leva a refletir sobre o período atual e a amostra de uma

globalização que perpetua a existência dos mesmos cenários: diferenças sociais perturbadoras que levam ao conflito inevitável; segregação étnica-racial; associação de cidadania a consumismo; a falta de empregos; a destruição de culturas e identidades em detrimento ao poder econômico; o imperialismo revestido de modernidade para criar linhas que de- limitam espaços territoriais.

Da mesma forma, é inegável como a globalização produziu, neste mesmo período, um efeito dicotômico: da informação clara e transparente, de caráter agregador, para aqueles que têm como propósito o bem comum; e sob outro ângulo, de disseminação de informações desencontradas (as *fake*), discursos de ódio, gerando ainda mais insegurança, dualidade, divisão; da falta de acesso aos mesmos recursos para toda a população, que ainda se encontra à margem.

Daria para parafrasear Milton Santos, quando este respondeu ao questionamento sobre o outro ser o inferno, como diria Sartre em entrevista inédita⁴⁴, publicada em 2017. “Com a globalização isso se potencializa mais ainda, porque nós somos empurrados para uma solidão existencial”.

O coronavírus estremeceu as bases político-econômicas em todo o mundo, mas será que as lições cotidianas serão aprendidas e apreendidas?

Que possamos romper padrões, criando sociabilidade nas cidades, tornando-as mais humanas, promovendo a participação cidadã em políticas públicas inclusivas, com o uso de tecnologias da aproximação e não de exclusão.

44 Entrevista: Milton Santos: Espaço, tempo e solidão. Disponível em: <https://bit.ly/3jhg9xA>.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston, "A Poética do espaço". In: Col. *Os Pensadores*. 3.ed. São Paulo: Abril, 1988

CANCLINI, Néstor García. "Imaginários culturais da cidade: conhecimento espetáculo desconhecimento". In: COELHO, Teixeira (Org.). *A Cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras/Itáu Cultural, 2008. p. 15-31. Disponível em: <https://bit.ly/35Gf6CJ>. Acesso em 16 nov. 2017.

ONU - Agenda Habitat III. Disponível em: <https://bit.ly/2TAIEw0>. Acesso em 01 Nov. 2018

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2009. ISBN 85-11-01203-6. Coleção Primeiros Passos, 1988.

_____. *Smart Cities: o cidadão em mãos de aproveitadores*. 17 ago. 2017. In: Blog Raquel Rolnik. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/smart-cities-o-cidadao-em-maos-de-aproveitadores>. Acesso em set. 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 1 Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Los espacios de la globalización*. In: Anales de geografía de la Universidad Complutense. 1993, p. 69-77.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Coronavirus Disease. Disponível em <https://covid19.who.int/>. Acesso em 12 Out. 2020.



4

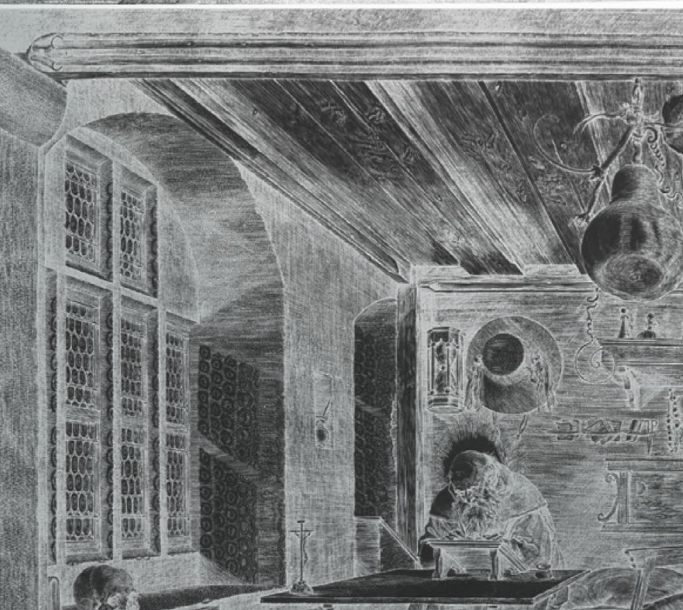
Clara Marques de Sousa

A VIDA EM FAMÍLIA CONFINAMENTO.

Quando o lar vira
escritório: o home office
e a quebra de paradigma
no ambiente de trabalho

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.174-186

São Jerónimo no estúdio. Albrecht Dürer. 1514.



O trabalho remoto, teletrabalho ou *home office*, definitivamente não pode ser com- parado em conceito e subjetividade a como era entendido no “pré e pós-pandemia”. É certo que um vírus, tão diminuíto e invisível a olho nu foi capaz de acelerar a demanda por descentralização do trabalho e subverter os modelos de gestão baseados no comando e controle.[1] No entanto, será que a ida massiva dos trabalhadores de nível administrativo de operação das empresas ao serviço remoto, quase que instantaneamente, dentro de um contexto de pandemia global, foi uma vantagem ou um cavalo de Troia para emular novos modelos de negócio?

Mudanças abruptas foram encaradas e uma digitalização forçada, de pelo menos 10 anos, invadiu as casas das pessoas, que tiveram que adaptá-las repentinamente para receber as estruturas de trabalho no ambiente doméstico, muitas vezes e, naturalmente, sem espaço adequado e preparado para tal. Lidar com o psicológico abalado por uma pandemia, precisando gerenciar as próprias emoções e as dos familiares e além de organizar o tempo e as demandas laborais e caseiras, tornou-se a rotina de muitos trabalhadores que enfrentaram problemas e até mesmo desamparo de seus patrões.[2] Muitas vezes, o problema de conexão à internet era o menor e o primeiro desafio desses novos entrantes em uma cultura laboral exclusivamente digital.

SEPARAR AS ESFERAS DA VIDA: ISSO AINDA É POSSÍVEL

“Ora et labora”: a regra de São Bento não poderia ser tão cabível no contexto de pandemia, em que o universo do trabalho segue seu ritmo, na medida do possível, com gestores estressados, colaboradores confusos e gurus sem fórmulas prontas. A professora e *drag queen* Rita von Hunty (persona de Guilherme Terreri Lima Pereira), em seu ca-

nal Tempero Drag [3], no Youtube, entende que a nova configuração do *home office*, modalidade recepcionada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na última reforma trabalhista do fim de 2017, apresenta o risco de romantização de formas diversas de subemprego.

Apesar da concorrência que as tarefas domésticas ou o convívio familiar possam trazer ao tempo de esforço laboral, o indivíduo se mantém online e responsivo, registrando o cumprimento de metas e prazos e evitando qualquer impressão de ócio sobre as suas horas.[5]

A empresa Enaible, startup americana que desenvolve um sistema de monitoramento de produtividade por inteligência artificial, disse ao MIT Technology Review que teve um crescimento de quatro vezes na procura pelos serviços da empresa desde o início da pandemia. No Brasil, os indicadores são igualmente elevados. Segundo *Report fSense*, empresa do ramo com sede em Minas Gerais, o número de clientes aumentou 2000%, com pico de 150 novos contratos por mês.[4]

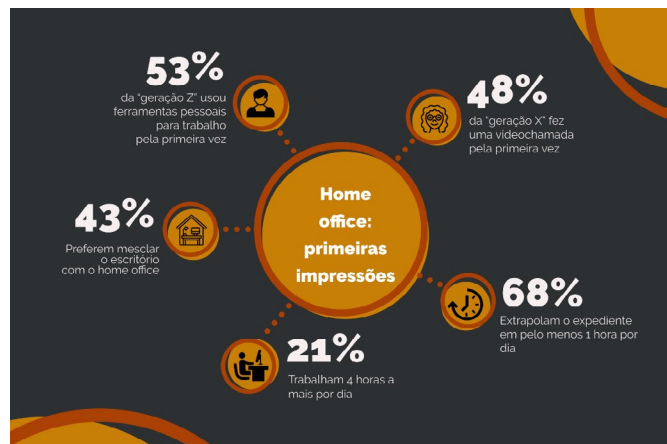
Pesquisa feita pelo LinkedIn, com 2000 profissionais, mostra que 62% estão mais ansiosos no *home office*. A batalha para se desconectar das atividades profissionais será árdua e exigirá que os empregados tenham disciplina e criem rituais próprios para desconectar-se, mesmo com os equipamentos da empresa 24 horas à disposição. [6]

Segundo o argumento de Von Huntz, ao se descentralizar, se capilariza a gestão do trabalho, tornando-o intermitente e presente 24 horas, 7 dias por semana nas casas dos trabalhadores. Somando-se a isso, a parafernália tecnológica, sob smartphones, notebooks e demais aparelhos cada vez mais conectados e inteligentes, torna a vida e o trabalho uma miscelânea da qual é praticamente impossível separar momentos distintos para vivê-los cada qual.

HOME OFFICE PARA QUEM? OS NÚMEROS DO TELETRABALHO

Com a pandemia do SARS-CoV2, o *home office* teve o impulso necessário para de fato sair “do papel” nos RHs das empresas. Além, é claro, da manutenção da empregabilidade, o trabalho a distância teve importante papel na redução do contato social, contribuindo para a diminuição do contágio e para o achatamento da curva de infectados.

No entanto, apesar de manter grande parcela da população ainda ocupada e empregada, essa modalidade de teletrabalho escancarou diferenças e contrastes em um país já repleto de desigualdades sociais. Em quantos “Brasis” couberam os escritórios improvisados em casa? Cognoscentes com essa nova realidade que se escancarou com a pandemia, os números relevam um *home office* branco, masculino, com ensino superior e elitizado, mas com diferenças e particularidades regionais que merecem ser destacadas neste ensaio:

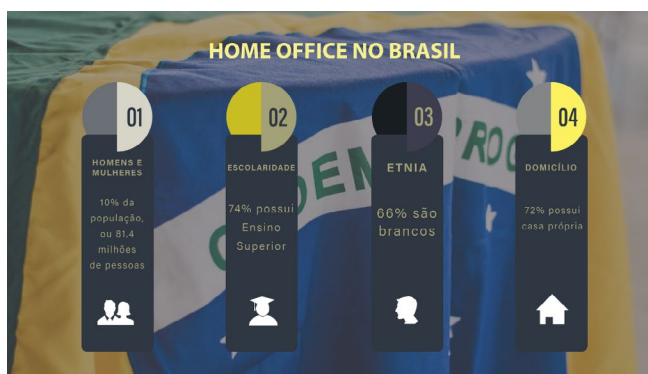


Fonte: Você S/A: O trabalho depois do Coronavírus. [6]

Segundo pesquisa da consultoria de recrutamento Talenses, em parceria com a Fundação Dom Cabral, os cerca de 1000 profissionais ouvidos no levantamento sobre a situação de *Home Office* na pandemia consideraram, em 70% dos respondentes, que a produtividade ao trabalho melhorou bastante remotamente, sendo, no entanto, necessário gastar mais tempo para realizar as atividades.[7]

Considerados os desafios inerentes à adaptação repentina do *home office* em casa, antes da pandemia, 52% dos empregadores dos entrevistados pela Talenses não possuíam política para esse tipo de trabalho, por isso, a adaptação foi de mão dupla: dos empregados e das organizações. Tido como uma opção laboral comum em empresas inovadoras, e agora praticamente obrigatório no contexto de pandemia, o *home office*, em mapeamento nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados tabulados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de São Paulo, tem revelado nuances importantes.

Qual o perfil do brasileiro que trabalha remotamente no País durante a pandemia? Segundo a pesquisa “Pnad COVID19: Ocupados em *Home Office*”:[8]



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos(DIEESE).[8]

Entretanto, esse apanhado geral se torna mais interessante quando comparado com a média de Estados que compõem o Norte e o Nordeste do país, que contrastam sobre- maneira com o que se percebe no resto do Brasil. Nessas regiões, a maioria em situação de *home office* é negra e mulher, ainda que se mantenham similares os índices de casa própria e de graduação superior.

No Ceará, estado natal e de formação cultural e acadêmica da autora, os 2,9 milhões de ocupados em *home office* incluem uma porcentagem de 60% de mulheres e de 61% de negros. Entretanto, o fato de 30% dos empregados remotos terem remuneração de 30% de empregados em trabalho remoto com remuneração de mais de três salários mínimos traz à tona a reflexão: será o *home office* o demarcador de uma nova diferença social em que o grupo intelectualizado e produtor de conhecimento e detentor de riquezas pode manter-se seguro e isolado, com atividades remotas, enquanto a imensa maioria da mão-de-obra “pode” se sujeitar a deslocamentos e à exposição ao vírus com o contato pessoal com clientes, fornecedores e stakeholders de negócios?

ISOLAR-SE EM HOME OFFICE É TÃO BENÉFICO ASSIM?

Não necessariamente, casa é sinônimo de lar: sempre romantizado como um sinal de abrigo e repouso, o lar na verdade é um conceito burguês, criado no século XIX, que idealiza esse espaço e nele sublinhando o modelo de família estruturada e sem conflitos. Confinados 24 horas na mesma casa, trocando uma convivência incomum em tempos de “velho normal”, muitos casais não suportaram a instabilidade e os conflitos de uma convivência integral. No Brasil, houve um salto de 9900% em março na busca pelo termo “divórcio online gratuito”. [10]

Para além da questão das separações e divórcios, é preciso levar em conta a contextualização e a subjetividade de cada pessoa durante o exercício da profissão em casa, concomitante à vida doméstica. Pela adesão abrupta ao trabalho remoto, muitos trabalhadores encontraram barreiras como a necessidade de rápida adaptação e de aprendizado de ferramentas de gestão e de controle de atividades descentralizadas.

Muitas vezes sem condições e tempo hábil de preparar um ambiente adequado ao trabalho no ambiente domiciliar, os colaboradores das empresas que se viram nesse novo cenário tinham também de lidar com conexões de internet precárias e instáveis para o pleno exercício das atividades. Vê-se, então, que o contexto de pandemia, aliado à brusca “invasão” dos domicílios dos colaboradores trouxe também resultados como queda na produtividade.

Ao analisar a situação das mulheres em *home office*, a missão de conciliar as demandas do trabalho com a administração do lar, muitas vezes a elas delegada, torna ainda mais delicada a manutenção de uma alta performance laboral. A pesquisa da Talenses também revelou que as mulheres com filhos, embora estejam em 65% se considerando mais produtiva com o *home office*, metade das ouvidas que cuidam de uma criança com até 12 anos não consegue se dedicar a projetos pessoais por conta das atividades ligadas ao cuidado com os filhos ou com a casa. Entre os homens, esse índice cai para apenas 28%. [7]



TRABALHO “DEMAIS”, DINHEIRO “DE MENOS”

Desde antes da pandemia, o *home office* era considerado coisa de startup ou de empresas de tecnologia. Com o argumento de melhora na produtividade e na qualidade de vida dos colaboradores, essas empresas de base tecnológica traziam um tom de mudança de paradigma no mercado de trabalho com uma proposta de gestão por atividades e a valorização de habilidades intrínsecas, conhecidas como *soft skills*.

Por já colocarem em prática as atividades remotas, essas empresas também executavam projetos-piloto direcionados a elas e enxergaram o grande potencial de redução de gastos e aceleração dos processos. Excelente para os gestores e empresas, porém arriscado e precarizador para os trabalhadores: ao perceber que não necessa-

riamente precisam da presença física do colaborador, a produtividade pode ser focada nas entregas, não em carga horária, e não seria necessária a contratação de trabalhadores integrais, tornando mais fácil a adesão a trabalhos freelancers ou terceirizados.[14] Em suma, a “pejotização” da força de trabalho pode ser um dos paradigmas reforçados com a validação de modelos de negócio com entregas digitais e remotas.[6,11]

Com uma jornada descentralizada, e com os lares transformados em escritórios, esses trabalhadores do lar também encaram um aumento da quantidade de horas trabalhadas, não necessariamente seguido de aumento salarial.[12] Parafraseando Bauman, as horas líquidas e as demandas líquidas, que se distribuem integralmente por todo o dia dos trabalhadores em *home office* com *notebooks* e *smartphones* que não param de notificar o recebimento de *e-mails* e mensagens.

A DEBANDADA DAS “FARIAS LIMAS” PELO BRASIL SERÁ IRREVERSÍVEL

Um fenômeno que faz com que se conclua a linha de raciocínio em torno das transformações e da efetivação do *home office* (ou de um modelo misto entre trabalho presencial e remoto) é a nova configuração dos escritórios, cada vez menos ocupados pelas empresas. Esse impacto no setor imobiliário teve maior destaque durante a pandemia, em que se percebeu uma aceleração da saída de grandes companhias de núcleos corporativos nas cidades. A alardeada saída de empresas concentradas na avenida Faria Lima, na capital paulista, chamou atenção para o maior indicador de devolução de imóveis corporativos desde a década passada.[13]

Mauricio Benvenutti foi sócio da XP Investimentos. Hoje é sócio do StartSe e autor do livro Incansáveis, best-seller de negócios que está na 5a edição.



Apesar da tendência ao esvaziamento de grandes ambientes corporativos, os escritórios podem não se tornar obsoletos ou ser completamente abolidos: com as entregas individuais realizadas em cada estação de trabalho ou *notebook* remotamente, as sedes locais das companhias, os escritórios ou *coworkings* tornar-se-ão espaços de colaboração e de troca. Com isso, uma reestruturação desses ambientes será o caminho já em um futuro próximo, ampliando-se uma tendência já em curso de locais de trabalho menos formais, com ambientes mais agradáveis ao convívio e que facilitem a interação.[14,15]

A manutenção de ambientes corporativos como espaços de troca justifica um modelo híbrido de atuação laboral, em que os traba-

lhadores praticam suas atividades rotineiras de maneira remota. Com a menor ocupação e com o espaço otimizado para momentos estratégicos de interação e de geração de *insights*, os gestores reduzem custos como aluguel, manutenção e pessoal, importantes centros de despesas. Em um modelo híbrido, ganha o empresário e o colaborador, ao menos é o que têm indicado executivos companhias como o LinkedIn em painel na Expert XP 2020, congresso de investimentos promovido pela XP Inc.

ESCRITÓRIOS, CASAS CHEIAS: A PANDEMIA MUDOU O MODO COMO TRABALHAMOS

Hobsbawm já afirmava: “os séculos não terminam com o virar da folhinha do calendário, mas quando grandes crises colocam em questão verdades que já pareciam consolidadas”. A nossa virada conceitual de século não se deu com a chegada do novo milênio no ano 2000, e sim com o impacto e com as fortes mudanças de paradigmas causadas por um pequeno e invisível a olho nu RNAvírus, com 29 mil bases nitrogenadas: o SAR- S-CoV-2, causador de uma síndrome respiratória aguda grave, popularmente conhecida como COVID-19.[17]

A prática efetiva do *home office* durante a pandemia tem demonstrado a empresários e trabalhadores que o exercício do trabalho remoto não é uma questão de futurologia, mas sim de prática impulsionada pela emergência na saúde pública. Se, por um lado, protegeu-se os colaboradores do contágio durante o trabalho nos escritórios, mantendo-os seguros em casa e respeitando o distanciamento social, o trabalho remoto repentino revelou nuances que podem beneficiar ainda mais o empresariado, com a validação de modelos de gestão

que cortam custos e relativizam relações laborais garantidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Como proposições reflexivas, espera-se que a legislação e o direito do trabalho se adequem e dialoguem nesse cenário sui generis, em um ano que passou às custas de decretos quinzenais de isolamento, curvas de contágio e trabalho remoto. O *home office*, efetivamente, não será pauta única deste momento, tampouco, e será, é o mesmo de antes, durante e após esta hecatombe na saúde global.

REFERÊNCIAS

1. TEDx Talks. *O novo significado do trabalho*. Youtube Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QAVHp6oCPQI>>. Acesso em: outubro de 2020.
2. DE MELO, Luiz Fernando. *Teletrabalho em tempos de coronavírus* [Recurso digital]. Primeira edição, 2020. E-book Kindle.
3. Tempero Drag. *Home Office*. Youtube Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y-tpEq9eCol4>>. Acesso em: outubro de 2020.
4. UOL Tab. *Empresas monitoram produtividade no home office; será que isso ajuda?* Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/08/empresas-monitoram-produtividade-no-home-office-sera-que-isso-ajuda.htm>>. Acesso em: outubro de 2020.
5. GONÇALVES CALDEIRA BRANT LOSEKANN, R.; CARDOSO MOURÃO, H. *DESAFIOS DO TELETRABALHO NA PANDEMIA COVID-19: QUANDO O HOME VIRA OFFICE*. Caderno de Administração, v. 28, p. 71-75, 5 jun. 2020.
6. MARIANO, Caroline. *O trabalho depois do coronavírus*. Você S/A. São Paulo: Edição 265, p. 30-41. Junho de 2020.
7. Você S/A. *Home office: produtividade aumentou, mas quantidade de tarefas cresceu*. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/voce-rh/produtividade_home_office/>. Acesso em: outubro de 2020.
8. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *Ocupados em Home Office - Brasil e Unidades da Federação*. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/homeOfficeBrasilRegioes.pdf>>. Acesso em: outubro de 2020.

9.SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Quando acaba o século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 10.Pais & Filhos. Pandemia do divórcio: as separações estão tomando conta do mundo na quarentena e precisamos pensar nas crianças. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/pandemia-do-divorcio-as-separacoes-estao-tomando-conta-do-mundo-na-quarentena-e-precisamos-pensar-nas-criancas/>. Acesso em: outubro de 2020.

11.BELLUCCI Bianca; BLASS, Marcella; VACCARI, Maria Beatriz. “Home office é o trabalho do futuro”. *Revista Locaweb*. São Paulo: Núm. 101. Ano 14, p. 34-37. julho de 2020. 12.Você S/A. Mais home office, menos salário: o que mudou no trabalho com a COVID-19. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/voce-rh/mais-home-office-menos-salario-o-que-mudou-no-trabalho-com-a-covid-19/>>. Acesso em: outubro de 2020.

13.Exame. Devoluções de escritórios crescem na pandemia e podem se estender por 2021. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/devolucoes-de-escritorios-crescem-na-pandemia-e-devem-se-estender-por-2021/>>. Acesso em: outubro de 2020. 14.WEST, Darrel M. *The future of work - Robots, AI and Automation* [Digital E-book]. Washington, DC: The Brookings Institution Press, 2018.

15.*Gazeta do Povo*. Para além do home office: o futuro dos escritórios no pós-pandemia | #Podcast15Minutos. Youtube Video. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJ9ThcgEZmY>. Acesso em: outubro de 2020. 16. InfoMoney. Nem home office, nem escritório: o mercado será híbrido no pós-pandemia, diz diretor do LinkedIn. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/nem-home-office-nem-escritorio-o-mercado-sera-hibrido-no-pos-pandemia-diz-diretor-do-linkedin/>. Acesso em: outubro de 2020. 17.Nextstrain. Nextstrain SARS-CoV-2 resources. Disponível em: <https://nextstrain.org/sars-cov-2/>. Acesso em: outubro de 2020.

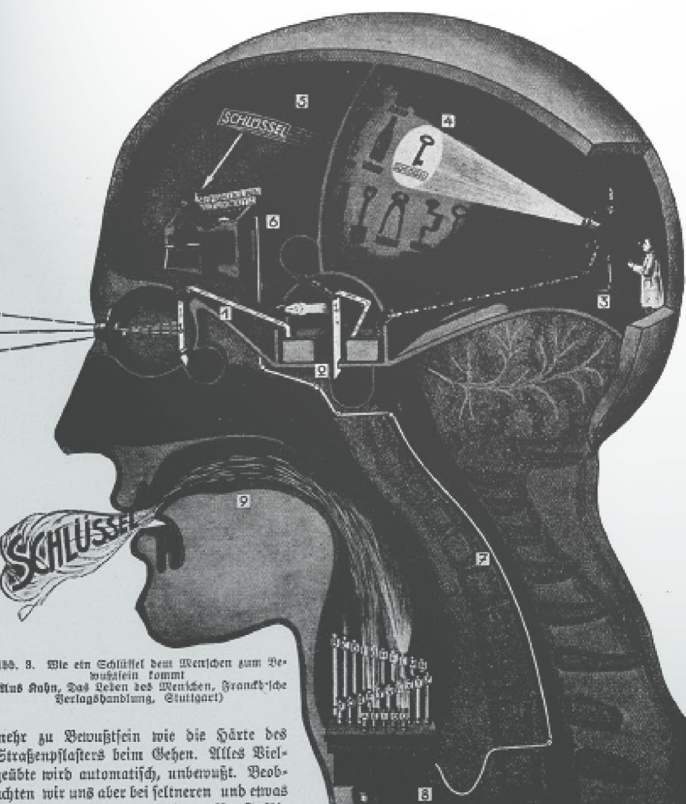
5

Carlos Costa

LINHA BRANCA/ E-COMMERCE. O crescimento do e-commerce: o paradigma das compras *online*

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.187-192

Ilustrações de Fritz Kahn para panfletos científicos.



100. 8. Wie ein Schlüssel dem Menschen zum Bewusstsein kommt
Aus: *Stufen, Das Leben des Menschen*, Brant'sche Verlagshandlung, Stuttgart

mehr zu Bewusstsein wie die Härte des
Straßenpflasters beim Gehen. Alles Ziel-
einstufige wird automatisch, unbewusst. Beob-
achten wir uns aber bei selteneren und etwas

O “óbvio ululante” foi um dos bodões mais repetidos pelo jornalista, cronista e dramaturgo Nelson Rodrigues. Ele o usava para marcar a falta de originalidade de algumas opiniões que pouco acrescentavam ao debate. Dizer que o comércio acompanha a trajetória da humanidade é um bom exemplo ao óbvio ululante.

Na Antiguidade, os fenícios se destacaram como bons comerciantes e séculos depois os árabes seguiram suas pegadas. Tanto que após a tomada de Constantinopla, os turcos (que não eram árabes) cortaram a milenar rota da seda que trazia para o ocidente as especiarias, o papel e a seda produzidos na China. Na busca do “caminho das Índias” os portugueses no final do século XV saíram ao mar e aí foi então, num desvio de rota, que o Brasil entrou na história.

Com o crescimento das cidades ao longo da Idade Média, pequenos comerciantes e provedores de serviços se agrupavam em determinadas ruas, que acabaram ganhando nomes como rua dos ferreiros, dos sapateiros, das fiandeiras, e de outros ofícios. Como no século passado, algumas ruas se tornavam chiques, como a Oscar Freire, em São Paulo. Mas foi no final do século XIX que as pessoas de bem circulavam pela rua do Ouvidor, no Rio – a rua ganhou até o título de uma revista que conheceu seu auge em 1892. Já na modernidade, surgiram as lojas de departamentos, sendo a mais conhecida delas as Galerias Lafayette no Boulevard Hausmann aberta em 1893. As galerias ocupam 10 andares e têm uma cúpula *art nouveau* espetacular. A loja foi um sucesso e inaugurou um novo modelo de comércio em todo o mundo. Em 1943 foi aberta a Harrods, em Londres, com cinco andares de departamentos. No Brasil, o Mappin, inaugurado em 1913 tinha 13 andares com as seções de perfumaria, moda masculina, moda feminina, moda infantil, cama mesa e banho, eletrodomésticos. A Mesbla, no Rio, havia se instalado um ano antes.

No dia 5 de outubro de 2020, uma segunda-feira, o Banco Central liberou o novo sistema de pagamento e de transferência de valores,

o Pix. Houve um congestionamento na internet, com usuários de banco se cadastrando para utilizar o novo processo, mesmo sabendo que ele iria começar apenas a partir de 16 de novembro deste 2020. O congestionamento foi um dos *trend topics* da internet naquela segunda-feira.

Esse fato expõe uma das tendências hoje na área financeira. Como no desenvolvimento das revoluções industriais anteriores, pode-se enumerar pelo menos quatro tendências que foram se somando: a) impacto sistêmico; b) amplitude; c) profundidade e d) velocidade.

Basta refletir como essas características ganham pesos diferentes com a adoção, pelas tecelagens, da máquina a vapor da 1a Revolução Industrial. Seu impacto sistêmico ficou restrito a um setor específico da produção. Sua amplitude e profundidade seguiram também essa restrição, e a velocidade foi razoavelmente lenta se comparada à corrida de mais de um milhão de usuários da internet para se cadastrar numa forma de pagamento ou transferência de valores.

Logo a seguir foram aparecendo aplicações para a máquina a vapor, como as locomotivas acionadas não pelas águas dos rios mas pela combustão de carvão e madeira. Depois, os navios e os canais de Suez ou Panamá encurtando distâncias. E já estávamos então na 2a Revolução Industrial, acrescida do telégrafo, cabos submarinos e novas invenções. O ritmo do impacto sistêmico, a amplitude e profundidade e a velocidade já estavam em um novo patamar, muito mais expressivo.

O que hoje é a velocidade com que as mudanças ocorrem faz com que os movimentos do passado pareçam ter ocorrido em câmera lenta. E por trás dessa veloz mudança está a expansão do comércio eletrônico.

Em 2019 já chamava a atenção o fato de as lojas de grife fecharem seus estabelecimentos de rua e migrarem para os *shopping cen-*

ter, transformando esses endereços numa espécie de *show-room* ou catálogo ou vitrine. O cliente ia até estes mostruários para ver e checar o acabamento e a feitura dos produtos. Mas acabava comprando por meio de aplicativos. Uma das poucas exceções era a Apple da 5a Avenida de Nova York que em dias de lançamentos exibe fila intermináveis de fãs do mundo inteiro que querem sentir o gostinho de ter seu novo gadgets adquirido como pão quente saindo do forno.

E o sistema de compras online só fez aumentar desde então. O e-commerce deve registrar R\$ 111 bilhões em 2020, segundo estudo sobre os impactos da Covid-19 no comportamento de consumo dos brasileiros e, conseqüentemente, no comércio eletrônico no Brasil, realizado pela Kearney, consultoria global de gestão estratégica.

O estudo foi divulgado em agosto e considera um cenário base. A cifra é 49% superior à registrada em o ano inteiro, de 2019, quando o mercado faturou R\$ 75 bilhões. Nos cenários conservador e otimista, as vendas totalizariam cerca de R\$ 103 bilhões e R\$ 120 bilhões, respectivamente.

Quando considerada a projeção para o período de 2020 a 2024, a análise indica que os novos hábitos de consumo podem trazer aproximadamente R\$ 69 bilhões em vendas adicionais ao e-commerce no país, na comparação com projeções anteriores à pandemia.

Com isso, o mercado deve crescer a uma taxa de 17,3% ao ano no período, chegando a aproximadamente R\$ 211 bilhões em 2024, novamente considerando o cenário macroeconômico base, segundo o estudo. No cenário otimista, o crescimento médio anual é de 20,7%, com vendas ultrapassando a marca dos R\$ 250 bilhões. Segundo reportagem publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Esteban Bowles, sócio da Kearney e um dos responsáveis pelo estudo, afirma que o comércio eletrônico, que já vinha crescendo no gosto do consumidor, consolida-se e chega a um novo patamar.

No entanto, Bowles observa que é preciso entender que não se trata de um movimento novo, apenas acelerado. “O mercado brasileiro de comércio eletrônico já vinha registrando índices de crescimento maiores que o do varejo tradicional há alguns anos”, afirma. “A pandemia veio acelerar essa tendência, particularmente para algumas categorias, como alimentos, que no passado tiveram uma adoção menor”.

Durante a pandemia de Covid-19 e o isolamento social de boa parte da população, este crescimento ganhou um impulso. Com boa parte do comércio tradicional com as portas fechadas, muitos setores vivenciaram o crescimento de suas vendas *online* nos primeiros dois meses de pandemia no Brasil. E isso fica claro quando se percebe o aumento do tráfego nos principais sites nacionais de comércio eletrônico entre os meses de fevereiro e maio deste ano, de acordo com a Kearney.

ALIMENTAÇÃO NO TOPO DO E-COMMERCE

No início da quarentena, quando as lojas ficaram fechadas, grandes varejistas como Lojas Americanas se beneficiaram pelo fato de terem registro também na categoria de supermercados, entrando na lista de lojas essenciais que podiam abrir com restrições de horário de funcionamento. Uma das top da chamada “linha branca” (geladeiras, fogões e eletrodomésticos), a Magazine Luiza abriu o leque transformando-se, de um entreposto entre fabricantes e atacadistas, em um mediador entre os fornecedores e o consumidor final, vendendo até

livros, exibidos nas inserções comerciais de programas de auditório patrocinados por ela, como o Domingão do Faustão.

A pesquisa da Kearney revela ainda que as categorias de alimentação, cuidados com pets, e beleza e cuidados pessoais serão aquelas com maior crescimento percentual: vendas 320% maiores em 2024, quando em 2019, apresentou R\$ 15 bilhões de faturamento.

Em números absolutos, o maior crescimento deve ser registrado na categoria de eletrônicos, com adição de R\$ 22 bilhões de vendas em relação ao nível registrado em 2019.

A tendência acelerada durante o isolamento deve se consolidar, segundo a análise da Kearney. A consultoria ouviu consumidores em todo o Brasil. Do total de entrevistados que utilizam estes aplicativos por causa da pandemia, 52% afirmam que devem continuar a usar os serviços com a mesma frequência. Outros 36% também continuarão, só que com menos frequência.

O óbvio ululante de Nelson Rodrigues ainda ressoa nesse texto. Não foi a pandemia da Covid-19 que inventou o comércio eletrônico, ele já estava embrionariamente no DNA da 3a Revolução Industrial e tinha todos os elementos para ser o novo modelo de transação. O que a pandemia fez foi dar um empurrão. Assim, essa quebra de paradigma teve sua amplitude, profundidade, impacto sistêmico e velocidade magnificados. Espera-se agora que se cumpram as previsões do pensador espanhol Marc Vidal: a de que caminhemos em rota segura para a sociedade 5.0, de igualdade de condições para todos. E não a visão distópica mostrada no filme *Elysium* (Neill Blomkamp, 2013).

Agora, em 2021, com a chegada do 5G para os smartphones esta quebra de paradigma ganhará um impacto ainda.



6

Carlos Costa

QUEBRA DE PARADIGMA DO AFETO.

A visão do homem
cordial na construção
identitária do brasileiro

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.193-200

Relevo de pedra do século 9 a.C. Rei Salmanaser III da Assíria apertando a mão de um babilônio.

Um dos protocolos de prevenção contra a Covid-19 é o distanciamento social, além do uso de máscara e da cuidadosa higienização das mãos com álcool gel. Como consequência, programas de auditórios ao vivo tradicionais na televisão brasileira foram suspensos, para evitar aglomerações e respeitar o isolamento social. Programas como o *Altas Horas*, capitaneado há vinte anos pelo apresentador Serginho Groisman passaram reprisar antigas apresentações.

Uma das primeira reprises foi um programa que ele havia dedicado a alguma efeméride da dupla Sandy e Junior, com mais de uma dezena de convidados e a plateia lotada de fãs. Toda a trajetória da dupla foi rememorada, com muitos cantores fazendo dueto com os homenageados. Ao encerrar um dos blocos, o apresentador cumprimentou a primeira fila dando beijinhos em pelo menos dezesseis artistas. Pensei imediatamente que esse lado afetivo é uma das marcas da brasilidade. A efusão de afeto com suas manifestações físicas de carinho com dois beijos na face (ou três para não morar com a sogra), além dos abraços e apertos de mão.

Esse afeto seria um dos traço com destaque na constituição da brasilidade, já abordados por Sérgio Buarque de Holanda em 1936 no livro *Raízes do Brasil*.

No convívio com outros povos, como o alemão ou o inglês, chama a atenção do brasileiro o que num primeiro momento pode ser percebido como frieza ou fleuma. Não há o toque, o efusivo aperto de mão, muito menos o abraço com os tapinhas nas costas. Os japoneses e os chineses usam uma reverência e abaixam a cabeça juntando as mãos, mas mantendo um distanciamento físico – e o toque é evitado. São culturas diferentes, mas que devem ser aceitas com respeito.

Durante o tempo em que trabalhei na Editora Abril tive a oportunidade de contato com jornalistas e executivos de duas publicações estrangeiras, da revista *Playboy* americana, e da editora francesa

Hachette (revista *Elle*). O criador e *Publisher* da versão brasileira da *Playboy*, Mario Escobar de Andrade, era um modelo de cortesia e todas as visitas dos executivos americanos eram encerradas com um jantar em sua casa, em geral um succulento “puchero”, ou cozido português, supervisionado pela professora Marta Grostein, mãe do hoje apresentador Luciano Huck. Os gringos saíam de alma lavada com o tom afetivo dessas reuniões de despedida com mais de 20 comensais.

A recíproca nunca foi verdadeira. Sobretudo com os franceses, o jantar de boas vindas, por exemplo, era em algum bar de celebrações com direito a um pouco de conversa entre não mais do que três pessoas. Como o Buddha Bar em Paris. Jamais estive na residência de algum executivo dessas casas editoriais, embora tenha hospedado uma filha adolescente que acompanhou o pai diretor de edições internacionais da *Playboy* numa de suas visitas de negócio. Também jamais fui convidado para a residência de um francês. Há uma rígida separação entre o profissional e o pessoal.

Tenho duas ressalvas a fazer. A primeira é sobre a expressão “distanciamento social”, que me soa mal, por implicar também o significado de diferenças de classes socioeconômicas. A segunda ressalva é sobre o aperto de mão.

O aperto de mão não é só uma troca de germes: transmite também vários significados, que variam conforme a cultura. O gesto firme é visto positivamente no Ocidente por mostrar determinação e vontade de concretizar algum negócio, enquanto no Oriente Médio ou na Ásia os moradores preferem que ele seja fraco para eliminar o significado de poder.

Independentemente da cultura, o ato sempre vai gerar alguma impressão. O aperto de mão existe há pelo menos três mil anos. Ele foi documentado na Antiguidade, em alguns vasos gregos que retratam o gesto. Mas os gregos daquela época, por acreditarem que

as doenças estavam relacionadas ao equilíbrio de humor no corpo e representavam punição divina, nunca relacionaram essa saudação às enfermidades.

Outra ressalva. O escritor mineiro José Murilo de Carvalho, em uma entrevista publicada por mim na revista *Diálogos&Debates* em março de 2006, pontua que não há um modelo de “brasileiro”, como não há um Brasil único, mas diversos brasis.

As manifestações de afeto de um gaúcho podem ser muito distintas das adotadas por um potiguar, até pelo fato de os Rios Grandes serem um do sul e outro do norte. O goiano terá expressões de afeto com peculiaridades que diferem das manifestações de um catarinense. O que dá oportunidade de matizar a reflexão de Sérgio Buarque de Holanda. Esse não é o espaço para essa discussão, no entanto, a contribuição do “homem cordial” na formação do Brasil é uma das principais chaves interpretativas do nosso país.

Houve um movimento reflexivo importante nas décadas de 1920 e 1930 rumo a uma maior compreensão da nossa formação identitária. Foi nesse período que ocorreu a Semana de Arte moderna de 1922, agregando pensadores e pesquisadores como Mario de Andrade e Oswald de Andrade, pintores com Tarsila do Amaral e músicos como Heitor Villa-Lobos.

Paralelamente, houve em Pernambuco o hoje conhecido movimento regionalista destacando alguns trabalhos considerados fundadores como *Casa grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) de Gilberto Freyre. Apesar da crítica apontar hoje uma certa idealização do brasileiro nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre – com a paz e a harmonia reinando entre a casa grande e a senzala –, a contribuição dos dois foi fundadora na visão que o brasileiro construiu de si mesmo. Muito embora o “homem cordial” se

referisse muito mais ao patrimonialismo latente em nossa gente desde o nosso tempo da Colônia, do que o “cordial” como o “homem bom”.

O século XIX traz para o cenário a multidão. Consequência direta da 1ª Revolução Industrial, a migração da população do campo para as cidades faz surgir a figura do estrangeiro. O poeta Charles Baudelaire é o primeiro a perceber que o transeunte desconhecido nas ruas de Paris encantado.

Isto faz lembrar uma das crônicas semanais publicadas escritor Nelson Padrella no jornal *A gazeta do povo*, de Curitiba. O estrangeiro chega ao povoado e chama a atenção de toda a população. Afinal nenhum dos moradores o havia visto antes. Curiosos anotam o que para eles é uma excentricidade. O estranho cultiva hábitos desconhecidos. Uma manhã o forasteiro é surpreendido com a boca cheia de espuma. Causou espanto, seria um cachorro louco? Acabou sendo linchado pela população que não conhecia o hábito de escovar os dentes.

Em seu livro *Massa e Poder*⁴⁵, Elias Canetti diz que somente na massa o homem se liberta do medo de ser tocado pelo que não conhece, pelo estranho, pelo que imagina que possa violar sua intimidade e seu corpo. O homem moderno tem medo do outro, mas quando ele se funde em uma comunidade, encontra proteção – o que faz lembrar a teoria das hordas de Freud. É lá que ele encontra o anonimato. Se o projeto da modernidade deu ao homem da multidão liberdade, independência e autonomia, por outro lado, enfraqueceu o sentido da vida coletiva.

A multidão perdeu a aura da modernidade e ganhou o *status* de inimigo público número 1 a ser evitado. A proximidade dos corpos, em tantas situações de euforia, faz parte agora do execrável. A comemoração pelo gol decisivo da partida final do campeonato, com os corpos se abraçando em saltos de alegria, será uma lembrança do passado.

45 CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

Os blocos carnavalescos que vinham se multiplicando em diversas capitais tradicionalmente não associadas ao tríduo momesco entraram em um beco sem saída. Em São Paulo onde os blocos subiram de 100 para 500, entupindo avenidas como Berrini, a 23 de maio e o tradicional Largo da Batata, foram suspeitos de criarem as condições para a disseminação da Covid-19.

Haverá futuro para eles?

Temos que nos defender, fugir e não participar desses movimentos. Proteger e evitar a aglomeração, o contato com outros corpos. Fugir e escapar para não ser eventualmente mordido pelo cão raivoso que os moradores da pequena vila da crônica escrita por Nelson Padrella viram no forasteiro que espantara a todos pela espuma do dentifício.

A quebra do paradigma do afeto afeta. Sentimos falta do contato e da troca de energia de abraços, do aperto de mão, e de todos os significados que esses gestos nos trazem. O afago nos recupera do afastamento do anonimato. Mas são medidas necessárias, mesmo que apaguem o simbolismo do homem cordial.

A SURPRESA DO ENCONTRO COM HORA MARCADA

Não visito meus familiares em Londrina, no Paraná, desde fevereiro. Nesses oito meses temos conversando com alguma regularidade por WhatsApp com narrativas sobre os acontecimentos do cotidiano, como aniversários geralmente comemorados à distância e poucas visitas de netos. Cantei *Parabéns* para celebrar os 72 anos de minha irmã sem aquele tom de superprodução que vejo em aplicativos e plataformas de mídias sociais.

Vejo minha irmã na tela, mas essa experiência nada tem a ver com um encontro pessoal. Por leitura, sei de grupos de casais que combinam jantares elegantes com cardápios estilo “samba exaltação”, menus de degustação regados a vinhos top de lista. Certamente estes grupos também sentirão a falta da “presença”, pois a imagem da tela é uma espécie de simulacro também. Me faz lembrar de um poema do José Antonio Arantes, um colega dos tempos da revisão da Editora Abril: a supressa do encontro com hora marcada. Pois o afeto implica o contato, a carícia, o abraço e a real surpresa de encontrar alguém não conhecido, o que ocorre apenas em encontros casuais. Num encontro com hora marcada o elemento surpresa cria a ruptura desejada como recurso pelo poeta, justamente por sabermos de antemão quem serão os comensais e qual será o cardápio.

Para terminar essa reflexão, uso uma consideração realizada pelo palestrante Leandro Karnal, em 8 de junho de 2020, no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Abraço é uma das principais manifestações de afeto entre brasileiros.

Numa sociedade regida pelo contato corporal como a nossa, a impossibilidade de encontros e abraços carinhosos se soma às muitas dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus. Em *live* organizada pelo *Media Lab Estadão*, o historiador Leandro Karnal, colunista do *Estadão*, conversou com a jornalista Rita Lisauskas sobre as lições desse período de afastamento obrigatório.

Karnal colocou em perspectiva as diferenças de povos e culturas nas demonstrações de afeto. Se no Brasil educamos nossas crianças com beijos e abraços, na China as pessoas se inclinam e aproximam as palmas das mãos, em gestos típicos do budismo e do hinduísmo. “Nós brasileiros, até pela ancestralidade indígena e africana, somos muito corporais”, comparou. “Quando a ONU e a OMS estabeleceram

os 2 metros de distância entre as pessoas, a Suíça protestou, dizendo que estavam obrigando a uma intimidade que nunca tinham tido antes”, brincou Karnal.

A pandemia não teve o poder de arrefecer o aumento quase generalizado de homicídios no nosso país cordial. Só no primeiro semestre do ano de 2020 houve um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Um quadro terrível, mas pior é o avanço do feminicídio, que cresceu 22,2% entre abril e maio de 2020, comparado com o mesmo bimestre de 2019. São dois índices apenas mas mostram o quanto nosso país vive um estado de descontrole.

Ouçõ com frequência de pessoas, palestrantes e influenciadores, que sairemos dessa muito melhores do que entramos. Até que seria bom mas não é o que a realidade mostra. Basta pensar nas queimadas recordes da Amazônia, do Pantanal arrasado, da seca de lagos e do Rio Paraguai, notícias e imagens com que somos bombardeados todas as noites nos noticiários da televisão. Sem falar em dois governadores afastados em processo de *impeachment* por malversação de verbas públicas para o combate da pandemia. E o que dizer da bizarria de um senador flagrado com mais de 37 mil reais escondidos em sua cueca. E, digamos, são apenas dois governadores, porque, se a régua fosse aplicada corretamente nivelando com outros governadores e secretários de Estado, a situação seria ainda mais constrangedora.

Resta torcer para que alguns jovens estudiosos e pesquisadores estejam elaborando novas teorias identitárias, porque o homem cordial já não dá conta do recado.



Kleidung wider den Tod zu Rom. Anno 1656.
Also gehen die Doctores Medici dahin zu Rom, wann sie die andte Pest erkrankte be-
sorgen, suchen sie zu curiren und fragen, sich wider den Gift zu sichern, ein langes Kleid von ge-
wartem Tuch ihu Angeficht ist urlarvt, su den Augen haben sie grosse Crystalline Brillen wider
Nasmenen langen Schnabel voll wolriechender Specerey, in der Hande welche mit Hand schuhert
wol verichen ist, ane lange Kütche und darmit deuten sie was man thun, und gebrauchet soll.



Kleidung wider den Tod zu Rom. Anno 1656.
Also gehen die Doctores Medici dahin zu Rom, wann sie die andte Pest erkrankte be-
sorgen, suchen sie zu curiren und fragen, sich wider den Gift zu sichern, ein langes Kleid von ge-
wartem Tuch ihu Angeficht ist urlarvt, su den Augen haben sie grosse Crystalline Brillen wider
Nasmenen langen Schnabel voll wolriechender Specerey, in der Hande welche mit Hand schuhert
wol verichen ist, ane lange Kütche und darmit deuten sie was man thun, und gebrauchet soll.



7

Sandra Duarte

ASCENSÃO DO *HOME CARE*. Os cuidados de saúde realizados em casa

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.201-209

Paulus Fürst. Gravura em cobre do Dr. Schnabel. Um médico da
peste na Roma do século XVII. Cerca de 1656.

A pandemia de coronavírus que se instaurou em 2020 no mundo todo, gerou uma demanda cada vez maior de *Home Care* no Brasil. Além disso, muitas pessoas deixaram de se consultar nas clínicas e hospitais e migraram para o atendimento médico através da consulta digital, em busca de tratamento para os problemas de saúde que apresentavam ou para obter os cuidados necessários em função de comorbidades que surgiram nesse período.

Mas qual é o conceito de *Home Care* ou Assistência Domiciliar? Trata-se de uma modalidade de prestação de serviços, que visa o tratamento domiciliar de um problema de saúde. Esse cuidado abrange a mesma qualidade que os serviços realizados em hospital. Dentro das suas limitações, pois não é possível realizar exames no âmbito domiciliar, ou dar sequência em tratamentos com a utilização de equipamentos específicos, como por exemplo, aqueles que necessitam do uso de alta tecnologia como recurso.

O atendimento domiciliar, ou *Home Care*, é recomendado na maioria das vezes para pacientes crônicos ou com dificuldade de locomoção, pois podem receber em casa o tratamento de médicos especializados, fisioterapeutas, nutricionistas e outros.

Diante da pandemia que se expandiu pelo mundo neste ano, em função da doença Covid-19, o atendimento domiciliar ganhou mais abrangência, mas agora com outro foco, com a utilização de consulta digital ou telemedicina. Para evitar riscos de contaminação, as pessoas começaram a recorrer a essa modalidade de atendimento médico e perceberam que há um ganho com essa prática.

Primeiro é realizado o atendimento de forma virtual, e em muitos casos essa etapa soluciona muitas questões de saúde. Esse crivo inicial é de extrema importância para minimizar a ida ao hospital, que deve ser utilizado como recurso se o caso for grave, onde o atendimento hospitalar for realmente necessário. Isso reduz custos com exames

no sistema de saúde, evita contágios de outras doenças e libera os hospitais exclusivamente para quem necessita.

A Anvisa regulamentou a prestação deste serviço, que é regulada pela resolução normativa 428 de 07/11/2017 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. Essa normativa estabelece que, caso a operadora de saúde ofereça a internação domiciliar em substituição à internação hospitalar, com ou sem previsão contratual, deverá obedecer às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e ao previsto nas alíneas “c”, “d”, “e” e “g” do inciso II do artigo 12 da lei 9.656/98 (Lei dos Planos de Saúde).

Em função da regulamentação em torno do *Home Care* ser recente, muitas operadoras estão adaptando os planos de saúde para incorporar essa modalidade dentro do cardápio de serviços que oferecem aos clientes.

Como qualquer serviço, o *Home Care* também concentra vantagens e desvantagens, conforme consta a seguir:

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Visitas acessíveis a qualquer momento, que são de grande importância para auxiliar na motivação do paciente em se recuperar cada vez mais rápido	Atendimento de urgência, pois pode surgir agravamento do quadro clínico e não dá para prever se o atendimento será executado no prazo necessário
Psicologicamente o corpo e cérebro se adaptam melhor ao ambiente familiar	Custo alto para a realização de tratamento e medicação
Isonção do Imposto de Renda, benefício concedido pelo governo para aposentados com doenças graves	Restrições dos planos de saúde para cobrir essa modalidade
Programa do governo "Melhor em Casa" que concede atendimento domiciliar para quem não pode arcar com o serviço privado	Encontrar profissionais que ofereçam atendimento de confiança
Menor risco de infecção	Perda da privacidade domiciliar

Para atuar na área de *Home Care* é preciso ser profissional da saúde, pode ser enfermeiro(a), médico(a), nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo(a), fonoaudiólogo(a), técnico(a) de enfermagem ou terapeuta ocupacional. O profissional que atua nessa área coordena os cuidados ao paciente, além de promover a humanização ao tratamento, que

é mais acolhedor no domicílio do que no âmbito hospitalar. Portanto, é importante que esses dois fatores estejam associados, ou seja, atenção ao paciente e assistência adequada no tratamento da doença, com os cuidados necessários de acordo com cada patologia.

Por todos esses fatores, é extremamente importante que os profissionais busquem sempre aprimorar a sua formação. Realizar cursos extracurriculares, especializações e pós graduação, são de grande valia para atuar nesse mercado, que cresceu muito nos últimos anos e está cada vez mais competitivo. Além do que, o aprimoramento na carreira, faz com que o profissional esteja preparado para enfrentar situações adversas, onde não será possível contar com um corpo clínico de plantão para auxiliar nas emergências.

Em muitas situações, os pacientes ficam deprimidos em função da condição física ou piora no quadro clínico. Nesses momentos, o profissional de saúde deve estar preparado para lidar com esses sentimentos e buscar o equilíbrio, confiança e serenidade, que são importantes na reabilitação dos pacientes.

Na hora de contratar um profissional para atuar nessa função, as pessoas devem prestar atenção nesses fatores:

- No caso de contratação autônoma, o profissional avaliado tem formação na área da saúde e foi recomendado por alguém de confiança?
- Se a contratação for de uma empresa, trata-se de uma instituição idônea e com recomendação?
- Se optar por uma empresa, é importante que tenha ampla opções de serviços, caso seja necessário agregar cuidados específicos com o passar do tempo.
- O valor cobrado está dentro do custo praticado no mercado?

- Empatia é fator decisivo entre paciente e profissional contratado, para que a convivência seja agradável e, por consequência, sejam atingidos bons resultados no quadro clínico do paciente.

O *Home Care* tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Brasil teve crescimento de 38% do número de empresas nos últimos dois anos.

Um dos fatores mais importantes na escolha por essa modalidade de cuidado é o custo-benefício. Quando o paciente não tem convênio médico, ou quando recebeu alta do hospital e ainda precisa de cuidados e acompanhamento no tratamento, o atendimento domiciliar é a melhor alternativa a ser adotada. Tendo em vista que o custo para manter as pessoas hospitalizadas é alto, e em determinados casos, é possível propiciar aos pacientes a continuidade do tratamento em casa.

Outros fatores estão associados com o crescimento desse mercado, o aumento na expectativa de vida da população, que hoje gira em torno de 75 anos (de acordo com dados do IBGE) e o crescimento no número de doenças, influenciaram a alta do serviço no mercado brasileiro.

Outra questão importante a destacar, é que o *Home Care* é uma ampliação do conceito de médico da família, muito usual no passado e que vem sendo retomado pelo colapso no sistema de saúde, além dos altos custos para realizar tratamento médico.

Junto com esse movimento todo, empresas que incluem em sua rede, hospitais, laboratórios e consultoria de saúde, se movimentaram para oferecer ao mercado uma coordenação de cuidados em saúde primária, secundária e terciária. Com um sistema integrado e mais abrangente, esse monitoramento de cuidado médico, acompanha os

pacientes em todos os momentos da sua vida, resgatando o conceito de médico da família, para prevenir o agravamento de doenças e tratar de questões mais graves, afim de melhorar a vida das pessoas e reduzir o número de vezes que os pacientes vão aos hospitais.

Do ponto de vista social, esse grande ecossistema tem como propósito a possibilidade de mudar a saúde no país e tornar o acesso aos planos de saúde mais abrangentes. O objetivo é atuar no cuidado ao paciente, inicialmente à distância, através da gestão virtual. Em um segundo momento, direcionar os casos mais críticos para realizar um diagnóstico mais detalhado e o tratamento presencial.

Dentro dessa cadeia, os atendimentos são classificados em:

Atenção Primária: médico da família que vai acompanhar os pacientes em todos os momentos da sua vida.

Atenção Secundária: tratamento através de médico especializado em função de uma doença e ou comorbidades mais graves que o paciente desenvolve.

Atenção Terciária: atendimento de alta complexidade, sendo que o Pronto-Socorro é considerada a porta de entrada dos pacientes.

Esse novo ciclo requer uma mudança de paradigma, pois culturalmente as pessoas tendem em partir direto para o atendimento via Pronto-Socorro, sempre que apresentam algum problema de saúde. E esse recurso, por ser muito caro, deveria ser o último na cadeia de atendimento médico.

A pandemia de Covid-19 mostrou para as pessoas que é possível adotar uma postura diferente em relação ao tratamento de saúde. Trouxe mais consciência para aqueles que procuravam os hospitais em qualquer sintoma existente, para mostrar que nem sempre precisamos ir para um Pronto-Socorro de imediato.

Em muitos casos, a consulta e o tratamento podem ser administrados através de atendimento digital, e em um segundo momento recorrer ao tratamento *Home Care*, que deve ser intensificado e melhorado cada vez mais. E por último, o hospital deve ser considerado para o tratamento de saúde.

No âmbito federal, em 2019 o governo instituiu a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), após 30 anos de existência do SUS, a secretaria tem como propósito qualificar a atenção primária para ofertar atendimento de saúde familiar em todo o ciclo de vida das pessoas: infantil, adolescência, fase adulta e melhor idade. O papel fundamental é efetuar o diagnóstico o mais rápido possível, fazer a coordenação do cuidado para acompanhar o paciente, mesmo quando o paciente transitar pelo hospital.

Dentro dos atributos da atenção primária, estão os cuidados com orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural, como forma de garantir bem-estar físico, mental e social ao indivíduo.

Todas essas formas de oferecer atendimento médico para as pessoas, são importantes para ampliar o cuidado com a saúde para aqueles que não têm recursos para arcar com os custos do sistema privado, e também porque a pandemia nos mostrou claramente que estamos à beira de um colapso no sistema de saúde do país.

No passado, convivemos com outras sobrecargas de demandas no sistema de saúde, como a epidemia de dengue por exemplo, mas nesses casos a situação de contaminação era concentrada em algumas regiões, agora a realidade é outra. A pandemia tomou conta do mundo, ocasionando milhões de casos de contaminação e milhares de mortes.

O sistema de saúde já funcionava no limite antes da pandemia, agora a situação se agravou com todo o caos instaurado no mundo.

As pessoas se sentiram obrigadas a evitar os hospitais, para se protegerem desse vírus, que ainda apresenta comportamento inédito em relação ao contágio e sintomas.

No caso da saúde pública, o histórico de baixo investimento que acompanhamos ao longo de décadas, agrava a situação por si só. Este ano, esse fator se soma com a pandemia de coronavírus, dificultando ainda mais o acesso para aqueles que mais necessitam de cuidados médicos.

É possível que no futuro enfrentaremos outras epidemias, como já vivenciamos no passado os surtos de sarampo e febre amarela. O problema é que essas experiências do passado, não prepararam o sistema de saúde público, e nem mesmo o privado, para enfrentar novas situações epidemiológicas. A impressão que temos, é que nunca estaremos preparados para enfrentar o pior, e isso ficou muito mais evidente agora com todas as reviravoltas que acompanhamos sobre a Covid-19, mostrando que o sistema de saúde pode entrar em colapso a qualquer momento, pois a capacidade hospitalar não suporta alta demanda de pacientes por muito tempo.

Diante desse fator, temos a certeza de que o *Home Care* e o atendimento através de consulta virtual, serão cada vez mais necessários para cuidar dos doentes e reservar os hospitais para os casos críticos.

Se todas as pessoas, ou o maior número de pessoas possíveis tivesse consciência coletiva, estaríamos vivenciando uma situação mais controlada no momento. É evidente que é papel do governo prover saúde e bem-estar para todos, mas sabemos que essa não é a realidade do Brasil, então não seria mais coerente se grande parte da população fizesse o seu papel pelo bem do coletivo? Com certeza, esse seria o caminho menos dolorido para enfrentarmos todos os problemas de saúde que ainda estão por vir.

Sem contar que o mundo caminha para uma transformação digital que nos coloca cada vez mais em contato com soluções que facilitam a nossa vida. Então por que não darmos a chance de utilizar esses recursos para tratar da nossa saúde? A inovação significa preservar vidas, portanto, todas as soluções e recursos que vierem para poupar vidas são muito importantes para o bem-estar da população, e devem ser levados em consideração por todos nós.

REFERÊNCIAS

ANS – <https://www.ans.gov.br/> APS - <https://aps.saude.gov.br/>

Prospera Consultoria - <https://www.prosperabr.com/opinio/planos-de-saude-com-assistencia-domiciliar>

Portal Migalhas - <https://www.migalhas.com.br/depeso/272374/home-care-significado-vantagens-e-previsao-legal>

Pronto Care Home Care - <https://prontocare.com.br>

Prefeitura de São Paulo - <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/nupes/index.php?p=12923>

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/saude_do_servidor/manual_de_saude_do_servidor/index.php?p=15359

CEEN Centro de Estudos - <https://www.ceen.com.br/os-6-maiores-desafios-que-a-saude-publica-do-brasil-vem-enfrentando/>

Imperial Home Care - <https://www.imperialhomecare.com.br/5-dicas-para-contratar-um-servico-de-home-care-e-humanizar-o-tratamento-ou-internacao-domiciliar/5/>

Mundo do Marketing - <https://www.mundodomarketing.com.br/noticias-corporativas/conteudo/200360/o-home-care-e-a-modalidade-de-saude-em-crescimento-no-brasil>

Mirian Gasparin - <https://miriangasparin.com.br/2020/02/mercado-de-home-care-deve-continuar-crescendo/>

JRS Comunicação - <https://jrs.digital/2020/07/30/home-doctor-investe-em-tecnologia-para-atendimentos-de-saude-domiciliares/>

IBGE - <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=expectativa%20de>



8

Alessandra Silva Vasconcelos

SUSTENTABILIDADE.

A insustentabilidade
escancarada

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.210-223

Frontispício da edição d; El catalejo aristotélico.

Sustentabilidade. Nunca se ouviu tanto esta palavra. Precisamos ser sustentáveis. O mundo precisa olhar para a sustentabilidade de seus recursos. Os negócios precisam ser sustentáveis. Sustentabilidade na produção, nas relações humanas, no consumo. Capitalismo Consciente. Desenvolvimento Sustentável.

Mas de fato, o que é sustentabilidade? Para Leonardo Boff, autor do livro *Sustentabilidade: O que é, o que não é*, a sustentabilidade fundamentalmente significa o conjunto de processos e ações que se destinam a manter a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas, o atendimento das necessidades das gerações presente e futuras e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

A definição parece complexa. Mas, na prática e simplificando, sustentabilidade é manter um saldo positivo ou ao menos um equilíbrio entre as necessidades humanas (o que se consome) e a preservação de recursos. É quebrar paradigmas e encontrar um novo caminho de fazer o que fazemos, preservando a biodiversidade e a dignidade humana, para o bem comum, de toda a humanidade.

No último século, a indústria deu o tom à sociedade. Capitalismo, produção em massa, concorrência, maximização do lucro, cultura do consumo, da acumulação e do descarte, tecnologia a serviço de tudo isso e uso dos recursos naturais como se não houvesse amanhã. Globalização, crescimento do comércio, viagens, maior densidade populacional, deslocamento humano, desmatamento. Tudo é mercadoria na voracidade do capitalismo, na dinâmica do crescimento infinito.

Mas os limites do planeta e a crescente desigualdade social já eram uma preocupação em meados de 1970, quando a ONU começou a liderar as discussões sobre o tema, organizando as primeiras conferências mundiais sobre o homem e o meio ambiente. O Relatório Brundland, de 1987, apresenta a ideia de futuro comum e a definição

de desenvolvimento sustentável, como aquele “que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Na Rio 92, conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, foi produzida a Agenda 21, que cunha o termo “desenvolvimento sustentável” e direciona os esforços de países e empresas para o movimento de cooperação para a conservação, proteção e restauração dos ecossistemas do planeta.

A “Carta de Terra”, publicada no ano 2000 e resultado do trabalho de uma comissão independente de representantes de muitas entidades, classes e países, apresenta os riscos que pesam sobre a humanidade diante da exploração desmedida dos recursos naturais, das desigualdades e dos conflitos sociais. A Carta da Terra é um chamamento para que tenhamos a consciência da responsabilidade universal, da interdependência global e para a construção de uma comunidade global sustentável. Um convite para um novo paradigma.

As discussões continuaram na Rio+5, realizada novamente no Rio de Janeiro em 1997, e depois em Joanesburgo em 2002, com evoluções discretas e ressaltando que o capital ainda dominava o interesse dos governos e grandes corporações. Na Rio+20, em 2012, em que se discute o agravamento da crise climática associada à crise econômica iniciada em 2007, as discussões giram em torno de sustentabilidade, economia verde e governança global do ambiente.

E como parte da evolução dessas discussões e compromissos globais pela sustentabilidade, a Assembleia Geral das Nações Unidas publicou em 2015 os 17 ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), resultado de um trabalho colaborativo com os governos dos países membros, a sociedade civil global e o setor privado para a Agenda 2030. São 169 objetivos audaciosos para temas urgentes como a erradicação da pobreza e da fome, promoção de saúde e edu-

cação, igualdade de gênero, acesso a água e energia limpa, trabalho decente, redução de desigualdades, consumo consciente, preservação ambiental e governança. Este documento deveria então funcionar como um direcionador das políticas públicas e empresariais para o alcance dos objetivos em 2030.

As conferências globais da ONU possibilitaram que, ao longo das últimas décadas, crescessem as discussões, os acordos, os movimentos em função da preservação dos recursos ambientais e da redução de desigualdades sociais. Governos, empresas e sociedade passaram a olhar progressivamente com mais cuidado para estes temas. Causas como economia verde, justiça social e governança passaram a fazer parte da dinâmica da política, das empresas e da sociedade civil.

Mas a reflexão que precisamos fazer, já bem colocada por Leonardo Boff, é que há uma contradição na expressão “desenvolvimento sustentável”, pois desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas distintas. “Desenvolvimento” vem do campo da política econômica, tem o olhar capitalista de produção para o lucro, privilegia o indivíduo e a competição. Sustentabilidade vem do campo da biologia e da ecologia e compreende o equilíbrio dinâmico e interdependente existente entre as várias partes de um ecossistema e privilegia o coletivo e a cooperação. São conceitos que se repelem, mas, que de qualquer modo, a expressão está cada dia mais presente nas narrativas dos governos, empresas, ambientalistas, e também pela mídia.

No ritmo de exploração de recursos naturais e produção acelerada que seguimos nos últimos 50 anos, em 1980 já utilizávamos 100% da capacidade da Terra para atender as demandas humanas. Em 2005 já estaríamos utilizando 145% de sua capacidade. O número subiu para 170% em 2011, e nessa crescente, precisaremos de três planetas Terra para suprir as necessidades humanas em 2030. Já entramos no “cheque especial”.

Segundo o Relatório Global de Riscos 2020, emitido pelo Fórum Econômico Mundial, o aquecimento climático seria o risco de maior atenção para o mundo a curto e longo prazo e uma pandemia nem aparece no ranking de probabilidades para 2020. Entretanto, doenças infecciosas estavam entre os principais riscos por gravidade de impacto. E o relatório ainda reforça que nenhum país estaria totalmente preparado para enfrentar uma pandemia ou mesmo uma epidemia.

Vale pontuar que existe uma interconexão entre todos os riscos globais. Riscos ambientais, econômicos, geopolíticos, sociais e tecnológicos estão todos de algum modo conectados. Um risco impacta em maior ou menor proporção o outro. O que demonstra que todas as questões ambientais, sociais e de governança fazem parte de um único ecos- sistema, profundamente interligado.

O aquecimento global é uma ameaça principalmente para a população dos países mais pobres. Apesar de 3,4 bilhões dos mais pobres (50% da população) responder por apenas 7% das emissões de gases de efeito estufa e 500 milhões dos mais ricos (7% da população) ser responsável por 50% das emissões responsáveis pelo aquecimento global, especialistas já falam em um “apartheid climático”, que pode impactar os mais vulneráveis e levar mais de 120 milhões de pessoas para a pobreza até 2030, com situações de insegurança alimentar, redução de renda e das condições de saúde. Um paradoxo que agrava as crises sociais.

O tema da sustentabilidade, da preservação ambiental e da justiça social passou a se incorporar ao nosso cotidiano de forma lenta. As redes sociais digitais colaboraram para que questões ligadas à sustentabilidade fossem mais difundidas, mas, ainda assim, o entendimento e a compressão de sua urgência ainda se limitam a grupos ambientalistas e a movimentos ligados à causa.

Na prática, a sociedade associa sustentabilidade a uma pequena parte do que ela realmente significa – reciclar, reutilizar, reduzir. Da reciclagem do lixo, a sacola do supermercado, ao canudo de papel e lacre de alumínio das latinhas, as pessoas aos poucos vão começando a associar que tudo isso gera algum impacto no mundo.

Mas esse entendimento, na minha percepção, ainda é embrionário, especialmente se falarmos de realidades distantes das grandes cidades. Falar de aquecimento global para um indivíduo que precisa andar quilômetros diariamente para buscar água ou para ir à escola, em condições extremas de pobreza e que seu principal objetivo é sobreviver é um tanto utópico.

Um mundo mais sustentável é visto como um problema das futuras gerações, para um futuro longínquo. E, embora muitos eventos como tsunamis, terremotos, inundações, tufões e seca evidenciam o tamanho do problema, ainda há muito ceticismo sobre o aquecimento climático.

Mas então o improvável acontece. Uma pandemia nos mostra que o futuro não está tão longe assim. Que o sistema de produção capitalista está intimamente ligado à sociedade e que os riscos associados ao sistema podem se propagar rapidamente por todo o planeta. Que estamos de fato vulneráveis a grandes fenômenos que podem inviabilizar a existência humana na Terra. Um fenômeno com altíssimo poder de penetração global alerta que toda a evolução das últimas décadas tem limites. Limites de exploração dos recursos naturais, de emissão de gases na atmosfera, de acumulação ilimitada, de concentração de riquezas, de individualismo. Limites que se ultrapassados podem culminar em grandes catástrofes sociais e ambientais.

Mais de um milhão de vidas perdidas, retração da economia global, agravamento do desemprego, da fome, das crises sociais. Estamos todos interconectados, e não apenas no ambiente digital.

Nada conseguiu mostrar com mais força a unidade do mundo do que a pandemia de Covid-19. Uma crise ambiental que desencadeou crises sanitária, humanitária e econômica em todo o planeta. Um vírus que surgiu numa cidade da China (Wuhan), se espalhou por todos os continentes e literalmente parou o mundo. Países em quarentena, pessoas trancadas em suas casas, milhares de mortos a cada dia, economias devastadas, negócios severamente impactados, agravamento da fome, da miséria, do desemprego e a desigualdade social escancarada.

O problema das gerações futuras agora é o meu. Independentemente da minha condição social e econômica. A realidade chegou na minha porta e não me deixa sair. A Terra parou. E a canção de Raul Seixas funciona como trilha sonora. Parecia um sonho, mas era realidade. Ninguém saía de casa, como se todo o planeta tivesse combinado. É o planeta dizendo que não dá mais. O homem não está mais no controle. O homem é vulnerável e frágil. A Terra é soberana. E somos todos interdependentes, interconectados, fazemos parte de um mesmo ecossistema. O mundo suplica por uma mudança de paradigma em meio a um cenário quase que apocalíptico.

O coronavírus representa um marco na história contemporânea. Mudanças profundas estão acontecendo nas relações sociais, na economia, na política, nos modelos de negócios, na cultura, nos valores e hábitos da sociedade e em sua relação com o espaço público.

A pandemia é um acelerador de mudanças. Um catalisador das transformações que já estavam a caminho. Mudanças que poderiam levar décadas, como a digitalização dos negócios, a educação à distância, a implementação do trabalho remoto e a telemedicina, precisaram acontecer em meses, como condição para a mínima continuidade da rotina das pessoas e para a sobrevivência dos negócios.

E AS EMPRESAS COM ISSO?

As discussões sobre mudanças climáticas passaram do ambiente científico, dos grupos ambientalistas para as discussões de grandes lideranças de governo e empresariais. Diante de fenômenos climáticos cada vez mais impactantes, tornam-se evidentes os impactos ambientais na economia, na política e nos negócios.

A crise generalizada de desconfiança em instituições antes consideradas sólidas como governos, imprensa, igrejas, entre outras, além da incapacidade dos governos de equalizar recursos e serviços públicos, abrem espaço para que as organizações privadas atuem como catalisadoras de mudança e agentes de transformação.

Além disso, dos 200 maiores PIBs do mundo, se associarmos o PIB às receitas, 154 são empresas e não países. Isso reforça o potencial de impacto das organizações, tanto positivos quanto negativos. Empresas representam grande potencial no atingimento das metas, não apenas pela questão de competitividade e atratividade quanto por sua capacidade de gestão de longo prazo, o que não acontece nos governos, que alteram suas políticas a cada mudança de gestão.

O compromisso pelo desenvolvimento sustentável passou a ser atribuído não apenas aos Estados, mas também às grandes corporações. Há pelo menos três décadas a sociedade passou a demandar das empresas compromissos que vão além do lucro. Para as novas gerações, com personalidade ativista (geração Z e Millenials) estes compromissos são ainda mais fundamentais.

E as organizações, pressionadas pela sociedade e pelos grandes investidores globais, que entendem a gestão da sustentabilidade como condição para investimento, encontraram nas estratégias ESG (Environment, Social, Governance) uma forma de ga-

nhar vantagem competitiva, conquistar admiração dos investidores e consumidores, ganhar valor de mercado e conquistar a sustentabilidade de seus negócios.

Larry Fink, presidente da Black Rock, um dos maiores fundos de investimentos do mundo, em sua carta aberta ao mercado, afirmou em janeiro de 2020, portanto, antes da pandemia, que estariam dispostos a desinvestir de negócios que não tivessem sólidos compromissos na gestão da sustentabilidade em suas estratégias de negócios. No mesmo mês, acontecia em Davos o Fórum Econômico Mundial, onde foi cunhado o termo “capitalismo de stakeholder”, que compreende um ambiente de negócios com olhar para os interesses de todos os públicos, e não apenas para os investidores e acionistas, colocando o propósito das empresas à frente do lucro. A necessidade da geração de valor para toda a sociedade, um valor que transcende os negócios. Um chamamento na comunidade de investidores para um mundo coeso e sustentável.

Novas narrativas do capitalismo para a sustentabilidade de seus negócios. Sinais de que a busca apenas pelo lucro está com os dias contados. Nada mais justo que as grandes indústrias e o setor empresarial, exploradores de recursos, assumam um compromisso real com a sustentabilidade. E especialmente considerando que são as responsáveis pela grande parcela do estrago ambiental que pode levar a Terra ao colapso.

As empresas, especialmente as de capital aberto, já estavam se mobilizando há mais de uma década em estratégias e planos de sustentabilidade para atender aos ODSs, associando seus objetivos corporativos aos objetivos globais de sustentabilidade. Afinal, indicadores de sustentabilidade também passaram a ser valor tangível para os negócios. A área de sustentabilidade corporativa ganha posições executivas nas empresas, com a intenção de liderar este projeto e alinhar estes compromissos aos objetivos estratégicos.

A pandemia funcionou como um acelerador destes compromissos. E fez com que organizações tornassem mais públicos que nunca seus manifestos de compromissos socioambientais. As marcas precisavam provar seu propósito, tomar ações imediatas, gerar impacto positivo. E os cidadãos também passaram a demandar comportamentos solidários por parte dos governos e das empresas. A sustentabilidade passou a ser uma urgência. E a alta expectativa da sociedade diante da crise era o momento perfeito para isso.

As organizações então amplificaram seu apoio e sua publicidade a causas socioambientais. Por convicção ou por oportunismo, a comunicação de causas e propósitos protagonizou a comunicação corporativa. Grandes empresas se mobilizando para a construção de hospitais, doação de equipamentos médicos, insumos hospitalares, alimentos, álcool em gel, máscaras, apoiando profissionais da saúde e pequenos comércios. Empresas de TV por assinatura abrindo seus canais. Plataformas de notícias disponibilizando acesso irrestrito ao conteúdo. Empatia se tornou a palavra da vez. O senso de comunidade, de esforço conjunto e a consciência de destino comum cresceram. Tudo para posicionar as empresas como agentes geradores de impacto positivo.

O tema conquistou um espaço também antes improvável: no telejornal de maior audiência no país. O *Jornal Nacional*, da rede Globo, lançou o quadro Solidariedade S/A, em que deu publicidade a ações de apoio realizadas pelas marcas. A superação de um paradigma de mídia, o jornalismo dando nome aos bois. O momento era de disrupção.

E o cenário de pandemia traz à tona outros problemas sociais e ambientais: o acesso à água e ao saneamento básico, as desigualdades sociais, a mortalidade infantil, a violência doméstica, inclusão de mulheres e negros no mercado de trabalho, as crises migratórias,

o desmatamento. A sociedade parece mais atenta a estas questões. A solidariedade e o sentimento de fazer parte estão efervescentes.

Empresas assumem publicamente causas como a diversidade racial, lançando programas de *trainees* exclusivamente para negros. Se posicionam contra a violência doméstica, crescente durante a pandemia, e criam aplicativo de celular para que as vítimas peçam ajuda. Aplicativos de entrega incentivando a compra dos pequenos comércios. Incentivo ao consumo consciente. Apoio aos profissionais de serviços essenciais.

Para os funcionários, algumas empresas se comprometeram a manter os empregos, outras ofereceram equipamentos para o *home office*, apoio emocional, além de estimular em suas lideranças a horizontalização das relações, a empatia, a escuta afetiva. Um maior cuidado com as pessoas em tempos difíceis.

Mas na era da transparência e da conectividade, toda prática não genuína pode cair no escrutínio público. O termo *COVID-washing*, da família do *greenwashing*, *pinkwashing*, *ESG washing*, que consiste na promoção de discursos corporativos e oportunistas que não condizem com as políticas da empresa, podem gerar perdas irreparáveis na reputação das organizações. A sociedade questiona de forma crescente a autenticidade dos valores afirmados pelas marcas.

Transparência e coerência é o que se espera das empresas. E isso só pode ser realizado com governança, para que as empresas olhem para a sustentabilidade de forma estratégica, como condição para a continuidade de seus negócios. E num mundo em que o poder do capital fala mais alto, cabe ao próprio capital construir a Arca de Noé.

O QUE MUDA NA SOCIEDADE?

A pandemia interfere em nossa condição de cidadãos, em exercer nossos direitos como seres humanos. Liberdade, segurança, vida privada e familiar, locomoção, uso do espaço público, trabalho, estudo, nossa capacidade de fazer planos e nossa condição emocional.

Pela janela, o silêncio. Maslow teria tido dificuldades em explicar o novo cenário da hierarquia das necessidades humanas com a pandemia. O medo e o senso de sobrevivência foram protagonistas na primeira fase, a manutenção de nossas necessidades funcionais – segurança e dinheiro. A pandemia se torna o foco das nossas vidas e orienta todas as nossas atividades. Busca por informação se torna primordial. A insegurança e a dúvida do que está por vir. Como ficará nossa rotina? Trabalho, estudos, compras. Migramos quase que integralmente para o digital.

Para os menos favorecidos, digitalização não representou uma solução. A fome, a falta de trabalho, e consequentemente de manter a moradia e a insegurança da sobrevivência, aliada ao medo da doença, falavam mais alto.

O momento pedia informação e o a valorização do jornalismo de qualidade se tornou condição contra *fake news* no combate ao vírus. A politização da doença que a tornou secundária diante de crises políticas. A ciência, desvalorizada por muitos governos com ínfimos orçamentos para pesquisa e desenvolvimento, passou a ser a possível protagonista da solução, a vacina.

Num segundo momento, as necessidades emocionais passam a se destacar. A solidão, a falta de contato com família e amigos, nos fez buscar válvulas de escape. Entretenimento, meditação, religião.

Também no digital. Plataformas digitais nos mantinham em contato com o mundo exterior.

O confinamento mudou nosso olhar para dentro de nossas casas. Para o tempo em família, para o conforto do nosso espaço. O entretenimento passou a acontecer dentro de casa – TV, serviços de streaming, aplicativos de celular, espetáculos e shows online, muitas, muitas *lives* e até cantorias nas janelas. O escritório e a escola tomam o mesmo espaço, com direito à participação surpresa dos filhos em vídeo conferências e interferências como a entrega da compra de supermercado. E do outro lado da tela, a empatia.

O cenário da pandemia promoveu uma grande onda de medo, insegurança e também de solidariedade em todo o mundo. Cenas devastadoras de cadáveres sendo sepultados em grandes valas, números de mortos que subiam diariamente aos milhares, hospitais de campanha lotados, falta de leitos de UTI, famílias desoladas sem ao menos usufruir do direito de velar seus entes queridos. Fome, desemprego, falta de saneamento, de condições mínimas de higiene. Uma situação jamais vivida por essa geração não teria como promover alguma mudança.

Esse período de incertezas e isolamento também impactou os valores, comportamentos e hábitos de consumo das pessoas. A maior valorização das coisas simples, como viver com menos, o consumo consciente. O consumismo sai de moda, compra-se o essencial. A solidariedade e movimentos de doação. A valorização dos pequenos comércios, dos negócios do bairro, dos trabalhos artesanais. Transformações no setor imobiliário – morar perto do trabalho pode não fazer mais sentido. Usar máscaras já não parece tão estranho – na verdade esquecer a máscara se tornou pior que esquecer o celular. A importância do respeito ao outro, da colaboração, da compaixão.

O momento de crise é a oportunidade para as mudanças. Ainda é cedo para falarmos de mudanças culturais expressivas após a pandemia. O termo “novo normal”, já desgastado nas especulações do que há por vir, pode nos surpreender com uma sociedade mais consciente, solidária, humana, potencializada por políticas públicas e empresariais que sigam o mesmo caminho.

O fato é que o mundo está passando por transformações e que todos precisam se adaptar a isso. Um grande movimento de consciência de que a existência da humanidade está nas mãos da própria humanidade. Precisamos coexistir, como parte de um ecossistema único.

A noção de que todos os países, Estados, indivíduos fazem parte de uma mesma entidade é fundamental para que um recomeço seja efetivo. Problemas complexos exigem soluções conjuntas, senso de cadeia. E sob a premissa de que a agenda da sustentabilidade é interligada, integrada e indivisível.

O capital precisa resgatar as perdas que ele mesmo proporcionou. Precisamos repensar o consumo, combater excessos, priorizar marcas conscientes, colaborar para se criar uma cultura de sustentabilidade para retomar o equilíbrio sistêmico. É hora de repensar, promover ruptura, quebrar paradigmas.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Site Nações Unidas - <https://news.un.org/pt/tags/site>

Site Pacto Global Rede Brasil - <https://www.pactoglobal.org.br/no-brasil>

TED X Talks Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 | Carlo Pereira | TEDxUNISC <https://www.youtube.com/watch?v=2Z9KSbo8Qdc&list=PL-GyCal6dE1v6hZj-28UNIVcxIZTv9Tcs6&index=41>



9

Soraia Herrador Costa Lima

A QUEBRA DO PARADIGMA POLÍTICO E AS ÁGORAS PÓS-MODERNAS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.224-237

Charles Meryon. Le Stryge (A gárgula ou o Vampiro). 1853.

O Futurismo é a ciência que estuda, a partir de padrões, futuros possíveis. Nesta área, duas instituições se destacam: The Institute for Futures Studies and Technology Assessment (Alemanha) e Singularity University (Estados Unidos). Em ambas, a premissa é simples: utilizar a antecipação (*foresight*) e a imaginação para prever os próximos passos nas áreas social, tecnológica, econômica, ambiental e política (sigla *STEEP*, em inglês).

Imaginar e prever o futuro de áreas não é uma novidade. É possível perceber isso, por exemplo, em duas séries que surgiram nos últimos cinco anos: *Black Mirror* (Channel 4/ Netflix, 2011) e *Years and Years* (HBO, 2019). Mais do que pensar sobre tecnologias, as séries propõem refletir sobre questões políticas, as quais são latentes na sociedade não ficcional.

Há duas questões que se pode citar para tecer paralelos com o atual paradigma político e o que está por vir. Uma delas é o terceiro episódio da segunda temporada de *Black Mirror* chamado *The Waldo Moment*. Nele, um personagem fictício de TV (um desenho animado, para ser mais preciso) entra na disputa do processo eleitoral por meio de uma estratégia que não passa despercebida: insultos diretos, agressividade e nenhuma plataforma concreta de governo. Em um momento de spoiler, saiba que ele ganha, e as consequências são inquietantes.

Por sua vez, *Years and Years* apresenta o passar dos anos por meio da convivência de uma família. Ao contrário de *Black Mirror*, que trata em cada episódio de um tema central específico (embora haja confluência entre eles no decorrer da série), *Years and Years* aborda concomitantemente a *STEEP*, de modo a mostrar como cada decisão em uma área afeta as outras. A série expõe, por exemplo, a ascensão da extrema direita por meio da reeleição de Donald Trump e da candidata ao cargo de primeira-ministra da Inglaterra, Vivienne Rook (Emma Thompson). Uma personagem que defende, inclusive, a volta de campos de concentração.

O que desperta a atenção, nos dois exemplos, é que eles se baseiam em elementos ficcionais e não ficcionais para prever futuros possíveis. No entanto, o caminhar das eleições em diferentes países do mundo apontam para um posicionamento político mais conservador e nacionalista, sendo que a pandemia apenas ressaltou tais panoramas.

Mas, afinal, qual é o papel da comunicação atual nesse cenário e por que é preciso estar atento a isso?

POLÍTICA POR E COM DADOS

Castells (2009) afirma que os sites de redes sociais permitiram aos indivíduos o poder da autocomunicação. Isto significa que a comunicação não está mais restrita aos veículos de comunicação de massa. Qualquer usuário com um smartphone na mão e uma ideia na cabeça é capaz de elaborar conteúdos e ser um formador de opinião. O mesmo vale para candidatos e políticos dentro e fora do período eleitoral. Os sites de redes sociais permitem, portanto, a livre expressão.

Paralelamente a esta possibilidade de autocomunicação, tem-se no ambiente digital o excesso informacional e os rastros digitais. O comportamento *online* pode ser mapeado e compreendido por meio de netnografia, permitindo um perfilamento de públicos e condicionamento de conteúdos. Ou seja, os dados coletados nesses sites podem ser usados para melhor distribuição de conteúdos dos candidatos e até para o início de movimentos sociais on-line.

A utilização de dados e das mídias sociais não é uma novidade, apenas ganhou amplitude a partir de 2011, com a campanha de reeleição de Barack Obama (Estados Unidos). No Brasil, as campanhas presidenciais de 2014 e 2018 foram as que mais evidenciaram seu uso.

No entanto, as vitórias de Donald Trump nos Estados Unidos (2016) e de Jair Bolsonaro no Brasil (2018) mostraram que, tão importante quanto ter presença digital, é saber utilizar características e dados de cada mídia social a seu favor. Ambos souberam se apropriar desses ambientes para segmentar seus discursos e, mais do que conseguir seguidores, atrair fãs e disseminadores de seus conteúdos.

Esse contexto não faz parte de uma teoria da conspiração. É algo que os cientistas de dados fazem diariamente para marcas, produtos e serviços. A diferença é que, atualmente, isso está sendo empregado de maneira mais comum pelo marketing político. E não haveria maiores problemas se os indivíduos soubessem o que os sites de mídias sociais fazem com os seus dados antes mesmo de concordarem (sem ler) com os conhecidos “Termos e Condições de Uso”. Porém, como os usuários ignoram este fato, acabam mostrando incredulidade quando se deparam com a maneira como essas informações são utilizadas.

Foi o que aconteceu quando o *The New York Times* e o *The Guardian* publicaram uma reportagem expondo o Facebook e a empresa de marketing político Cambridge Analytica por terem acesso a informações vazadas de aproximadamente 50 milhões de pessoas por meio de testes de personalidade na rede social em 2018.⁴⁶ Neste caso específico, a Cambridge Analytica utilizou os dados para perfilar o público tanto para ajudar na campanha eleitoral de Donald Trump quanto para a campanha pró-Brexit, tendo êxito em ambas as ações.

Os dados foram utilizados para desenvolver conteúdos assertivos e segmentados de maneira a direcionar a discussão e ter mais aderência junto a indivíduos que pensavam de maneira semelhante.

46 ALVES, Paulo. Facebook e Cambridge Analytica: sete fatos que você precisa saber. Techtudo. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/facebook-e-cambridge-analytica-sete-fatos-que-voce-precisa-saber.ghtml>>. Acesso em: 19 out. 2020.

Todavia, tal estratégia só encontra ressonância⁴⁷ porque os indivíduos já compactuam em algum grau com o discurso presente nos projetos políticos ou nas marcas. Ou seja, o que a Cambridge Analytica fez foi compilar tais dados e gerar as personas para as estratégias. Como os usuários deixam tanto dados quantitativos (*social analytics*) quanto qualitativos – palavras e opiniões – (*social listening*), bastaram um direcionamento do discurso e anúncios segmentados para a formação de opinião sobre os assuntos em questão (*social intelligence*).

Retomando o conceito de autocomunicação, o que a empresa fez foi aproveitar a pluralidade de discursos e opiniões presentes no ambiente digital para montar um planejamento estratégico de comunicação das campanhas. Algo que talvez não ganhasse a mesma proporção/passasse despercebido se não tivesse gerado um aumento do discurso de ódio⁴⁸ nos sites de redes sociais.

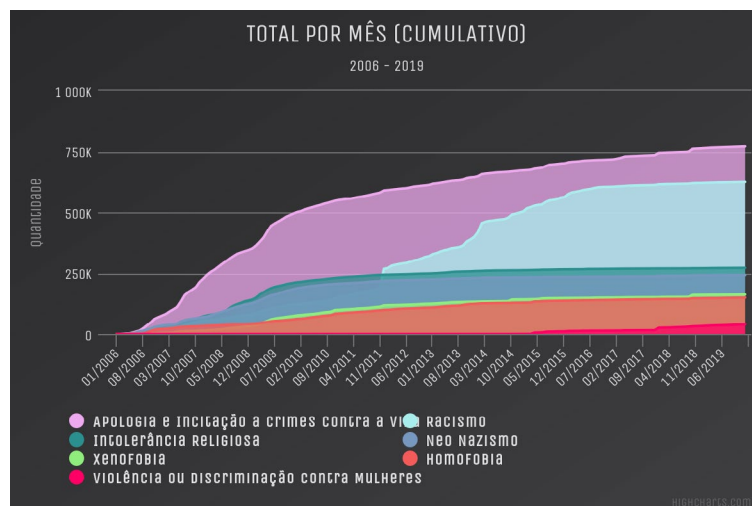
De acordo com a Organização Não Governamental SaferNet, os alvos mais frequentes desses discursos têm sido as mulheres, a população LGBTQI e as pessoas negras, além de outros grupos minoritários. Na figura 1, é possível verificar o aumento progressivo do discurso de ódio no ambiente digital no Brasil nos últimos 13 anos.

Esse crescimento progressivo fez com que algumas plataformas de mídias sociais e empresas se posicionassem e tomassem decisões a respeito, de modo a tentar minimizar o problema.

47 De acordo com o sociólogo Ruud Koopmans, ressonância é a capacidade que uma mensagem tem de gerar debate a respeito de si mesma, ao menos em ambientes particulares.

48 Segundo a ONG SaferNet, discurso de ódio "está situado num equilíbrio complexo entre direitos e princípios fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e a defesa da dignidade humana. De maneira geral, o discurso de ódio costuma ser definido como manifestações que atacam e incitam ódio contra determinados grupos sociais baseadas em raça, etnia, gênero, orientação sexual, religiosa ou origem nacional". A ONG ainda explica que, em geral, essas definições são aplicadas a casos concretos e levam em conta várias camadas de regras, como tratados internacionais, a Constituição Brasileira, leis nacionais e os termos de uso das plataformas (como Google, Facebook e Twitter). Disponível em: <<http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/>>. Acesso em: 19 out. 2020.

Figura 1. Aumento do discurso de ódio na Web de 2006 a 2019.



Fonte: ONG SaferNet(2019).

No início de 2020, houve o movimento #StopHateforProfit contra o Facebook. Diferentes empresas pararam de investir em anúncios na rede social enquanto ela não tomasse uma atitude contra o discurso de ódio. A plataforma chegou a implementar diversas diretrizes para controlar o conteúdo publicado, sendo inclusive acusada de censura por parte dos usuários.

Outro site de rede social, o Twitter, anunciou em outubro de 2020 medidas para coibir o crescimento do discurso de ódio em seu ambiente. Entre elas, estão: proibição de publicidade política; aplicação de avisos de possível desinformação; exemplificação de canais oficiais de busca. Assim como no caso do Facebook, alguns usuários também reclamaram de censura.

A linha entre liberdade de expressão e discurso de ódio é muito tênue. Como a maior parte dos indivíduos com acesso à web não pas-

sou por um processo de alfabetismo digital, tal qual ensina Pierre Lévy, ela acabou compreendendo que tudo era permitido no ambiente digital. Qualquer opinião é possível de ser disseminada e compartilhada, ganhando reverberação, independentemente de se basear ou não em fatos verídicos. Anderson (2009) já sinalizava isso quando apresentou em sua obra os princípios da cultura hacker, sendo um deles a livre circulação de informação e de forma gratuita. O problema é que, quando esses princípios foram elaborados na década de 1970, não havia como imaginar o impacto das plataformas de redes sociais nesse processo. Fora isso, atualmente, os indivíduos veem tal possibilidade ao pé da letra, não cabendo espaço para um pensamento crítico do que está circulando na *web*.

Ademais, enquanto os sites de redes sociais pensam em um formato que garanta a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, reduza a toxicidade dos conteúdos, outras plataformas surgem para trazer ainda mais polêmica à discussão. É o caso do Parler. Desenvolvida em 2018, ela se denomina “sem censura” e virou a mais utilizada pela extrema direita conservadora no mundo e no Brasil.

Justamente por não haver qualquer política de uso e verificação de informações, ela também é uma das plataformas nas quais o discurso de ódio e a desinformação proliferam. Com essa realidade de factóides e pseudodemocracia, percebe-se o enfraquecimento do jogo político e a formação de Ágoras pós-modernas no ambiente digital.

FRAGILIZAÇÃO DO JOGO POLÍTICO E AS ÁGORAS PÓS-MODERNAS

Durante o Simpósio Internacional de Jornalismo Online (ISOJ 2015), Rosental Calmon Alves afirmou que saímos de uma era de mí-

dias de massa e passamos para uma era de massas de mídia. Se, por um lado, isso potencializou e democratizou o acesso à informação, por outro, amplificou as fragilidades de várias áreas da sociedade, inclusive a política.

A verdade é que as plataformas de mídias sociais garantem uma falsa ideia de espaço democrático, assim como as Ágoras gregas.⁴⁹ São ciberesferas públicas, em que indivíduos passam a discutir e refletir sobre os mais diversos assuntos, inclusive políticos. Ao mesmo tempo em que aumenta o amadurecimento da utilização das mídias sociais e cresce a inclusão digital no país, a popularização da *web* permanece como algo a ser igualmente discutido. Mais de 70% da população têm acesso à internet no Brasil. Deste grupo, um número menor é composto por aqueles que utilizam todo o potencial da *web*, sendo que a maioria se limita ao uso básico: leitura de e-mails e atualização em redes sociais mainstream. Apesar do debate político na *web* vir crescendo, é preciso analisar se ele não se torna mera reprodução de conceitos pré-concebidos pelos usuários ou se, de fato, a discussão gerada dentro do ciberespaço resultará em conteúdo mais rico e denso fora dele.

Ao lado de iniciativas de maior ou menor impacto que ajudam os eleitores e cidadãos em busca de informações qualificadas e de um debate sério e responsável na *web* sobre política, partidos e eleições, as redes sociais mainstream utilizadas pelas campanhas eleito-

49 Neste momento cabe ressaltar o conceito de cidadania ateniense como o direito à participação política, ou seja, apenas 1/4 da população – composta por oligarcas e militares – tinha inicialmente este direito. Posteriormente, foi estendido aos demais homens livres que possuíam posses. Mulheres e escravos, bem como homens sem posse, permaneceram sem cidadania. Dessa forma, na Ágora, os não cidadãos tinham o direito à expressão de suas opiniões, mas não ao poder de decisão. A Ágora grega, portanto, era apenas “um espaço de comunicação, de construção de discurso” (FINLEY apud CORTEZ, 2007, p.145). Ela funcionava como um palco de debates políticos, artísticos e filosóficos. E, mesmo não sendo o escopo deste trabalho detalhar todo o funcionamento da pólis, é preciso fazer uma breve contextualização para compreender por que as redes sociais cidadãos atualmente vigentes no ciberespaço se assemelham às Ágoras gregas no que se refere à ilusão de um ambiente democrático, plural e inclusivo (SOUZA, 2019).

rais, como o Facebook e o WhatsApp – com cerca de 200 milhões e 120 milhões de usuários no Brasil, respectivamente (HootSuite e We Are Social, 2018; WhatsApp, 2018) –, ganharam peso no jogo eleitoral ao projetarem novos protagonistas no debate, fossem eles grupos digitais, usuários mais engajados, influenciadores ou diretamente os perfis dos candidatos mais ou menos expressivos na campanha eleitoral (Donald Trump, 2016; Jair Bolsonaro, 2018). Utilizando-se de estratégias de marketing digital, ferramentas para rastreamento de robôs, perfis falsos e centrais de boataria, as campanhas eleitorais na web variavam entre uma linha de apoio à estratégia dos marqueteiros para a televisão e um espaço de ataques e defesas táticas, matizando o processo eleitoral pela minimização de riscos e pelo empenho na redução de danos.

Em termos políticos, portanto, pensando na ampliação e no aperfeiçoamento do espaço público de debate democrático, a contribuição dos partidos e das campanhas eleitorais talvez não supere a mera utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) como suporte para os mesmos discursos e recursos midiáticos, visando efeitos e resultados eleitorais. Acontecimentos como as manifestações sociais de 2013 e o movimento #EleNão de 2018, ambas no Brasil, mostraram, entretanto, que as plataformas de redes sociais têm um potencial de mobilização e crítica que não deve ser desprezado, já que a “grande mudança nessa nova era não tem a ver só com o uso das mídias sociais pelos candidatos; tem a ver com o uso dessas novas mídias pelos cidadãos” (GRAEF, 2009).

Mesmos estas manifestações tecnopolíticas, todavia, que surgiram como uma novidade no cenário político e tentaram ser capturadas como discurso e prática política não produziram mudanças significativas no sistema político. Como processo baseado no discurso e na narrativa, a política pressupõe momentos de reflexão e tempo para maturação. Na sociedade em que vivemos, talvez os “processos de

fechamento”, o “tempo do silêncio”, a paciência para o debate e a análise tenham se perdido. Acelerar em escala infinitesimal é o que faz um processador, que trabalha “de forma aditiva mas não narrativamente”. Faz falta à sociedade e à política “o processo de narrativa, porque ele fecha os acontecimentos; mas a percepção hoje é incapaz disso, fica zapeando infinitamente pela rede digital, nos torna eternamente ligados, assistindo a imagens sem fim, incapacitando-nos de fechar os olhos”(MARCONDES, 2014).

Percebe-se, assim, a fragilização do jogo político à luz de uma falsa expectativa de democracia, facilitando a desinformação e condicionando o comportamento dos usuários de modo a atender expectativas futuras.

Tem-se um jogo político superficial e fragilizado, no qual a retórica substitui os argumentos elaborados a partir de fatos e dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma político futuro perpassa por personas digitais, arquétipos desenvolvidos com o intuito de conduzir algoritmos e usuários em um processo de desinformação articulada no qual se perdem os princípios de democracia e liberdade de expressão. E, nesse contexto, a verossimilhança apresentada em *Black Mirror* e *Years and Years* é um sinal de alerta.

Fenômenos como *deepfakes* e *fake news* aliados ao uso de dados no marketing político e das próprias personas criam o cenário ideal para o surgimento dos personagens indicados no início deste ensaio.

Sabe-se que essas figuras não estão restritas à popularização da *web* e ao barateamento das tecnologias. *Jingles*, cartazes, vídeos,

discurso de ódio e personagens fazem parte da essência do marketing político desde o seu início. Aliás, a busca por personalidades marcantes e os votos de protesto não são uma novidade nem surgiram como consequência do âmbito virtual. Enéas Carneiro, eleito deputado federal por São Paulo pelo PRONA em 2002, e o palhaço Tiririca, também eleito deputado federal por São Paulo pelo PR em 2010, são exemplos de que a fórmula funciona e não depende das plataformas de mídias sociais.

No entanto, é inegável que elas serviram como palanques não convencionais para ideias dissonantes, dando a falsa impressão de que o ambiente virtual era livre, sem amarras e onde todos poderiam se expressar espontaneamente, a exemplo das Ágoras gregas.

Acontece que, assim como nas Ágoras gregas, nem todos têm o mesmo acesso às plataformas, nem todos sabem como utilizá-las e nem sempre as ideias que por lá reverberam são lícitas.

O discurso de ódio permeia atualmente grande parte do conteúdo, sobretudo político, que circula na *web*, abrindo espaço para movimentos sociais de grande amplitude ou até menores, como mostram a cultura do cancelamento e a cultura do *exposed*. Os indivíduos passam a se conectar por meio de ideias em comum, formando massas de usuários sem que haja necessariamente um olhar crítico sobre o que estão ajudando a formar.

Nesse sentido, pode-se retomar o conceito de multidões inteligentes, novos movimentos sociais ou movimentos sociais em redes para entender o uso da tecnologia para convocar e organizar manifestações, compreendendo que essas ações servem não apenas para construir ou coordenar a ação coletiva, como também são decisivas para tecer um sentido da própria ação e para criar um impulso constituinte em um quadro de ação, pensamento e estruturação social.

O conceito de multidões inteligentes, portanto, é a capacidade de se conectar, agrupar e sincronizar por meio de dispositivos eletrônicos e de meios de comunicação em torno de objetivos, cérebros e corpos de um grande número de sujeitos, considerando aspectos como tempo, espaço, emoção, comportamento e linguagem.

Tal conceito perpassa as obras de Rheingold (2004), Negri e Hardt (1996, 2001), de modo a enfatizar o fato de que não há uma multidão se não houver conexão ou agenciamento de indivíduos. Por isso, dentro das análises dos estudos de caso, esses são conceitos relevantes para compreendê-los dentro das métricas de atividade, comportamento linguístico e sentimentalização on-line.

E é o que se pôde perceber com o escândalo Facebook/Cambridge Analytica e o uso de dados pessoais para campanhas de marketing político.

Retomando o conceito de multidões conectadas, percebe-se que esses sujeitos se organizam em rede a partir da conexão com certos eventos, o que leva a um evento maior, “aumentado”. Tal adjetivo refere-se ao jogo performativo e recursivo presente entre as camadas físicas e digitais de um evento que se estende através da capacidade de organização em redes, considerando as mídias convencionais e as novas mídias digitais. Este jogo considera a intensificação, amplificação e até mesmo a convergência de uma variedade de grupos em diferentes redes e canais de atividade, sendo que estes eventos são relevantes para gerar ou reativar periodicamente os sistemas de rede. Assim, entende-se que esses indivíduos (ou uma multidão conectada) convergem ora por meio de uma condição “eventual” ora a partir de um “evento”. Neste caso, as campanhas políticas se mostram como condições eventuais, enquanto o uso de plataformas de mídias sociais para determinados protestos enquadra-se como um evento.

Portanto, um paradigma político futuro considera a questão da comunicação, dos dados e do compartilhamento de ideias no ambiente digital. Mais do que uma plataforma política, serão necessárias várias plataformas de modo a contemplar os usuários certos no melhor momento possível. E, embora haja um movimento mundial no que tange à proteção de dados pessoais, é preciso se questionar se estamos em um nível de alfabetização digital que permita compreender a complexidade das nossas ações no ciberespaço, uma vez que elas têm mais impacto do que se pensa na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BOUECHLER, S. M. *Social Movements in Advanced Capitalism: The Political Economy and Cultural Construction of Social Activism*. S.I. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza, 2009.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CORTEZ, G. R. "Ágora e mídia moderna: espaços de comunicação e jornalismo na antiguidade". *Estudos em Jornalismo e Mídia*, V. 4, n. 1 – 1. semestre de 2007. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/jornalismo/article/view/2198/2050>>. Acesso em: dezembro 2016.

FREEMAN, L. *The development of social network analysis: a study in the sociology of science*. Vancouver: Empirical Press, 2004.

GRAEF, A. *Eleições 2.0: a Internet e as mídias sociais no processo eleitoral*. São Paulo: Publifolha – Série 21, 2009.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre factilidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, M; NEGRI, A. " Multitude, Nueva York, Penguin". In: *Multitud: guerra y democracia en la era del Imperio*. Barcelona: Debate, 2004.

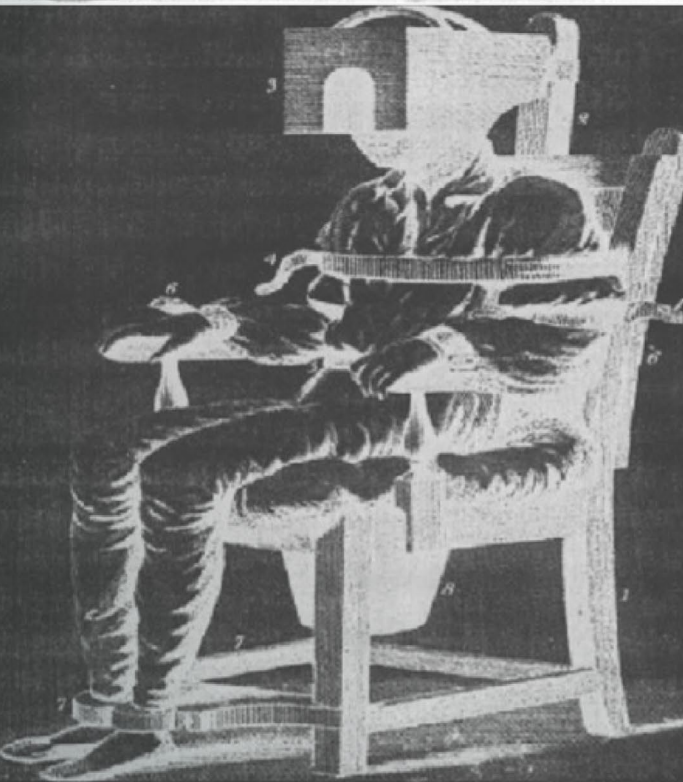
LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 1998.

MARCONDES FILHO, C. "O inferno do igual (coluna Ideias de Botequim)", IN: *Revista Caros Amigos*, ano XVII, no 207, p. 44. 2014.

HARDT, M; NEGRI, A."Multitude". In: *Multitud: guerra y democracia en la era del Imperio*, Barcelona: Debate.2002. Imperio, Buenos Aires: Paidós, 2002.

RHEINGOLD, H. *Multitudes inteligentes: la próxima revolución social*. Madrid: Gedisa, 2004.



10

Tânia Caliari

A VALORIZAÇÃO DAS MÍDIAS. NÓS, E A IMPRENSA, NÃO SAIREMOS MELHORES DA PANDEMIA.

O jornalismo cumpre um grande papel na cobertura da covid-19 e reage a seus impactos. Mas terá havido uma quebra de paradigma?

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.238-250

Benjamin Rush. A cadeira tranquilizadora. Domínio público.

Teria sido o medo que nos levou a consumir tanta notícia no início da pandemia do novo coronavírus? Ou foi a falta do que fazer entre os que ficaram confinados? Foi o dever cívico de se informar? Há certamente o componente ansiedade nesse consumo: o que viria depois?

De fato, uma miríade de pesquisas aponta o aumento de nossa sede de informação como um dos efeitos do surgimento e disseminação do Sars-CoV-2 a partir da China, em fevereiro.

Acredito sim que o medo seja um grande catalisador da circulação de notícias, e de boatos também, como de fato aconteceu. Mas, observando a excitação geral em torno do noticiário sobre a pandemia, seus detalhes científicos, seus desdobramentos sociais, seus traços de fim dos tempos, arrisco dizer que o grande interesse pelo tema foi despertado por algo que vai além do temor diante da ameaça à vida de cada um. Parecia haver, naquele momento inaugural de tragédia, um fascínio pela ideia de mudança que o vírus traria.

Havia também uma sensação de pertencimento no ar. Finalmente tínhamos uma ameaça e um destino comum para toda a humanidade nesse mundo tão desigual. Testemunhávamos, pelo fluxo contínuo de notícias, o chocante avanço do número de mortos ainda na Europa. A calamidade na Itália parecia confirmar que pertencemos a uma única espécie, agora unida sob sua fragilidade, e desafiada em seu poderio científico e tecnológico acumulado até aqui.

Sabe aquela sensação da ameaça alienígena? Quantas vezes não já desejamos essa invasão para testar os limites de nossa civilização? Vivíamos, sob a ameaça do vírus, algo de coletivo e espetacular nas nossas vidas chochas, sem protagonismos, mesmo que em forma de tragédia. Alguma coisa finalmente estava acontecendo nessa sociedade que há muito segue apática, assistindo sem reação à deterioração do planeta e das condições de existência da maior parte da humanidade, os tais 99%.

Vivíamos todos um momento histórico, e o noticiário e análises insinuavam que nada mais seria como antes. E mais, o desafio indicava que a saída teria que ser coletiva, que precisamos de investimentos em ciência e, também, dos sistemas públicos de saúde. O mundo, e o mercado (!), teriam que reconhecer que o desequilíbrio ecológico e as monoculturas do agronegócio em escala mundial nos fariam cada vez mais doentes, e que a concentração de produção de remédios e equipamentos em poucos países, determinada pela divisão internacional do trabalho, é um equívoco. O vírus deixou claro que o sistema não estava funcionando, nunca funcionou para todos, e nos trouxe a ideia de que poderíamos sair dessa melhor do que entramos.

Querendo aprofundar ainda mais a experiência de pertencimento provocada pela tragédia iminente, recorri a leituras sobre a gripe espanhola e outras pestes e, também, à literatura universal. “Num grande cômodo que dava para o corredor, amontoavam-se os caixões. No próprio corredor a família encontrava um único caixão, já fechado. (...) Em seguida, colocava-se o corpo num carro (...) dirigiam-se ao cemitério por ruas exteriores. À porta, os guardas faziam parar o cortejo, davam uma carimbada no salvo-conduto oficial, sem o qual era impossível ter o que nossos concidadãos chamam de última morada (...) Assim, tudo se passava na verdade com o máximo de rapidez e o mínimo de riscos”.

Essa parece uma cena ocorrida em Manaus, com centenas de sepultamentos por dia no auge da pandemia, ou mesmo em Nova York, que também teve dificuldades para enterrar seus mortos. Mas trata-se de um trecho de *A Peste*,⁵⁰ de Albert Camus, escrito em 1947 ainda sob o impacto da guerra. A partir desse momento, a situação na cidade argelina de Oran só piora, levando as autoridades a recorrerem aos enterros em valas comuns... Como em Manaus, para o desespero das famílias. O ritmo da mortandade arrefeceu de forma lenta ao longo

50 CAMUS, A. *A peste*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

dos meses no Brasil, e o país conta 151 mil mortos até o momento que escrevo, em meados de outubro...

O teor de excepcionalidade das medidas de isolamento social, explorado à exaustão por memes que compartilhamos sem parar, cobriu a todos como uma bruma, nos fazendo crer que estávamos todos no mesmo barco. Com o passar dos dias, sem tirar os olhos das telas, fomos percebendo que esse barco era o Titanic, com sua severa estratificação social, com bens restritos ao andar de cima, com melhores chances de salva sua pele. A desigualdade ficou clara entre os que podiam garantir seu trabalho e renda de casa, e os que tiravam o ganha pão de sua interação com a rua, além dos trabalhadores demitidos, muitos sem condições de isolamento ou acesso à internet. O abismo se instalou também nas condições de ensino à distância entre estudantes dos sistemas públicos e privados de educação. A pressão para uma reabertura das atividades econômicas, exercida por setores empresariais, evocava a falta de renda dos pobres, lançando-os de volta às ruas sem adequação do transporte público. Logo, aqui e em todos os países, o número de infectados e de mortos explodia entre a população em pior situação de saúde, moradia, alimentação, e condições sanitárias.

Alguma dúvida? Não sairíamos melhores dessa tragédia para um novo normal.

E A IMPRESSA?

O trabalho da indústria jornalística foi fundamental para compreendermos os detalhes do vírus, suas formas de contágio e seus sintomas. Foi também pela imprensa que ficamos sabendo que a vulnerabilidade ao contágio acompanhava a estratificação social. Seu pa-

pel foi decisivo para garantir a contabilidade e a divulgação do número correto de novos casos e de mortos depois que o governo brasileiro passou a dificultar essa informação. A desinformação, saída muitas vezes da boca de autoridades e propagada pelas redes, era checada e esclarecida a um público crescente que recorria ao trabalho de apuração da imprensa.

Mas o que mudou realmente? Teria havido uma quebra de paradigma na forma de se produzir e consumir notícias? De fato, além do aumento da audiência, as pessoas deixaram de sair na rua para comprar jornais e buscaram os veículos online. Mas isso já vinha acontecendo. Houve corte nas redações por dificuldades financeiras e incertezas nos meios? Sim, mas esse desmonte vem de longe. Houve um turbilhão de *fake news* sobre o tema? Sim, a avalanche de notícias falsas e desinformação foi enorme, proporcional à dimensão multifacetada da pauta imperiosa e às disputas políticas em torno da pandemia. Esse fenômeno, porém, também não é novo, levando inclusive à estruturação de diversos grupos e agências de *fact checking* ao longo dos últimos anos. Em relação à pauta, houve sim uma maior sensibilidade social destacando as condições desiguais de resistência ao contágio. Mas nada, nada abalaria a postura dos grandes jornais em defesa da política econômica ultra liberal de reformas e restrições orçamentárias.

Contribuindo para o aumento da audiência flagrado pelas pesquisas, aqui em casa a TV, quem diria, passou a ser ligada todo dia às 20h30 na rede Globo para o *Jornal Nacional*. Há muito tempo eu não acompanhava esse noticiário devido sua cobertura politicamente conservadora. Naquele momento, porém, o *Jornal Nacional* combinou dois elementos interessantes: uma síntese bem feita das notícias sobre a Covid-19 consolidadas ao longo do dia, colocando certa ordem no fluxo incrível de novidades, e uma postura editorial apoiada na ciência, expondo o péssimo serviço do presidente Jair Bolsonaro diante da crise, explorando seu negacionismo, suas atitudes e decla-

rações absurdas, em conflito novelesco com seu ministro da Saúde. A Globo tomou partido da ciência e do ministro, que ganhou espaço apresentando diariamente os números da pandemia no país e recomendações afinadas com a Organização Mundial da Saúde. Era bom ver o ministro Henrique Mandetta vestido com o coletinho do SUS, mesmo sabendo que ele votara várias vezes contra o SUS quando deputado. Dessa vez o SUS teria que ser reconhecido e empoderado. Sim, queríamos ver pautas em defesa do SUS, explicações sobre o SUS. Todo o poder ao SUS! Não, a cobertura não chegou a tanto. O destaque do JN era para indivíduos, heróis dos sistemas de saúde. Continuamos sob vigência do teto de gastos, inquestionável para os veículos da imprensa hegemônica, mesmo que este condene o SUS a seu eterno sub-financiamento.

Não percebi, dessa forma, grandes guinadas no jornalismo. O que houve, na verdade, foi uma série de mudanças e adaptações em meio a um processo muito mais amplo de transformação da indústria jornalística, que certamente podemos chamar de crise, inspirados na definição de Bertold Brecht, para quem a crise ocorre quando o velho não acaba de morrer e o novo não acaba de nascer.

Como veremos adiante, esse novo está demorando a nascer, pois depende de bases materiais, sociais e tecnológicas que, por sua vez, passam também por um terremoto contínuo, dando a sensação de uma improvável acomodação.

A complexidade e a abrangência do processo são realmente um desafio para a compreensão e discussão em torno da mídia no século XXI. Podemos falar de linguagem, quando vemos circulando por aí a ideia de que o Tik Tok seria um caminho para o jornalismo conquistar a geração que não lê notícias; podemos falar de política e sua radicalização por meio das mídias sociais; podemos falar de modelos de negócios e regulamentação. O modelo de negócio da imprensa está em crise desde os anos 1990, com grande disputa de mercado a partir

da globalização das empresas de comunicação, que antes eram um fenômeno nacional; da migração da audiência para a internet; e da perda de anunciantes para as novas plataformas digitais.

No embate com a propagação das *fake news* e das desinformações, os maiores inimigos da imprensa têm sido atores que encontraram na internet e nos compartilhamentos por mídias sociais a oportunidade de estabelecer um ecossistema de sites e páginas noticiosas focadas na polarização política da sociedade, concorrendo de igual para igual pelos anúncios antes concentrados nos veículos que têm salários e grandes estruturas a pagar. Essa é a análise do professor Pablo Ortellado, coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação, da USP, que falou recentemente sobre o assunto durante um seminário do Instituto Goethe sobre a Estupidez Coletiva. Segundo o professor, ao mesmo tempo que esses agentes usam as notícias apuradas pela imprensa, distorcendo-as segundo suas ideologia, sua grande repercussão é baseada na denúncia de que a própria imprensa é mentirosa. “O problema da desinformação não é a ascensão da mentira, mas o fato de que a leitura hiper ideologizada de tudo está desrespeitando a verdade factual. O papel do jornalismo, de apuração dos fatos, está esvaecendo e, perdendo essa base factual, a gente está caminhando para um mundo onde o debate político carece de referências objetivas comuns”. Na avaliação de Ortellado, a imprensa em geral tem reagido muito mal a esse ataque, aderindo muitas vezes à mesma estratégia de polarização, sem saber o que fazer. Este desafio é também pré-pandêmico, mas o novo coronavírus certamente trouxe suas novidades. Com a eclosão da pandemia a mobilização jornalística foi intensa, e várias pesquisas indicaram seu impacto sobre a indústria de notícias, considerada uma das mais afetadas pela crise econômica decorrente da Covid-19.

Ok, o novo coronavírus não veio sem novidades para a imprensa. Com a eclosão da pandemia, a mobilização jornalística foi intensa,

e várias pesquisas indicaram seu impacto sobre a indústria de notícias, considerada uma das mais afetadas pela crise econômica decorrente da Covid-19.

Muito dessas pesquisas e análises foram reunidas no excelente estudo *Efeitos da Pandemia sobre o Jornalismo - Uma visão global*, produzido pelo *Media Talks by J&Cia* em meados de setembro, um documento de 24 páginas recheado com gráficos e boas sacadas sobre o comportamento da mídia e do público diante da pandemia.

Diz o informe: “A pandemia diminuiu receitas e redações, extinguiu publicações, impôs obstáculos à liberdade de imprensa e cobrou celeridade na adaptação dos modelos de negócio, acelerando mudanças que já estavam em marcha, como a digitalização, a migração das receitas publicitárias para as plataformas digitais e a competição por audiência com as redes sociais”.⁵¹

AS MUDANÇAS JÁ ESTAVAM EM CURSO

Dados e análises confirmam fenômenos já apontados aqui: a pandemia se impôs como uma pauta arrasadora; houve aumento de audiência em todos os meios, com exceção dos impressos, e com destaque para a televisão e os meios digitais; a frequência de demanda por notícias variou nos países de acordo com a gravidade da pandemia.

Além disso, a intensidade de consumo de notícias variou ao longo do tempo, apresentando uma queda de audiência a partir de maio, mesmo com a pandemia ainda fora de controle. O fenômeno foi classificado como “fadiga de notícias”.

⁵¹ <http://www.mediatalks.com.br/pt/jornalismo-da-pandemia/>

Outro dado digno de nota é que a imprensa despontou como a fonte mais confiável sobre a pandemia em sete de dez países pesquisados, inclusive o Brasil, ficando à frente dos governos nacionais e locais, das redes sociais, das organizações e autoridades de saúde, amigos e familiares. Em abril, o índice de confiança na imprensa foi o dobro em relação ao das plataformas digitais (Facebook, Youtube, Twitter, Whatsapp).

Mas, como tudo o que sobe, desce, assim como aconteceu com a audiência, o incremento na confiança na imprensa tradicional em todos os países foi caindo a partir do auge da pandemia, mantendo-se, no entanto, num patamar mais alto do que índices anteriores. De janeiro a maio, o índice de confiança, medido pelo Edelman Trust Barometer, passou de 57 para 69, tendo caído e permanecido estável entre agosto e setembro, ainda à frente dos sites de buscas, mídias sociais, sites de vídeos e apps de mensagens. Esses recordes de audiência e confiança, no entanto, não têm se traduzido numa solução financeira para o setor.

Avaliando o conjunto dessas informações, o estudo da *Media-Talks by J&Cia* faz uma profissão de fé em relação à imprensa: “A crise veio lembrar a todos da importância crucial do jornalismo, seja ele praticado por grandes organizações tradicionais, novos veículos independentes, jornalistas cidadãos e profissionais freelancers. Nós acreditamos firmemente que existe uma oportunidade real de fortalecer e proteger o jornalismo de qualidade usando esse tremendo capital de reputação proporcionado pela Covid-19”.

Infelizmente, não compartilho desse otimismo. Para começar, é bom que se saiba que esse esforço de cobertura da pandemia foi feito em meio ao fechamento de jornais e de postos de trabalho nas redações. Num balanço publicado desde abril e continuamente atualizado, o jornalista Kristen Hare que cobre as transformações dos jornais locais nos EUA enumerou até outubro cerca de 180 veículos que

suspenderam edições, cortaram salários, demitiram, e/ou adaptaram seus negócios. Em abril, o *The New York Times* divulgou que 36 mil empregos haviam desaparecido na mídia americana.⁵²

Nesse mercado do interior americano, a crise também é antiga: segundo relatório do Haussman College, da Carolina do Norte, antes da COVID-19, o número de jornalistas em atividade caiu 60% desde 2004.⁵³

No Brasil, não há dados consolidados sobre os “passaralhos”, as demissões de jornalistas, mas o estudo *Como trabalham os comunicadores na pandemia da Covid-19?*, coordenado pela professora Roseli Figaro, da ECA, USP, destacou que logo no início da quarentena verificou-se “aumento das jornadas de trabalho, intensificação da atividade laboral, com uso de equipamentos próprios, cujos custos oneram o comunicador; intensificou-se o uso das plataformas e aplicativos no processo produtivo, para a organização, controle da gestão do trabalho, da rotina produtiva e, sobretudo, do fluxo de informação”.⁵⁴

O que para muitos indica a única estratégia possível de sobrevivência dos veículos, não deixa de ser um jornalismo feito com a super exploração de sua mão de obra, ou até um jornalismo (quase) sem jornalistas.

UM PONTO DE VISTA

Devo esclarecer que o meu ponto de vista parte da experiência que tive na chamada imprensa popular, ou alternativa, filiada à tradição

52 <https://www.nytimes.com/2020/04/10/business/media/news-media-coronavirus-jobs.htm>

53 <https://www.usnewsdeserts.com/reports/news-deserts-and-ghost-newspapers-will-local-news-survive/the-news-landscape-in-2020-transformed-and-diminished/>

54 <http://www3.eca.usp.br/noticias/como-trabalham-os-comunicadores-em-uma-pandemia>

dos jornais *Opinião e Movimento*, de resistência à ditadura na década de 1970, e que se manteve ativa até 2015 nas revistas *Reportagem e Retrato do Brasil*, nas quais fui repórter. As revistas tiveram 69 e 106 edições respectivamente, com reportagens de apuração complexas e de certa imersão, seja na leitura dos autos do mensalão, nas condições das prisões, na Amazônia, nas contas externas do país.

Como lembra o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, editor desses jornais e revistas, essa tradição de jornalismo tem como meta a “defesa da independência nacional, da democracia e da melhoria das condições de vida material e cultural dos trabalhadores”. Esse mote, e a busca por sua concretização em cada matéria, reportagem e edição, configura-se como diferencial fundamental em relação ao que chamamos de imprensa burguesa, tradicionalmente atrelada aos interesses econômicos e valores das classes dirigentes, sendo muitas vezes porta-vozes diretos do mercado daqui e de fora. A vertente “popular” vinculada à imprensa burguesa oferece não muito mais que o escândalo e a irrelevância ao trabalhador. Basta lembrar das palavras do barão dos jornais populares norte-americanos do início do século XX, William Hearst, inspiração para o filme *Cidadão Kane* (1941), de Orson Wells. Segundo Hearst, não se perde dinheiro quando se subestima a inteligência do leitor.

Essa diferenciação nunca nos impediu, porém, de reconhecer a capacidade dessa indústria em ir atrás da notícia, com suas estruturas, recursos e grandes equipes de experientes e competentes jornalistas. Sua produção é fundamental para o acompanhamento dos fatos.

Assim, nossas revistas acompanharam a crise do modelo de negócios da indústria jornalística desde os anos 2000 e indicamos em matérias, debates e editoriais, que as soluções adotadas pelos veículos consistiam em saídas conservadoras, baseadas no aumento da dependência de grandes capitais, concentração dos meios e proprie-

dades cruzadas, e na apropriação dos ganhos de tecnologia por parte da indústria em detrimento dos trabalhadores das redações.

Partindo desse ponto de vista, é natural que eu veja os desafios trazidos pela pandemia como parte de um profundo processo de mudança, este sim uma quebra de paradigma tecnológico, econômico e social, cuja dinâmica tem sido extremamente hostil para os jornalistas em geral, e vislumbre, assim, mais soluções conservadoras pela frente.

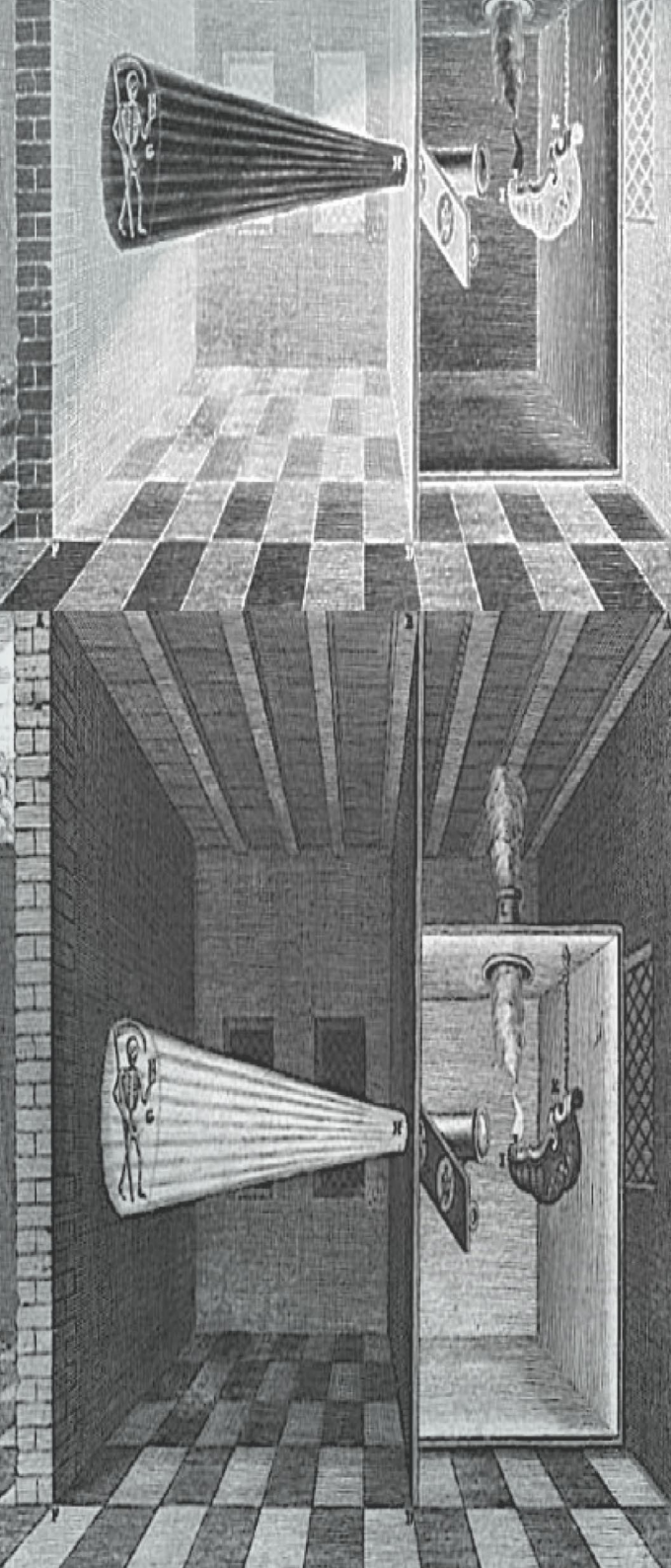
No geral, os caminhos buscado pelos veículos têm sido a sua submissão às dinâmicas e linguagem das plataformas, colocando suas pautas sob a lógica dos algoritmos e seus textos nos termos que se destacam num sistema de busca otimizada. O Google, a maior plataforma digital, anunciou que pagará US\$ 1 bilhão nos próximos três anos aos editores de grandes jornais do Brasil, Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá e Reino Unido, que farão parte do seu Google News Showcase. Acontece, como têm apontado vários jornalistas, que esse valor representará 0,15% das receitas de US\$ 632 bilhões do Google prevista para os próximos três anos. A jogada seria diminuir a pressão por regulamentação e por impostos sobre os serviços das plataformas que têm ocorrido em vários países, e que poderiam onerar o Google em 10% de suas receitas.

Emulando o *modus operandi* das plataformas, sites de notícias, jornais e revistas online também têm se servido da raspagem de dados de leitores. Ao acessar uma matéria do veículo online que já assino, surge um quadrinho na tela: “A *Folha* utiliza cookies e tecnologias semelhantes, como explicado em nossa Política de Privacidade, para recomendar conteúdo e publicidade. Ao navegar por nosso conteúdo, o usuário aceita tais condições”. Qual o real modelo de negócio por trás disso?

A aliança com o capital também se aprofunda, e agora mesmo os americanos estão sob a ameaça de um deserto de notícias

no interior do país. Desde a crise de 2008, grandes fundos de hedge e grupos de private equity passaram a comprar agressivamente centenas de jornais e redes em dificuldades. Sua ascensão deslocou os antigos donos da mídia do final do século 20, que por sua vez já eram grandes empresas com ações na bolsa ou de capital fechado. Sob os fundos, a administração dos jornais foi em busca de lucro e dividendos para os acionistas, baseados no corte de custos, demitindo pessoal, congelando salários, reduzindo benefícios. Hoje, mais de mil jornais pertencem a fundos de investimentos que, no entanto, já estão se movimentando para se livrarem desses “negócios” no momento nada lucrativos, diante da crescente queda da receita de publicidade.

Diante da ameaça de deserto de notícias, ativistas pelo direito à informação, muitos reunidos na coalizão *Rebuild Local News*, buscam o reconhecimento dos jornais como bens públicos, propondo aos governos estratégias para manutenção dos veículos, como um crédito fiscal que os americanos poderiam usar para comprar assinaturas de jornais, sites e revistas, ou fazer uma doação a uma organização de notícias sem fins lucrativos. Em vários países, o apoio governamental tem sido indicado como uma possível saída para parte da imprensa. Os americanos querem dobrar o número de repórteres no interior para cumprirem o que eles chamam de serviço cívico essencial. Vamos ver o que conseguem concretizar com a ajuda do Estado e do apelo à cidadania, pois o mercado, não se sabe exatamente como, está dominado.



10

Eduardo Paschoa

A VALORIZAÇÃO DAS MÍDIAS. O PARADIGMA DA TECNOLOGIA.

Os paradigmas que a tecnologia quebrou foram os de gerar mais comodidades e facilidades, o de acesso multiplicado, mais possibilidades, a exposição do consumidor, o rompimento das barreiras de tempo e espaço

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.251-258

Ilustração da câmera obscura. 1646.

ORIGENS

O avanço da tecnologia tem acontecido numa velocidade alucinante causada pelo surgimento de novos segmentos que até pouco tempo eram inimagináveis, e isso nos causa, a princípio, uma sensação de inabsorção de informações, mas que com o tempo vamos nos acostumando e entendendo essa necessidade, passando a acompanhar e conviver em detrimento à nossa evolução.

Antes de demonstrar através de exemplos e falar das coisas que parecem ser as novidades, queria mostrar como reagimos a essas novidades.

Pensando em uma linha do tempo vamos começar com o *Homo Sapiens* e esse contexto.

A pedra lascada, fez com que a caça pudesse ser feita de modo mais sistemático, o trigo foi o grande causador do fim dos nômades, “as pessoas começaram a comer mais trigo e, sem querer, favoreceram seu crescimento e difusão”, afirma o historiador Yuval Noah Harari, no best-seller *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*.

Mas o que isso tem a ver com a tecnologia e como associar isso aos dias de hoje?

Desde aquela época, o homem buscava atender às suas necessidades básicas, e passou a ter a ajuda de técnicas e aparelhos ou ferramentas que o ajudaram nessas tarefas.

A roda, o fogo, a imprensa podem ser “visivelmente” invenções que mudaram o curso da história dos homens, mas quantos outros “produtos” foram criados para ajudar e facilitar a vida de todos nós?

Muitas dessas tecnologias não fazem mais parte do nosso cotidiano, aliás, de algumas gerações para cá sequer tiveram o conhecimento de que um dia elas existiram e foram responsáveis pela evolução de muitas tecnologias utilizadas nos dias de hoje.

COMODIDADE

Poderia listar milhares de exemplos, mas vamos a alguns que fazem parte do nosso dia a dia.

Nossos carros, há mais ou menos 30 anos, passaram a ter os vidros com acionamento elétrico e, com essa tecnologia, deixamos de usar as antigas alavancas para fazer a mesma função.

Ainda tendo o carro como palco, hoje alguns modelos já possuem sensores que ao detectar que está em um local escuro, acendem suas luzes e, ao chover, acionam o limpador de para-brisas. Todas essas funções de forma automática.

Enquanto escrevia este ensaio vi um vídeo de um carro autônomo que já está em sendo produzido, o Tesla, Modelo X, usando um de seus recursos chamado de Smart Summon Mode, indo buscar o dono em um dia de chuva dentro de um estacionamento. Mas esse recurso estava disponível (em fase de testes) desde 2016, nos modelos anteriores da montadora.

Não podemos deixar de citar, também, o comércio eletrônico, que está superando o físico. Este segmento é um dos que mais avança, tecnologicamente falando, pois ele investe pesado na Inteligência Artificial através de ferramentas que identificam o consumidor e os seus hábitos comportamentais e de consumo, dando assim, a condição de que sejam desenhadas campanhas digitais de forma assertiva,

atingindo em cheio o seu sistema cognitivo, dando a ele a condição de escolha do quando, como e quanto em relação aos seus desejos e comportamentos.

Avaliando o que motivou o *Homo Sapiens* a deixar de ser nômade, foi a necessidade do básico, mas hoje mudamos o padrão desse básico.

Hoje o que buscamos é conforto, e nesse conforto queremos tudo mais rápido, mais cômodo, mais próximo, no momento e local que desejarmos.

Essa é a grande mudança de paradigma que estamos enfrentando – queremos tudo, e mais um pouco, não nos contentamos com pouco, queremos diversidade, multiplicidade, opções, variações, e tudo ao nosso alcance.

Quem de nós conseguiria viver sem controle remoto para assistir TV? Ou mesmo sem usar o celular? Essas duas tecnologias têm pouco mais de 20 anos e foram incorporadas à nossa realidade.

Hoje esperamos que os serviços de entretenimento nos ofereçam sugestões do que possamos gostar. Aqui novamente entra a inteligência artificial, onde os sistemas que acompanham a exibição do conteúdo cruzam as informações com as características do programa exibido, do horário, do perfil de quem pode estar assistindo/lendo/ouvindo e sugere, com base em todo o restante dos outros conteúdos, os que tiverem mais possibilidades de relevância para quem estiver lendo/assistindo/ouvindo.

Plataformas como Spotify, e mesmo um serviço chamado Taboola ou Outbrain (que mostram artigos sugeridos ao fim de artigos nos portais de conteúdo) fazem esse serviço inclusive, com a entrega de publicidade.

ACESSO MULTIPLICADO

Vamos ao nosso interesse por mídia. Nossa comodidade foi alterada ao longo dos últimos 30 anos, quando tínhamos somente acesso à TV aberta, com 6 canais. Em 1991 tivemos acesso à TV por assinatura, primeiro com a TVA e logo depois com a Globosat, na época foram adicionados 9 canais e um sistema diferente a um custo extra.

Hoje, essa mesma TV por assinatura, que já passou por muitas adaptações e evoluções de época, vive a sua derradeira mudança que é a possibilidade do consumidor escolher a sua programação, pois daqui em diante poderemos escolher todo o conteúdo, por um custo bem menor, através de *Streaming*, e assistir aos vídeos e áudios que quisermos. Podemos exemplificar alguns provedores que nos proporcionam isso como HBOgo, Globoplay, Amazon Vídeo, Netflix, esta última sendo a precursora desse sistema de distribuição de conteúdo e que teve em 2018 seu faturamento, através de assinaturas, maior que o faturamento do segundo mais importante canal da TV aberta no Brasil, o SBT. Analistas do mercado já prevêm que em 2022 esse faturamento supere o da Rede Globo, inclusive é aguardado, ainda este ano, a chegada de um dos maiores *players* do segmento de *streaming* para acirrar a disputa de mercado e bater de frente com a maior no momento aqui no Brasil, que a Netflix.

Hoje é muito mais comum entre as famílias, ao consumirem entretenimento, terem, na mesma residência, cada um dos indivíduos assistindo a sua programação de modo individual, mesmo vendo a mesma programação. Por isso que os pacotes mais populares não são individuais e sim de grupos.

MAIS POSSIBILIDADES

Da mesma forma que os outros meios de comunicação tinham suas sentenças de morte ao lançamento de um novo meio.

A internet foi sempre tida como o fim dos meios de comunicação tradicionais, mas na verdade ela passou a ser um avanço incomensurável nos meios de comunicações, pois além de ser o veículo de maior exibição de conteúdos, ela trouxe a velocidade inalcançável da comunicação interpessoal. Hoje os contatos, as reuniões, acontecem com a comodidade nunca antes imaginada, e o que fez com que essa evolução se estabelecesse foi a pandemia pela qual ainda passamos. A internet fez do isolamento uma forma segura de relacionamento.

Hoje a internet é a nossa janela para o mundo, com ela nos aproximamos dos demais, (em vídeo ou áudio), nos informamos, aprendemos, ensinamos, trabalhamos em qualquer lugar conectado, não dependemos mais de um equipamento exclusivo pra esse acesso.

Hoje as diferentes telas (celulares, tablets, computadores, notebooks, consoles de games, TV set-tops box, ou até mesmo os assistentes virtuais), todos esses equipamentos, precisam e dependem da conexão com a web para poder oferecer seus serviços. Em troca disso capta, armazena e usa essas informações, para melhorar a experiência com o usuário.

A EXPOSIÇÃO DO CONSUMIDOR

A privacidade deixou de ser respeitada e mantida, e hoje há uma necessidade de exposição desenfreada por parte dos usuários das redes sociais. Eles não dão a devida importância para o evento e

sim à sua aparição nele. Esse ato de se auto publicar nas redes sociais está diretamente ligado com a necessidade de construir uma imagem de quem está atento aos acontecimentos atuais com a intenção de se evidenciar no meio em que se relaciona. Alguns podem até chamar isso da nova cultura do *selfie*.

Essa exposição pode ser reconhecida rapidamente olhando as redes sociais, as fotos, os textos, onde os depoimentos parecem produções. O consumidor deixou de ser consumidor de conteúdo para ser divulgador, promotor, produtor de conteúdo, dando opinião, sugestão e, na grande maioria das vezes criticando.

Esse mesmo comportamento mudou a forma como hoje tomamos decisões, pois esse compartilhamento de opiniões faz as vezes de avaliação de produtos e serviços.

Os usuários de Uber, por exemplo, não se arriscam com motoristas que têm uma nota muito baixa, ou mesmo ir a restaurantes ou até lojas que tenham críticas quanto aos serviços que oferecem.

Aplicativos usam dessas informações e compartilhamento para avalizarem os serviços de terceiros e com isso gerarem mais credibilidade para seus próprios produtos/ serviços.

Hoje é dada mais credibilidade aos *digital influencers* do que antigamente tínhamos com os editores de revista, eles (digitais) se transformaram em personalidades anônimas.

BARREIRA DE TEMPO E ESPAÇO

Como hoje uma das necessidades novas da Pirâmide de Maslow (começou como piada, mas hoje não tem a mesma graça), nos últimos anos a conexão com a internet e a carga das baterias dos

celulares foram colocadas como itens de necessidade básica do ser humano. Com esse indivíduo conectado a relação tempo e espaço deixa de existir da mesma forma, pois conectado ele pode interagir e atuar quase que como se estivesse presencialmente em todo e qualquer lugar.

Podemos exemplificar com a realização de reuniões, que antes demandavam um tempo enorme com deslocamentos e ainda dependiam de agendamentos em locais que nem sempre estavam disponíveis. No entanto hoje podemos marcar e realizar reuniões a qualquer momento e em qualquer lugar com quantas pessoas se fizerem necessárias e tudo isso com um simples disparo de um convite que não leva mais do que 5 segundos para ser entregue.

Isso sem contar com os aplicativos de mensagens instantâneas que “exigem” respostas imediatas, e que como os outros meios de comunicação, é tido como o futuro exterminador dos emails. (Não acredito nisso também).

Cada vez mais a tecnologia invade e interfere o comportamento dos indivíduos. Hoje acredito que a própria sociedade, com sua aprovação de tendências e sugestão de comportamentos coletivos, impõe que todos estejam a par das novidades tecnológicas e suas aplicações, sob o risco de, ao não saber usarem, serem isolados, ridicularizados e se-rem postos à margem dos demais.

Em paralelo, o compartilhamento de informações, de forma consciente ou não, faz com que esses mesmos indivíduos possam ser totalmente rastreáveis e identificados, com base em seus comportamentos, rotinas, gostos pessoais e relacionamentos, tudo de modo público, sem mais nada de privacidade. A tecnologia acompanha essas informações - públicas ou não - e as usa, para poder justificar um melhor “serviço” a esse consumidor.

Esses, na minha opinião, são os maiores paradigmas que a tecnologia esta quebrando.



11

Antônio Napoles

OPOVOÑBOBO. O elogio à RGTV

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.259-267

Athanasius Kircher. Torre de Babel

INTRODUÇÃO

De origem carioca, o jornal *A Noite* é criado por Irineu Marinho (1876-1925) que dele se afasta para tratamento de saúde. Em 1925 Marinho lança o jornal *O Globo* e falece 25 dias após o primeiro número chegar às bancas.

Em 1930, cinco anos após o falecimento de seu pai, Roberto Marinho, torna-se presidente do jornal que nasce com orientação conservadora e anticomunista. Fez oposição ao governo Getúlio Vargas e apoiou o golpe militar de 1964, junto de outros jornais como *Estado de S. Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*.

De 1964 a 1969 instaurou-se no país o regime militar que prendeu e torturou pessoas que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados, mas pouparam a intelectualidade chamada socialista que continuou produzindo bens e produtos culturais de esquerda para si mesmo. Segundo Roberto Schwarcz, em seu livro *Cultura e Política*, a produção era em quantidade e qualidade notáveis, mas ficavam circunscritas a um meio restrito de intelectuais, suficientemente grande para manter sua produção e consumo.

Já a produção para as rádios, televisões e jornais atendiam a orientação do regime militar, eram censuradas e mantinham-se controladas. Era de se supor a existência de pensamentos e ideais divergentes coexistindo dentro das empresas de comunicação onde muitos dos intelectuais de esquerda trabalhavam, mas guardavam para outro espaço a manifestação de suas ideias.

Durante o período de 1964 a 1969 houve grande lançamento de novos canais de televisão e expansão da transmissão dos sinais para todo o país. O crescimento não é exclusivo da Rede Globo, que

acompanha o desenvolvimento das telecomunicações no país, notadamente com a adoção das comunicações via satélite.

Em 1965 criou-se a EMBRATEL – E Empresa Brasileira de Telecomunicações – e o Brasil se associou à Intelsat. O governo federal do regime militar cria o Ministério das Comunicações e inicia-se a expansão das emissoras de rádio, as retransmissoras de TV de sinal aberto e, em 1969, o Brasil se integra.

Em setembro de 1969 a TV Globo lança o Padrão Globo de Qualidade, estreando o *Jornal Nacional*, primeiro noticiário a ser transmitido em rede nacional através de suas emissoras afiliadas. É na década de 70 que o mercado das emissoras de televisão começa a formar um oligopólio. Várias emissoras, entre elas Tupi, Globo, Bandeirantes e Record disputam a atenção do telespectador diariamente. Essa disputa leva a uma escalada de investimentos nem sempre possíveis para seus acionistas. É nessa situação que as emissoras começam a alugar o espaço televisivo para programas religiosos.

Diferente dos outros grupos de comunicação, o Grupo Globo foi o que experimentou um crescimento exponencial de seus negócios e de sua influência durante o governo militar, e é na década de 1980, com a derrocada da Tupi, que as redes de emissoras se expandem e consolidam o mercado oligopolizado. É o período no qual a Rede Globo experimenta seu maior crescimento e maior período de hegemonia diante da audiência.

PRIMEIRA CONTROVÉRSIA PÚBLICA COM A REDE GLOBO

Em 25 de janeiro de 1984, aniversário da cidade de São Paulo, há a realização do primeiro grande comício do movimento “Diretas Já”,

na praça da Sé, em São Paulo. O evento foi noticiado e televisionado por todas as emissoras, mas a chamada no *Jornal Nacional* vinculava a imagem da praça lotada ao aniversário da cidade e não ao movimento que pedia a volta das eleições diretas. Na Rede Globo a censura foi dupla, segundo entre- vista de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho à *Folha de S.Paulo*, à época vice-presidente das Organizações Globo. Tanto a gestão da emissora como o governo federal pediram que a emissora não desse atenção ao fato.

“O povo não é bobo, fora Rede Globo”, frase que ganhou projeção na década de 80, marca até hoje a percepção do envolvimento da emissora com os governos federais no período militar. A origem da frase é controversa – alguns dizem que surgiu na década de 70 nas greves do ABC, outros na campanha de Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro em 1982. O que importa é que ela continua sendo usada em vários momentos da vida política e, junto com a palavra #globolixo, é usada como bordão de movimentos políticos para chamar a atenção para a baixa isenção dos grupos de comunicação brasileiros em relação aos interesses políticos.

CONFRONTOS ENTRE GRUPOS DE COMUNICAÇÃO E GOVERNOS FEDERAIS

Os confrontos entre governos federais e grupos de mídia sempre aconteceram e caminharam para algum tipo de alinhamento. As relações não são totalmente harmônicas como popularmente percebemos. São movimentos de confronto de interesses permanentes, mas que encontram um equilíbrio, à exceção do confronto atual entre o governo Jair Bolsonaro e a mídia, em particular às Organizações Globo.

No governo de José Sarney houve um conflito entre Rede Globo e o presidente que, apoiado por seu ministro Antônio Carlos Magalhães, queria reduzir a sua influência, revendo todas as concessões existentes. Segundo a imprensa da época, o presidente havia declarado que queria acabar com o monopólio da TV Globo, privilegiando o SBT para contrapor seu poder. As concessões não foram revistas, mas nasce no período o SBT – Sistema Brasileiro de Televisão, concessão dada ao empresário de comunicação Sílvio Santos.

No governo Fernando Collor havia a acusação de favorecimento do noticiário em favor de Fernando Collor e em detrimento de Luiz Inácio durante a campanha eleitoral. Era a primeira eleição direta ao governo federal, após um longo período de regime militar. A mesma imprensa que apoiou Fernando Collor, segundo os pesquisadores Gilberto Maringoni, doutor em História pela USP, e Luiz Felipe Francischini, professor de História da Comunicação, foi a que o derrubou.

No governo Itamar Franco há o episódio de proibição de exibição do documentário *Beyond Citizen Kane* [Simon Hartog.1993], produzido pelo Channel 4, emissora pública do Reino Unido, que discorre sobre a história do grupo Globo de Televisão.⁵⁵

No governo Fernando Henrique Cardoso há alguns estudos, em particular o do pesquisador e professor de ciência política da UNB Luís Felipe Miguel, que explicita o apoio indireto das Organizações Globo à sua reeleição.

Nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, apesar de um confronto histórico e contínuo entre o grupo e o PT, não há redução do investimento em mídia, sendo que durante os 12 anos dos governos Lula e Dilma as emissoras do Grupo Globo e sua rede de afiliadas receberam quase a metade de todo o investimento federal na

55 <https://www.youtube.com/watch?v=s-8scOe31D0>

TV aberta, revertendo uma tendência de queda de participação que vinha desde os anos 2000.

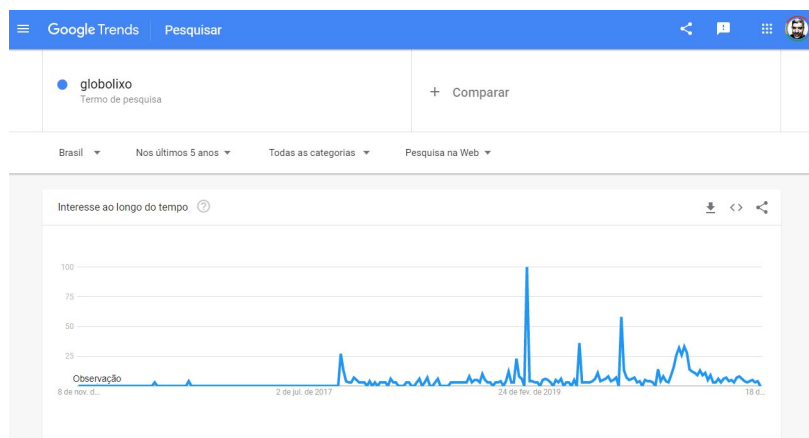
A QUEBRA DE PARADIGMA EM 2020

Segundo dados do Tribunal de Contas da União, em 2017, durante o governo de Michel Temer, a Rede Globo de Televisão recebeu 49% dos gastos totais em TV aberta, passando, em 2019 para a apenas 16%. Já a Rede Record e SBT, somadas, saíram de 49% dos gastos do governo federal em 2017, para 84% em 2019, uma evidência da troca da preferência do governo federal por outros grupos de comunicação mais alinhados com sua ideologia.

O evento que revela o confronto direto entre o presidente Jair Bolsonaro e a Rede Globo é o vazamento de áudio de 19 de fevereiro de 2019 no qual o presidente explicita ver a emissora como inimiga direta. O áudio foi gerado durante o episódio da demissão do ex-ministro Gustavo Bebianno por se aproximar de um diretor da Rede.

A transcrição do áudio é a seguinte: “Gustavo, o que eu acho desse cara da Globo dentro do Palácio do Planalto: eu não quero ele aí dentro. Qual a mensagem que vai dar para as outras emissoras? Que nós estamos se aproximando da Globo. Então, não dá para ter esse tipo de relacionamento. Agora, inimigo passivo, sim. Agora, trazer o inimigo pra dentro de casa é outra história. Pô, cê tem que ter essa visão, pelo amor de Deus, cara!”

Coincidentemente o *hashtag* #globolixo atinge seu máximo no Google Trends em 19 de fevereiro de 2019, já demonstrando a capacidade de articulação das redes sociais pelo presidente Jair Bolsonaro e sua rede de apoiadores.



REDES SOCIAIS DE JAIR MESSIAS BOLSONARO *VERSUS* REDE GLOBO

Em outubro de 2018, o presidente Jair Bolsonaro havia criado uma rede ao seu redor com alcance de 76 milhões de seguidores nas mídias sociais. Alguns números chamam a atenção como: 31 milhões de seguidores através de líderes religiosos, 10 milhões através de perfis falsos no Facebook, 9 milhões através dos filhos, e de 767 mil militantes ativos. Isso sem falar nos seguidores diretos. Um ano após, o número total de seguidores é de 105,6 milhões, um crescimento de 39% segundo a consultoria Bites, especializada em monitoramento do ambiente político na Internet. A TV Globo (aberta) atingiu diariamente a média de 100 milhões de pessoas.

Se pensarmos que existe um mercado da atenção que funciona como qualquer ambiente de negócio, podemos dizer que as redes sociais são substitutos perfeitos dos famosos pontos de audiência do Ibope. Um substituto tecnológico barato e com uma lógica própria:

quanto mais polêmica, mais audiência. Basta ser criativo para escolher as provocações certas para movimentar as pessoas.

Não importa se você o segue para criticá-lo ou para apoiá-lo. Falem mal, falem bem, mas falem de mim. Manoel Fernandes, sócio e fundador da Bites, explica em seu curso “Eleições sem Comício” que, mesmo que você, ao se indignar com uma publicação de mau gosto do presidente, encaminhe-a para amigos para criticá-lo, certamente uma parcela achará a publicação interessante e a encaminhará para mais um conjunto de amigos. O saldo sempre será positivo em termos de atenção.

Essa capacidade de atrair a atenção tem grandes consequências para as grandes redes de televisão, acostumadas a fazer bom uso de sua audiência como moeda de troca de um bom relacionamento com o governo federal.

Uma das principais consequências, visíveis para nós telespectadores e cidadãos, é uma mudança relevante do posicionamento da Globo em relação ao governo federal. Desde sua criação em 1965, este é o primeiro governo em que a emissora se coloca em confronto direto de forma quase permanente. Aparentemente o valor relativo dos pontos do Ibope estão perdendo seu valor para o governo federal.

Mesmo assim o grupo Globo faturou em 2019 R\$ 14 bilhões e a TV R\$ 10 bilhões. Dos governos anteriores ao atual, os gastos em publicidade direta representavam em média 4% do total do faturamento da TV, cerca de R\$ 400 milhões. Hoje estão na casa dos R\$ 40 milhões. A perda desse faturamento não está afetando o desempenho econômico da emissora, mas está aparentemente liberando-a de se alinhar politicamente aos governos vigentes.

A desintermediação do mercado de atenção⁵⁶, trocando pontos do Ibope por tração nas redes sociais tem, como efeito colateral, criado espaços de liberdade para a emissora. Chegamos ao ponto de observar jornalistas normalmente contrários à emissora elogiar sua cobertura jornalística durante o período mais crítico da pandemia no Brasil.

Essa mesma desintermediação da atenção de telespectadores afeta partidos políticos que praticamente perdem seu sentido como zeladores da relação dos candidatos com seus eleitores potenciais. Instituições perdem força nas redes em detrimento de personalidades. As relações nas redes sociais simulam relações entre pessoas. Não é à toa que a Magazine Luiza criou a Lu, uma personagem digital para intermediar a conversa dos potenciais clientes com a empresa.

O mundo digital ou cibernético está contido dentro de nossa realidade e tem, a cada dia que passa, maior presença em nossas atividades diárias. A pandemia acelerou sua influência e alcance. Forçou segmentos ainda reticentes em usá-la, como médicos e professores a adotarem novas práticas como aulas à distância ou o uso de receitas médicas digitais. O mercado de identificação de pessoas através do reconhecimento facial, biometria ou de um conjunto de cruzamentos de informação tende a substituir nossas identidades como RG ou CNH.

O fenômeno tem se tornado ainda mais importante porque não notamos mais sua presença e influência. É quando nos esquecemos que a tecnologia está presente em nossas vidas que ela se torna mais impactante. É nesse momento que as transformações mais profundas começam a fazer efeito. Por quê? Porque é a partir daí que perdemos a consciência e a compreensão de que estamos no meio de uma transformação.

⁵⁶ Desintermediação é o processo pelo qual a sua empresa se aproxima do cliente final através da eliminação de intermediários.



Carlos Costa
José Geraldo de Oliveira

Ascensão das EADs e a precarização da educação

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.268-275

Arbor scientiae de Ramon Llull

Em uma entrevista realizada com o professor Joaquim Luís Me-deiros Alcoforado⁵⁷, no dia 23 de janeiro de 2020, conversamos sobre muitos temas: a missão das instituições universitárias; a autonomia desses centros de educação; a formação holística num mundo em que estamos dentro da mudança; os desafios da Sociedade 4.0.

Uma reflexão importante que estamos fazendo é a do “diploma com prazo de validade” e a necessidade da educação continuada. Alcoforado apresentou a pedagogia das oito escolas da vida, do presbítero e iniciador do pensamento pedagógico contemporâneo Jan Amos Comenius [1592-1670] e o livro *Pampaedia*. Um livro muito pertinente neste momento, no qual segundo ele, “o papel da universidade é ensinar a pensar”.⁵⁸

Se concordamos com a ideia de que a sociedade está em constantes mudanças, não podemos pensar que isto não deva acontecer com a educação. “Para atender às necessidades a que educação já então deveria responder, teríamos de pensar em oito escolas ao longo da vida, começando com uma escola que ele chamava de pré-natal, ou seja, antes do nascimento e terminando apenas com a escola da morte”.

“Toda unanimidade é burra”, dizia Nelson Rodrigues. Mas parafraseando podemos dizer também que toda “generalização é idiota” e incluindo, neste balaio de gato, todo professor universitário, sobretudo da área humanística, tem um certo pavor das inovações tecnológicas, talvez porque acreditamos no mantra da profissão como uma vocação ou um sacerdócio, ao invés de esforço e necessidade. Também podemos expandir isto para nós, jornalistas. No texto *Mídia e jornalis-*

57 Doutor em Ciências da Educação, focado em Educação Permanente e Formação de Adultos. É professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, foi Coordenador do Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, Coordenador do Mestrado em Ciências da Educação e integra a Comissão de Coordenação do Doutorado em Ciências da Educação.

58 <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/20620>

*tas, um futuro em comum?*⁵⁹ Ramón Salaverría afirma que “da mesma forma que é inconcebível que um cirurgião ou um arquiteto trabalhem durante anos com as mesmas ferramentas, não se deveria aceitar que nenhum jornalista fizesse o mesmo. E, no entanto, com muita frequência é isso o que acontece. Todos conhecemos repórteres que resistem em renovar seus instrumentos de trabalho. Entretanto, modernizar a “maquinaria” e os artefatos de trabalho não é o mais importante. O básico é rejuvenescer a mentalidade para explorar usos criativos para essas novas tecnologias”.

Claro que o momento é assustador com um mercado de trabalho em contração, a transformação das universidades em empresas, o imperativo de publicar e o medo de não dar conta de os jovens experimentarem.

Temos a sensação de que os jovens que nasceram entre silício sabem mais que nós – claro, se nasceram entre o silício sabem “lidar” melhor que nós. Nós que nascemos em um mundo sem internet temos certa perspectiva que esses jovens não têm. Não sabem mais, somente estão mais “naturalizados”. Essa naturalização do uso de tecnologia muda radicalmente a forma como educamos.

Hoje, por exemplo, não podemos valorizar um aluno por sua memória. Hoje a memória está em um celular (é um valor adicionado). Obrigar os alunos a fazerem coisas repetitivas não é algo muito “humano”, pois, como na indústria, as máquinas as fazem melhor. Por isto a frase de Alcoforado faz muito sentido neste momento: “O papel da universidade é fazer pensar”, e é possível acrescentar: improvisar e experimentar – ser possível usar as ferramentas tecnológicas junto com uma “imaginação criativa” através da poesia, filosofia, entre outras formas.

59 <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/297>

A educação neste novo território deverá ser mais líquida, sem o espírito dualista de nossa sociedade complexa que só o tecnológico não dá conta de explicar.

Quando as aulas remotas começaram foi puro nervosismo, impaciência, mas, sobretudo, o medo do “vou dar conta?” Descobrimos um vídeo no Youtube com uma auto-ironia do professor e historiador do estado de Missouri, nos EUA, Michael Bruening, e a sua versão do *Will Survive* para professores online nos dias do coronavírus.⁶⁰

Passado o susto, começamos a olhar com benevolência aquelas horas de aulas. O *Zoom* ou o *Teams* permitiu aos professores continuarem realizando o seu trabalho, conseqüentemente não perderem o emprego, e a interação, embora virtual, acabou sendo uma experiência, até por dar uma sensação de linearidade temporal e de presença para todos.

Uma sensação paranoica: “enquanto estiver dando aula estou vivo e empregado”. Mas trouxe também o vale de lágrimas por saber que o Coronavírus vai transformar radicalmente a natureza das instituições e das suas práticas de ensino e aprendizagem.

Cabe aqui uma ressalva. A mudança já vinha acontecendo com o EaD quando o Ministério da Educação autorizou 20% da carga horária fossem ofertadas à distância. Entre 2010 e junho de 2017, foram credenciados pelo MEC cerca de 9.900 polos de apoio a cursos da modalidade EaD. Não somos contra o processo, mas somos contra como as Instituições de Ensino Superior (IES) estão utilizando este processo para a “precarização do “mercado da educação”, ou podemos dizer “uberização da educação”.

Na pandemia os professores se tornam produtores de conteúdo para abastecer os ambientes de aprendizagem digital, sem vínculo

60 <https://www.youtube.com/watch?v=CCe5PaeAeew>

empregatício, sem direitos autorais que passam a ser propriedade das instituições de ensino para serem reutilizadas nos anos seguintes.

Não se trata aqui de negar o uso da tecnologia que, na pandemia, foi a melhor opção pois estamos falando de segurança e a saúde de professores, alunos e seus familiares. A crítica é o que está por trás do uso dessa tecnologia. O que é importante é refletir sobre a brecha aberta para uma digitalização total do ensino em um mundo que agora podemos começar a diagnosticar, ou refletir, sobre a presença física e a digital.

O processo de digitalização radicalizou-se (como as *lives* se tornaram moda). Sabemos os problemas de um congresso ou palestra online, a dificuldade de concentração ou imersão e a possibilidade de desligar a câmera e o áudio para realizar outras atividades, enquanto permanecemos virtualmente de corpo presente. Uma presença não material, uma desmaterialização da realidade física que elimina a “fiscalidade da interação” ou os momentos de “vazio reflexivo” (sabemos que o silêncio, seja na televisão, seja em uma *live*, conforme Beatriz Sarlo⁶¹, é o assassinato da audiência).

Este processo em uma aula remota é exaustivo para o professor e uma morte para o aprendiz. Não temos a pausa para pensar e deixar pensar. Sem pensar o conhecimento se torna automatizado e não reflexivo.

O processo de digitalização do ensino também revela outro lado, um lado perverso, que é a desigualdade socioeconômica e de gênero (que pode exacerbar ainda mais porque a educação historicamente no Brasil é uma responsabilidade da “mãe”).

61 SARLO, Beatriz. *Cena da vida pós-moderna*. Intelectuais, arte e videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

Antonello da Messina pintou *São Jerônimo em seu gabinete* em 1442, uma representação de um momento em que ele traduzia a Bíblia. O estúdio visto na obra de Antonello traz as características do estilo flamengo, numa exuberância de pormenores, onde tudo se encontra modelado com perfeição: plantas, recipientes, caixas, livros (em pé ou deitados), pano, dedos entre as folhas do livro, entre outros detalhes. Porque nos referimos a essa pintura? É o espaço idealizado para refletir, o acesso a livros que se exige hoje nas aulas remotas.

É importante pensar que a sala de aula física, o *campus* é um espaço de liberdade e confronto de ideias. O espaço da sala de aula não é um espaço de educação, mas sim de conhecimento. Lembrando a frase de nossas mães: “educação vem do berço”. A universidade como espaço construído de conhecimento precisa ser reativado!

Quem conhece a série *Normal People* (2020) da TV irlandesa sabe o que estou falando, a universidade como espaço de experiência da vida, outros espaços de aprendizado e o próprio significado da universidade. Isto o confinamento nos tirou.

Que a pandemia mudou os rumos da educação para um futuro massivamente digital não temos dúvidas, e não se trata aqui de defender privilégios de uma tradição que se tornou “obsoleta”. Volto a Alcoforado: “o papel da universidade é ensinar a pensar”. E nós, como professores, precisamos trocar o *chip* e defender qual o papel social e político do ensino e da academia em busca de formar uma inteligência crítica da realidade para evitar uma precarização e uberização do ensino, ao mesmo tempo em que acontece uma colonização capitalista na figura do Google ou da Microsoft e suas plataformas mirabolantes para o ensino. Também temos que pensar no risco de controle do próprio processo aprendizagem, privacidade e perda de soberania do educador. Os designers de programas educativos, segundo Marc Vidal

(2020)⁶², vão além de gerar uma sociedade de informação, mas de estimular uma sociedade do conhecimento.

Não é culpa destas empresas, mas de políticas governamentais que não estavam preparadas para o que aconteceu. O grande risco é transformar a educação em um negócio, também nada contra, mas que tira a capacidade de pensar e automatiza o conhecimento.

A tecnologia não é uma inimiga. O inimigo é outro. O inimigo é o homem. Mas como educadores é fundamental unir a tecnologia com o “humano”. O papel da educação terá o desafio de unir matemática ou direito e arte, teatro e administração de empresa, jornalismo e sociologia, entre outras áreas. É importante ter claro que na formação do futuro não será fácil identificar os limites entre o conhecimento necessário e as habilidades humanas de suporte.

O André Lemos, da Faculdade de Comunicação da UFBA, em uma entrevista disse que “antes o professor tinha dois livros, um para todos os alunos, que usava em sala de aula, e outro que mantinha escondido como trunfo do seu conhecimento”. O desenvolvimento ao acesso à informação e os avanços tecnológicos possibilitaram que algumas gerações possam ter a oportunidade de aprender sem limites, desenhando e inovando o mundo que querem viver. Vamos perder este bonde?

Toda uma geração, sejam os nativos digitais ou os criados pela pandemia, estará em um mundo distinto. Se aqui tratamos como a tecnologia vai mudar o mundo do trabalho, como conhecemos também isto irá acontecer na educação. Não podemos ser saudosistas. Podemos criticar, mas não ficar esperando que o futuro nos pegue na curva ou de calças curtas. Se falamos como educadores, e não que-

62 VIDAL, Marc. *La era de la humanidad. Hacia la quinta revolución industrial*. Barcelona: Deusto, 2019.

remos que isto aconteça conosco, não devemos também querer que aconteça com os nossos orientandos.

Não seremos mais “professores”, mas tutores para um novo caminho. Não se trata da ideologia de uma nova “reforma educacional” para criar regras institucionais ou políticas. Trata-se de disponibilizar todas as ferramentas possíveis para construir um caminho.



13

José Geraldo de Oliveira

O LUTO.
Mors tua,
vita mea

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.276-291

Redenção. Foto José Geraldo de Oliveira.

Uma peste é um inimigo formidável, armado com temores
que nem todo homem é suficiente forte para resistir
ou está preparado para aguentar o baque contra.

Diário de uma peste. Defoe.

Apesar de toda a ciência, apesar da Inteligência Artificial, agimos exatamente da mesma forma como Giovanni Boccaccio descreve em *Decameron* em suas 100 histórias, escritos entre 1348 e 1353, em que dá voz aos jovens como um antídoto contra o tédio do isolamento e o desespero diante da peste.

O que negamos? A morte ou a vida?, pergunta Freud. Luc Ferry em *Diante da crise* (2010) defende a ideia de que a crise de 2008 era mais do que financeira: era também econômica. Sabemos que a crise gerou massas de desempregados e de pobres, mas no entanto mantiveram-se sob o mesmo horizonte ideológico neoliberal. Do desemprego às plataformas do mundo do trabalho veio a reforçar o capitalismo como discurso do empreendedorismo. A crise da Covid-19 vai além e provoca quatro crises em uma megacrise: financeira, econômica, social e sanitária.⁶³

Sendo redundante, o coronavírus estremeceu a nossa vida e eliminou um futuro “desenhado”, planos, trabalhos, compromissos. E onde chegamos? Colapso nos sistemas de saúde, uma legião de desempregados, fronteiras fechadas, *home office*, a emergência de um novo modelo de educação, economias comprometidas, desaceleração das indústrias e comércio, a negação da doença e da morte. A pandemia trouxe à tona a morte com máscara de uma desilusão frente a impotência humana diante da morte, o progresso e o desenvolvimento que mantinha a ideia de um Estado civilizado, calcado na ciência, na moral e na razão, eliminando o equilíbrio e os protocolos que regia

⁶³ <https://veja.abril.com.br/blog/murillo-de-aragao/prosseguimos-perdendo-tempo/>

a sociedade. E nada aponta para o início de uma nova era, ou melhor, para uma boa era.

A Covid-19 nos fez despertar no “deserto do real” usando a expressão de Jean Baudrillard. “Mas o pensamento coletivo é normalmente de curta duração. Nós somos seres inconstantes, estúpidos com memórias pobres e um grande dom para a autodestruição” ou “nunca ninguém ganha os jogos. Ponto final. Há sobreviventes. Não há vencedores” sentencia Haymitch Abernathy na série de filmes *Jogos Vorazes* (2012-2015).

O LUTO NÃO É UM PROCESSO COLETIVO

Escrever foi a opção de Susan Sontag quando descobriu que tinha câncer: *Doença como metáfora*, publicado em 1978, e dez anos depois *Aids e suas metáforas*. Em ambos livros a ensaísta desmonta lógica perversa com que tratamos as doenças ao longo da história, expondo as metáforas subliminares usadas para transformar doentes em culpados pelo próprio mal, traduz a linguagem empregada para estigmatizá-los, isolá-los, afastá-los – e para nos manter distantes do mundo da morte. Sua crítica ao modo de como nossa mente lida com a tuberculose, o câncer e a aids permanece viva. Como foi o caso da Aids que é causada por um vírus mutante que quebra as defesas do nosso organismo, sem que possamos controlar seu destino e a neurose do “positivo” ou “negativo”.

Existem elementos cruciais entre a enfermidade como metáfora que defendia Sontag e a enfermidade da metáfora que nos afeta hoje. Nos dois casos existem uma operação que transforma a metáfora que nos afeta atualmente, que é de uma organização imaginária em objetividade social e quebra de paradigmas. Embora paradoxal, o posicio-

namento de Sontag é significativo da mesma dificuldade que sentimos ao discutir os possíveis efeitos da pandemia sem recorrer aos nossos velhos sistemas de valores, crenças sociais e políticas.

A mídia recuperou a metáfora da guerra para tentar explicar o hiato que transformou a nossa vida. Cito dois exemplos: no Reino Unido, comparou-se a utilização de plataformas virtuais para a realização de reuniões ministeriais com o formato de “gabinete de guerra”. Angela Merkel referiu-se à pandemia como o maior desafio encarado pelos seus compatriotas desde a Segunda Guerra Mundial.

A jornalista Emily Maitlis, repórter da BBC, referiu-se à linguagem em torno da Covid-19 como banal e enganosa, “você não sobrevive à doença com força de vontade e de caráter, como o time do governo tem dito. A doença não nivela todo mundo, as consequências não são as mesmas para os ricos e os pobres. Este é um mito que precisa ser desconstruído”.⁶⁴

Na tentativa de emprestar algum sentido às nossas próprias experiências, talvez não seja possível sanar o discurso sobre a doença de toda e qualquer metáfora. Sontag, no seu momento, é correta ao denunciar o absurdo da linguagem militarizante em relação a uma epidemia: “as metáforas militares contribuem para estigmatização de certas doenças e, por extensão, daqueles que estão doentes” (SONTAG, 1988).

Josep M. Català em um livro visionário, *Elogio à paranoia* (2009), reflete sobre o conceito de vírus, segundo ele, a própria palavra é uma “enfermidade pós-moderna” que coincide com o auge das tecnologias de difusão de sinais por satélites. No século XIX, a bactéria vinha a explicar as enfermidades do passado, o vírus ao contrário anunciava o futuro ou seja uma doença paradigmática, em oposição à bactéria-

64 Emily Maitlis, jornalista âncora do jornal Newsnight da BBC na edição de 8 de abril de 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/news/av/uk-52227222>

na, que seria sistemática. “A decisiva confluência entre o paradigma técnico e o médico é produzido no momento em que a tecnologia do computador adota a metáfora do vírus para explicar um fenômeno que o design adotou a mesma metáfora” (CATALÀ, 2009, p.26).

Em relação a metáfora militar, eu diria, parafraseando Lucrécio: deixem-na para os guerreiros.

A MORTE É A INDIGNAÇÃO HUMANA

27 de outubro - você não conheceu o corpo da mulher! -
Conheci o corpo da minha mãe morta, depois agonizante.

Roland Barthes

Em *Diário de um luto* Roland Barthes organizou um conjunto de pequenas anotações iniciadas em outubro de 1977, um dia após o falecimento de sua mãe, Henriette Binger, e que se estendem até setembro de 1979, seis meses antes de sua própria morte. No período, em exatos 48 dias escreveu *A câmara clara*, possivelmente em forma de um diário.

Todo o livro visa dar conta daquilo que sente diante de um foto da sua mãe. Barthes enlutado busca algumas fotografias, mas na verdade existe apenas uma: a foto de sua mãe, que ele não mostra, porque a sua emoção não é em nada compartilhável,

Decidi então ‘tirar’ toda a Fotografia (sua ‘natureza’) da única foto que com segurança existiu para mim”. “Eu sabia que, por essa fatalidade que é um dos traços mais atrozes do luto, eu consultaria imagens em vão, não poderia nunca mais lembrar-me de seus traços (convocá-los, inteiros, a mim) (BARTHES, 2011, p.95).

Barthes é enfático e abre o caminho para pensar: “Resolvi tomar como ponto de partida de minha busca apenas algumas fotos, aquelas que eu estava certo de que existiam para mim” (BARTHES, 2011, p.19), escreve visceralmente como no *Diário de um Luto*. *A câmara clara* não é um livro sobre fotografia, a fotografia é um ponto de partida. O grande tema é o luto e a memória e que a fotografia é uma parte. Em vários momentos em que dava o curso de Teoria da Comunicação, usava este texto como referência para entender a fotografia. Desculpe meus alunos. O livro é um exercício para entender o luto através da fotografia. O luto é o ponto de partida para Barthes pensar a fotografia como um elemento emocional e talvez por isto se confunde com uma teoria sobre a fotografia. As imagens nos tocam, emocionam e no caso da morte e luto nos mobilizam a um “amor extremo e incondicional”. Depois que conheci o *Diário de um luto* me fez “reentender”: *A Câmara Clara* não é um livro de teoria da fotografia, mas é um livro que usa a fotografia para pensar o luto.

13 de junho de 1979. Hoje cedo, com grande dificuldade, retomando as fotos, fiquei emocionado com uma de mam. quando menina, doce, discreta ao lado de Philippe Binger (Jardim de inverno de Chennevières, 1898). Choro. Nem mesmo o desejo de se suicidar (BARTHES, 2011, p.140).

Barthes fala da mãe “ao longe – diante de mim”. Esse é o paradoxo de que *A Câmara Clara* tenta mostrar. Paradoxo que se revela temporal, não tanto espacial. “Longe” porque o que a fotografia mostra está situado no passado. A imagem como necessidade do luto e a tomada da consciência do luto: “ela já não existe, ela já não existe, para sempre e totalmente” (Barthes, 2011, p.75); “diante de mim” porque, por meio da fotografia, é sentida como presente. A foto evidencia o luto. A lembrança de uma imagem que deve ser real, mas que só está no nosso imaginário.

28 de maio de 1979

A verdade do luto é muito simples: agora que mam.,
está morta, sou empurrado para a morte
(dela, nada me separa, a não ser o tempo).

Barthes, 2011, p.127.

A experiência do luto é singular. Sem um tempo definido.

29 de novembro

A medida do luto (Larousse, Memento):
dezoito meses para o luto de um pai, uma mãe.

Barthes, 2011, p.19.

A ERA DO ESTADO DE SOLIDÃO E MELANCOLIA

O filósofo Giorgio Agamben, que causou tanta polêmica com os seus textos no início da pandemia, compara o luto ao estado de exceção:

Como os períodos de anomia e de crise, em que se assiste a um desmoronamento das estruturas sociais normais e a uma falência dos papéis e das funções que pode chegar à completa inversão dos costumes e dos comportamentos culturalmente condicionados, assim também os períodos de luto são frequentemente, caracterizados por uma suspensão e uma alteração de todas as relações sociais (AGAMBEN, 2004, p.102).

O luto é um processo do “eu”, assim como a morte em singular. Morrer: morre eu. Eu morro. Morro por que? O luto é um processo

egoísta. Qual é o problema em aceitar isto? Quem irá enlutar por mim? Este é o grande desassossego. “A morte própria é, pois, inimaginável, e todas as vezes que tentamos (fazer dela uma ideia) podemos observar que, em rigor, permanecemos sempre como espectadores” (FREUD, 2009, p.19). Mais a frente escreve: “Paralisa-nos o escrúpulo de quem substituirá o filho ao lado da mãe, o homem ao lado da mulher, o pai junto dos filhos, se alguma desgraça suceder. A tendência para excluir a morte da conta da vida traz consigo muitas outras renúncias e exclusões (FREUD, 2009, p.21).

Freud escreveu esse texto na dimensão da guerra e da morte em grande escala. A guerra traz uma dimensão da morte como algo fortuito, presença constante, o que se opõe à ideia civilizatória. A partir das mortes na guerra, Freud se pergunta sobre o lugar dela no inconsciente e no desejo humano, que segundo ele, é um desejo de assassinato.

No clássico *Luto e melancolia* afirma que é digno de nota que “nunca nos ocorre considerar o luto um estado patológico, nem encaminhá-lo para tratamento médico, embora ele acarrete graves desvios da conduta normal da vida. Confiamos que será superado depois de algum tempo e consideramos inadequado e até mesmo prejudicial perturbá-lo”. Quando fala em “depois de algum tempo” deixa em aberto a medida desse tempo, e essa abertura talvez seja o melhor antídoto contra o que considero um dos maiores clichês do luto: “a vida continua”, como se uma grande perda devesse e pudesse ser encarada com grande naturalidade.⁶⁵

⁶⁵ <https://blogdoims.com.br/trabalho-de-luto/>

OS ESTÁGIOS DO LUTO

O luto é um processo, um conjunto de reações e emoções, resultado de uma perda. A psiquiatra suíça Elisabeth Kübler-Ross afirma que

Quando retrocedemos no tempo e estudamos culturas e povos antigos, temos a impressão de que o homem sempre abominou a morte e, provavelmente, sempre a repelirá. Do ponto de vista psiquiátrico, isto é bastante compreensível e talvez se explique melhor pela noção básica de que, no nosso inconsciente. É inconcebível para o nosso inconsciente imaginar um fim real para a nossa vida na terra, e se a vida tiver um fim, este será sempre atribuído a uma intervenção maligna fora do nosso alcance; [...] em nosso inconsciente só podemos ser mortos; é inconcebível morrer de causa natural ou de idade avançada. Portanto a morte em si está ligada a uma ação má, a um acontecimento medonho, a algo que em si clama por recompensa e castigo (KÜBLER-ROSS, 1996, p.14).

Ela aponta cinco estágios do luto: 1) Estágio da negação; 2) Estágio da raiva; 3) Estágio de negociação ou barganha; 4) Estágio de depressão e 5) Estágio de aceitação do luto.

Os estágios não acontecem necessariamente nessa ordem. A pandemia, pontuada pelas atualizações constantes do número de infectados, repetição em exaustão das imagens das covas abertas ou os enterros em vala comum exibidas na mídia diariamente modifica a nossa relação com o luto e confunde os diferentes estágios até a aceitação da morte. Estar enlutado é um estado de exceção, este hiato, em que tudo se move em outro ritmo. Este “reviver” a morte diariamente prologa o luto e cria estigmas.

A ideia que caracteriza a pandemia é o nosso estado de solidão e melancolia. Segundo Julia Kristeva a melancolia gira entre dois pontos: o esforço criativo e a destruição do ambiente sócio, ao mesmo

tempo que é o resultado do fato de que o sujeito tem em não aceitar e não absorver uma perda ao mesmo tempo que acarreta o sentimento de ser “deserdado de um bem supremo não nomeável, de alguma coisa irrepresentável que nenhuma palavra poderia significar” (KRISTEVA, 1989, p.19).

Os pacientes do Covid-19 nos hospitais morrem, e continuam a morrer, em extrema solidão. Os familiares e amigos diante do distanciamento social sofrem na pele à destruição do “ambiente sýgnico”, ou seja, sem poder praticar o ritual da despedida, sem velar e tocar o corpo inerte e se reverenciar a despedida. “A consideração para com o morto, de que ele já não precisa, está para nós acima da verdade, e para a maioria de nós, decerto, também acima da consideração para com os vivos” (FREUD, 2009, p.20).

Milhões de pessoas viveram este sentimento de solidão e melancolia enquanto acompanhavam nos noticiários, de forma repetitiva, os caixões empilhados um ao lado do outro levados para a morada final em longas filas anônimas; covas vazias, coveiros uniformizados enterrando às pressas os corpos enquanto os familiares choravam de longe por causa dos novos protocolos de vida e morte impostos.

Quem não se lembra horrorizados as 13 mil valas comuns abertas no cemitério de Vila Formosa em São Paulo para enterrar os mortos ou das famílias em Manaus, que enfrentaram o colapso no sistema funerário, que viram a abertura de novas covas para enterrar seus parentes no cemitério de Tarumã.

Recuperei a ficção factual ou narrativa semi-histórica de *Um diário da peste*, em que Daniel Defoe relata o surto da peste bubônica que adquiriu proporções pandêmicas em 1665 e dizimou 100 mil pessoas.⁶⁶ Um texto absurdamente atual para descrever a “nossa peste”.

⁶⁶ O autor escreveu também *Robinson Crusoe*, cria uma narrativa fundindo fato e ficção, através de minuciosa coleção de detalhes, ou seja, o autor emprega métodos jornalísticos na ficção, criando um primeiro modelo de narrativa objetiva, com muitas das técnicas utilizadas até hoje na “reportagem jornalística”, a dita “primeira versão da História”.

Nestas valas, jogavam cinquenta, talvez sessenta cadáveres em cada uma. Depois, cavaram buracos ainda maiores, onde enterravam todos os que o carro trouxesse em uma semana, o que, da metade para o fim de agosto, aumentou de duzentos para quatrocentos cadáveres. Não podiam fazer valas maiores porque surgia água depois de dezessete ou dezoito pés de profundidade e também não podiam enterrar mais gente na mesma vala porque as autoridades estabeleceram que nenhum cadáver podia ficar a menos de seis pés da superfície. No começo de setembro, a peste expandiu-se de uma maneira pavorosa e o número de mortos na nossa paróquia foi superior ao de qualquer paróquia do mesmo tamanho em Londres. Então, mandaram cavar este horroroso abismo – pois era mesmo mais um precipício do que uma vala (DEFOE, 2013, p.75).

O desespero era tanto que, na falta de um tratamento eficaz, as pessoas recorriam às mais estapafúrdias profilaxias, “conforme aumentava a devastação, também crescia o pavor das pessoas, que faziam mil coisas indescritíveis, movidas pela fúria de seu medo, enquanto outras faziam o mesmo na agonia da doença” (DEFOE, 2013, p.121).

O autor exemplifica a irracionalidade dos homens frente a um inimigo incontrolável e invisível. Os sentimentos e reações coletivas pouco mudaram do século XVII para cá. Da peste bubônica, passando pela Aids, dengue e agora o Coronavírus, as epidemias mudaram, mas continuamos os mesmos.

Essas imagens que provocaram indignação, consternação, medo. Seria este o fim de uma civilização? A redução da vida a uma função simples dentro de um processo desumanizador. A morte está inserida dentro de um sistema simbólico que amplia os limites da vida, empurrando-a para além de si mesma. As imagens da morte amplamente divulgada pela mídia tinha a função de aterrorizar e serão estas imagens irão constituir o nosso triste imaginário social que marca a entrada no século XXI.

Debora Diniz, antropóloga e professora da UnB, no documentário *O antes e o depois*⁶⁷ afirma que a “distância social implica que todos os nossos amores, nossos vínculos, nossos afetos, qualquer um deles pode morrer e nós não podemos cuidar. Cuidar é uma forma de se enlutar e se preparar para o luto, como a gente não pode nos despedir. Essa é uma experiência transformadora para a humanidade. É o surgimento de um mundo a partir de uma experiência mais dolorosa que como humanos podemos viver que é a preparação de um luto que nós não vamos ser autorizados a viver. Nós não vamos poder nos despedir dos nossos amores e dos nossos vínculos. Essa é uma das regras da proibição do luto como está instaurado pela pandemia”.

A primeira parte das Memórias de Nelson Rodrigues publicada em livro pelo *Correio da Manhã*, com o subtítulo *A menina sem estrela*, encontramos um relato impressionante da morte e a impossibilidade do luto:

Ora, a gripe foi, justamente, a morte sem velório. Morria-se em massa. E foi de repente. De um dia para o outro, todo mundo começou a morrer. Os primeiros ainda foram chorados, velados e floridos. Mas quando a cidade sentiu que era mesmo a peste, ninguém chorou mais nem velou, nem floriu. O velório seria um luxo insuportável para os outros defuntos. Era em 1918. A morte estava no ar e repito: - difusa, volatizada, atmosférica; todos a respiravam” e continua, “de repente, passou a gripe. Ninguém pensava nos mortos atirados nas valas, uns por cima dos outros. Lá estavam, humilhados e ofendidos, numa promiscuidade abjecta. A peste deixara nos sobreviventes, não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte. Eu me lembro de um vizinho perguntando: - “Quem não morreu na Espanhola?”

67 O antes e o depois (João Wainer e Cesar Gananian. 2020). Disponível em <https://www.uol.com.br/mov/videos/2020/08/10/o-antes-e-o-depois-como-o-medo-e-o-luto-abalaram-nossas-vidas.htm>

Chorar os mortos é o próprio significado do ser humano. Mas os mortos choram, dando lhes enterro, em nome da vida, para permitir que a vida, em sua extraordinária insubordinação até a morte, continue.

O ex-ministro alemão de Relações Exterior Joschja Fischer chamou de “a primeira crise da humanidade no século XXI”.

Kristalina Georgieva, chefe do FMI, de “a hora mais sombria da Humanidade”.

O Papa Francisco acredita que o Covid é uma “resposta da natureza” à humanidade e uma “chamada de atenção contra a hipocrisia funcional” de alguns líderes políticos.

“Sei que nada será como está, amanhã ou depois de amanhã” diz a música de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos.

Enfim a pandemia está quebrando e criando novos paradigmas de como nos relacionamos com o mundo, com os outros e com nós mesmos.

Algumas perguntas surgem: abriremos espaço para uma tecnologia mais humanizada? A educação vai se reinventar? Quais são as habilidades e competências que as lideranças devem ter? Seremos mais cautelosos no contato? Vamos nos abraçar de vez a digitalização no trabalho? E como fica a nossa relação com a natureza?

Além das mortes, corremos o risco de que a recessão generalizada aumentar a desigualdade social e deixar pessoas em vulnerabilidade em situação mais crítica, para citar apenas algumas delas.

Não é que este vírus possa, por si só, provocar uma mudanças. Alexander Kluger⁶⁸, nos lembra que “os vírus são nossos vizinhos na

68 https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/alexander-kluge-viviendo-hora-cero-1945-_0_jWWI-Py3cn.html

evolução, e são mais velhos que nós, têm 3,5 mil milhões de anos. Há quem diga que os nossos antecessores são um dos formidáveis aca-sos produzidos por essas simples sequências de ácido ribonucleico. No nosso genoma, mais de metade são vírus patrióticos que se batem oniricamente nas nossas células contra doenças hoje extintas e peri-gos desde há 45 milhões de anos, combatem outros vírus arcaicos, constituindo a base da nossa imunidade”. Kluge acrescenta ainda que “o antídoto poderia já estar em nós e, ao mesmo tempo, estes vírus são como extraterrestres neste nosso planeta”.

Houve um exagero no discurso, publicitário e nostálgico, seja dos economistas, médicos ou futuristas, e se espalhou o clichê de que “daqui a pouco tudo volta ao normal”, ou um “novo normal”. Me parece que isso é uma grande mentira.

Não haverá um “novo normal”. Há um hiato entre o que fazíamos e o que vamos voltar a fazer. Como Heráclito afirmava “nada é permanente, exceto a mudança”.

A implantação do discurso de que iremos entrar em um novo mundo, marcado pela conectividade, engajamento, ativismo e, acima de tudo, valorização da transparência como premissa para construir relações é meramente um discurso não só de um capita- lismo esquizofrênico, mas também por sermos esquizofrênico diante do capi- talismo. O vírus expôs o lado mais perverso do humano. Temos que assumir isto. Embora muitos acreditam que o vírus democratizou as nossa fraquezas e medos.

O vírus não democratizou nada. O vírus não pensa – pelo menos como a gente entende o que é pensar.

Podemos tirar alguma lição disto tudo?

Talvez.

Somos humanos e como tal continuaremos neste embate da busca da normalidade, do conhecido, do que nos conforta. O anseio deste “novo normal” é a nossa tábua de salvação para não enlouquecer. Não somos frutos do nosso tempo, mas dos nossos tempos.

Acredito que a tempestade vai passar, mas também tenho certeza que quando passar, será diferente. Como vamos sair desta? Espero sair vivo, embora com uma humanidade em escombros, em que a sociedade foi colocada em xeque e em dúvida. Vamos sair desta pandemia, mas também devemos pensar: “como iremos sair”? Embora esta resposta traga outra pergunta: “como estarei vivo? Eu quero sair vivo! “Mas em que condições”? “Temos que voltar realmente vivos, não meio mortos” .

Concluirei, então, o relato deste calamitoso ano com um vulgar porém sincero verso de minha autoria, que coloquei no fim das minhas anotações cotidianas no mesmo ano em que foram escritas:

Terrível peste esteve em Londres no ano de sessenta e cinco
cem mil almas levou consigo mesmo assim, estou vivo! H. F.

Um diário do ano da peste. Defoe

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BARTHES, Roland. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. *Diário de um luto*. 26 de outubro de 1977 - 15 de setembro de 1979. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CATALÀ, Josep M. Domènech. *Elogio de la Paranoia*. Madrid: Cátedra, 2009.

DEFOE, Daniel. *Um diário da peste*. Artes e Ofícios, 2013.

FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a Guerra e a Morte*. Covilhã, 2009.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FREUD, Sigmund. *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

FERRY, Luc. *Diante da crise*: Materiais para uma política de civilização. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RODRIGUES, Nelson. *Memórias*: a menina sem estrela. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.



14

Carlos Costa
José Geraldo de Oliveira

VISÕES II. PRESENTE E FUTURO. A revolução 5.0

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.780.292-301

Frontispício da Scienza Nuova de Giambattista Vico. Antonio Vaccaro. 1725.

Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do

Impossível? O tempo e o Espaço morreram ontem. Nós já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipresente.

Marinetti. *Manifesto Futurista*. 1909

Na mitologia grega, Cassandra foi condenada a conhecer o futuro, mas quando se negou a dormir com Apolo, ele, por vingança, lançou a maldição de que ninguém jamais viesse a acreditar nas suas profecias ou previsões. A profetisa foi considerada louca ao tentar comunicar aos troianos as suas inúmeras previsões de catástrofe e desgraça (o que levou a destruição de Troia).

Voltando ao nosso tempo, tenho visto muitas pessoas tentando prever a vida pós-Covid-19. Eu mesmo já caí nesta tentação. Não vai existir um “novo normal”, um novo futuro, até porque quem me assegura que o antigo normal “era normal”? Marc Vidal cria uma metáfora que ajuda a explicar este momento: a imagem de um vulcão. Antes, um espaço em que podíamos caminhar tranquilamente. E o vulcão explodiu e esparramou lavas para todos os lados. Nesse momento, as lavas ainda estão quentes e escorrendo pela encosta do morro. Ela irá solidificar e “a única coisa que sabemos de forma segura é que a paisagem será diferente”.⁶⁹ Ele continua: “o mundo não irá acabar”, vai acabar “um mundo” ineficiente e insustentável.

Amy Webb, futurista do Future Today Institute, afirma que, quando há uma mudança radical, existe uma tendência de se acreditar que o novo presente é o futuro. Quem melhor entender esta diferença de tempo, menos sofrerá com as consequências do cenário. Mas, ao

⁶⁹ Covid-19 es una gran oportunidad. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ag-mQOx-3DUCg>

identificar este “novo”, não podemos cair na Lei de Amara⁷⁰. Mas, de qual-quer forma, ela é apropriada para falar sobre este tal “novo”, sobretudo relacionado com a tecnologia.

Encontrei um artigo de Nicholas Kristof publicado no *New York Times* em dezembro de 2019 que me fez refletir sobre algumas coisas. O título do artigo é *This has been the best year ever*. Ou seja, 2019 foi o melhor ano de toda a humanidade.

Fiz uma comparação com a minha vida. Quando nasci, em 1950, a maioria da população mundial era analfabeta e vivia em extrema pobreza. Agora nos aproximamos de 90% da alfabetização de adultos.

27% de todas as crianças morriam até os 15 anos. Agora esse número foi reduzido para apenas 4%. Em 2019, 325.000 pessoas obtiveram seu primeiro acesso à energia elétrica e cerca de 650.000 se conectaram pela primeira vez à internet.

Refletindo sobre esses números, me pergunto por que continuamos a prestar atenção em notícias negativas? Esperança em demasia? Não sou ufanista... sabemos da situação que estamos vivendo. E que não é assim tão colorida.

A mudança climática é um tema que o nosso presidente diz que não está acontecendo. Da mesma maneira que o primeiro-ministro da Austrália disse em janeiro de 2020 que as queimadas não tinham nada a ver com as mudanças climáticas. Trump e Bolsonaro são criminosos quando negam os perigos do vírus.

Mais ainda, segundo o economista Max Roser, “somos algumas das primeiras pessoas na história que encontramos maneiras de

⁷⁰ Roy Amara foi um pesquisador americano, futurista e presidente do Institute for the Future do Vale Silício, que fez uma suposta observação curiosa: “Nós tendemos a superestimar os efeitos da tecnologia a curto prazo e subestimar os efeitos a longo prazo”. Houve variações desta frase dita por Bill Gates, Arthur C. Clarke, Tony Robbins ou Peter Drucker.

progredir contra esses problemas. Nós mudamos o mundo. É incrível estar vivo em um momento como este. O mundo é muito melhor, o mundo é horrível, o mundo pode ser muito melhor”.

Amy Webb propõe uma estrutura, a STEEPS, para ajudar a imaginar as mudanças que permitem uma sinalização fraca se tornarem a próxima grande tendência. Quais são os avanços *Scientific* (científicos) e *Technological* (tecnológicos) necessários? O que precisa ser verdade sobre o contexto *Environmental* (ambiental) e *Economic* (econômico) ou sobre os impactos futuros para que essa possibilidade seja realizada? Quais condições *Political* (políticas) e *Social* (sociais) precisam mudar?⁷¹

Segundo Webb, “muitos sinais fracos não viram tendência porque não passam no teste de frequência/densidade/fricção. Quando se olha para as possibilidades futuras de produtos ou serviços sob a perspectiva do usuário/consumidor, a frequência descreve a quantidade de vezes em cada dia que o usuário encontra o problema que a ‘coisa nova’ pretende resolver”.

Densidade descreve o tempo/esforço gasto lutando com o problema, e fricção, o nível de dor que a luta causa com o problema do usuário.

A não ser que as soluções ataquem estes paradigmas que pretendendo refletir aqui, iremos fracassar. Neste momento, podemos visualizar muitos sinais com potencial de transformação na sociedade. A tecnologia pode ajudar como nunca antes. Automação, inteligência artificial, uso de dados, robótica, edição genética ou outros avanços médicos podem conseguir isso.

71 <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/o-mundo-pos-covid-19-1---tecnologia-e-tendencias-por-pascal-fINETTE-e-jeffrey-rogers/#page5>

Historicamente somos a primeira geração disposta a erradicar a pobreza global e devemos tirar vantagem dessa oportunidade.

Um bom ano é que aquele que nos impulsiona para o próximo.

Sabemos que a história da Humanidade é marcada por fases decisivas para o seu progresso social, cultural e econômico. A cada um destes períodos chamamos de “revolução” ou “revolução industrial”.

Em todos esses períodos aconteceram uma profunda mudança tecnológica que movimentou todos os fundamentos da sociedade.

Em um primeiro momento causaram grande desequilíbrio inicial, mas depois vimos os grandes avanços e conquistas humanas que se sucederam – algo que não soubemos identificar imediatamente. Até o momento foi possível identificar quatro grandes revoluções industriais.

É importante buscar a origem de tudo isto. O que chamamos com tanto *glamour* de 1ª Revolução Industrial, na época foi chamada de “primeira crise industrial”.

Vale lembrar que quando uma máquina era instalada em uma fábrica têxtil de Londres, dos 400 trabalhadores que ali tiravam o seu sustento, 397 perdiam seus empregos. Levou três ou quatro décadas para que estes trabalhadores se reposicionassem. A mesma coisa aconteceu com a segunda e a terceira revolução.

A 3ª Revolução, que aconteceu na década de 1960, não foi identificada imediatamente. Naquele momento não tínhamos consciência de que estávamos vivendo uma revolução eletrônica.

Vamos nos deter na 4ª Revolução Industrial, ou que podemos chamar de “crise financeira”. Vivemos uma “deflação do capital”, afirma Marc Vidal, em um texto inspirador: *La era de la humanidad. Hacia*

la quinta revolución industrial. Segundo ele essa revolução não tem nada a ver com “as propostas ideológicas ou posição política, são sensivelmente irremediáveis e irreversíveis. Afetam a vida empresarial, institucional e, sobretudo, os fatos cotidianos. A sociedade já não é a mesma faz apenas alguns minutos e nada terá que ver com a dos próximo segundos (VIDAL, 2020, p.64).⁷²

Já comentamos aqui que os alemães cunharam o termo 4a Revolução Industrial porque identificaram elementos de inovação que aconteciam em suas indústrias, como os robôs ou a inteligência artificial. Melhor dizendo, eles identificaram que isto era um elemento mais importante do que a automação industrial. Eles identificaram uma revolução tecnológica em curso. A origem desta revolução foi a internet que começou aí por volta de 1983, 1984 e culminou em 1995.

Então podemos identificar a origem desta revolução industrial: a internet.

Temos de entender que a realidade agora é muita mais complexa, sobretudo pós-epidemia do coronavírus. Mas vamos pensar antes dessa pandemia.

Vínhamos de uma revolução da internet que levou os negócios, por exemplo, a modelos espetaculares ou melhor, espantosos. Cito alguns exemplos:

- A maior empresa de taxi não tem um só taxi;
- A maior empresa hoteleira não tem um só imóvel;
- A maior empresa de venda de aplicativos não tem um só código desenhado por eles;

⁷² VIDAL, Marc. *La era de la humanidad. Hacia la quinta revolución industrial*. Barcelona: Deusto, 2019.

- A maior empresa de conteúdo não produz nenhum conteúdo.

Tudo o que podia ser digitalizado se digitalizou, ou será digitalizado. Só um parêntese: “os músicos identificaram isto primeiro... os taxistas não”.

Vidal cita o caso emblemático da Kodak. A empresa não atinou para o momento em que ela estava vivendo. Em 1975 Steven Sasson inventou a primeira câmera digital. Que nunca passou de um protótipo. Quando o protótipo foi apresentado ao conselho diretor da Kodak, a reação foi categórica: “isto é uma loucura. Nós trabalhamos vendendo papel fotográfico e vamos incentivar as pessoas que deixem de fazer fotografia em papel fotográfico. Estamos jogando contra nós”.

Sabemos o que aconteceu: A Kodak fechou porque não entendeu que naquele momento acontecia uma revolução. É preciso entender, segundo Marc Vidal, qual a diferença entre digitalizar e se transformar digitalmente. Quando ele fala a respeito das empresas, ele afirma que as empresas apenas se digitalizam incorporando tecnologia.

Muitas pessoas ainda não perceberam que a 4ª Revolução Industrial e seu imenso componente tecnológico – nanotecnologia, drones, impressão 3D, realidade aumentada ou gerenciamento massivo de dados – são acompanhados por grandes mudanças no setor econômico e humano, seja no emprego ou nas profissões.

Nos últimos 150 anos inovou-se tanto quanto em 150 mil anos. Nos últimos 15 anos inovou-se mais que em 150 anos. Seguindo nesta velocidade nos próximos anos vamos inovar mais que toda humanidade inovou até agora.

Enfrentar a tecnologia é um grande desafio. Um desafio desde o ponto de vista empresarial, regulatório e pessoal.

Alguém tem dúvida disto? Sim... temos dúvidas sobre isto.

Quando refletimos sobre disrupção sempre nos perguntamos se ela vai chegar até nós. Acho que essa é uma pergunta equivocada. Me explico. A disrupção é quebra de uma série de paradigmas, sobretudo depois do coronavírus. Nunca houve um momento de medo coletivo como este. Enlouquecemos todos! Portanto, penso que talvez a pergunta correta seria: “quando esta disrupção e quebra de paradigma irá me afetar?” “E com que tecnologia?” E vamos passar muito mais tempo nos adaptando a esta nova realidade.

Vidal no seu livro propõe que a chamada 4ª revolução industrial é apenas um prelúdio de outra transformação muito mais abrangente: A 5ª Revolução Industrial é iminente e, portanto, exige uma atenção urgente. “Uma nova sociedade está nascendo, e acontece nas entranhas desta ‘revolução sociotecnológica’ sem precedentes, apesar de sua materialização real, sua cristalização, dependerá de uma fase posterior, para digerir, talvez já em plena ‘quinta revolução’”(VIDAL, 2020, p.65).

A 5ª Revolução é um conceito que tem a ver com coisas que ainda não aconteceram, mas para as quais podemos nos preparar nos níveis econômico, empresarial, cultural, social, trabalhista, político, educacional e pessoal, afirma Vidal. Ele ainda sinaliza que “seu diferencial será a expansão da inteligência automatizada, que pode ser ainda mais perturbadora para os modelos sociais existentes do que podemos prever agora. A inteligência automatizada e a robótica avançada, combinadas com o trabalho físico automatizado, sempre serão mais lucrativas do que qualquer trabalho repetitivo e previsível que os humanos realizam”. Vidal não é um pessimista e nem acredita no catastrofismo daqueles que preveem que as máquinas irão tirar os nossos trabalhos.

Blaise Pascoal dizia que “o homem infinitamente supera o homem” e isto era uma representação da modernidade. Por outro lado Nietzsche afirmou que “o que era divino se tornou humano – dema-

siado humano”. E aqui chegamos sobrecarregados pelos eventos e situações que produzimos.

O desafio é como orquestrar todos os âmbitos para evitar, tanto quanto possível, os traumas temporários que todas essas mudanças decisivas de paradigmas acarretam. A pandemia do coronavírus é, em todos os níveis, um produto da globalização e não existe um botão capaz de simplesmente pausar a globalização. Todos estes processos serão lentos e vão ter que seguir em uma direção correta (mesmo que não saibamos qual é a direção).

Assim temos que pensar em algumas chaves, ainda segundo Vidal: a) flexibilidade para adaptação a situações que serão cada vez mais complexa; b) “Ou te transformas ou te transformarão” (você se transforma ou transformarão você), não só como empregadores ou empregados, mas também nas relações sociais; c) a “servicialização” da produção e d) a demanda pela sustentabilidade dos produtos ou serviços que vamos receber.

Para sair deste “coma induzido” precisamos pensar que não são apenas as decisões políticas que vão nos salvar. Esquecemos de algo importante, que o futuro não é algo que podemos espera-lo. É preciso sair e conquistá-lo. Precisamos pensar em uma sociedade realmente democrática. Estamos cada vez mais controlados e monitorados. Michel Foucault já previu isto, mas agora já não é apenas uma previsão. Outro exemplo, o trabalho remoto. Existem CEOs que descobriram agora as maravilhas deste sistema vantajoso para o capital e que esconde um discurso perverso como um novo direito das pessoas, para ajudar o meio ambiente, ganhar tempo e dinheiro – vejo nisto uma forma de nova escravidão.

Estamos construindo uma sociedade, que já crescia antes, mas que agora acelerou, e o que me incomoda é que não é uma sociedade democrática.

Entender que todas estas mudanças que estamos experimentando têm um gatilho tecnológico e no fundo contêm, no âmago, um grande potencial para melhorar a vida dos seres humanos. Estamos numa situação ímpar: pela primeira vez as melhores mentes do mundo estão trabalhando contra um único inimigo e através da tecnologia.

Foi o que aconteceu no passado. Vale a pena pensar nisto? Ou não.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriana Cristina Alves do Amaral

Jornalista, mestre em comunicação pela Umesp – Universidade Metodista de São Paulo. Mulher Cis, mãe de dois filhos que tiveram de trabalhar na linha de frente nos hospitais para atender os pacientes da #Covid-19. Cidadã política, de esquerda, indignada com a perda total de tempo do governo brasileiro no combate à #Covid-19. Uma pessoa do seu tempo, norteadora pela utopia de tempos melhores. Porque o tempo sabe passar, eu não sei... E o tempo se rói com inveja de mim... E-mail: adrianacristinaalvesdoamaral@gmail.com

Alessandra Silva de Vasconcelos

Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Pesquisadora de Comunicação Corporativa da Sustentabilidade em Plataformas Digitais. Pós Graduada em Marketing pela FAAP, MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela FIA e Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Mais de 20 anos de experiência em posições de gestão nas áreas de comunicação corporativa, branding, marketing e sustentabilidade em empresas multinacionais. Liderança em projetos de comunicação corporativa, posicionamento de marca, gestão de imagem e reputação, cultura corporativa, employer branding e relacionamento com stakeholders. E-mail: silva_alessandra@yahoo.com.br

Antônio Napoles

Administrador de empresas pela (FGV-EAESP), mestrando em jornalismo (Cásper Líbero), professor do MLG e sócio e vice-presidente da Kaiser Associates, consultoria internacional de estratégia. E-mail: anapole@kaiserassociates.com.br

Carlos Roberto da Costa

Licenciado em Filosofia e bacharel em Teologia, Carlos Costa é jornalista formado pela Cásper Líbero. Dirigiu as revistas Playboy, Quatro Rodas e Elle da Editora Abril. É mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Publicou os livros *A revista no Brasil do século XIX* (2012) e *Manuel Araújo Porto-Alegre: um artista fora do foco* (2019). Foi professor no PPGCOM da FCL

e lidera o Grupo de Pesquisa: Comunicação Tecnologia e Trabalho. E-mail: crcosta1950@gmail.com

Clara Marques de Sousa

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduanda em Influência Digital – Conteúdo e Estratégia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS). Jornalista com experiência em comunicação de ciência e saúde, fez parte da comunicação organizacional do Instituto do Câncer do Ceará (ICC) e integra a Rede de Jornalistas e Comunicadores de Ciência e Saúde (Rede ComCiência). É pesquisadora voluntária do Grupo de Pesquisa em Comunicação Futuro do Trabalho da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: claracac13@gmail.com

Eduardo Luis Nardini Paschoa

Especialista da área de Marketing com grande experiência no mercado publicitário, tendo trabalhado tanto em agência, veículos de comunicação e como cliente. Esse trabalho em marketing, nas diferentes áreas, proporcionaram uma visão detalhada de todo o negócio. Mestrando em comunicação pela Casper Libero estudando as interações da tecnologia e Inteligência Artificial na comunicação. E-mail: eduardo@aesol.com.br

Jefferson Mariano

Doutor em desenvolvimento econômico (Unicamp) e mestre em economia política (PUCSP). Atualmente é professor na Faculdade Casper Líbero e pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP). Atua desde 2002 no IBGE como analista socioeconômico. Autor de livros e artigos sobre economia, desenvolvimento econômico e políticas públicas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3745579607334254>. E-mail: jmariano@casperlibero.edu.br

Jonas Gonçalves

Mestre em Produção Jornalística e Mercado pela ESPM-SP e graduado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, instituição na qual é membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Tecnologia e Trabalho. Acumula 16 anos de experiência profissional e, desde 2012, é Assistente de Comunicação e Marketing no Conselho Regional de Química - 4a Região (SP). E-mail: jonas-goncalves@gmail.com

José Geraldo de Oliveira

Mestre em Comunicação pela Cásper Líbero. Doutor pela Universidade Autônoma de Barcelona, sob a orientação do Professor Josep M. Català Domenech, pesquisando Arqueología da interface. Ensaio, memória e imagem. Professor do curso de jogos digitais da UNIP (Universidade Paulista). E-mail: zegera@hotmail.com

Keite Pacheco de Carvalho

Mestranda em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, pós-graduada em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing e graduada em Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero. Com mais de 13 anos de experiência profissional, foi Coordenadora de Marketing no Itaú Unibanco e liderou projetos nas áreas de Planejamento Estratégico, Publicidade, Endomarketing e Comunicação Corporativa. Atualmente, é consultora autônoma para projetos de Comunicação e Marketing. E-mail: keite.pacheco@gmail.com

Regiane M.S. Bianchini

Jornalista, mestre em Inovação na Comunicação de Interesse Público pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); pós-graduada em Teorias da Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero; e Corporate Affairs, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Acumula mais de vinte anos de expertise em comunicação corporativa integrada de grandes empresas. Integra Grupo de Pesquisa sobre Comunicação em Saúde, com bolsa Fapesp para treinamento técnico, e participa do Grupo de Pesquisa sobre Comunicação, Tecnologia e Trabalho, da Faculdade Cásper Líbero. Ama a família, cinema, artes, viagens e conhecer novas cidades, o que a levou a idealizar o Espaço Inteligente, que trata da comunicação nas cidades como elemento educador e de formação para a cidadania. E-mail: regianebianchini04@gmail.com

Sandra Duarte

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Camilo Castelo Branco. Especialista em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero. Ao longo da carreira profissional atuou nas áreas de comunicação e marketing. Atualmente trabalha na área da saúde. Desenvolve campanhas de comunicação para melhorar a performance da empresa no mercado, divulgar serviços e ampliar o engajamento com o público-alvo. E-mail: san.duarte.dias@gmail.com

Soraia Herrador Costa Lima

Jornalista formada pela Cásper Líbero, mestre em Ciências da Comunicação e doutora em Ciência da Informação pela ECA-USP. Possui mais de dez anos de experiência ministrando cursos de graduação e pós-graduação em instituições de Ensino Superior, como USP, FGV, ESPM, Faculdade Cásper Líbero, PUC-SP, BSB, IPOG e Anhembi Morumbi. Além da experiência acadêmica, ela já atuou como coordenadora de comunicação digital no Grupo Printer, community manager do Scup, repórter e redatora na Editora Aranda e assessora de imprensa no SIEEESP. Atualmente, é gerente de insights na Wunderman Thompson. E-mail: contato@soraialima.com

Tânia Caliarí

Jornalista freelancer e vive em São Paulo. Graduada pela UFMG, trabalhou em televisão, jornal diário, e nas revistas Reportagem e Retrato do Brasil, pelas quais realizou grandes reportagens nacionais e internacionais. Email: taniacaliari@uol.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

C

ciberespaço 231, 236
 complexidade 35, 36, 69, 72, 140, 206, 236, 243
 consultoria 35, 114, 134, 178, 190, 192, 205, 265, 302
 Covid-19 14, 86, 94, 98, 106, 108, 109, 111, 112, 116, 158, 164, 167, 171, 190, 191, 192, 194, 198, 202, 206, 208, 216, 242, 244, 245, 246, 247, 277, 278, 279, 285, 293, 302
 crescimento 25, 27, 31, 138, 140, 152, 154, 161, 162, 176, 188, 190, 191, 192, 205, 209, 211, 228, 229, 252, 260, 261, 265
 crise 26, 40, 41, 62, 77, 87, 112, 115, 137, 212, 216, 217, 219, 223, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 277, 282, 288, 291, 296
 cuidados 169, 192, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208

D

digital 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 44, 60, 62, 63, 114, 119, 149, 150, 151, 175, 185, 202, 207, 209, 215, 221, 222, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 236, 249, 257, 267, 271, 272, 273, 298, 305

E

e-commerce 14, 190
 economia 26, 38, 42, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 132, 142, 149, 150, 151, 164, 212, 213, 215, 216, 217, 303

educação 37, 39, 43, 93, 142, 144, 147, 152, 212, 216, 241, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 277, 288
 ESPM 13, 303, 305

F

Facebook 41, 52, 117, 227, 228, 229, 232, 235, 246, 265
 fake news 47, 221, 233, 242, 244
 futuro 14, 22, 23, 26, 37, 40, 46, 51, 56, 58, 62, 63, 84, 90, 91, 102, 113, 115, 117, 119, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 154, 155, 167, 183, 186, 198, 208, 211, 215, 225, 233, 236, 258, 270, 273, 274, 277, 279, 292, 293, 300

G

Google 51, 52, 228, 249, 264, 273
 Grupo de Pesquisa 13, 244, 303, 304

H

home office 14, 107, 115, 116, 119, 164, 168, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 220, 277

I

imaginário 73, 86, 154, 281, 286
 Indústria 24, 36, 37, 38
 inovador 36, 49, 55
 internet 21, 26, 27, 30, 35, 47, 50, 52, 55, 61, 108, 115, 127, 175, 180, 189, 231, 236, 241, 244, 256, 257, 270, 294, 297

J

jornalismo 14, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 53, 113, 114,

115, 219, 221, 236, 238, 243, 244, 245,
246, 247, 248, 274, 302

L

linguagem 78, 235, 243, 249, 278, 279
literatura 81, 101, 102, 240

M

máquinas 24, 56, 63, 64, 146, 154, 270,
299
marketing 26, 29, 30, 227, 232, 233, 234,
235, 302, 303, 304
mídia 28, 29, 30, 48, 49, 51, 52, 113, 159,
213, 219, 227, 231, 236, 243, 245, 247,
250, 255, 262, 263, 279, 284, 286
modernidade 23, 55, 71, 89, 171, 172, 188,
197, 299

N

natureza 55, 78, 86, 95, 112, 114, 271,
280, 288
negócio 30, 33, 50, 52, 53, 58, 59, 175,
182, 195, 243, 245, 249, 265, 274, 303

O

online 26, 27, 30, 44, 46, 61, 108, 117,
162, 176, 179, 190, 191, 222, 226, 242,
249, 271, 272
ordem 23, 74, 75, 76, 77, 86, 96, 115, 242,
284

P

pandemia 15, 20, 84, 85, 87, 90, 94, 95,
106, 107, 108, 109, 111, 112, 115, 116,
117, 119, 130, 158, 159, 162, 164, 166,
168, 170, 171, 175, 176, 177, 178, 180,
181, 182, 184, 186, 190, 191, 192, 199,
200, 202, 206, 207, 208, 214, 215, 216,
218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 238,
239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247,
249, 256, 267, 271, 272, 273, 274, 277,
279, 282, 284, 287, 288, 290, 297, 300

paradigma 14, 18, 19, 69, 72, 84, 85, 86,
87, 94, 114, 118, 174, 181, 192, 198, 206,
212, 216, 219, 225, 233, 236, 238, 242,
249, 251, 254, 280, 299
pensamento 15, 45, 66, 67, 68, 69, 70, 71,
72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 86,
96, 173, 230, 234, 269, 278
pesquisadores 13, 14, 44, 121, 138, 196,
200, 263
política 42, 44, 46, 50, 92, 108, 137, 161,
171, 178, 213, 216, 217, 225, 229, 230,
231, 232, 233, 236, 242, 243, 244, 262,
263, 291, 297, 302, 303

R

redes sociais 34, 167, 171, 214, 226, 228,
230, 231, 232, 245, 246, 256, 257, 264,
265, 267
Revolução Industrial 21, 24, 25, 26, 38, 51,
63, 189, 192, 197, 296, 297, 298, 299

S

saúde 22, 42, 104, 130, 152, 159, 164,
168, 169, 170, 184, 185, 201, 202, 203,
204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 214,
219, 240, 241, 243, 246, 260, 272, 277,
303, 304
smartphones 26, 61, 176, 182
sociedade 36, 38, 46, 53, 54, 56, 64, 84,
85, 88, 91, 106, 108, 122, 128, 141, 144,
145, 146, 147, 153, 163, 164, 169, 170,
171, 192, 199, 211, 212, 213, 215, 216,
217, 218, 219, 220, 223, 225, 231, 232,
233, 236, 239, 244, 258, 269, 271, 274,
278, 290, 295, 296, 297, 299, 300
soluções 28, 39, 77, 85, 101, 114, 115,
148, 159, 209, 223, 248, 249, 295

T

tecnologia 14, 17, 32, 33, 34, 36, 38, 39,
46, 49, 50, 56, 57, 60, 63, 64, 69, 70, 88,
92, 101, 102, 106, 115, 144, 149, 150, 151,

152, 181, 202, 209, 211, 234, 249, 251,
252, 253, 258, 267, 270, 272, 274, 280,
288, 294, 295, 298, 299, 301, 303
tempo 14, 18, 21, 22, 23, 32, 33, 37, 38,
39, 40, 42, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56,
62, 63, 64, 68, 71, 73, 75, 85, 86, 87, 88,
91, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117,
118, 123, 141, 145, 149, 153, 158, 159,
168, 169, 171, 172, 175, 176, 178, 180,
194, 197, 204, 208, 222, 230, 231, 232,
233, 235, 242, 244, 245, 251, 252, 258,
273, 277, 282, 283, 284, 285, 289, 290,
293, 295, 299, 300, 302
The New York Times 28, 29, 32, 34, 113,
227, 247
trabalho 13, 14, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 26,
27, 28, 29, 31, 33, 34, 37, 38, 40, 43, 44,
50, 51, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67,

70, 79, 81, 85, 108, 109, 112, 115, 116,
117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 127,
128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,
136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145,
146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154,
160, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179,
180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 212,
213, 216, 219, 221, 222, 231, 240, 241,
242, 246, 247, 270, 271, 274, 277, 283,
288, 299, 300, 303
Twitter 47, 50, 228, 229, 246

V

vídeos 233, 246, 255

W

Wall Street Journal 28, 29, 32

web 229, 230, 231, 232, 233, 234, 256

Adriana do Amaral
Alessandra S. Vasconcelos
Antônio Napole
Carlos Costa
Clara Marques de Sousa
Eduardo Paschoa
Jefferson Mariano
José Geraldo de Oliveira
Keite Pacheco
Jonas Gonçalves
Regiane Bianchini
Sandra Duarte
Soraia Lima
Tânia Caliari

pandemia

QUEBRA DE PARADIGMAS

um retrato da primeira onda da Covid-19

www.pimentacultural.com

